



Octavio Ianni

A DITADURA DO GRANDE CAPITAL

expressão
POPULAR

Octavio Ianni

A DITADURA DO
GRANDE CAPITAL

1ª edição

Expressão Popular

São Paulo – 2019

Copyright © 2019 by Editora Expressão Popular
Copyright © da primeira publicação: 1981, Editora Civilização Brasileira

Revisão: *Cecília Luedemann e Nilton Viana*

Projeto gráfico, diagramação e capa: *ZAP Design*

Imagem da capa: Wilfredo Lam, *El rey del juguete o Figura zoomórfica*, 1942

Dados Internacionais de Catalogação-na-Publicação (CIP)

l11d

Ianni, Octavio, 1926-2004

A ditadura do grande capital / Octávio Ianni. — 1.ed.—
São Paulo : Expressão Popular, 2019.
356 p.

Indexado em GeoDados - <http://www.geodados.uem.br>.
ISBN 978-85-7743-359-9

1. Classes sociais - Brasil. 2. Brasil – Política e governo.
I. Título.

CDU 316.342

Catalogação na Publicação: Eliane M. S. Jovanovich CRB 9/1250

Todos os direitos reservados.
Nenhuma parte desse livro pode ser utilizada
ou reproduzida sem a autorização da editora.

1ª edição: maio de 2019

EDITORA EXPRESSÃO POPULAR

Rua Abolição, 201 – Bela Vista

CEP 01319-010 – São Paulo – SP

Tel: (11) 3112-0941 / 3105-9500

livraria@expressaopopular.com.br

www.facebook.com/ed.expressaopopular

www.expressaopopular.com.br

SUMÁRIO

Nota editorial.....	7
Octavio Ianni e a ditadura do grande capital.....	9
<i>Elaine Rossetti Behring</i>	
Prefácio.....	23

PRIMEIRA PARTE A GRANDE BURGUESIA

I – Planejamento e dominação.....	27
II – A tecnocracia estatal.....	53
III – As formas do capital.....	69
IV – Capital imperialista.....	89

SEGUNDA PARTE A CLASSE OPERÁRIA E O CAMPESinATO

V – A política salarial.....	105
VI – A repressão da classe operária.....	119
VII – Mais-valia extraordinária.....	135
VIII – A proletarianização no campo.....	149
IX – A expropriação do trabalhador rural.....	167

Terceira Parte A QUESTÃO REGIONAL

X – A reconquista do Nordeste.....	181
XI – A geopolítica da Amazônia.....	209

QUARTA PARTE A SOCIEDADE E O CIDADÃO

XII – O aparelho de poder.....	231
XIII – A criminalização da sociedade civil.....	247
XV – O Estado fascista.....	273

QUINTA PARTE A CRISE

XV – Ditadura e contrarrevolução.....	303
XVI – Lutas populares.....	325
XVII – Contradições de classes e democracia.....	343

NOTA EDITORIAL

Os clássicos do pensamento social equivalem a um campo fértil ao qual retornamos com a certeza de seu potencial germinador. Com isso em mente, a Adunirio, seção sindical dos docentes da Unirio e filiada ao Andes-SN, e a Expressão Popular firmam uma parceria de edição de obras de importantes pensadores e militantes brasileiros que dedicaram suas vidas para compreender as dinâmicas sociais latino-americanas, com destaque para o Brasil. Desta parceria entre sindicato e editora serão lançados três títulos em 2019: as reedições de *Apontamentos sobre a 'teoria do autoritarismo'*, de Florestan Fernandes, e *A ditadura do grande capital*, de Octavio Ianni; e, pela primeira vez em língua portuguesa, *O reformismo e a contrarrevolução (estudos sobre Chile)*, de Ruy Mauro Marini.

As obras foram escolhidas pela sua capacidade de lançar luz sobre questões fundamentais do nosso capitalismo dependente e das formas autocráticas de dominação burguesa

na América Latina. O momento nos parece adequado, pois observamos o imperialismo retomando seu fôlego e forças reacionárias ganhando posições estratégicas em diversos Estados nacionais, o que resulta em derrotas históricas da classe trabalhadora, que por sua vez resiste ativamente de diversas formas.

É preciso pisar em solo firme para retomarmos o impulso revolucionário capaz de solapar todas as formas de exploração, dominação e opressão no capitalismo. Recorremos, assim, a alguns dos nossos melhores aliados do pensamento social brasileiro para a reorganização e a conscientização da classe trabalhadora, tão necessárias para reverter o avanço da barbárie capitalista e colocar novamente em pauta a revolução brasileira.

Gostaríamos de agradecer à Áurea Ianni e à Éline Ianni que, solidária e gentilmente, nos autorizaram a reedição deste livro, possibilitando que este clássico do pensamento social brasileiro seja conhecido e estudado pelas novas gerações de trabalhadores e trabalhadoras empenhadas em transformar nossa realidade.

Editora Expressão Popular
Diretoria da Adunirio (gestão 2017-2019)

OCTAVIO IANNI E A DITADURA DO GRANDE CAPITAL

ELAINE ROSSETTI BEHRING¹

Dedico essa apresentação
a quem colocou Ianni em meu
caminho de forma irreversível,
Marilda Villela Iamamoto

É com grande alegria que escrevo essas linhas apresentando uma obra que não pode ser tangenciada ao pensarmos o Brasil – *A ditadura do grande capital*, de Octavio Ianni – publicada pela primeira vez em 1981. Saúdo a iniciativa da Expressão Popular e da Adunirio de disponibilizar neste Brasil de hoje, marcado pela tentativa de falsificação histórica do significado daqueles anos de chumbo,² esse grande texto sobre a ditadura civil-militar (ou empresarial-militar),³ ou

¹ Coordenadora do Centro de Estudos Octavio Ianni e Professora Associada da UERJ

² Para a crítica desta tentativa espúria de passar uma borracha na história recente do país e nos desmandos e crimes da ditadura brasileira, escrevi uma contribuição à reflexão coletiva sobre a desconstrução da memória em “Ditadura Civil-Militar no Brasil (1964-1985): nada a “devidamente comemorar”, apenas a repudiar”, disponível em <https://esquerdaonline.com.br/colunistas/elaine-behring/>.

³ Adoto a caracterização de civil-militar, considerando que as organizações empresariais compõem a sociedade civil e que outros de seus segmentos apoiaram o golpe de 1964, ainda que muitas organizações operárias e

do grande capital como ensina Ianni mostrando os traços mais essenciais daquele processo. Este é um texto magistral e que pedia para ser relançado para as novas gerações e também para uma releitura dos que já o conheciam, dada sua imensa atualidade. Antes de comentar a obra, penso ser importante introduzir brevemente o(a) leitor(a) no universo de Octavio Ianni.

Estamos diante de um grande esforço de interpretação do país, dentro da tradição crítica do pensamento social brasileiro, dada a clara incidência teórico-metodológica da tradição marxista de suas reflexões, combinada a um diálogo amplo e rigoroso no campo das ciências sociais, em especial da Sociologia, da Economia Política e da Historiografia. Hoje tenho grande orgulho de fazer parte da criação do Centro de Estudos Octavio Ianni (CEOI), da Universidade Estadual do Rio de Janeiro (UERJ), criado em 2006 por uma iniciativa da Prof^a. Marilda Yamamoto, a qual contou com uma influência determinante do pensamento de Ianni em seu próprio trabalho. Junto a ela e uma equipe de professores e estudantes, realizamos um Colóquio naquele ano sobre o pensamento de Ianni, que resultou numa publicação de referência – *Pensamento de Octavio Ianni*: um balanço de sua contribuição à interpretação do Brasil (Yamamoto e Behring [orgs.], 2009), da qual recolho algumas informações e ilações nesta apresentação.

Octavio Ianni nasceu em Itu, São Paulo, em 1926, filho de imigrantes italianos. Na década de 1940 participou como secundarista e militante do PCB das lutas contra o Estado Novo. No entanto, consta que foi uma filiação partidária

populares compusessem um outro campo da mesma sociedade civil, que ademais é o território *par excellence* da contradição de classes, ainda que não exclusivamente.

breve e que ele não voltou a ter filiação partidária, atuando como intelectual de esquerda independente. Em 1948, ingressou no curso de Ciências Sociais da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da Universidade de São Paulo, e se formou em 1954, constituindo a segunda geração de sociólogos neste grande celeiro de intérpretes do Brasil, nem todos eles no campo crítico-dialético. Em 1956, Ianni se tornou professor da USP na cadeira que tinha como titular – e estávamos no sistema de cátedras – ninguém menos que Florestan Fernandes, cuja influência em seu pensamento é fundamental e muito discutida.

Ianni, portanto, fez parte do núcleo fundador da Escola de Sociologia da USP, ao lado de Antonio Candido, Florestan Fernandes, Fernando Henrique Cardoso, Maria Sylvia de Mello Franco, José de Souza Martins, Leôncio Martins Rodrigues, dentre outros. Ali, em torno da cátedra de Florestan Fernandes, forjou-se a “sociologia crítica” que procurava explicar o Brasil e a América Latina. Ele permaneceu na USP até 1969, quando foi expulso pela ditadura civil-militar e forçada e precocemente aposentado pelo Ato Institucional n. 5. Em 1970 participou da fundação do Centro Brasileiro de Análise e Planejamento, o Cebrap, realizando estudos sobre a questão agrária e a Amazônia. Em 1977, a reitora (e assistente social, o que é motivo de orgulho para o Serviço Social brasileiro) Nadir Kfoury abriu as portas da PUC-São Paulo para docentes que foram perseguidos pela ditadura, dentre os quais Octavio Ianni e Florestan Fernandes. Ali, Ianni permaneceu até 1986, quando se transferiu para a Unicamp, onde trabalhou por mais 15 anos até dois dias antes de seu falecimento, em 4 de abril de 2004. Ao longo desta trajetória, ele recebeu as mais altas premiações acadê-

micas, foi duplamente premiado com o Jabuti, da Academia Brasileira de Letras, e também com um Prêmio Juca Pato (intelectual do ano, em 2000).

No estimulante ambiente acadêmico da USP, Ianni teve uma formação ampla e completa nos clássicos da Sociologia, da Política e da Economia Política, bem como da literatura, pela qual era apaixonado. Mas a aproximação ao marxismo marcou sua obra de forma indelével e profunda, sendo essa tradição constitutiva de seu modo de pensar o Brasil. Nesse sentido, as três dimensões mais caras à tradição marxista estão presentes em seu trabalho intelectual: o método dialético, a teoria do valor e a perspectiva da revolução. Com relação a este último, cabe a caracterização de Ana Clara Torres Ribeiro, de que a obra de Ianni buscou sempre responder aos desafios da vida política (2009, p. 43). Em meio século de vida acadêmica foram mais de 40 livros publicados, além de artigos e coletâneas organizadas, a maior parte deles dedicados a elucidar a *ideia de Brasil moderno*, embora mais recentemente tenha se dedicado a discutir os impactos da globalização no Estado Nação, o que ele chamou de *era do globalismo*.

Pois bem, após alguns elementos da trajetória deste que pertence à galeria dos grandes intérpretes do Brasil, cabe registrar uma marca decisiva de seu trabalho e que se relaciona com a dimensão do método marxiano: a relação visceral entre Economia e Política. Um exemplo interessante disso é que o tema da democracia – suas possibilidades e limites no Brasil – está subordinado à dinâmica do Estado e das classes sociais, e sua relação com as bases materiais, diga-se, o desenvolvimento do capitalismo no Brasil, ou melhor, a constituição do “Brasil moderno”. Dentro da diversificada agenda intelectual de Ianni – e João Antônio de Paula (2009)

identificou dez temas centrais em sua obra: 1. a questão da escravidão; 2. as relações entre raça e classe; 3. a revolução social; 4. a industrialização brasileira; 5. o Estado; 6. a questão da cultura; 7. a América Latina; 8. a sociologia como campo de estudos; 9. a questão agrária; 10. a globalização e o imperialismo, o problema democrático aparece na totalidade em movimento, associado à luta de classes. Para ele, tratava-se de desvendar a lógica da formação social capitalista brasileira constituída no ciclo da revolução burguesa, que se completa, tal como em Florestan Fernandes, com as transformações profundas engendradas pelo golpe civil-militar de 1964 e o advento da ordem monopólica no país. A democracia não é um tema em si, mas um produto de condições históricas determinadas, condições estas que nunca favoreceram o padrão do Estado democrático de direito. Em *O ciclo da Revolução Burguesa* (1984), por exemplo, Ianni fala que desde a Independência temos a reiteração de soluções pelo alto que estruturam o Estado brasileiro segundo interesses oligárquicos, burgueses, imperialistas. Para ele “o que se revela, ao longo da história, é o desenvolvimento de uma espécie de contrarrevolução burguesa permanente” (1984, p. 11), sendo o poder exercido de forma autoritária, ditatorial, “quando não fascista” (1984, p. 14), o que analisou efetivamente na obra em tela, *A ditadura do grande capital*. A burguesia, impregnada de teses racistas (e Ianni realizou vários estudos sobre a questão racial no Brasil)⁴ e práticas patrimonialistas,

⁴ Quando escrevo essas linhas o Brasil se encontra perplexo diante de 80 tiros disparados pelo Exército Brasileiro, sobre um automóvel onde estava uma família negra, no Rio de Janeiro, mais uma violenta expressão do racismo estrutural, sendo que o Estado brasileiro vem tratando o caso como um mero “incidente” segundo declaração pública (e inaceitável) do ministro da Justiça.

requisitou na maior parte das vezes um Estado forte para conter as classes perigosas. Ianni, especialmente no texto supracitado, critica a ideia da tutela do povo pelas elites, bem como a recorrente interpretação presente também no pensamento de esquerda, da sociedade civil amorfa, inconsistente, incompetente. Para ele aí residem tentativas de desqualificar as lutas populares, fortalecendo a necessidade do pacto social, da conciliação de classes e do “desenvolvimento com segurança”, esta última marca da ditadura pós 1964. Desta forma pode existir normalidade democrática, do ponto de vista formal, mas em convivência com estruturas autocráticas e violentas reais sobre os trabalhadores. Essas foram as ideias-chave para a crítica contundente ao projeto de “revolução democrático-burguesa” do PCB nos anos 1950 e 1960, do “desenvolvimento sem classes”, do Iseb, e, sobretudo do golpe de 1964.

Tal relação visceral entre Economia e Política, ou seja, a perspectiva da totalidade, comparece em outro texto fundamental de Octavio Ianni, *Estado e capitalismo* (de 1965, mas com uma segunda edição ampliada de 1989). Esta é uma obra que precisa ser mais conhecida no meio acadêmico, pois se trata de um estudo da particularidade do Estado brasileiro, que traz vários elementos universais sobre o Estado como categoria, modo de ser, e dele podemos desdobrar hipóteses sobre os limites da democracia na periferia do capitalismo, que tem relação com as bases materiais constitutivas da periferia, a dependência. Minha hipótese é de que o andamento da exposição nesse texto, refletindo um processo de investigação exaustivo de dados, documentos (em especial Planos de governo) e discursos governamentais, se repõe na ditadura do grande capital. Para Ianni, conhecer o Estado

é conhecer a sociedade. Se a sociedade funda o Estado, ele é também constitutivo daquela. Assim, é preciso observar o Estado na totalidade das relações sociais e econômicas. Nos processos de planificação e intervenção desencadeados pelo Estado, há uma tendência a que este concentre sua atuação na acumulação de capital, refinando sua capacidade de controle sobre as possibilidades de poupança e investimento. Para ele as medidas governamentais são indispensáveis para as forças de mercado. Se o lucro não é um alvo direto, é um alvo indireto a ser realizado pela empresa privada, com o suporte do Estado, que, então, surge como uma mediação importante no processo de acumulação do capital. Especialmente no contexto do desenvolvimentismo, sobre o qual se debruça este texto de Ianni, o Estado é um órgão de capitalização do excedente econômico e dinamização das virtualidades do mercado, especialmente da diversificação do sistema produtivo nacional, com destaque para a indústria, por meio da canalização das rendas agrícolas para a esfera industrial. Aqui temos uma chave importante do debate de Ianni: de que o capital industrial nasce do capital agrícola, com a mediação do Estado. Onde decorre que as ideias de uma contraposição entre arcaico e moderno e de dualismo sempre foram uma aparência a confundir a estratégia da esquerda, centrada durante muito tempo e com resquícios no presente,⁵ no pacto com a burguesia nacional na etapa democrático-burguesa. Neste sentido, penso que Ianni, na trilha de Caio Prado Jr., aprofunda uma crítica ao dualismo

⁵ Refiro-me ao projeto autointitulado neodesenvolvimentista, no qual num novo contexto, entre os anos de 2003-2015, se repôs sob nova direção política a perspectiva da conciliação de classes, o Partido dos Trabalhadores, e outros fundamentos.

que antecipa elementos de Francisco de Oliveira em seu ensaio de 1972, *Crítica à razão dualista* (republicado em 2003). A concentração e centralização do capital governam parcela dos instrumentos postos em prática pelo Estado, que atua no sentido de assegurar condições gerais, mantendo parcela do excedente no país como condição para a industrialização, setor estratégico no desenvolvimentismo. Ianni desde então buscava desvendar a articulação entre capital nacional, capital externo e a participação estatal direta e indireta como componentes essenciais do capitalismo industrial que se forma no Brasil, apesar do discurso nacionalista à época. E isso vai se consolidar com ainda mais força no golpe civil-militar de 1964, que, na presente obra, caracterizou como a *ditadura do grande capital*, quando as relações capitalistas efetivamente se generalizaram, ou seja, a revolução burguesa se completou, no que a meu ver, tem acordo com Florestan Fernandes (1987).

São muito instrutivas as observações de Ianni sobre a relação entre burguesia e Estado no Brasil, demonstrada com um grande volume de dados – como já registramos linhas acima, ele era um pesquisador arguto, colado nos elementos de realidade, buscando dela extrair seu movimento. Para ele, a burguesia participa ao máximo da formulação das diretrizes governamentais, tendo em vista fazer com que o Estado atue na direção do florescimento do mercado, pelo que espera do mediador benefícios com relação ao capital, à exploração do trabalho, à tecnologia, diga-se, em relação ao conjunto dos fatores de produção. Nesse sentido, os créditos estatais para financiamento, as dívidas para com a previdência social e o consumo estatal (compras para o desempenho de suas funções) vinculam o

Estado e os interesses empresariais. Por isso, ele afirma na obra de 1965 que “o capitalismo surgido no Brasil precisou contar com um Estado abertamente engajado na economia e na sociedade”, e a burguesia brasileira não surge de qualquer luta vigorosa de sua parte contra as oligarquias agrárias. A burguesia industrial foi gerada pelo capital agrário, sem suplantá-lo e com a mediação do Estado e do capital externo. Especialmente após 1930, o Estado se projeta como centro das decisões mediando as relações de classe e cuidando da acumulação do capital – cada vez mais fundada na extração de mais-valia relativa –, e muito especialmente, disciplinando os vendedores da força de trabalho no mercado.

Portanto, conforme Ana Clara Torres Ribeiro, “o olhar que o autor lança ao Estado encontra-se orientado pela busca de apreensão da totalidade social em movimento e, sobretudo, por expectativas políticas em relação à transformação da sociedade brasileira” (2009, p. 47). Já para Carlos Nelson Coutinho: “Ianni sabe que é impossível abordar a questão do Estado sem vinculá-la organicamente com a totalidade social. Como marxista, ele recusa a ideia de que o Estado possa ser tratado como sujeito autônomo, situado acima do movimento das classes sociais.” (2009, p. 58). Neste passo, segundo Coutinho, Ianni se opõe claramente a qualquer fetichismo do Estado, observando-o no fluxo histórico, a partir da centralidade da luta de classes. Esta concepção geral, do Estado como capitalista coletivo, como mediação na totalidade concreta, foi retomada nas obras *Estado e planejamento econômico no Brasil* (1971) e, especialmente, em *A ditadura do grande capital* (1981). Vejamos algumas características desta obra, mas apenas para convidar o(a) leitor(a) para

nela mergulhar e conhecer o significado mais profundo dos significados daquele “tempo, página infeliz da nossa história” (*Vai Passar*, Chico Buarque, 1990).

O que nos diz Octavio Ianni sobre a ditadura, entre 1964-1985? Há uma ideia central de que a face mais visível e aparente era a de que se tratava de uma ditadura militar. Mas ele quer demonstrar, e o faz com maestria, que se tratou essencialmente de uma ditadura da grande burguesia, do grande capital. O objetivo de seu texto é subsidiar a luta das classes subordinadas (alimentar os demônios, como lembra Renato Ortiz (2009) sobre as características de sua obra) – em especial operários e camponeses – para refazerem a história. *A ditadura do grande capital* inicia mostrando a relação entre a grande burguesia e o regime. Desvela como o planejamento tecnocrático foi erigido “força produtiva complementar” para favorecer segmentos determinados do grande capital, num ambiente de expropriações, abolição dos partidos políticos, intervenção nos sindicatos e intensa repressão política. Para ele, a violência é uma força produtiva. O lema “segurança e desenvolvimento” acobertava uma política econômica de favorecimento ao imperialismo, na forma do grande capital monopolista, assentada na superexploração da força de trabalho.⁶ Os trabalhadores foram tratados a ferro e fogo, com uma austera política salarial e a “restauração da disciplina social”, de acordo com Roberto Campos, um dos artífices deste processo do ponto de vista econômico. Da mesma forma, a ditadura induziu, com sua máquina de “violência concentrada e organizada” e a “parafernália tecno-

⁶ Octavio Ianni não faz referência mais precisa a esta categoria, que marca o pensamento de Ruy Mauro Marini (1973), restando aqui um eixo de investigação sobre seu entendimento deste debate. A categoria mais-valia extraordinária também aparece, em geral, conectada à superexploração.

crática”, a monopolização da terra. Assim, na base do chamado Milagre Brasileiro, se encontra uma dimensão ora posta como fascista, ora como fascistóide, ou com “conteúdos fascistas”: a “indústria do anticomunismo” mobilizada para calar qualquer oposição e reação dos “de baixo” contra a ofensiva sobre os trabalhadores e camponeses em especial. É evidente aqui que a semelhança não é mera coincidência no que estamos vivendo neste Brasil de 2019, sob o governo da extrema direita e que tenta convencer a população de que não houve ditadura no país, ainda que no ambiente da democracia blindada (Demier, 2017), mas que pode evoluir para formas de fascismo: traços e sinais dessa tendência são abundantes⁷. No entanto, há que sublinhar que é muito controverso na historiografia a caracterização de fascismo tanto para o regime pós-64 quanto para o que está em curso hoje no Brasil. Se Ianni falava em Estado fascista, parte da historiografia opera com o conceito de regime bonapartista, dadas as características específicas assumidas pelo fascismo. Em Ianni essa questão não é posta de forma muito precisa, mas é fato que conteúdos e traços de fascismo estavam postos naquela experiência histórica, ainda que não se possa falar em um regime fascista.

Continuando com Ianni, ele mostra a livre circulação dos “homens de negócios” nos estreitos e privilegiados circuitos do regime, onde se fazia a simbiose com o capital monopolista. Sob o manto da neutralidade das técnicas econômicas, mesclavam-se as razões do Estado com as razões do grande capital. E enquanto isso, a violência se fazia potência econômica nuclear. No tripé entre capital monopolista estrangeiro,

⁷ Para um acompanhamento destes desdobramentos, conferir alguns textos do historiador Felipe Demier no site Esquerda On Line, <https://esquerda-online.com.br/colunistas/felipe-demier/>

capital nacional e Estado, irá prevalecer largamente o primeiro, com a intermediação do Estado, deixando, portanto, o mesmo de ser uma “metáfora enganosa”. Mas há aqui duas observações importantes de Ianni: a primeira, acerca do fomento do capital financeiro, forma do capital em geral, neste período; e outra que diz respeito à estatização, que na verdade significou uma captura do Estado pelo capital monopolista, Estado que atuou como “capital estatal”, por meio do sistema financeiro público e assegurando infraestrutura ao grande capital. Em todo esse processo, o que Ianni constata é a supremacia do imperialismo, ou seja, tivemos um fascismo singular “altamente determinado pelo capital financeiro do imperialismo”.

Na segunda parte do livro Ianni demonstra como a política salarial foi o principal instrumento da economia política da ditadura, buscando ampliar a extração de mais valia absoluta e relativa, em caráter “extraordinário”: uma mais valia extraordinária. O autor analisa como o arrocho salarial no setor privado, mas também no público, se articula com a violência e a repressão – lei anti-greve, intervenção nos sindicatos e perseguição aos militantes –, concorrendo ambos para uma ampliação das taxas de lucros. No que toca a repressão sobre a classe operária, há um capítulo inteiro descrevendo seus métodos: ameaças, sequestros, mortes e desaparecimentos. Enfim, toda sorte de arbitrariedades para disciplinar este setor, especialmente nos primeiros anos do regime, tendo em vista sua adequação às novas condições de extração da mais-valia extraordinária. Esse processo incluiu também a instituição do FGTS, como forma de interferir no ânimo da classe trabalhadora frente à dispensa e a grande rotatividade da força de trabalho. Todo esse movimento leva à pauperização absoluta e relativa dos trabalhadores, em relação com a mais-valia

extraordinária e a superexploração, e que engendra, junto à ditadura fascista na sociedade, uma ditadura do capital sobre o trabalho nas fábricas. No campo, expandiu-se a proletarianização, a partir do crescimento da agroindústria, o que se articulava ao comércio exterior, produção de divisas e ao capital financeiro. Tal processo, hoje ainda mais denso e intenso, fundou-se na expropriação de terras indígenas, devolutas e ocupadas no centro-oeste e no norte do país. De forma que a origem dos processos que envolvem hoje o agronegócio e a atual articulação campo-urbano encontram suas raízes na expropriação deste momento, beneficiando o grande capital monopolista, direta ou indiretamente. Ianni analisa a questão regional e as dinâmicas específicas que envolveram o Nordeste e a Amazônia, retoma a discussão da criminalização de segmentos da sociedade civil e o tema do fascismo e conclui seu texto com a crise da ditadura e a perspectiva da retomada das lutas.

Haveria muito mais a dizer, mas penso que as pílulas de Ianni até aqui sinalizadas já são suficientes para provocar a leitura deste clássico do pensamento social crítico brasileiro. Octavio Ianni é um autor que mobiliza as categorias e o método da economia política, procurando traduzi-las na particularidade histórica do Brasil. Contudo, o registro mais importante a ser deixado aqui é que sua análise da ditadura do grande capital instiga a resistir na atualidade. Remete, destacadamente, a buscar as bases materiais mais profundas do projeto da lumpemburguesia em nítida articulação com o imperialismo, que está em curso no Brasil do presente. Esse Brasil da ofensiva reacionária e que tem cheiro, gosto e textura de passado. Essa é a tarefa de hoje.

Outono de 2019

Referências Bibliográficas

- BEHRING, Elaine Rossetti. “Ditadura Civil-Militar no Brasil (1964-1985): nada a “devidamente comemorar”, apenas a repudiar”, disponível em <https://esquerdaonline.com.br/colunistas/elaine-behring/>.
- BEHRING, Elaine Rossetti & IAMAMOTO, Marilda. *Pensamento de Octavio Ianni: um balanço de sua contribuição à interpretação do Brasil*. Rio de Janeiro FAPERJ/7Letras/CEOI/UERJ, 2009.
- COUTINHO, Carlos Nelson. Uma imagem marxista do Brasil. In: BEHRING, Elaine Rossetti & IAMAMOTO, Marilda (orgs.). *Pensamento de Octavio Ianni: Um balanço de sua contribuição à interpretação do Brasil*. Rio de Janeiro FAPERJ/7Letras/CEOI/UERJ, 2009. p.55-65.
- DEMIER, Felipe. *Depois do Golpe: a dialética da democracia blindada no Brasil*. Rio de Janeiro: Mauad, 2017.
- FERNANDES, Florestan. *A Revolução Burguesa no Brasil: ensaio de interpretação sociológica*. 3ª Ed. Rio de Janeiro: Editora Guanabara, 1987.
- IANNI, Octavio. *A ditadura do grande capital*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1981.
- _____. *Estado e capitalismo*. São Paulo: Brasiliense, 2004.
- _____. *O ciclo da Revolução Burguesa*. Rio de Janeiro: Vozes, 1984.
- OLIVEIRA, Francisco de. *Crítica à razão dualista/O ornitorrinco*. São Paulo: Boitempo, 2003.
- ORTIZ, Renato. Octavio Ianni: a ironia apaixonada. In: BEHRING, Elaine Rossetti & IAMAMOTO, Marilda (orgs.). *Pensamento de Octavio Ianni: Um balanço de sua contribuição à interpretação do Brasil*. Rio de Janeiro FAPERJ/7Letras/CEOI/UERJ, 2009. p.147-154.
- PAULA, João Antônio de. Octavio Ianni e a centralidade da luta de classes. In: BEHRING, Elaine Rossetti & IAMAMOTO, Marilda (orgs.). *Pensamento de Octavio Ianni: Um balanço de sua contribuição à interpretação do Brasil*. Rio de Janeiro FAPERJ/7Letras/CEOI/UERJ, 2009. p.79-87.
- RIBEIRO, Ana Clara Torres. Uma leitura sociológica do pensamento de Octavio Ianni. In: BEHRING, Elaine Rossetti & IAMAMOTO, Marilda (orgs.). *Pensamento de Octavio Ianni: Um balanço de sua contribuição à interpretação do Brasil*. Rio de Janeiro FAPERJ/7Letras/CEOI/UERJ, 2009. p.43-54.

PREFÁCIO

Neste livro apresento uma contribuição para a análise da história da ditadura militar instalada no Brasil desde 31 de março de 1964. A ditadura e a época que ela expressa podem ser compreendidas em termos do significado político e econômico que têm para as diversas classes que formam a sociedade. Há aspectos dos acontecimentos que não são examinados aqui; ou estão apenas mencionados. Outros são analisados com razoável minúcia. Creio que os principais estão discutidos, em suas particularidades e mútuas relações. No conjunto, a problemática deste livro cobre uma época importante do desenvolvimento das classes sociais e das contradições de classes no Brasil. Ao mostrar como se organizam e reproduzem as relações entre o Estado e o capital, revelam-se os interesses das classes dominantes e as reivindicações das classes subordinadas. Ao mesmo tempo, mostram-se os antagonismos entre umas e outras. Assim, a ditadura aparece em alguns dos seus aspectos mais notáveis.

Uma coisa é a ditadura militar, que é mais visível nessa época; outra é a ditadura da grande burguesia, do grande capital, que determina as principais características do Estado ditatorial. Nem sempre as classes dominantes exercem diretamente o governo. Não precisam; não é conveniente. Trata-se, pois, de compreender toda essa história a partir da perspectiva das classes subordinadas, principalmente operários e camponeses. Elas podem refazer a história.

Para realizar este livro, contei com sugestões de amigos e colegas do Centro Brasileiro de Análise e Planejamento e da Pontifícia Universidade Católica, e questionamentos apresentados por diferentes debatedores, em seminários e mesas-redondas.

Aproveito a ocasião para agradecer a amável colaboração de Marfísia Pereira de Souza Lancellotti e Maria Francisca de Brito, que me ajudaram na pesquisa bibliográfica; Magda Celeste de Quadros Alves, Sandra Regina das Neves e Cleusa Simões da Costa, que trabalharam a datilografia; e do Centro Brasileiro de Análise e Planejamento.

São Paulo, novembro de 1980.

O. I.

PRIMEIRA PARTE

A GRANDE BURGUESIA

I – PLANEJAMENTO E DOMINAÇÃO

Desde que se instalou a ditadura, os governantes e funcionários do Estado sempre disseram, e repetiram, que o planejamento era uma técnica neutra. Diziam, ao povo calado e disperso, ou de si para si, que não havia o que temer: a ação planificada do Estado era “politicamente neutra”, serviria de “instrumento de aperfeiçoada política de desenvolvimento”, sem afetar as “forças do mercado” nem a “liberdade”. Nas condições em que se encontravam, tanto podiam dizer como se obrigaram a repetir, já que estavam instaurando um elemento importante da economia política da ditadura. Mas ao dizer, desdiziam o dito. Nem por isso, no entanto, abandonaram o planejamento governamental, como discurso e prática de poder.

A ditadura militar adotou o planejamento como técnica e retórica de governo. Tratava-se de fortalecer o aparelho estatal – basicamente o Poder Executivo – de modo a favorecer, orientar e dinamizar a acumulação privada do

capital. Ao procurar a melhor definição para o sentido do planejamento na economia capitalista brasileira, o primeiro governo afirma que

planejamento econômico vai importar numa definição, sistemática e coerente, por parte do governo, das medidas tendentes à criação da ordem dentro da qual operará aquilo que se convencionou chamar de ‘forças do mercado’ [...].¹

A rigor, o planejamento foi erigido em técnica fundamental da retórica e prática dos governantes. Planejar passou a ser a palavra mágica, em nome da qual se exercia a ditadura, à revelia dos interesses dos assalariados em geral. Numa sociedade em que o debate político estava proibido e a expropriação do proletariado e campesinato alcançava índices excepcionais, era importante “legitimar” a ditadura por meio da ideologização da sistemática, coerência, operatividade, pragmatismo, racionalidade, modernização etc. da política econômica.

A ação governamental obedecerá o planejamento que visa a promover o desenvolvimento econômico-social do país e a segurança nacional, norteando-se segundo planos e programas [...] e compreenderá a elaboração e atualização dos seguintes instrumentos básicos: a) plano geral de governo; b) programas gerais, setoriais e regionais, de duração plurianual; c) orçamento-programa anual; d) programação financeira de desembolso.²

E para evitar que a ação governamental planejada fosse obstada, ou influenciada, por qualquer movimentação polí-

¹ Ministério do Planejamento, *Programa de ação econômica do governo* (1964-1966), com uma apresentação do ministro Roberto Campos, Documentos Epea, n. 1, novembro de 1964, p. 13.

² Reforma administrativa, Decreto-Lei n. 200, de 25 de fevereiro de 1967, Art. 7º.

tica ou reivindicação econômica das classes assalariadas, os governantes logo reforçavam o próprio poder. Suprimem os partidos, intervêm nos sindicatos e anulam a capacidade decisória do Congresso Nacional.

Depois da revolução de 1964, duas medidas de reforma institucional foram tomadas: primeiro, a abolição dos partidos tradicionais, excessivamente personalistas e facciosos, e sua substituição por um sistema bipartidário, o que presumivelmente facilitaria a manutenção da disciplina partidária em apoio de planos e programas governamentais; segundo, a ab-rogação do poder do Congresso de aumentar o dispêndio orçamentário, que tornaria impraticável qualquer planejamento financeiro consistente.³

Portanto, ao lado da técnica de planejamento, os governantes e os seus funcionários tudo fizeram para ampliar e reforçar o próprio poder de formular e pôr em prática planos e programas, em geral desdobrados em projetos. Sob vários aspectos, no entanto, a retórica do planejamento expressava aspectos importantes da economia política da ditadura.

A mesma retórica dos governantes e seus funcionários serviram para justificar e aperfeiçoar a ditadura. A busca da “sistemática” e “coerência” da atuação governamental levou ao arrocho salarial, à intervenção nos sindicatos operários e camponeses, à prisão e tortura de líderes operários e camponeses, ao aumento brutal da taxa de exploração dos assalariados da indústria e agricultura. Pouco a pouco, o “planejamento econômico estatal” ganhou a conotação

³ Roberto de Oliveira Campos, “A experiência brasileira de planejamento”, in: Mário Henrique Simonsen e Roberto de Oliveira Campos, *A Nova Economia Política*, José Olympio Editora, Rio de Janeiro, 1974, p. 47-78, citação das p. 51-52.

de uma força produtiva complementar, ao lado da força de trabalho, capital, tecnologia e divisão do trabalho.

Vejamos, pois, quais foram os planos e programas propostos ou postos em prática pelos governos militares. É verdade que nem sempre as diretrizes da política econômica governamental efetivamente postas em prática apoiaram-se nesses instrumentos. Com frequência, apoiaram-se apenas em parte; ou implicaram a modificação dos objetivos e meios enunciados. Outras vezes, eram apenas um artifício de diálogo com os setores das classes dominantes que tinham menor acesso direto às esferas de decisão sobre questões de economia política. Em todos os casos, no entanto, são uma expressão, às vezes muito clara, da fisionomia e movimentos do Estado brasileiro nessa época.

Programa de Ação Econômica do Governo: 1964-1966. Destinou-se principalmente a promover a estabilização financeira e criar também outras condições econômicas propícias ao desenvolvimento das “forças do mercado” e à “predominância da livre empresa no sistema econômico”. Tratava-se de acelerar “o ritmo de desenvolvimento econômico do país, interrompido no biênio 1962-1963”. Para que isso passasse a ocorrer, no entanto, era indispensável “conter, progressivamente, o processo inflacionário durante 1964 e 1965, objetivando um razoável equilíbrio dos preços a partir de 1966”. Dois itens mereceram atenção especial dos governantes e seus funcionários, durante o primeiro governo da ditadura militar. O primeiro foi a política salarial, tendo em vista principalmente o proletariado. O Conselho Nacional de Política Salarial, acionado pela ditadura, passou a controlar rigorosamente os acordos salariais privados e os reajustamentos salariais no serviço público. Não é demais lembrar

que os próprios assalariados não tinham nenhuma possibilidade de influenciar as decisões desse conselho. Assim, a política salarial foi totalmente condicionada às exigências do “combate à inflação”, em conformidade com as “forças do mercado” e a “predominância da livre empresa” privilegiada pela ditadura. É claro que essa política salarial foi precedida e secundada por uma maciça repressão política nos meios operários e camponeses de todo o país. O segundo item fundamental da política econômica do primeiro governo da ditadura militar foi o favorecimento do imperialismo. O governo do marechal Castello Branco adotou uma

política de estímulo ao ingresso de capitais estrangeiros, e de ativa cooperação técnica e financeira com agências internacionais, com outros governos, e, em particular, com o sistema multilateral da Aliança para o Progresso, de modo a acelerar a taxa de desenvolvimento econômico.⁴

Foi assim que se definiu, desde o primeiro governo militar, a economia política do lema “segurança e desenvolvimento”. *Segurança*, no sentido de “segurança interna”, envolve o controle e a repressão de toda organização e atividade política das classes assalariadas, para que o capital monopolista tenha as mãos livres para desenvolver a acumulação. E *desenvolvimento*, no sentido de florescimento das “forças do mercado”, com a “predominância da livre empresa no sistema econômico”.⁵ Foi assim que se definiu e consolidou, ao longo de todos os governos da ditadura, o núcleo principal do planejamento econômico estatal: o Estado foi posto a serviço de uma política de favorecimento do capital

⁴ Ministério do Planejamento e Coordenação Econômica, *Programa de Ação Econômica do governo (1964-1966)*, citado, p. 16.

⁵ Ministério do Planejamento e Coordenação Econômica, *op. cit.*, p. 13.

imperialista, política essa que se assentou na superexploração da força de trabalho assalariado, na indústria e na agricultura. Esse foi um dos segredos da persistência e reafirmação do lema “segurança e desenvolvimento”. A indústria do anticomunismo, que floresceu sob esse lema, tinha como contrapartida econômica e política principal a superexploração do proletariado. Na linguagem dos funcionários da ditadura, o que havia era “a austera política salarial e a despolitização dos sindicatos, como parte do esforço anti-inflacionário e de restauração da disciplina social”.⁶

Diretrizes de Governo: 1967. Nesse programa definiram-se os objetivos básicos da política econômica que deveria ser posta em prática durante os primeiros meses do governo do marechal Arthur da Costa e Silva (1967-1969). Serviu de compasso de espera para a elaboração do plano que deveria fundamentar a política de Costa e Silva durante todo o seu “mandato”. Por isso, teve a finalidade de consubstanciar algumas recomendações para os primeiros meses do segundo governo militar. Dentre os princípios mais importantes que definiam essa política econômica, o programa especificava também os seguintes:

o desenvolvimento econômico impõe o fortalecimento da empresa privada nacional, sem qualquer discriminação em relação à empresa estrangeira [...]. Ao setor privado será assegurada a possibilidade de obter ou de gerar os recursos de que precisa para operar e expandir-se [...]. O governo está consciente da responsabilidade que lhe cabe quanto ao desenvolvimento social e à consolidação de uma infraestrutura que torne possível a expansão da atividade econômica [...]. O Estado deverá ser extremamente cauteloso ao transferir

⁶ Roberto de Oliveira Campos, “A experiência brasileira de planejamento”, citado, p. 66.

recursos do setor privado – que é o mais dinâmico para o setor público, cuja dinamização só agora será possível intensificar, com a reforma administrativa [...].⁷

Plano Decenal de Desenvolvimento Econômico e Social: 1967-1976. Esse plano foi bem uma expressão do caráter totalitário que a ditadura militar estava ganhando. Os governantes e seus funcionários revelavam a intenção, ou decisão, de permanecer por longos anos no controle do Estado. Ao mesmo tempo, revelavam a preocupação de conferir o máximo de amplitude ao planejamento estatal. Era um “plano de perspectiva”, com base no qual propunham “uma estratégia decenal de desenvolvimento” para os anos 1967-1976. Tratava-se de programar e pôr em prática “orçamentos de formação de capital”, no âmbito da administração do governo federal, dos governos estaduais e municipais. Além disso, procurou-se formular projeções dos investimentos em setores de atuação de empresas privadas.⁸

O objetivo central deste Plano é o de permitir estabelecer as principais diretrizes da política de desenvolvimento econômico do governo federal para o período 1967-1976. Essas diretrizes têm como elementos normativos: a) a programação da produção, do consumo e dos investimentos da União, de suas autarquias, empresas e sociedades de economia mista, com identificação das respectivas fontes de financiamento; b) a definição dos critérios de ação indireta do governo federal através dos instrumentos institucionais de regulação econômica.⁹

⁷ Ministério do Planejamento e Coordenação Geral, *Diretrizes de governo*, julho de 1967, p. 14-16.

⁸ Roberto de Oliveira Campos, “A experiência brasileira de planejamento”, citado, p. 63-65.

⁹ Ministério de Planejamento e Coordenação Econômica, *Plano Decenal de Desenvolvimento Econômico e Social*, tomo I, v. 1, “Estrutura geral e estratégia de desenvolvimento”, março de 1967, p. 11.

Programa Estratégico de Desenvolvimento: 1968-1970. A despeito da linguagem ligeiramente menos tecnocrática e de um diagnóstico de envergadura histórica bastante rico de problemas reais, esse programa acabou por inserir-se na mesma corrente dos outros instrumentos de política econômica da ditadura. Sob certos aspectos, torna ainda mais aberto o comprometimento do Estado com a empresa privada. Mostra como o poder estatal, enquanto instituição econômica e política, passava a desempenhar uma função primordial na acumulação monopolista.

Assim, o reconhecimento da insuficiência das oportunidades de investimentos relacionadas com o setor externo (substituição de importações e expansão de exportações industriais) e com inovações tecnológicas e inversões de reposição para sustentar um crescimento rápido desloca a tônica dinâmica para os elementos decisórios, influenciáveis pelo setor público, como investimento público e incentivos públicos especiais para o investimento privado.¹⁰

Entrementes, é impossível arrolar um conjunto de medidas de política econômica que, além dos investimentos em infraestrutura, preparem o terreno para a adoção de uma explícita estratégia de longo prazo. Entre essas, é possível destacar: 1) estabelecimento de mecanismos de incentivo e captação de poupança nacional, voluntária e compulsória [...]; 2) institucionalização e disciplinamento dos mecanismos de incentivo e revelação de oportunidades de investimento industrial (fundos, bancos de desenvolvimento, agentes financeiros), que permitam aumentar a eficiência do investimento industrial e uma maior velocidade de repasse ao setor industrial dos fundos da poupança pública.¹¹

¹⁰ Ministério do Planejamento e Coordenação Geral, *Programa Estratégico de Desenvolvimento (1968-1970)*, Estudo Especial: A industrialização brasileira: diagnóstico e perspectivas, Rio de Janeiro, 1969, p. 43.

¹¹ Ministério do Planejamento e Coordenação Geral, *Programa Estratégico de Desenvolvimento (1968-1970)*, cit., p. 56.

Metas e Bases para a Ação do Governo: 1970-1971. Com esse programa, o governo do general Emílio Garrastazu Médici (1969-1974) estabeleceu as primeiras linhas da sua política econômica. Como em todos os planos e programas dos governos da ditadura militar, buscava-se criar, em cada um desses instrumentos de política econômica, ao mesmo tempo, a imagem da “continuidade revolucionária” e da “originalidade” de cada ditador de plantão. Foi nesses anos que floresceu a propaganda imperialista do “milagre brasileiro” e da virtualidade do “Brasil Potência”. Também a retórica ditatorial da integração nacional ganhou ímpeto especial nessa ocasião, de tal modo que a ditadura baixou três programas nessa orientação: o Programa de Integração Social (PIS), conforme a Lei Complementar n. 7, de 7 de setembro de 1970; o Programa de Integração Nacional (PIN), de acordo com o Decreto-Lei n. 1.106, de 16 de junho de 1970; e o Programa de Redistribuição de Terras (Proterra), com base no Decreto-Lei n. 1.179, de 6 de julho de 1971. Foi assim que a ditadura se impôs com violência redobrada sobre as classes subalternas, em âmbito nacional, em nome do projeto de Brasil potência.

Objetivo-síntese, o ingresso do Brasil no mundo desenvolvido até o final do século, como uma sociedade efetivamente desenvolvida, democrática e soberana, assegurando-se, assim, a viabilidade econômica, social e política do Brasil como grande potência.¹²

A ideia de um “modelo brasileiro de desenvolvimento”, que permitiria a construção do “Brasil potência” em poucos

¹² R. A. Amaral Vieira, *Intervencionismo e autoritarismo no Brasil*, Difel, São Paulo, 1975, p. 106.

anos, era mais uma faceta de caráter fascista da ditadura. Os governantes e os seus funcionários, ao se maravilharem com a ideia do “Brasil grande”, “milagre brasileiro” ou “Brasil potência”, maravilhavam-se com o florescimento do capital monopolista, com o lema que o próprio imperialismo tratava de propalar. Todo “sacrifício” imposto ao povo brasileiro, em geral, e ao proletariado e campesinato, em particular, era visto pelos governantes e os seus funcionários como “preço” do “milagre”, da “grandeza”. O que estava em causa, diziam, era a “criação de uma sociedade industrial nos trópicos”. Tratava-se de aproveitar a ocasião, isto é, a aliança entre o Estado e o capital monopolista, para converter o Brasil em “potência mundial”, ou, no mínimo, “continental”. Para isso, abria-se ainda mais o país ao capital imperialista e acentuava-se, também, a superexploração do proletariado e do campesinato. Havia um singular tropicalismo na ditadura fascistoide instalada desde 1964.

Segundo todas as indicações, o Brasil já conseguiu o resultado excepcional de escapar à semiestagnação de meados dos anos 1960. O crescimento de 9,5% experimentado pelo PIB em 1970 não é conquista efêmera, mas desempenho que podemos consolidar e ultrapassar nos próximos anos. É chegado, agora, o momento de partir para a tarefa maior de realizar, em todas as suas dimensões, um modelo brasileiro de desenvolvimento [...].

Esse modelo significa a maneira brasileira de organizar o Estado e construir as instituições para criar, no país, uma economia moderna, competitiva e dinâmica, que mostre a viabilidade de desenvolver o Brasil com apoio na empresa privada. E para realizar a democracia econômica, social, racial e política [...].

No dinamismo revelado pela economia brasileira recentemente, o país cresceu extraordinariamente para dentro de si próprio e cresceu também pela maior integração na economia

internacional. A nação pode, hoje, olhar para o futuro com mais confiança do que em qualquer fase anterior de sua história. Em razão, principalmente, do seu sucesso no campo econômico e social, observa-se, entre líderes políticos de outros países e, notadamente, entre os grandes investidores internacionais, a descoberta de algo novo em torno do Brasil. De um lado, o titular de uma das mais importantes empresas internacionais assinala: o Brasil de hoje é um país que nenhum investidor consciente pode ignorar. De outro lado, um senador americano, que não pode ser acusado de simpatia em relação ao atual governo brasileiro, comenta: o recente desenvolvimento econômico do Brasil, suas dimensões e seus recursos naturais convertem-no numa potência mundial em perspectiva, ou, pelo menos, numa potência continental. A verdade é que o Brasil está chegando a essa posição de liderança continental inconscientemente, e, como se tem reconhecido no exterior, num processo nem mesmo remotamente expansionista. Segundo já se observou, aquele resultado decorre, apenas, de um desenvolvimento autêntico e bem-sucedido.¹³

I Plano Nacional de Desenvolvimento: 1972-1974. Esse foi preparado em plena euforia da propaganda do milagre brasileiro, da breve transformação do Brasil em potência mundial e dos acenos da diplomacia imperialista dos Estados Unidos de que ao Brasil poderia caber o papel de aliado preferencial na América do Sul. Por isso, a ditadura pôde exercer com brutalidade ainda crescente a censura, a repressão e a tortura, contra todos os setores das classes assalariadas, em especial o proletariado urbano e rural. Em nome do sucesso do “modelo brasileiro de desenvolvimento”, isto é, de acumulação

¹³ João Paulo dos Reis Velloso, “O modelo brasileiro de desenvolvimento”, trecho de conferência proferida pelo ministro do Planejamento aos estagiários da Escola Superior de Guerra, no Rio de Janeiro. *Revista Paranaense de Desenvolvimento*, n. 24, Curitiba, 1971, p. 7-16; citações das p. 10-16.

monopolista, o imperialismo ajudou a alimentar a indústria do anticomunismo, que era a forma política da repressão sobre as oposições. Adotou-se “uma concepção mais complexa e integrada do desenvolvimento”, baseada na “estabilidade política”, na “segurança nacional, interna e externa”. Ao mesmo tempo, buscou-se “modernizar as instituições”.¹⁴ Tudo isso para propiciar a acumulação monopolista ditada pelas grandes burguesias imperialista e nacional, associadas econômica e politicamente. Nesse sentido, o poder estatal foi jogado ainda mais fundo na linha da acumulação monopolista. Recomendava-se a

influência crescente do governo, mediante expansão de investimentos e uso da capacidade regulatória [...]. Promoção, pelo governo, das condições para a modernização dinâmica e competição, mediante incentivos ao setor privado e concessão de prioridades aos investimentos diretos em setores como educação, habitação, energia, transportes e comunicações.¹⁵

Foi nos anos do governo do general Médici que a ditadura adquiriu o seu maior ímpeto repressivo, ao mesmo tempo que florescia a campanha imperialista do “milagre brasileiro” e desenvolvia-se a indústria do anticomunismo. Foi nessa ocasião que os governantes e os seus funcionários imaginaram que a ditadura estava consolidada, como se os movimentos da sociedade tivessem sido suprimidos.

o plano oficializa ambiciosamente o conceito de ‘modelo brasileiro’, definindo-o como o modo brasileiro de organizar

¹⁴ Victor da Silva e Mircea Buescu, *10 anos de renovação econômica*, Apec, Rio de Janeiro, 1974, p. 44.

¹⁵ Roberto de Oliveira Campos, “A experiência brasileira de planejamento”, citado, p. 69-70.

o Estado e moldar as instituições para, no espaço de uma geração, transformar o Brasil em nação desenvolvida.¹⁶

II Plano Nacional de Desenvolvimento: 1975-1979. Nesse a retórica da ditadura alcança um curioso paroxismo. Ao mesmo tempo que cresce o tom grandiloquente, estimulado pela propaganda imperialista, cresce de modo acentuado também o divórcio entre o Estado ditatorial e as tendências da sociedade nacional, principalmente das classes subalternas da cidade e do campo. Muitas contradições sociais, preexistentes na sociedade brasileira antes de 1964 e realimentadas pela economia política da ditadura militar, todas as contradições ressurgem agravadas nos anos do governo do general Ernesto Geisel (1974-1979). A grandiloquência da linguagem adotada nesse plano soa tragicômica, devido à superexploração do proletariado urbano e rural e ao agravamento da crise do capitalismo em escala mundial. Agravara-se a competição entre os imperialismos estadunidense, europeu e japonês, ao mesmo tempo que aumentara a inflação nos países dominantes e surgia a chamada crise do petróleo. Nem por isso, no entanto, os governantes e os seus funcionários deixam de preconizar a continuidade da política econômica da ditadura e a originalidade do ditador de plantão. Na prática, o aparelho estatal continua a serviço da acumulação monopolista, preservando inclusive a mesma política de superexploração e repressão do proletariado.

Utilização, para a aceleração do desenvolvimento de certos setores, de estruturas empresariais poderosas, como a criação de grandes empresas através da política de fusões e

¹⁶ Roberto de Oliveira Campos, "A experiência brasileira de planejamento", citado, p. 69.

incorporações – na indústria, na infraestrutura, na comercialização urbana, no sistema financeiro (inclusive na área imobiliária) –, ou a formação de conglomerados financeiros, ou industriais-financeiros [...]. Decisão de absorver, complementarmente ao esforço interno, poupança, tecnologia e capacidade gerencial, sem as quais dificilmente construiremos, em prazo relativamente curto, uma potência industrial moderna. Aqui se coloca, obviamente, o problema de ajustar as multinacionais à estratégia nacional.¹⁷

A atual fórmula da política salarial deverá ser mantida para os reajustes em acordos e dissídios coletivos, bem como para os aumentos salariais nas empresas controladas ou subsidiadas pelo governo federal [...].¹⁸

Toda a retórica política adotada no plano – precisamente tornando explícito um dos conteúdos fascistas da ditadura militar – acenava às classes oprimidas com a ideia de “grande progresso”, “grandeza”, “potência emergente” e outras fórmulas grandiloquentes.¹⁹ Enquanto isso, a acumulação continuava a realizar-se livremente, e altamente estimulada pelo próprio poder estatal prisioneiro desse mesmo capital.

III Plano Nacional de Desenvolvimento: 1980-1985. O documento no qual o governo do general João Baptista Figueiredo (1979-1985) apresenta as bases para a formulação do III PND volta a dar ênfase, como o Programa de Ação Econômica do Governo – Paeg (1964-1966), ao combate à inflação. A alta taxa de inflação exportada pelas nações imperialistas aos países dependentes, no caso do Brasil,

¹⁷ República Federativa do Brasil, *Projeto do II Plano Nacional de Desenvolvimento, PND* (1975-1979), Brasília, setembro de 1974, p. 39.

¹⁸ República Federativa do Brasil, *Projeto do II PND*, citado, p. 119.

¹⁹ República Federativa do Brasil, *Projeto do II PND*, citado, p. 15-20. Consultar também: R. A. Amaral Vieira, *Intervencionismo e autoritarismo no Brasil*, citado, p. 111-144.

somou-se à alta taxa de inflação alimentada internamente pelo capital monopolista. Ao mesmo tempo, a ditadura foi obrigada a preocupar-se com o acentuado crescimento da dívida externa, resultante da ampla abertura da economia brasileira ao imperialismo. Ao lado da prioridade dada à luta contra a inflação, e pela redução da dívida externa, o governo do general Figueiredo foi obrigado a comprometer-se com alguma forma de “desestatização” da economia. Isto é, o capital monopolista conseguiu mais uma vitória: o governo lhe garantiu a continuidade da proteção econômica e política, ao mesmo tempo que tratou de reduzir a proteção ao setor produtivo estatal, inclusive acenando com a possibilidade de transferir empresas estatais para o setor privado.

É válido admitir a taxa global média de 6% de crescimento econômico [...]. A política econômica precisa ser austera, realista e estimulante ao desenvolvimento. Papel de exemplo cumpre ao governo [...]. A curto prazo é evidente que a prioridade máxima é para o problema inflacionário e para a melhoria das contas e dívida externas. Isso como meio e não como fim. Com relação aos gastos públicos, a política envolve sua contenção e rigoroso controle seletivo. Na mesma linha de austeridade, a execução do III PND exige do governo a prática de regras severas de administração financeira: [...] Fixar tetos anuais para as operações de crédito externas, em função das limitações do balanço, além do controle da oferta monetária, inclusive com o disciplinamento do acesso dos órgãos públicos aos financiamentos [...]. Proibição de aumentos de capital das empresas públicas federais via subscrição de ações, exceto por autorização em decreto do Executivo [...]. Trata-se de eliminar os excessos da burocracia; de simplificar o relacionamento entre as esferas do governo, e destas com o setor privado, atuando sobre focos de crescimento da burocracia, como o excesso de leis, decretos-leis, portarias e regulamentos que atribuem amplos poderes discricionários a órgãos do Poder Execu-

tivo, assim como complicadas rotinas administrativas que superpõem exigências legais e regulamentares.²⁰

Além dessas diretrizes, o documento sobre as bases para a formulação do PND abordava as “prioridades setoriais”, tais como energia, agricultura e abastecimento, transportes, indústria, desenvolvimento regional e urbano, planejamento familiar, meio ambiente, ciência e tecnologia, educação e cultura etc. Trata-se de um instrumento de governo que reitera o conteúdo ditatorial do Estado. Todas as questões econômicas, políticas e sociais da sociedade são focalizadas pelos governantes e os seus funcionários, à revelia do povo, das classes assalariadas, em geral, e do proletariado e campesinato, em especial. Tudo isso para propiciar um melhor arranjo entre o “Poder Executivo” e o “setor privado”, isto é, entre a ditadura e o capital monopolista.

O planejamento penetrou as diferentes esferas da sociedade. Alargou-se e especificou-se, conforme a ocasião. Compreendeu também: as relações entre a indústria e a agricultura; as articulações entre a nação e as diferentes regiões; e a indústria cultural. Nessas esferas, a ditadura esteve bastante ativa, de tal forma que o seu poder econômico e político se exerceu de modo global, maciço e repressivo. Passou a estar presente em todos os quadrantes do território “nacional e na subjetividade de cada pessoa, na cidade e no campo; inclusive no cotidiano de todo e qualquer brasileiro exilado”.

No âmbito das relações entre a indústria e a agricultura, abarcando também as articulações entre a nação e as regiões, cabe a referência a algumas diretrizes mais notáveis.

²⁰ “Bases para a formulação do III PND”, publicado sob o título “Planalto divulga esboço do novo PND”, Folha de S.Paulo, 22 de junho de 1979, p. 21.

Desde que se instalou, a ditadura passou a adotar medidas econômicas e políticas destinadas a dinamizar a expansão do capitalismo no campo, tanto intensiva quanto extensivamente. Assim, por um lado, oferecia incentivos à concentração e centralização do capital na agroindústria canavieira dos Estados de Pernambuco e São Paulo, por exemplo. E, por outro, oferecia incentivos à formação e expansão de empresas de mineração, extrativismo, agropecuária etc. na região da Amazônia legal.

A título de exemplo, sobre a forma pela qual ela foi levada a conduzir as articulações entre a agricultura e a indústria e, por implicação, entre a nação e as diversas regiões, vejamos alguns dados. Começemos pelas diretrizes relativas ao crédito rural, que parecem estar na base de boa parte dessas múltiplas articulações.

No ano de 1965 o governo federal criou o Sistema Nacional de Crédito Rural (SNCR), que se constituiu numa revolução total do sistema de crédito agrícola no país: permitiu que toda a rede bancária dele viesse a participar; proporcionou condições para ampliar o suprimento de recursos creditícios para o setor agrícola; e modificou as condições dos empréstimos oferecidos e as garantias exigidas dos agricultores, além de permitir ao governo federal exercer um controle mais efetivo sobre o encaminhamento dos recursos creditícios para as atividades e regiões de maior necessidade e de acordo com os planos oficiais estabelecidos.

A importância do novo sistema de crédito e os benefícios que ele trouxe à agricultura do país merecem uma descrição mais pormenorizada de suas características e de seu funcionamento.

O Sistema Nacional de Crédito Rural (SNCR) se compõe do Banco Central (com função fiscalizadora sobre o Sistema) e dos Bancos do Brasil, da Amazônia, do Nordeste e Nacional de Crédito Cooperativo; e como órgãos a ele vinculados,

como o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra), os bancos oficiais dos Estados, as caixas econômicas, os bancos privados e as cooperativas de crédito rural. Para conjugar, orientar e disciplinar a atuação dos componentes do Sistema, organizou-se no Banco Central um órgão especializado, a Gerência de Coordenação de Crédito Rural e Industrial (Gecri) [...].²¹

O que estava em questão, basicamente, era o desenvolvimento intensivo e extensivo do capitalismo no campo. À medida que o capital monopolista se desenvolvia, tornando o aparelho estatal cada vez mais amplamente prisioneiro dos seus movimentos, também provocava uma complexa rearticulação entre a nação e as diversas regiões. Formavam-se e expandiam-se latifúndios e empresas na Amazônia, dinamizavam-se as forças produtivas e as relações de produção nessa e outras regiões; intensificava-se a subordinação formal e real do trabalho ao capital; deslocavam-se contingentes do exército de trabalhadores de reserva do Nordeste, do Sul e de outras regiões do país para a Amazônia.

Esse foi o contexto econômico e político no qual o poder estatal foi levado a criar e reformular órgãos federais destinados a pôr em prática a sua política econômica. Assim, o Banco do Nordeste do Brasil (BNB), criado em 1952, e a Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste (Sudene), criada em 1959, foram absorvidos nos quadros da ideologia e prática dos governantes. Ao mesmo tempo, criaram-se outros órgãos federais, como, por exemplo, o Grupo Especial para a Racionalização da Agroindústria Açucareira do Nordeste (Geran), pelo Decreto n. 59.033-A, de 8 de agosto

²¹ Ruy Miller Paiva, Salomão Schattan e Claus F. French de Freitas, *Setor agrícola do Brasil*, Secretaria da Agricultura, São Paulo, 1973, p. 125.

de 1966.²² Na Amazônia, também, alarga-se e intensifica-se a atuação de órgãos federais, de modo a favorecer a expansão do capitalismo e a monopolização da terra. Além da Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia (Sudam) e Banco da Amazônia S. A. (Basa), o governo criou órgãos relativos às questões da terra e indígena: Estatuto da Terra, 1964; Fundação Nacional do Índio (Funai), 1967; Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra), 1970; Programa de Integração Nacional (PIN), 1970; Estatuto do Índio, 1973.²³

Não é demais lembrar que os governos militares foram levados a adotar planos e programas destinados a controlar as manifestações e as resoluções de problemas sociais. Era uma exigência do bloco de poder a adoção de diretrizes destinadas a articular o aparelho estatal a todo e qualquer problema social de maior importância. A supressão das instituições e estruturas de intermediação política entre a sociedade, os grupos, as classes, o “cidadão” e o Estado levou a ditadura a frequentes e múltiplas medidas destinadas a controlar as manifestações e as resoluções de problemas sociais que causavam preocupação. Em pouco tempo, invadiu todas as esferas da sociedade.

Foi assim que se criou, por exemplo, a Fundação Nacional do Bem-Estar do Menor (Funabem), conforme Lei n. 4.513, de 1º de dezembro de 1964. Cabia à Funabem articular os fins e os meios das fundações estaduais de “bem-estar do menor”. Desse modo, generalizava-se o poder do Esta-

²² Consultar: Francisco de Oliveira, *Elegia para uma Re(li)gião* (Sudene, Nordeste, Planejamento e Conflitos de Classes), Paz e Terra, Rio de Janeiro, 1977; Maria de Nazareth Bandel Wanderley, *Capital e propriedade fundiária*, Paz e Terra, Rio de Janeiro, 1978.

²³ Estudos da CNBB-CEP, *Pastoral da Terra, Posse e Conflitos*, 2ª ed., Edições Paulinas, São Paulo, 1977, esp. cap. 2.

do, sobreposto à sociedade, para controlar problemas que poderiam gerar inquietação social.

A Fundação Nacional do Bem-Estar do Menor tem como objetivo formular e implantar a política nacional do bem-estar do menor mediante o estudo do problema e planejamento das soluções, a orientação, coordenação e fiscalização das entidades que executem essa política (Art. 5º).

Muito mais importante do que essa e muitas outras iniciativas dos governantes, no sentido de atuar na “área social”, foi a decisão de formular e pôr em prática uma política habitacional. Nesse caso combinaram-se, de forma praticamente “ótima”, o Estado e a empresa privada, de modo a construir habitações “populares”. Os governantes partiam da constatação de que “a classe operária” e “a classe média inferior” não dispunham de recursos financeiros para adquirir casa. Somente poderiam candidatar-se à “casa própria” se lhes fosse garantido um “financiamento a longo prazo, com prestação inicial módica”. Ao mesmo tempo, tratava-se de combinar o “planejamento habitacional” com “uma política de planejamento urbanístico e de desenvolvimento regional”. Foi assim que o governo criou o Banco Nacional da Habitação (BNH) e o Serviço Federal e Habitação e Urbanismo (Serfhau), pela Lei n. 4.380, de 21 de agosto de 1964. Do mesmo modo que se conferiam aos estados e municípios as tarefas de “elaboração e execução de planos diretores, projetos e orçamentos para a solução dos seus problemas habitacionais”, estabelecia-se que cabia “à iniciativa privada a promoção e execução de projetos de habitações”. Tudo isso sob o comando do Estado.

o governo federal, através do Ministério do Planejamento, formulará a política nacional de habitação e de planejamento territorial, coordenando a ação dos órgãos públicos e orien-

tando a iniciativa privada no sentido de estimular a construção de habitações de interesse social e o financiamento da aquisição da casa própria, especialmente pelas classes de população de menor renda (Art. 1º).

No início das suas atividades, o BNH dispunha de poucos recursos para desenvolver suas atividades. Em 1966, no entanto, os governantes criaram uma fonte notável de recursos. Ao criar o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS), pela Lei n. 5.107 de 13 de setembro de 1966, encaminharam a resolução de dois problemas importantes da economia política da ditadura. Ao mesmo tempo que carregavam vultosos recursos financeiros para o BNH, acabavam com a estabilidade do assalariado no emprego, segundo as normas trabalhistas vigentes até 1964. A verdade é que o FGTS permitiu que a burguesia manipulasse ainda mais a seu favor os movimentos de exército industrial de reserva. Nem por isso, no entanto, resolveu-se o problema da habitação popular. Os recursos financeiros recolhidos por intermédio do FGTS ajudaram a financiar habitações para os grupos sociais de renda média e alta, em lugar de habitações para famílias de menor renda. Ao mesmo tempo, a atuação do BNH favoreceu o florescimento de negócios imobiliários, a realização de ambiciosos projetos de urbanização e a multiplicação de tecnocratas dedicados a estudos, planos, programas e projetos. Combinaram-se amplamente os interesses da ditadura, no sentido de tomar iniciativas no “campo social”, com os interesses da empresa privada, no sentido de aumentar a expropriação direta e indireta das classes assalariadas. Foi assim que se desenvolveu ainda mais a economia política da ditadura.

Desde a sua constituição, a orientação que inspirou todas as operações do BNH foi a de transmitir todas as suas funções

para a iniciativa privada. O banco limita-se a arrecadar os recursos financeiros para em seguida transferi-los a uma variedade de agentes privados intermediários. Essa orientação foi tão marcada que, até recentemente, as prefeituras que sentiam necessidade ou que eram compelidas por lei a elaborar planos urbanísticos para os seus municípios só podiam se qualificar para a obtenção de empréstimos, junto ao Serviço Federal de Habitação e Urbanismo, se a elaboração dos referidos planos fosse confiada a empresas privadas.²⁴

Os planos e programas governamentais não se restringiram a questões de política econômica, em sentido estrito. Ao contrário, não só transbordaram amplamente os vários campos da economia (finanças, comércio, indústria, agricultura, mineração, extrativismo etc.) como avançaram sobre os campos da educação, cultura, meios de comunicação de massas, organização política e muitos outros. Na prática, todos os campos da vida nacional foram alcançados, influenciados, reorientados, dinamizados, bloqueados ou reprimidos. Nesse sentido, cabe mencionar aqui os campos da educação e ciência e tecnologia.

Em 1966-1968, os governos dos marechais Castello Branco e Costa e Silva assinaram acordos com o governo dos Estados Unidos, no sentido de planejarem cooperativamente a “modernização” do sistema brasileiro de ensino. A execução dos acordos ficou a cargo do Ministério da Educação e Cultura (MEC), representando o Brasil, e Agência Norte-Americana para o Desenvolvimento Internacional

²⁴ Gabriel Bolaffi, “Habitação e urbanismo: o problema e o falso problema”, *Ensaio de Opinião*, n. 3, Rio de Janeiro, 1975, p. 73-83; citação da p. 78. Também: Paulo de Tarso Venceslau, *Reflexões sobre o papel dos investimentos urbanos no padrão de acumulação de capital no Brasil*, Emplasa, São Paulo, 1979; Victor da Silva e Mircea Buescu, *10 anos de renovação econômica*, Apec, Rio de Janeiro, 1974, p. 87-91.

(Usaid), representando os Estados Unidos. Tratava-se de providenciar uma ampla reforma do sistema brasileiro de ensino, de modo a “despolitizá-lo” e levá-lo a preparar profissionais para os planos e programas de desenvolvimento capitalista que o governo passou a dinamizar. A economia política da ditadura estava sendo imposta também na área da educação. A universidade mereceu atenção especial nos acordos MEC-Usaid. Tratava-se de ajustá-la às exigências do capital.

A reforma tem objetivos práticos e tende a conferir ao sistema universitário uma espécie de racionalidade instrumental em termos de eficiência técnico-profissional, que tem por consequência o aumento de produtividade dos sistemas econômicos.²⁵

No campo da ciência e tecnologia, também estabeleceu e passou a executar diretrizes especiais, sempre de modo a articular ciência e tecnologia com o “crescimento” ou “desenvolvimento econômico”. Nesse sentido, o governo do general Geisel estabeleceu o I Plano Básico de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (I PBDCT) para o biênio 1973-1974, conforme o Decreto n. 72.527, de 25 de julho de 1973, e o II Plano Básico de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (II PBDCT), para o período 1975-1979, de acordo com o Decreto n. 77.355 de 31 de março de 1976. Tratava-se de ajustar a política de ciência e tecnologia à “estratégia nacional de desenvolvimento”, ao “modelo brasileiro de crescimento”, de modo a alcançar a “maximização das taxas de crescimento”. Foi assim que se adotaram diretrizes

²⁵ Ministério da Educação e Cultura, *Reforma Universitária*, Relatório do Grupo de Trabalho, agosto, 1968, p. 20. Consultar também: Marcio Moreira Alves, *Beabá dos MEC-Usaid*, Edições Gernasa, Rio de Janeiro, 1968.

destinadas a pôr a “ciência e a tecnologia” a serviço do desenvolvimento das forças produtivas e relações de produção, em benefício do capital monopolista.²⁶

Vistos um a um, e em conjunto, os planos e programas nem se esgotam em diretrizes e atuações econômicas, nem permanecem simples depósitos de discursos dos governantes e seus funcionários. Sob a forma de planos, programas, diretrizes, metas, projetos e outras figurações, a política econômica da ditadura abarcou sempre, e em escala crescente, o conjunto da sociedade brasileira. Sob a ditadura, quando o debate político está proibido, quando as classes subalternas não têm qualquer possibilidade de levar as suas reivindicações aos governantes, e quando o proletariado e o campesinato são superexpropriados pelo capital monopolista, nessas condições, toda retórica do “desenvolvimento planejado” ou “planejamento governamental” absorve e esgota as possibilidades do debate político. Manipula-se a retórica do planejamento como sucedâneo praticamente único para o debate político. Foi tão ampla e profunda a articulação econômica e política dos interesses do bloco de poder, que o aparelho estatal passou a funcionar principalmente como um aparelho do capital.

Os donos do poder começaram a se imaginar todo-poderosos. Acreditaram na ficção que estavam construindo, ao imaginar que substituíam o “econômico” pelo “político.” Pensaram que o Estado poderia sobrepor-se à sociedade civil, ou uma extensa parte desta. Construíram planos e programas como se estivessem trabalhando sozinhos os problemas

²⁶ Consultar: I PBDCT; II PBDCT; Eduardo A. de Almeida Guimarães e Ecila M. Ford, “Ciência e tecnologia nos planos de desenvolvimento: 1956/73”, *Pesquisa e Planejamento*, v. 5, n. 2, Rio de Janeiro, dez. de 1975, p. 385-432.

econômicos e políticos, a sociedade, a história. Foi por isso, também, que a ditadura começou a ruir inclusive por dentro. As mesmas contradições sociais que os governantes imaginaram desconhecer, suprimir ou controlar foram recriadas e desenvolvidas pela mesma economia política que constituiu a ditadura.

II – A TECNOCRACIA ESTATAL

À medida que se sucediam os governos, expandiam-se, recriavam-se ou multiplicavam-se os órgãos e as atuações do poder estatal. Em todos os campos da vida social, a ditadura passou a estar presente, atuante. Instaurou um clima fascista generalizado, tanto no interior dos grupos e classes oprimidos quanto no âmbito da burocracia e tecnocracia que compõem o funcionalismo governamental. As exigências da sua economia política, que estabeleciam a superexploração e a repressão do proletariado e do campesinato (além da repressão sobre todas as classes assalariadas), acabaram por submeter, objetiva e subjetivamente, os governantes e os funcionários do aparelho estatal às conveniências da acumulação. Foi assim que cresceu o poder estatal em todas as áreas da vida social. E a tecnocracia civil e militar diversificou-se bastante.

A ditadura passou a atuar, de forma persistente, sistemática, profunda e generalizada, na questão da terra, na Ama-

zônia Legal, na política educacional, na indústria cultural, nas relações de produção, nas forças produtivas. O poder estatal passou a expressar, de forma cada vez mais aberta, as exigências da economia política da reprodução monopolística. Ao mesmo tempo que se desenvolvia a superexploração do proletariado e do campesinato, desenvolvia-se o poder estatal, como máquina de violência concentrada e organizada. As mesmas relações e estruturas de apropriação econômica, determinadas pela reprodução do capital, desenvolviam e apoiavam-se nas relações e estruturas de dominação política. Em conjunto, conformava-se um Estado de cunho fascista.

Mas vamos por partes. Vejamos algumas linhas da atuação econômica do Estado. Em especial, vejamos como o poder estatal se constitui também na maneira pela qual ele expressa e organiza o poder econômico. As condições de atuação do Estado na questão da terra e da Amazônia, por exemplo, expressam tanto alguns aspectos essenciais da sua economia política como o modo pelo qual se articula com a sociedade. Esse é o ambiente da tecnocracia estatal.

O Estatuto da Terra, criado pela lei n. 4.504, de 30 de novembro de 1964, na prática absorve e redefine as funções da Superintendência de Política Agrária (Supra), criada pelo governo do presidente Goulart, por meio da Lei Delegada n. 11, de 11 de outubro de 1962. Ocorre que o Estatuto deu origem ao Instituto Brasileiro de Reforma Agrária (Ibra), ao Instituto Nacional de Desenvolvimento Agrário (Inda) e ao Grupo Executivo de Reforma Agrária (Gera). Depois, esses três órgãos ligados à questão da terra tiveram as suas funções absorvidas pelo Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra),

criado pelo Decreto-Lei n. 1.110, de 9 de julho de 1970. Ainda no que se refere à questão da terra, a Lei n. 5.371, de 5 de dezembro de 1967 criou a Fundação Nacional do Índio (Funai) absorvendo as funções do antigo Serviço de Proteção aos Índios (SPI). E a Lei n. 6.001, de 19 de dezembro de 1973, definiu o Estatuto do Índio, também envolvendo a questão da terra. Nesses casos, os órgãos federais relativos à questão agrária criaram novas condições de transformação das terras devolutas e tribais em grandes propriedades ou, em alguns casos, núcleos de colonização. Desde a aprovação do Estatuto da Terra, em 1964, acelerou-se bastante o processo de monopolização da terra por grandes latifundiários, empresários e grileiros, nacionais e estrangeiros. Processo esse que se desenvolveu paralelamente a uma política de contrarreforma agrária, sob o lema da “colonização dirigida”, oficial e particular.

No que diz respeito à expansão do capitalismo na Amazônia (outro exemplo), também houve a reformulação de órgãos federais preexistentes, nos quadros da política econômica adotada pela ditadura.

A Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia (Sudam), criada pela Lei n. 5.173, de 27 de outubro de 1966, absorveu a Superintendência do Plano de Valorização Econômica da Amazônia (SPVEA). E o Banco da Amazônia S. A. (Basa) absorveu o Banco de Crédito da Amazônia. Em conjunto, a Sudam, o Basa, o Incra e a Funai passaram a desempenhar uma atuação muito importante na expansão do capitalismo na Amazônia Legal. E essa atuação adquiriu novo impulso com a criação do Programa de Integração Nacional (PIN), pelo Decreto-Lei n. 1.106, de 16 de junho de 1970, e do Programa de Polos Agropecuários da Amazônia

(Polamazônia) pelo Decreto n. 74.607, de 25 de setembro de 1974.

Essa é mais uma amostra da expansão e fortalecimento do poder estatal. É verdade que esse poder, precisamente no sentido de subordinação do Legislativo e Judiciário ao Executivo, já vinha crescendo ao longo dos mandatos dos governos anteriores. À medida que se desenvolvia e diversificava o capitalismo no país, crescia e diversificava-se a maquinaria tecnocrática civil e militar. A crescente subordinação das distintas formas de organização social da produção às exigências da acumulação monopolista estava impulsionando a expansão e o fortalecimento do poder estatal. Esse movimento do Estado expressava o crescente domínio do capital sobre o trabalho, da burguesia sobre as classes assalariadas, em particular o proletariado urbano e rural. A partir do golpe de Estado, esse processo adquire maior intensidade e generalidade. A ditadura fortaleceu o poder do capital sobre a força de trabalho do proletariado, propiciando altas taxas de expropriação. Esse “desenvolvimento” beneficiou-se do planejamento estatal.

Parece que as altas taxas de crescimento observadas desde 1968 não poderiam ter ocorrido sem as políticas de estabilização, as reformas institucionais e algumas das atividades de planejamento do governo a nível de projeto, adotadas no período 1964-1967. Outro aspecto foi a existência de um governo forte e estável que colocou economistas profissionais nas posições-chave de formulação da política e lhes concedeu inteira liberdade para implementar seus planos de ação.¹

¹ Werner Baer, *A industrialização e o desenvolvimento econômico do Brasil*, 2ª edição revista e aumentada, Fundação Getúlio Vargas, Rio de Janeiro, 1975, p. 237. A primeira edição dessa obra data de 1966.

Os instrumentos de política de planejamento existentes e em potencial, no Brasil, constituem uma gama mais variada do que a encontrada na maior parte das economias mistas.²

À medida que expandiu e fortaleceu o seu poder econômico e político, expandiu e fortaleceu os seus órgãos de pesquisa, análise, decisão e atuação nas diversas esferas da vida econômica do país. Assim, o que parece fruto do “planejamento governamental” é a expressão, sob a forma de técnicas de planejamento, da própria economia política da ditadura. Em todos os níveis da vida econômica, isto é, das forças produtivas e relações de produção, o poder estatal é levado a atuar de modo a propiciar a acumulação monopolista. O Estado ditatorial formula e põe em prática uma política econômica visando dinamizar a produção de mais-valia absoluta e relativa (ou lucro, renda e juro, segundo o “economista profissional”), em favor da grande empresa privada nacional e estrangeira – principalmente esta.

O que parece estar na base da parafernália tecnocrática, que aparece como instrumental de política de planejamento, é a poderosa aliança entre o capital monopolista e a ditadura. Nesse contexto é que os planos e programas, ou os instrumentos e as atividades de planejamento do governo, expressam dois significados fundamentais. Primeiro, o planejamento governamental se torna uma técnica de transformação de mais-valia potencial em efetiva. Nesse caso, possibilita o rearranjo e o desenvolvimento das forças produtivas e relações de produção. Dinamiza e generaliza o processo de subordinação da força de trabalho

² Werner Baer, *A Industrialização e o Desenvolvimento Econômico do Brasil*, op.cit., p. 278.

produtiva ao capital. Segundo, a esfera do planejamento, em seus instrumentos e atividades, ou em sua vasta parafernália tecnocrática, passou a ser uma esfera privilegiada de articulações e metamorfoses entre a economia política do capital monopolista e a economia política da ditadura. Esse é o contexto no qual se pode compreender a “matriz de instituições” governamentais que pesquisam, analisam, decidem e põem em prática os itens da política econômica. Note-se que os poucos dados do quadro 1 mostram como é larga e poderosa a capacidade governamental de formular políticas, à revelia das classes subalternas.

O Estado foi levado a desenvolver não só um amplo e complexo instrumental de política econômica, como também desenvolveu uma ampla e complexa articulação interna desse mesmo instrumental. Os vários ministérios, autarquias, empresas públicas, sociedades de economia mista, superintendências, institutos, conselhos etc. articulam e rearticulam-se por suas organizações, burocracias e tecnocracias.

Vejamos o exemplo dos conselhos. Eles “têm atribuições normativas”, ao mesmo tempo que possuem “grupos de estudos ou de avaliação de projetos”. Em geral, no entanto atuam em campos específicos.

Todavia, permanece o princípio básico de que toda unidade de controle (Conselho) pode tratar de muitos problemas simultaneamente, embora tome decisões relativas a tais problemas em diferentes pontos do tempo. Esse princípio aplica-se especialmente ao caso do Conselho Monetário Nacional.

Atuando em diferentes níveis de política, podemos listar os seguintes colegiados: CDI (Conselho de Desenvolvimento Industrial), CIP (Conselho Interministerial de Preços), CMN (Conselho Monetário Nacional), Concex (Conse-

lho Nacional de Comércio Exterior), Consider (Conselho Nacional da Indústria Siderúrgica).³

Todo esse instrumental passou a servir, em larga medida, à empresa privada. É inegável que havia as exigências do próprio aparelho de Estado, à medida, por exemplo, que se desenvolvia o setor produtivo estatal. Mas a maior parte do seu poder era posta a serviço das “forças do mercado”, da “livre empresa”, no “estímulo ao ingresso de capitais estrangeiros” e outras determinações do capital monopolista.

Quadro 1 – Matriz das instituições do governo que afetaram a economia do Brasil em 1973

Instituições	Atividade	Instrumentos
1. Ministério da Fazenda	Política fiscal, impostos aduaneiros	Estrutura tributária; despesas, incentivos fiscais
2. Banco Central	Políticas monetária e cambial	Nível de encaixes bancários; taxa de desconto; fixação das taxas de câmbio; aceitação ou rejeição de títulos para desconto
3. Bancos governamentais a) comerciais b) desenvolvimento c) caixas econômicas d) BNH	Comerciais Financiamentos a longo prazo Financiamentos especiais Financiamentos especiais	Empréstimos Empréstimos e participação societária Empréstimos Empréstimos
4. Empresas do governo a) infraestrutura	Produção	Fixação de preços; investimentos, estímulo a indústrias supridoras de insumos

³ Jorge Vianna Monteiro e Luiz Roberto Azevedo Cunha, “A organização do planejamento econômico: o caso brasileiro”, *Pesquisa e Planejamento Econômico*, v. 3, n. 4, Rio de Janeiro, dezembro de 1973, p. 1.045-1.064; citação da p. 1.052.

b) produtivas	Produção	Fixação de preços; investimentos, estímulo a indústrias supridoras de insumos
5. Autarquias econômicas	Regulamentação do mercado	Controles de preços e produção; assistência técnica, reforma agrária
6. Agências de desenvolvimento regional	Coordenar programas de desenvolvimento regional	Alocação de fundos governamentais, assistência técnica
7. CIP	Controle de preços	Permissão para aumentos de preços; uso dos instrumentos 2 e 3(a) como ameaça implícita ou explícita

Nota: Conforme Werner Baer, *op. cit.*, p. 280.

O atual Sistema Financeiro Brasileiro, formado pelo Conselho Monetário Nacional, Banco Central do Brasil S. A., Banco Nacional do Desenvolvimento Econômico e outras instituições financeiras públicas e particulares, apresenta várias oportunidades de investimento ao empresário, buscando solucionar o problema do déficit de capital. Dentre esses estímulos, podemos destacar os [...] que são de financiamento, prestação de garantias, *underwritings*, repasses e outros.⁴

Vale a pena colher mais alguns aspectos das relações econômicas e políticas que se constituíram e desenvolveram por dentro do Estado.

Desse modo podemos compreender melhor a forma pela qual se articularam o poder estatal e o capital monopolista. Ao mesmo tempo, podemos acompanhar a tessitura da economia política da ditadura. Vejamos o relato de Celso Lafer.

A minha hipótese é que os tecnocratas da área econômica, no sistema político brasileiro de 1964 a 1974, tiveram, sobretudo a

⁴ Roberto de Mello Ramos, “Incentivos fiscais e financeiros à empresa privada”, *Ipea Boletim Econômico*, n. 5/6, Brasília, 1974, p. 21-32; citação da p. 22.

partir de 1969, o seu *locus* de acomodação no Conselho Monetário Nacional. De fato, este era assim composto: o ministro da Fazenda, o seu presidente; o ministro do Planejamento e Coordenação Geral – 1º vice-presidente; o ministro da Indústria e Comércio – 2º vice-presidente; o ministro da Agricultura; o ministro do Interior; o presidente do Banco Central; o presidente do Banco do Brasil; o presidente do BNDE; o presidente do Banco Nacional de Habitação (BNH); o presidente da Caixa Econômica Federal; 4 diretores do Banco Central; e 2 membros sem vinculação a órgãos oficiais.

Além disso, o presidente do Conselho Monetário Nacional, tendo em vista a natureza dos assuntos, poderia convidar, para participar das reuniões, ministros de Estado de outras pastas, bem como representantes de outras entidades públicas ou das classes produtoras (Decreto n. 65.769, de 2 de dezembro de 1969). Conforme se verifica, os principais atores do *policy-making* econômico tiveram assento no Conselho Monetário Nacional.

Um levantamento das decisões tomadas pelo Conselho Monetário Nacional, durante o ano de 1972, mostra que este órgão decidiu e deliberou sobre *política industrial*, *política agrícola*, *café*, *política monetária*, *política cambial* e certas *políticas institucionais* do tipo Proterra, PIS, Provale, e também a política de habitação, pois o BNH, dentro da estratégia de financiamento, se apoia na poupança obrigatória do Fundo de Garantia de Tempo de Serviço (FGTS) e na poupança induzida de letras imobiliárias e das cadernetas de poupança, todas dependentes da instituição da correção monetária e de deliberações do Conselho Monetário Nacional.

Este levantamento também indica que o Conselho Monetário Nacional se converteu, sobretudo na gestão do ministro Delfim Netto, num órgão colegiado que tratou praticamente da coordenação de toda a política econômica do governo, acompanhando e quase determinando globalmente os seus efeitos. É por esta razão que se converteu num *locus* institucional de negociação, cabendo agora, conseqüentemente, dar alguns exemplos do processo de acomodação e barganha a que se fez referência. Este processo se insere no parâmetro

do impacto monetário de diferentes políticas salariais, administradas e de interesse de diversos órgãos governamentais.⁵

Essas relações internas à “matriz de instituições” do governo, instituições que pesquisam, analisam, decidem e põem em prática os itens e o conjunto da política econômica do país, somente revelam todo o seu significado quando compreendemos que elas expressam os nexos econômicos e políticos das relações entre o Estado e a economia. Mais que isso, as articulações internas dos instrumentos e atividades de planejamento da política econômica estatal revelam o Estado e as tendências do desenvolvimento das forças produtivas e das relações de produção. O “pragmatismo”, a “sistemática”, a “coerência”, a “eficácia”, a “modernização” das “forças do mercado”, com a “predominância da livre empresa no sistema econômico”, tudo isso envolve, na linguagem dos “economistas profissionais”, o “desenvolvimento econômico”. Na prática, no entanto, quando vistos no contexto das condições reais de produção, apropriação e dominação, tudo isso envolve a dinamização das condições de produção de mais-valia absoluta e relativa; ou poupança, lucro, renda e juro, como dizem os “economistas profissionais”, isto é, os funcionários do capital.

Ao desenvolver-se o poder estatal, desenvolveu-se também uma vasta tecnocracia, civil e militar. Todo um imenso *exército* de funcionários passou a permear, ampla e densamente, o conjunto da sociedade, seja nos seus centros de poder (econômico, político, militar, cultural e outros), seja nos seus extremos mais distantes e longínquos de execução das decisões. Desde Brasília até o extremo da Amazônia, ao norte, do Rio Gran-

⁵ Celso Lafer, *O sistema político brasileiro*, Editora Perspectiva, São Paulo, 1975, p. 90-91.

de, no sul, ou Mato Grosso, no oeste, em todos os cantos do país cresceu muito a presença e a atuação do imenso *exército* de funcionários, burocratas, civis e militares. Desde 1964, os governantes deram grande impulso à expansão e diferenciação dos órgãos, recursos materiais e pessoal de que o Estado passou a lançar mão para desenvolver a sua economia política.

Como a ditadura foi instalada inclusive sob o pretexto de que o governo do presidente João Goulart (1961-1964) era ineficaz, desde o começo os seus governos deram especial relevância à colaboração do técnico. Economistas, administradores, engenheiros, estatísticos, educadores, sociólogos, jornalistas e outros, muitos foram os especialistas civis e militares convocados para operar e “modernizar” a organização e o funcionamento do aparelho estatal. Tratava-se de substituir o “político” pelo “técnico”, a “demagogia” pela “ciência”, o “carisma” pela “eficácia”. Ao mesmo tempo que constituía o seu intelectual orgânico, ela desenvolvia também as bases da ideologia desse intelectual. Tanto assim que a tecnocracia imaginava constituir-se como se tivesse um fim próprio, definido por si mesma. Com frequência, a tecnocracia revelou a ambição de conferir o sentido da organização do Estado. Alimentou a ilusão de constituir-se numa “elite” de poder, ou “classe” muito especial. Houve sociólogos, estrangeiros e nativos, que lhe atribuíram a condição de classe social, na mesma categoria da burguesia. Ela mesma desenvolveu algo equivalente a uma ideologia própria. O núcleo principal dessa ideologia era a ideia de que o planejamento seria uma técnica neutra, inocente. Mas o próprio técnico encarregava-se de indicar no sentido dessa neutralidade, ou inocência. Falam os ministros:

Campos: Num sentido geral, o planejamento é em si mesmo politicamente neutro [...]. Pode também ser usado para

fortalecer a iniciativa privada – se substituir intervenções perturbadoras e desordenadas do governo por políticas bem definidas, se clarificar a divisão de tarefas entre a iniciativa privada e o governo, e se indicar metas gerais de crescimento com o estabelecimento de incentivos a ação empresarial.⁶

Delfim Netto: É importante que todos compreendam que o planejamento é uma simples técnica de administrar recursos e que, em si mesmo, é neutro [...]. É ilusão pensar que existe a alternativa planejar ou não planejar, pois a única alternativa que existe, na realidade, é planejar bem ou planejar mal. Uma administração federal, estadual, ou municipal ou mesmo privada, não deixa de planejar simplesmente porque não registra de forma consciente as tarefas que terá de realizar no futuro.⁷

Reis Velloso: Planejamento é um processo de tomada de decisões – o instrumento de aperfeiçoamento da política de desenvolvimento, abrangendo os estágios de formulação, orçamentação e acompanhamento da execução.⁸

Simonsen: O planejamento global é apenas uma nova maneira de conceber os métodos de decisão governamental, subordinando os instrumentos de ação a certos objetivos econômicos mais amplos. Instrumentos diretos de ação sob o controle do governo são os orçamentos e a legislação econômica geral [...]. A filosofia do planejamento é justamente a de dimensionar os instrumentos de ação de acordo com os objetivos traçados.⁹

A tecnocracia já vinha se desenvolvendo bastante ao longo das décadas anteriores. A crescente articulação do Estado com a

⁶ Roberto de Oliveira Campos, “A experiência brasileira de planejamento”, citado, p. 50.

⁷ Antônio Delfim Netto, *Planejamento para o desenvolvimento econômico*, Livraria Editora Pioneira, São Paulo, 1966, p. 13-14.

⁸ João Paulo dos Reis Velloso, *Brasil: a solução positiva*, Abril-Tec. Editora, São Paulo, 1978, p. 46.

⁹ Mário Henrique Simonsen, *Brasil 2001*, Apec Editora, Rio de Janeiro, 1969, p. 190.

economia, ao lado do desenvolvimento das relações de produção capitalistas e das contradições de classes, propiciou a expansão da tecnocracia. Em escala crescente, as classes dominantes estavam transformando os técnicos em *élite* governante. Esse processo acelerou-se muitíssimo com a instalação da ditadura. Os governos militares imaginaram substituir o “político” pelo “técnico”, a “demagogia” pela “ciência”, o “carisma” pela “eficácia”.

Portela: De qualquer forma, a chamada tecnocracia (ou mais pomposamente: tecnoburocracia) é uma invenção revolucionária de 1964 [...]. Os generais resolveram modernizar o país usando todos os trunfos das grandes empresas particulares, e já aí surge o economista Delfim como ponta de lança, criador, inclusive, do esquecido ‘milagre brasileiro’, com a bolsa de valores em alta e aquele ufanismo geral [...]. Com o extraordinário sucesso, que a censura garantia, pois só os elogios eram permitidos, Delfim não teve dúvidas em contratar mais e mais técnicos, que começaram a formar a casta dos tecnocratas brasileiros.¹⁰

Heller: É possível discordar de opiniões e decisões do professor Mário Henrique Simonsen no tocante à política econômica, financeira e social. Mas, desde que desempenhou, na administração federal passada, as funções de ministro da Fazenda, deixou aparecer os seguintes aspectos positivos: 1. grande coerência no apoio dinâmico à iniciativa privada; 2. a vontade de planejar e executar a política econômica dentro de um pragmatismo correto, sem aplicar métodos discutíveis, desfavoráveis ao prestígio interno e externo da administração; 3. a falta de ambições pessoais visando conseguir cargo de governador ou de presidente da República, limitando-se a aplicar correta e coerentemente os seus conhecimentos científicos e as suas convicções neoliberais.¹¹

¹⁰ Fernando Portela, “A luxuosa e amarga decadência de um personagem que já foi dono do Brasil: o tecnocrata”, *Jornal da Tarde*, São Paulo, 30 de junho de 1979, p. 4-5; citação da p. 4.

¹¹ Frederico Heller, “O papel de Simonsen na política econômica”, *O Estado de S. Paulo*, São Paulo, 3 de julho de 1979, p. 34.

Mas não foram apenas os “economistas profissionais” que atuaram na formulação e realização dessa economia política. Ao lado da parafernália tecnocrática estatal, operaram “técnicos” e “homens de negócio” que se entendiam, decidiam e punham em prática os planos e programas. À revelia das classes sociais assalariadas, em geral, e do proletariado e campesinato, em especial, o poder foi totalmente atrelado às exigências das classes dominantes.

À primeira vista, a ditadura parece exclusivamente militar. A forma pela qual o poder foi exercido não daria margem a dúvidas, se acompanhássemos apenas as aparências do exercício do poder. Desde 31 de março de 1964, a retórica política dos governantes fundava-se na doutrina de “segurança e desenvolvimento”; desde o golpe de Estado, os governos estiveram personificados na figura do militar.

O controle integral do Estado pelos militares e sua auto-legitimação pelos Atos Institucionais constituíram o mais formidável reforço do poder público central jamais experimentado no Brasil, resultando em haver equipado o governo com meios coercitivos dificilmente igualados nos regimes mais autoritários. Com a estabilidade social destarte assegurada, as diretrizes de Campos foram orientadas no sentido da obtenção da estabilidade financeira. Em sua tentativa de controlar a inflação contava com a vantagem de não ser incomodado pelas dificuldades mais comuns. A severa ditadura militar eliminou a resistência da classe operária, permitindo a redução dos salários reais dos trabalhadores.¹²

A prática do poder ditatorial, no entanto, implicava o controle político das classes assalariadas, em particular do

¹² Hélio Jaguaribe, “Brasil: estabilidade social pelo colonial fascismo?”, publicado por Celso Furtado (coordenador), *Brasil: tempos modernos*, Paz e Terra, Rio de Janeiro, 1968, p. 25-47; citação da p. 40.

proletariado e campesinato. A “coligação de tecnocratas e militares no poder”¹³ garantia as condições ditatoriais de formulação e execução das políticas econômicas dos governos e atendia amplamente aos interesses do capital monopolista. Isso era tanto mais evidente porque com frequência os técnicos do aparelho estatal eram personagens com ligações diretas, ou indiretas, com a empresa privada. Além de que a sua economia política, competência técnica, ou modo de compreender a organização da sociedade, estava sempre fundada na lógica da acumulação do capital; ou no jogo das “forças do mercado”. Acresce que os “homens de negócio transitavam sem quaisquer dificuldades entre os serviços públicos”. Era assim que se realizava a simbiose entre a ditadura e o capital monopolista.

Na área de cooperação entre o governo e o mundo dos negócios a experiência brasileira pode também oferecer lições a outros países. O empenho de desenvolvimento do Brasil foi favorecido, de diversas maneiras, por um relacionamento íntimo entre o setor privado e o setor público. Os militares, técnicos e homens de negócios transitam sem quaisquer dificuldades entre os serviços públicos e a atividade comercial privada. Isso significa que as realidades do mundo comercial, reconhecidas pelas empresas privadas ou públicas e experimentadas nos setores de comércio, bancário, de manufaturas e de agricultura, são entendidas pela maioria dos servidores públicos. Significa também que diversos líderes do setor privado estão bastante familiarizados com as complexidades e metas das atividades governamentais.

Uma das razões da cooperação entre o mundo dos negócios e o governo está no sistema de valores da hierarquia social, que atribui mais ou menos o mesmo *status* aos homens de

¹³ Celso Lafer, *O sistema político brasileiro*, Editora Perspectiva, São Paulo, 1975, p. 90.

negócios e aos homens do governo. Assim sendo, não existe barreira de *status* obstando o trânsito das pessoas [...].

Um segundo fator é que os líderes militares, os técnicos e os homens de negócios compartilharam inúmeras vezes das mesmas experiências de educação e treinamento, em instituições como a Escola Superior de Guerra e nos diversos cursos da Fundação Getúlio Vargas. O resultado tem sido uma harmonia surpreendente de concepções relativas a estratégias e metas de desenvolvimento.¹⁴

A maneira pela qual a tecnocracia se desenvolveu desde 1964 permite conhecer ainda melhor o poder estatal. Primeiro, a tecnocracia civil e militar confunde-se numa categoria profissional importante para a organização, operação e reprodução da ditadura. Segundo, é no âmbito da tecnocracia que tendem a desenvolver-se as articulações entre o “político” e o “econômico”, entre as razões do Estado e as razões do capital monopolista, sob o manto da neutralidade, ou inocência, das técnicas da economia política burguesa. Terceiro, a forma pela qual se articulam o “político” e o “econômico”, o Estado e o capital, da mesma maneira que a tecnocracia civil e militar, expressa a forma pela qual a burguesia, enquanto classe dominante, captura o poder estatal, ou lhe confere as direções fundamentais.

¹⁴ Stefan H. Robock, *O desenvolvimento brasileiro em debate*, prefácio de Antônio Delfim Netto, trad. de Leo Magarinos de Souza Leão, Livraria Francisco Alves Editora, Rio de Janeiro, 1977, p. 234-235.

III – AS FORMAS DO CAPITAL

Desde os seus começos, a ditadura se viu fortemente induzida a concentrar o poder do Estado, no sentido de criar as condições econômicas e políticas para a retomada do “desenvolvimento econômico”, cujas bases principais haviam sido estabelecidas no período do governo do presidente Juscelino Kubitschek de Oliveira (1956-1960); criar as condições práticas e ideológicas para que as “forças do mercado” pudessem desenvolver-se amplamente, com o predomínio da “livre empresa”.

Diante da crise econômica e política dos anos dos governos dos presidentes Jânio Quadros (1961) e João Goulart (1961-1964), os militares e civis contrários às forças políticas que poderiam assumir o poder com as eleições presidenciais de 1965 decidiram movimentar-se e realizar o golpe de Estado de 31 de março de 1964. Ocorre que em 1961-1964 a crise econômica e política havia provocado um acentuado divórcio entre as exigências do poder econômico e as ten-

dências do poder político. Caía a taxa de inversões, crescia a inflação e reduzia-se a taxa de crescimento. O Produto Interno Bruto *per capita* passou de 4,1 em 1961, para menos 1,8 em 1963.¹ Nesses anos, desabrochou a contradição entre as possibilidades políticas da democracia burguesa, de base populista, e as exigências do capital monopolista, de base imperialista. As articulações econômicas e políticas que se haviam tornado possíveis no período de execução do Programa de Metas (1956-1960) desencontraram-se, ou romperam-se, nos anos 1961-1964. Foi nesses anos que as forças econômicas e políticas ajustadas às exigências do capital monopolista organizaram e realizaram o golpe de Estado. Diante da possibilidade de formação de um governo de base popular, ou da possibilidade de surtos revolucionários, de base operária e camponesa, as forças mais reacionárias do país, aliadas ao imperialismo, organizaram e realizaram o golpe.

Assim, os adeptos da doutrina de “segurança e desenvolvimento” foram induzidos a reorganizar e concentrar o poder do Estado, de modo a favorecer e impulsionar a acumulação monopolista. Foram mínimas, escassas e frágeis as mediações ideológicas que se constituíram nas intermediações entre a fisionomia e os movimentos do poder estatal e a fisionomia e os movimentos do capital monopolista. A ditadura instalada foi induzida a pôr-se a serviço do capital monopolista, de modo direto, aberto, ostensivo e repressivo. A segurança e o desenvolvimento de que falavam os governantes e os seus funcionários diziam

¹ Ministério do Planejamento e Coordenação Econômica, *Programa de ação econômica do governo 1964-1966*, Documentos Epea, n. 1, Brasília, 1964, p. 20.

respeito às exigências políticas e econômicas, práticas e ideológicas, da acumulação monopolista; acumulação essa que passou a determinar, em ampla medida, a fisionomia e os movimentos do Estado ditatorial.

Toda força concentrada e organizada da sociedade foi posta a serviço de uma política destinada a superar a “estagnação econômica” e a “inflação explosiva”. Isto é, a violência readquiriu, de modo ainda mais amplo e brutal, o caráter de potência econômica, de força produtiva. Na prática, o capital monopolista havia penetrado ainda mais profunda e amplamente no aparelho estatal, ao mesmo tempo que penetrara, ou passara a influenciar, de modo decisivo, amplos setores do sistema de ensino, público e privado, a indústria cultural, as forças da repressão, o pensamento e a prática dos governantes e tecnocratas. Foi assim que a ditadura militar concretizou-se numa ditadura da burguesia, configurando um Estado fascista.

Langoni: Como Campos chama a atenção, a partir de 1964 a intervenção militar, até então de caráter exclusivamente moderador, assumiu o caráter estabilizador e reformista. O fortalecimento do Executivo era indispensável para assegurar a mobilização a tempo útil dos instrumentos de política econômica que permitissem superar a estagnação econômica e a inflação explosiva do período 1963-1964.²

Campos: Depois da revolução de 1964, duas medidas de reforma institucional foram tomadas: primeiro, a abolição dos partidos tradicionais, excessivamente personalistas e facciosos, e sua substituição por um sistema bipartidário, o que presumivelmente facilitaria a manutenção da disciplina partidária em apoio de planos e programas governamentais; segundo, a ab-rogação do poder do Congresso de aumentar o

² Carlos Geraldo Langoni, “Um panorama da moderna economia brasileira”, *Jornal do Brasil*, “Livro”, Ano 3, n. 65, Rio de Janeiro, 7 de dezembro de 1974.

dispendio orçamentário, que tornaria impraticável qualquer planejamento financeiro consistente.³

Baer: A excepcionalidade da experiência brasileira desde 1964 reside na livre manipulação por técnicos, apoiados por um governo forte, de um sistema econômico dominado pelo Estado, mas que admite um extenso setor privado. A manipulação tornou-se possível em virtude da existência de governos fortes e estáveis, os quais asseguraram que as políticas econômicas seriam levadas a cabo, quaisquer que fossem os efeitos secundários sobre os vários grupos econômicos. Se acrescentarmos a isso a dimensão geográfica, a população e a base de recursos naturais do país é difícil compreender por que altas taxas não poderiam ter sido alcançadas.⁴

Desde que se instalou, a ditadura se viu fortemente induzida a organizar e concentrar a violência estatal, em conformidade com a violência da acumulação monopolística. Tanto assim que o desenvolvimento capitalista no Brasil ingressou numa fase especial: cresceram a concentração e a centralização do capital, reforçando-se o poder do capital monopolista, altamente articulado com o poder estatal, e em conformidade com as determinações do imperialismo; formaram-se e desenvolveram-se associações e fusões de empresas: estrangeiras entre si, estrangeiras e nacionais, nacionais e estatais, e estrangeiras, nacionais e estatais. Ao mesmo tempo que se desenvolveram as forças produtivas e as relações de produção, tanto na indústria quanto na agricul-

³ Roberto de Oliveira Campos, "A experiência brasileira de planejamento", in: Mário Henrique Simonsen e Roberto de Oliveira Campos, *A nova economia brasileira*, Livraria José Olympio Editora, Rio de Janeiro, 1974, p. 47-48; citação das p. 51-52.

⁴ Werner Baer, *A industrialização e o desenvolvimento econômico do Brasil*, 2ª edição revista e aumentada, Editora da Fundação Getúlio Vargas, Rio de Janeiro, 1975, p. 251.

tura, na cidade e no campo, desenvolveram-se e ganharam amplo predomínio os monopólios. Ao lado dos monopólios de direito, estabelecidos pelo Estado, formaram-se e desenvolveram-se os monopólios econômicos, propiciados pela forma pela qual o imperialismo passou a atuar no país. O próprio Estado favoreceu e impulsionou a monopolização da economia brasileira, por sua política fiscal, creditícia e tarifária; política essa inserida no contexto de um Estado no qual a violência passou a ser operada de modo altamente organizado e concentrado. Fascistizou-se o poder estatal.

Esse foi o quadro histórico no qual a economia brasileira desenvolveu ainda mais a singular estrutura econômica que se vinha formando desde décadas anteriores. O perfil, os movimentos e as articulações da economia brasileira passaram a revelar, de forma relativamente nítida, a presença de três setores econômicos importantes: o imperialista, o nacional e o estatal. É claro que a economia brasileira continuou a configurar-se e desenvolver-se em termos de um setor secundário, ou industrial, cada vez mais poderoso e predominante; ao mesmo tempo que a agropecuária, em sentido lato, foi cada vez mais extensa e intensivamente submetida ao capital industrial. Simultaneamente, persistiram, ou mesmo recriaram-se, pequenas, médias e grandes empresas, a despeito do acentuado predomínio da grande empresa sobre o conjunto da economia. Nesse mesmo contexto, persistiram, ou recriaram-se, segmentos da economia organizados em termos competitivos, ao lado dos oligopólios e monopólios. Mas também houve a formação, expansão ou recriação de conglomerados, associações, fusões, *holdings* e outras articulações, entre empresas grandes, médias e pequenas, privadas e estatais, nacionais e estrangeiras. Ao lado disso

tudo, desenvolveu-se muito o processo de monopolização, ao mesmo tempo que o capital financeiro adquiriu o caráter predominante, mais geral, da forma capital. Isto é, o capital bancário passou a ser articulado de forma mais profunda e generalizada com o capital industrial, o que passou a influenciar de modo acentuado o conjunto da economia, a estruturação do Estado e a maneira pela qual o Estado passou a articular-se com as classes dominantes e as classes subalternas, na cidade e no campo. Junto, e por dentro desses vários e diversos processos da economia brasileira, desenvolveram-se ainda mais as peculiaridades e as articulações de três setores econômicos importantes dessa economia. Talvez algumas das peculiaridades da economia política da ditadura possam revelar-se, de forma mais clara, quando examinamos as peculiaridades e as articulações desses três setores da economia: o imperialista, o nacional e o estatal. Tanto o caráter monopolístico da economia brasileira quanto as relações entre o capital monopolista e o Estado, além do significado do capital financeiro no capitalismo desenvolvido no Brasil, tudo isso talvez reapareça nas peculiaridades e articulações desse *tripé* econômico.

Depois da estagnação havida em 1963-1967, a economia brasileira passou a crescer de forma acentuada. Em 1968-1974, além da ampla ocupação das forças produtivas então disponíveis, ocorreu também o desenvolvimento dessas forças. Ao mesmo tempo que passaram a desenvolver-se, de modo intenso e extenso, as relações capitalistas de produção, também se desenvolveram bastante as forças produtivas. A força de trabalho, a tecnologia, a divisão do trabalho, o planejamento econômico governamental, a violência estatal, o capital público e privado, nacional e estrangeiro, foram essas as principais

forças produtivas reativadas e desenvolvidas, intensa e extensivamente, nos anos de ascenso econômico da ditadura. Da mesma forma que ocorria a concentração acelerada do capital, pela crescente reinversão da mais-valia, também ocorria a centralização do capital, pela crescente absorção de capitais individuais, em geral menores, ou mais fracos, pelos mais poderosos. Tudo isso amplamente favorecido e protegido, econômica e politicamente, pelos governantes. Desde 1964, o poder estatal foi levado a atuar, de modo ainda mais fundo, no sentido de favorecer e proteger a concentração e a centralização do capital, propiciando a transição decisiva da economia amplamente dominada pelo capital monopolista.

Vale a pena observar que o setor imperialista aparece nos documentos governamentais como “empresa estrangeira”, “empresa multinacional”, “firma subsidiária” de empresa multinacional ou “capital internacional”. Todas essas denominações, por intenção ou implicação, visam apagar, ou minimizar, a especificidade do capital imperialista, que é um dos problemas principais na explicação do caráter do capitalismo monopolista que se desenvolve no Brasil. O setor nacional aparece como “capital nacional” ou “empresa privada nacional”. E o setor estatal é mencionado como “empresa governamental”, “empresa do governo”, “Estado” ou “setor produtivo estatal”. Não é fácil especificar quando uma empresa, conglomerado, *holding*, grupo etc. é simplesmente estatal, nacional ou imperialista. Nem sempre os vínculos econômicos e políticos são visíveis, mesmo depois de muita pesquisa. Além do mais, na prática, os três setores da economia, ou o tripé, sempre se acham articulados, reciprocamente determinados, em uma totalidade que também possui as suas especificidades. De qualquer modo, vale a

pena observar como a economia política burguesa procura definir as principais categorias de empresas que formam o conjunto da economia brasileira.

Uma firma é considerada *subsidiária* de uma *empresa multinacional* (EMN) quando a participação acionária da EMN é igual ou superior a 25% [...]. O limite mínimo de 25% foi estabelecido pelo Departamento de Comércio dos Estados Unidos como marco a partir do qual um *portfolio investment* se transforma em *direct investment*. As possibilidades de que participações superiores a essa (mesmo se inferiores a 50%) não impliquem o controle efetivo da empresa são consideradas remotas. Já o Departamento do Tesouro, considerando outras modalidades de aplicação, estabeleceu o limite em 10% [...]. As empresas consideradas governamentais (ou estatais) são aquelas em que o governo (em quaisquer dos níveis) é acionista majoritário (superior a 50%).⁵

Desde logo cabe observar que a distinção entre estatal, nacional e imperialista não é senão uma dimensão da realidade econômica. Na prática, o tripé do capitalismo no Brasil apresenta diversas articulações e determinações recíprocas. Da mesma forma, cabe também observar que essas articulações e determinações recíprocas não são sempre pacíficas. Ao contrário, são pontilhadas de disputas e antagonismos. Se é verdade que há consenso entre as burguesias imperialista e nacional, junto com os governantes e tecnocratas, quanto à superexploração do proletariado e do campesinato, há razoável controvérsia entre eles a propósito de como repartir a mais-valia.

Boa parte dos dados sobre o tripé da economia brasileira mostra razoável predomínio da grande empresa estatal e

⁵ Carlos von Doellinger e Leonardo C. Cavalcanti, *Empresas multinacionais na indústria brasileira*, Ipea/Inpes, Rio de Janeiro, 1975, p. 33-34.

imperialista sobre a nacional. Mas é a empresa imperialista que realiza maiores ganhos, pois que em geral a empresa estatal está situada em atividades de infraestrutura, destinadas exatamente a atender às exigências da reprodução do capital privado estrangeiro e nacional. Está na ideologia e prática dos governantes, da tecnocracia e das burguesias nacional e estrangeira, que a produção da empresa governamental se destina a servir de “economia externa” para a acumulação capitalista nacional e imperialista.

Nessa perspectiva, pode-se mesmo sustentar que o grande ascenso da economia brasileira nos anos 1968-1974 teria sido iniciado e garantido, em boa parte, pelo setor estatal. Além das muitas iniciativas governamentais, em favor da “retomada do desenvolvimento”, ou das “forças do mercado”, com a “predominância da livre empresa no sistema econômico”, as empresas e as inversões estatais exerceram uma atuação decisiva, no sentido de dinamizar a acumulação capitalista nos setores privados. O poder estatal tanto investiu quanto induziu inversões nos setores de energia elétrica (nesse criou o *holding* Eletrobras), petróleo (pela dinamização da Petrobras), na siderurgia e indústrias de construções, habitação e planejamento urbano, pela criação e dinamização do sistema Banco Nacional da Habitação (BNH) e Serviço Federal de Habitação e Urbanismo (Serfhaui).

Nossa proposição é a de que a reativação do crescimento teria sido induzida, desde 1967, pelos crescentes investimentos do Setor Produtivo Estatal (SPE). Mais precisamente, a recomposição dos *investimentos* ter-se-ia efetuado através de determinadas empresas do SPE, que teriam atuado, assim, de forma decisiva, para a *reversão do ciclo recessivo* de 1963-1967. Isto é, as inversões estatais (em determinados setores) funcionaram como mecanismo de reversão, reativando lentamente os

níveis de produção do setor de bens de capital e da construção civil pesada.⁶

É importante chamar a atenção para o fato de que a intensidade de capital (relação capital/produto) dos setores estatais é muitíssimo elevada, de forma que a sustentação de um alto nível de crescimento da produção implica manter um enorme volume absoluto (crescente) de inversões. Efetivamente, embora, em termos de crescimento da produção, o desempenho do setor produtivo estatal não tenha sido substancialmente superior à média naquele período (1970-1973) (portanto abaixo do crescimento dos setores de bens duráveis e bens de capital fixo), pelo lado da formação de capital fixo o SPE expandiu-se notavelmente. [No quadro 2] pode-se verificar que a participação do patrimônio líquido das empresas estatais (no conjunto das grandes empresas) cresceu apreciavelmente entre 1968-1973.⁷

Essa atuação governamental já se vinha realizando nas décadas anteriores ao golpe de 1964. O Programa de Metas posto em prática pelo governo do presidente Juscelino Kubitschek de Oliveira (1956-1960) foi o mais notável dentre os vários planos e programas que anteriormente haviam dinamizado e diversificado a atuação do Estado na expansão do capitalismo no Brasil.⁸ Ao longo do tempo, e numa escala bastante acentuada desde 1964, o poder estatal

⁶ Luciano G. Coutinho e Henri-Philippe Reichstul, "O setor produtivo estatal e o ciclo", in: Carlos Estevan Martins (organizador), *Estado e capitalismo no Brasil*, Hucitec-Cebrap, São Paulo, 1977, p. 55-93; citação da p. 73.

⁷ Luciano G. Coutinho e Henri-Philippe Reichstul, *op. cit.*, p. 76.

⁸ Octavio Ianni, *Estado e planejamento econômico no Brasil (1930-1970)*, 3ª edição, Editora Civilização Brasileira, Rio de Janeiro, 1979; Carlos Estevan Martins (organizador) *Estado e capitalismo no Brasil*, citado; Victor da Silva e Mircea Buescu, *10 anos de renovação econômica*, Apec Editora, Rio de Janeiro, 1974; Fernando A. Rezende da Silva, *Avaliação do setor público na economia brasileira*, Ipea/Inpes, Rio de Janeiro, 1972; Werner Baer, *A industrialização e o desenvolvimento econômico do Brasil*, 2ª edição, Fundação Getúlio Vargas, Rio de Janeiro, 1975.

foi ampla e intensivamente levado a investir e induzir inversões, de modo a acelerar a acumulação monopolística. Inclusive passou a desenvolver associações com empresas privadas nacionais e estrangeiras. Em geral, o poder público mantém forte presença em setores básicos, infraestruturais, que propiciam a acumulação no âmbito da empresa privada nacional e estrangeira. Paralelamente, o capital imperialista predomina nos setores de metais não ferrosos, mecânica, material elétrico e de comunicação, transporte, borracha, têxteis, fumo, alimentos e outros. Note-se, pois, que o setor imperialista alcança os mais diversos setores de produção na indústria, agricultura e agroindústria, sem esquecer que ele alcança também o comércio e o capital bancário. Isso também é verdade para o setor privado nacional, mas com menor força, inclusive por que esse se espraia por inúmeras empresas grandes, médias e pequenas – principalmente médias e pequenas –, enquanto o setor imperialista aglutina principalmente grandes e poderosas empresas, que contam com o respaldo de suas matrizes e associadas nos Estados Unidos, Alemanha, Japão e outras nações dominantes.

Quadro 2 – Evolução recente do tripé capitalista (% do patrimônio líquido por ramo para as 379 maiores empresas manufatureiras)

	1968			1972		
	Capital internacional	SPE	Capital nacional	Capital internacional	SPE	Capital nacional
Alimentos, Bebidas	40,1	–	55,9	34,0	1,2	64,8
Fumo	100,0	–	–	100,0	–	–
Têxtil, vestuário	44,2	–	55,8	30,1	–	69,9
Madeira <i>et al.</i>	100,0	–	–	100,0	–	–
Papel etc.	5,0	–	95,0	41,3	–	58,7
Editorial e gráfica	100,0	–	–	100,0	–	–

	1968			1972		
	Capital internacional	SPE	Capital nacional	Capital internacional	SPE	Capital nacional
Borracha etc.	93,4	–	6,6	87,2	–	12,8
Produtos químicos*	67,4	3,2	29,5	71,5	7,7	20,8
Petróleo e derivados	16,6	75,3	12,1	13,6	78,4	8,0
Minerais não metálicos	23,5	76,5	–	27,1	–	72,9
Siderurgia e não ferrosos	17,8	66,0	16,1	13,2	63,3	23,5
Metalurgia	44,4	55,6	–	40,7	–	59,3
Mecânica e maquinaria	56,1	43,9	–	78,9	–	21,6
Máq. elétrica	67,9	32,1	–	73,7	–	26,3
Equipamento de transporte	91,7	8,3	–	88,0	1,1	10,9
Diversos	68,8	1,7	–	37,5	81,9	18,1
TOTAL	37,4	26,2	36,5	38,0	32,0	30,0

*Inclui farmacêuticos e cosméticos.

Fontes: 1968 – Fernando Fanjizylber, Ipea – 1971 / 1972 – Compilados da revista *Visão* para amostra semelhante.

Obs.: Conforme Luciano G. Coutinho e Henri-Philippe Reichstul, *op. cit.*, p. 77.

São os próprios governantes e os seus tecnocratas, civis e militares, que explicam como e por que atrelaram o poder estatal ao capital monopolista. Mais do que em qualquer época anterior, desde que se instalou a ditadura, o Estado foi levado a desenvolver uma vasta, complexa e maciça política econômica, de forma a favorecer e impulsionar a acumulação capitalista. Toda retórica e prática da economia política da ditadura orientaram-se segundo as exigências da economia política do capital monopolista. Com frequência o argumento da “segurança nacional” foi usado para explicar por que o poder estatal era levado a reservar-se alguns setores da economia. Foi assim que os governos militares foram levados

a criar ou recriar monopólios estatais. Passaram a considerar como “campo de atuação direta” do Estado “os setores da infraestrutura econômica, normalmente através de empresas governamentais, de energia e transportes e comunicações”. Mas reservaram boa parte dos setores “diretamente produtivos”, isto é, lucrativos, para a empresa privada nacional e estrangeira. O argumento da “segurança nacional” muitas vezes propiciou a realização de inversões públicas, de grande vulto, para criar “economias externas” que favoreciam e impulsionavam os empreendimentos e os ganhos dos setores privados, nacional e imperialista. Assim, a imagem do tripé deixa de ser uma simples metáfora enganosa. O que está em questão é a vasta, complexa e maciça articulação do capital monopolista, principalmente imperialista, com o Estado. As formas do capital somente se configuram no âmbito das relações e determinações recíprocas dos capitais particulares. Aí também surge a forma capital em geral.

Constituem campos de atuação próprios da área privada os setores diretamente produtivos: indústrias de transformação, indústria de construção, agricultura e pecuária, comércio, seguros, sistema financeiro (ressalvada a função pioneira e de estímulo atribuída aos bancos oficiais).

Nesses setores, não apenas o governo confia seu desenvolvimento à iniciativa privada, como procura provê-la das condições para um desempenho satisfatório, através de incentivos fiscais, financeiros, política de preços e outros estímulos [...]. A verdade é que, assumindo a maior responsabilidade (embora não a exclusividade) pelos setores de infraestrutura econômica, está o setor público, simultaneamente, realizando três coisas: – assume o ônus maior dos setores que demandam investimentos gigantescos, com longos prazos de maturação e, em geral, mais baixa rentabilidade direta.

É fora de qualquer dúvida que o Brasil não teria mantido taxas de crescimento da ordem de 10%, no período até 1974,

sem os maciços investimentos realizados pela Eletrobras e seu sistema, Petrobras, Telebras e seu sistema, CVRD, Oner etc.; – ocupa-se de áreas complementares e viabilizadoras da ação do setor privado, em vez de envolver-se em atividades competitivas às deste último, que pode, então, responsabilizar-se por campos que demandam menor volume de investimentos, têm mais curto prazo de maturação e mais alta rentabilidade direta; – evita a presença maciça da empresa estrangeira nas áreas de infraestrutura, pois sua saída desse campo teria de ser preenchida, em grande medida, pelo investimento externo. Passa, assim, a presença da empresa estatal, em tais áreas, a constituir elemento de equilíbrio do modelo, permitindo, inclusive, maior flexibilidade no tratamento do capital estrangeiro nos setores não básicos.⁹

Assim, a “estatização” da economia havida ao longo das últimas décadas, e acentuada ainda mais desde 1964, expressa principalmente o processo de crescente captura do poder estatal pelo capital monopolista. O que se desenvolve, por dentro da ditadura militar, é a concentração e a centralização do capital monopolista. Mesmo quando o próprio Estado desenvolve o setor produtivo estatal, o que ocorre é o desenvolvimento do Estado como “capitalista coletivo”, um capitalista que também explora e submete os operários das empresas estatais. Esses operários também produzem mais-valia absoluta e relativa, que é apropriada, imediatamente, pela empresa estatal, mas que com frequência se transfere ao setor privado, ao menos em parte. Além de que o setor produtivo estatal em geral constitui subsídios, infraestruturas ou economias externas propícias à acumulação monopolista no setor privado. Simultaneamente, as diversas e muitas atua-

⁹ João Paulo dos Reis Velloso, *Brasil: a solução positiva*. Abril-Tec Editora, São Paulo, 1977, p. 73-74.

ções do poder estatal, no âmbito de isenções de impostos, facilidades de créditos, avais para empréstimos e operações externas, política de remessa de lucros, dividendos e *royalties* ao exterior etc., tudo isso aumenta a escala de articulação do Estado com o capital monopolista. Desse modo, o poder estatal impulsiona ainda mais a articulação e o dinamismo entre os capitais particulares, e dos diversos setores e sub-setores da economia brasileira, com o capital em geral, que realiza e expressa os diversos capitais.

Dentro desta estrutura, *et pour cause*, o Estado constitui formas superiores de organização capitalista, consubstanciadas num sistema financeiro público e em grandes empresas estatais, cumprindo o papel desempenhado pelo capital financeiro nas industrializações avançadas. Este fato de o Estado condensar as formas mais abstratas do capital é que confere ao capitalismo monopolista retardatário uma condição ainda mais “desenvolvida”, no sentido de que tende a apresentar, neste aspecto, um grau mais avançado de “socialização” da produção capitalista. É nestes termos que pode ser entendido o conceito de “capital estatal”.¹⁰

Cabe apresentar, agora, uma síntese do que tem sido a economia política da ditadura. Talvez seja possível dizer que ela apresenta três traços particularmente marcantes.

Primeiro, o planejamento econômico estatal transformou-se em poderosa força produtiva. A ditadura desenvolveu, aperfeiçoou ou “modernizou” o aparelho estatal, de modo a garantir a estabilidade social e política conveniente ao capital financeiro nacional e estrangeiro. Todas as esferas

¹⁰ Luciano G. Coutinho e Luiz Gonzaga de Mello Belluzzo, “O desenvolvimento do capitalismo avançado e a reorganização da economia mundial no pós-guerra”, *Estudos Cebrap*, n. 23, São Paulo, 1978, p. 5-31; citação da p. 22.

da vida social passaram a ser vigiadas, controladas, dinamizadas ou reprimidas, de modo a garantir as condições de “segurança” desejadas pela grande burguesia nacional e estrangeira, para o “desenvolvimento” do capital. Em condições ditatoriais e monopolísticas, o capital financeiro conseguiu fazer com que todo o peso do poder estatal fosse colocado a seu dispor. Foi assim que o planejamento econômico estatal transformou-se numa poderosa força produtiva complementar, à disposição da grande burguesia. Ao lado do capital, tecnologia, divisão do trabalho e força de trabalho, além de outras forças produtivas, o planejamento estatal passou a favorecer e dinamizar a acumulação do capital. O Estado foi levado a mobilizar recursos políticos e organizacionais, científicos e técnicos, de modo a favorecer, orientar, reorientar, dinamizar ou diversificar as atividades produtivas, na indústria, agricultura, pecuária, comércio e finanças. As políticas de isenções de impostos, concessão de incentivos fiscais, créditos, avais e outras, além de favorecerem amplamente a concentração e a centralização do capital, também realizaram, na prática, uma larga transferência de recursos do poder estatal, isto é, da sociedade, para as classes dominantes. Assim, a sucessão e a multiplicidade de planos, programas e projetos governamentais, consubstanciados no sistema federal de planejamento, transformaram-se em poderosa força produtiva complementar. Ou seja, por intermédio do sistema federal de planejamento, a ditadura conseguiu fazer com que se desenvolvessem as forças produtivas, as relações de produção e, em consequência, a reprodução do capital. Sob condições monopolísticas e ditatoriais, o planejamento conferiu uma amplitude e um ritmo ainda maiores à acumulação de capital. Os próprios processos de concentração

e centralização do capital adquiriram maior abrangência e dinamismo com o crescimento do sistema federal de planejamento. Foi assim que o capital conseguiu arrancar uma taxa extraordinária de mais-valia da classe operária.

Segundo, a violência estatal, como técnica política e econômica, também se transformou em poderosa força produtiva. Posta a serviço do capital, ao controlar a classe operária, como proprietária da principal força produtiva, a força de trabalho, a violência estatal também favoreceu a produção de uma taxa extraordinária de mais-valia. Junto com o sistema federal de planejamento, o sistema federal de repressão também entrou nesse processo de acumulação do capital. Opera sobre as forças produtivas, isto é, a força de trabalho, e nas relações de produção. Não aparece apenas no aparelho repressivo, mas inclusive nas organizações públicas e privadas, cujos mecanismos de organização e funcionamento, ou princípios de hierarquia, disciplina e desempenho, envolvem as mais diversas formas de punição. Além da violência política, mais visível, que aparece na prisão, processo, ameaça, sequestro, desaparecimento ou assassinato de membros e líderes de sindicatos operários, ligas camponesas, igrejas e partidos, a violência política, policial e militar aparece também nos locais de trabalho – fábrica, fazenda, latifúndio, empresa, escritório. No âmbito das relações de produção, a violência estatal passa a ser uma potência econômica, ou força produtiva. A violência do poder estatal, como violência concentrada e organizada da sociedade burguesa, passa a atuar no sentido de garantir e reforçar a subordinação econômica e política da classe operária e do campesinato. Ao dinamizar as forças produtivas e as relações de produção, favorece a produção de mais-valia,

a dinamização dos processos envolvidos na produção de capital. Assim, a combinação do sistema federal de planejamento com o sistema federal de violência passa a operar de forma decisiva na dinâmica da transformação do que poderia ser uma taxa potencial de mais-valia em mais-valia efetiva. Nesse sentido é que a ditadura propicia a produção de uma taxa extraordinária de mais-valia. Ao mesmo tempo, e por isso mesmo, o Estado aparece às classes assalariadas, em geral, mas aos operários e camponeses em especial, como um Estado despótico, opressivo, repressivo. Parece um Estado conquistador. São estranhas, estrangeiras, as suas razões. Tudo passa a ser largamente submetido às razões de “segurança e desenvolvimento” do Estado ditatorial, do capital, da alta finança, da grande burguesia financeira, do imperialismo. Aos trabalhadores da cidade e do campo, aos operários e camponeses, tudo isso parece estranho, estrangeiro.

Terceiro, o capital financeiro, sob condições monopolísticas, passou a determinar amplamente a fisionomia e os movimentos do Estado. A ditadura realizou largamente a articulação do aparelho estatal com a grande burguesia financeira, sem que essa precisasse necessariamente fazer-se presente no exercício do governo. Sem que a grande burguesia financeira, nacional e estrangeira, precisasse assumir o governo do aparelho estatal, esse foi levado a agir, cada vez mais, segundo as exigências do desenvolvimento do capital financeiro e monopolista. Sob vários aspectos, os desenvolvimentos do planejamento e da violência estatais, como técnicas econômicas e políticas, como forças produtivas, são, ao mesmo tempo, condição e produto dos desenvolvimentos do capital financeiro. Em escala ampla, e sob forte proteção econômica e política do Estado, os vários grandes capitais particulares,

setoriais, articulam-se sob o mando da alta finança, da grande burguesia financeira. Os capitais industrial, bancário e comercial, largamente protegidos e impulsionados pelo poder estatal, desenvolvem e constituem a força e os movimentos do capital financeiro. Todos os principais desenvolvimentos do capital, no subsistema econômico brasileiro, passam a ser cada vez mais determinados pelo capitalismo financeiro. O setor produtivo privado nacional, o setor produtivo estatal e o setor produtivo imperialista são largamente articulados pelo capital financeiro, desenvolvendo-se sob condições monopolistas. São numerosas as associações e fusões de empresas, nos setores industrial, bancário e comercial, ao mesmo tempo que entre si. É verdade que em cada setor – estatal, privado nacional e imperialista – tende a haver movimentos particulares de cada capital. O setor produtivo estatal, por exemplo, desenvolveu uma articulação particular entre indústria, recursos financeiros e comércio. Tanto assim que houve expansão e concentração das empresas estatais, inclusive pela facilidade de recursos financeiros que o poder público colocou à disposição dessas empresas. No mesmo sentido, as grandes empresas privadas, principalmente as estrangeiras, desenvolveram uma alta capacidade de “autofinanciamento”, devido ao grande volume dos seus negócios e à facilidade de acesso a recursos financeiros disponíveis em organizações “internacionais”. Em todos os novos arranjos (acordos, associações, fusões etc.) entre as grandes empresas dos setores industrial, bancário e comercial, ou estatal, privado nacional e imperialista, em todos os arranjos predomina o capital imperialista. Esse capital preside, ou determina, fundamentalmente, a força e os movimentos do capitalismo financeiro que passou a influenciar, de modo decisivo, a fisionomia e os movimentos do Estado brasileiro.

IV – CAPITAL IMPERIALISTA

O fato é que o setor imperialista muito se beneficiou, em termos de ganhos, com a política econômica dos governos militares. Alguns dados referentes a 1974 mostram que o faturamento das empresas estrangeiras alcançou 42,8% do total, enquanto que as nacionais privadas chegaram a 32,0%, e as estatais atingiram apenas 25,2%.¹ E isso a despeito de que o patrimônio líquido e o pessoal ocupado fossem bem maiores nas empresas estatais. Esses e outros aspectos das formas do capital monopolista podem ser observados nos dados apresentados no quadro 3. Em geral, pois, o setor estatal se articula de forma altamente dinâmica com a acumulação capitalista que se realiza nos setores privados. É verdade que também ocorre acumulação capitalista no setor estatal. A ditadura foi levada a

¹ Wilson Suzigan, “As empresas do governo e o papel do Estado na economia brasileira”, in: Fernando Rezende e outros, *Aspectos da participação do governo na economia*, Ipea/Inpes, Rio de Janeiro, 1976, p. 77-134; citação da p. 102.

transformar (ainda mais acentuadamente do que em décadas anteriores) o Estado em uma espécie de “capitalista coletivo”. Também o Estado passou a explorar operários assalariados, apropriar-se de mais-valia. Além disso, no entanto, o setor econômico estatal destinou-se a favorecer a acumulação nos setores privados nacional e imperialista. Tudo com base numa política de sistemática e agressiva exploração da classe operária e do campesinato.

Verifica-se que a ação empresarial do Estado localiza-se principalmente na produção de insumos básicos, serviços de utilidade pública, serviços de armazenagem, transportes e comunicações. Dentre os insumos básicos, as EG controlam os setores de mineração, siderurgia e petróleo (extração e processamento) e têm participação relevante nos de química e petroquímica, fertilizante e adubos, borracha e papel. Nos serviços de utilidade pública, as EG controlam os setores de energia elétrica, gás, água e esgotos, e outros (administração portuária, serviços de desenvolvimento e serviços públicos diversos). E nos transportes, principalmente o ferroviário e o marítimo. Além disso, o Estado ainda atua por meio das EG na produção de máquinas e equipamentos industriais, aviões, construção civil e engenharia, distribuição de derivados de petróleo, importação e exportação e serviços diversos (especialmente processamento de dados e pesquisas de recursos naturais).

Nesses setores, as EG apresentam em geral uma participação mais elevada em termos de patrimônio líquido, imobilizado e emprego, e menor em termos de faturamento e lucro líquido. Isso se explica pelo fato de as EG situarem-se, como se viu, nos setores de insumos e serviços básicos, onde são maiores a escala de produção e a densidade de capital, e menor a lucratividade. Consequentemente, os indicadores de *performance* mostram que, onde a comparação é possível, as EG em geral (exceção apenas das empresas dos setores de mineração, borracha e distribuição de derivados de petróleo) apresentam fatu-

ramento por empregado e rentabilidade mais baixos que aqueles das empresas do setor privado.²

Neste ponto, cabe observar, de novo, que as empresas que compõem o *tripé* da economia brasileira distribuem-se de forma desigual pelo conjunto dessa economia. Talvez as empresas privadas nacionais sejam as únicas que se dispersam por todos os setores (indústria, agropecuária, agroindústria, comércio, bancos etc.). Em menor escala, as empresas do setor imperialista também se repartem por diferentes atividades. E as estatais tendem a concentrar-se em “áreas estratégicas” ou “setores da infraestrutura econômica”. Mas é inegável que as empresas privadas nacionais, muito mais numerosas que as outras, são menos poderosas e encontram-se nas “áreas menos dinâmicas” da economia brasileira. Assim, a única “força” das empresas privadas nacionais “parece residir na sua presença em todos os ramos da atividade industrial e em alguns em particular”. É inegável, no entanto, que ocorreu “uma especialização dos grupos multinacionais e estatais em determinados ramos estratégicos”.³

² Wilson Suzigan, “As empresas do governo e o papel do Estado na economia brasileira”, citado, p. 104. Siglas adotadas: EG, Empresa do Governo; EMN, Empresa Multinacional; EPN, Empresa Privada Nacional. Em 1976, o patrimônio líquido distribuía-se do seguinte modo: estatais 52,2%, nacionais 27,7% e estrangeiras 20,1%; e o faturamento alcançava 24,3%, 37,4% e 38,3%, respectivamente. Conforme João Paulo dos Reis Velloso, *Brasil: a solução positiva*, Abril-Tec Editora, São Paulo, 1978, p. 80-83.

³ Eli Diniz e Renato Raul Boschi, *Empresariado nacional e Estado no Brasil*, Forense – Universitária, Rio de Janeiro, 1978, p. 124-133. Referências retiradas no cap. III, de autoria de Renato R. Boschi.

Quadro 3 – Número de empresas e participação percentual segundo os critérios adotados – 1974

Grupos de empresas	n.	%	Patrimônio líquido(%)	Imobilizado líquido (%)	Grupos de empresas	n.	%
Empresa do governo	115	15,7	54,3	62,9	25,2	38,7	30,0
Empresa multinacional	246	33,7	24,5	20,2	42,8	31,3	31,3
Empresa privada nacional	370	50,6	21,2	16,9	32,0	30,0	38,7
Total	731						

Fonte: FIBGE, *Pesquisa Industrial*, 1973; p. 19; e *Conjuntura Econômica*, v. 30, n. 13, fevereiro de 1976, p. 310-314.

Obs.: Conforme Wilson Suzigan, “As empresas do governo e o papel do Estado na economia brasileira”, citado, p. 102.

As empresas estatais, já bastante dinâmicas no período anterior a 1964, consolidam de início sua posição na economia e se expandem, de maneira bastante concentrada, em áreas bem delimitadas; as empresas estrangeiras também se alicerçam nos momentos iniciais e, com o controle nítido de alguns setores, se espraiam também por outros; e, por fim, as nacionais, já bastante dispersas em termos de sua atuação, progressivamente emergem como um ator imprescindível dentro do modelo.⁴

Nem sempre as relações entre os três setores foram tranquilas. Ao contrário. A todo o tempo tem havido disputas entre a burguesia de base imperialista, a burguesia e os governantes e seus funcionários, tecnocratas, civis e militares. Um dos pontos principais das disputas diz respeito à luta pelo acesso aos favores e proteções do poder estatal. Toda a sistemática de incentivos, diretos ou indiretos, do poder público aos setores privados envolve

⁴ Eli Diniz e Renato R. Boschi, *op. cit.*, p. 134. Citação extraída do cap. III, de autoria de Renato R. Boschi.

uma luta bastante intensa entre os interesses imperialistas e nacionalistas presentes na economia política da ditadura. A despeito do comprometimento essencial da política econômica da ditadura com o capital monopolista, é inegável que os ajustes e reajustes dos incentivos, bem como do próprio setor econômico estatal com os setores nacional e imperialista, têm provocado frequentes atritos e reclamações. Além do mais, o conjunto da burguesia nacional e imperialista está sempre a lutar pela “privatização” de empresas produtivas e lucrativas estatais. Muito da discussão sobre a “desestatização” da economia, ou “desburocratização da administração federal”, envolve as influências e as disputas das burguesias nacional e imperialista, no âmbito do poder estatal. Outro ponto óbvio de controvérsia é inerente à existência de segmentos monopolizados, oligopolizados e concorrenciais na economia brasileira. É óbvio que as pequenas e médias empresas estão sempre a lutar para preservar certos níveis de apropriação de mais-valia, ao mesmo tempo que lutam para não serem simplesmente subordinadas, ou absorvidas, pelas grandes empresas nacionais e estrangeiras protegidas pelo poder estatal. Isto é, há uma pequena e média burguesia que poucas vezes está à vontade, no quadro geral da apropriação da mais-valia produzida pelo proletariado e campesinato.

Cabe observar aqui que as articulações dos setores que compõem o tripé da economia brasileira são de especial importância por duas ordens combinadas de razões. Primeiro, a importância relativa e absoluta de cada um dos setores – estatal, nacional e imperialista – implica a supremacia do imperialismo sobre o conjunto da economia. Se

é inegável que o setor estatal é poderoso, pela quantidade de grandes empresas e pela posição estratégica em que elas se encontram na estrutura da economia, também é inegável que o setor imperialista é o que realiza a acumulação monopolista em maior escala. Na economia política da ditadura, tanto o setor estatal como o privado nacional acabam por articular-se de forma subordinada ao setor imperialista. Isto é, o imperialismo beneficia-se amplamente das “economias externas” e da mais-valia proporcionadas pelos setores nacional e estatal. Segundo, e em consonância com essas articulações e determinações recíprocas, todo capital individual (em nível de empresa privada nacional, empresa governamental ou estrangeira) passa a ser altamente determinado pela posição e importância de que o capital imperialista (fundamentalmente monopolístico) desfruta na configuração e nos movimentos da economia como um todo.

A economia brasileira é uma totalidade heterogênea, desigual e contraditória. Cria e recria disparidades. Combina segmentos monopolísticos com oligopolísticos e concorrenciais. Inclusive, e principalmente, está apoiada numa elevadíssima taxa de exploração da classe operária e do campesinato. Ao mesmo tempo, no entanto, essa totalidade está altamente determinada pelo capital monopolista, comandado pelo imperialismo. Nesse sentido, o conjunto da economia brasileira passou a ser influenciado pelas exigências da reprodução monopolista. Daí a acentuada e generalizada tendência no sentido da concentração e centralização do capital. Sob as mais diversas formas, os capitais mais poderosos submetem, combinam-se ou simplesmente absorvem os menores.

O próprio Estado é levado a desenvolver uma política econômica que favorece tanto a concentração, ou capitalização das empresas maiores, quanto a centralização, ou absorção de empresas débeis, ou mesmo fortes, por outras mais poderosas. Daí as fusões, associações e outras articulações em franco desenvolvimento no Brasil, principalmente desde 1964. Foi assim que o mercado brasileiro se tornou “importante e simpático”, sem qualquer traço ou risco de “socialismo”; não há limitação à acumulação privada. Foi nesse contexto que os imperialismos europeu e japonês ressurgiram no Brasil. A ditadura transformou a economia brasileira em território livre, altamente “simpático” para o capital monopolista. Foi assim que se desenvolveu certa disputa entre os imperialismos, pela livre penetração na economia brasileira. Tudo isso favorecido e protegido, econômica e politicamente, pelos governantes. E é isso que confere uma parte da singularidade ao fascismo que se desenvolveu no país nesses anos. Trata-se de um fascismo altamente determinado pelo capital financeiro do imperialismo.

Os empresários estrangeiros que fazem negócios no Brasil também tendem a preferir negociar com as empresas estatais. Um executivo japonês diz: “Que melhor parceiro se pode ter numa associação (*joint-venture*) do que o governo? Você pode estar certo de que uma empresa estatal virá com o dinheiro tão logo ele se torne necessário.”⁵

Outro ponto que pode levar as empresas norte-americanas a, inclusive, acelerar a formação de *joint-ventures*, com brasileiros, é a garantia de mercado. Quem chegar antes assegura sua posição no mercado [...]. De três anos para cá, o número de *joint-ventures* de empresas norte-americanas no Brasil

⁵ “A monopoly game”, *Newsweek*, Nova Iorque, 18 de junho de 1979, p. 47.

quadruplicou em relação aos dez anos anteriores, mesmo assim elas perderam terreno para os europeus e japoneses.⁶

Foi assim que cresceu e se diversificou a penetração do imperialismo na sociedade brasileira. A própria indústria cultural do imperialismo ganhou ainda mais força econômica e política junto ao governo e em amplos setores da sociedade brasileira. Muitas coisas, aparentemente *alheias* ao imperialismo, tais como a reforma do sistema brasileiro de ensino e as técnicas de tortura usadas pelos militares e policiais da ditadura, foram muitas as coisas mais díspares como essas largamente ditadas pelo imperialismo.

Nesse quadro de relações econômicas e políticas, altamente influenciado ou ditado pelo imperialismo, a dívida externa brasileira cresceu de forma ininterrupta. Ao mesmo tempo, e em escala ainda mais acentuada, continuaram a crescer os serviços da dívida. Cada vez mais, os operários e os camponeses são obrigados a trabalhar para pagar juros, dividendos, direitos etc. às empresas e bancos estrangeiros. Assim se acentua a transferência de mais-valia para o exterior, ao mesmo tempo que se recria e reforça a dependência econômica e política do país em face dos interesses dos imperialismos estadunidense, alemão, japonês e outros. “Manter os países dependentes endividados é também um instrumento político valioso para garantir seu alinhamento e arrancar deles novas concessões econômicas”.⁷ Uma imagem dessas relações do país com o imperialismo pode

⁶ “*Joint-ventures* desagradam”, *Folha de S. Paulo*, São Paulo, 12 de julho de 1979, p. 23. Registro de formulações do advogado Thomás Fellsberg, presidente da Associação Brasileira de *Leasing*.

⁷ Duarte Pereira, L. Strauss e P. Araújo, “Novo recorde da dívida externa: 50 bilhões de dólares”, *Movimento*, n. 225, São Paulo, 4 de novembro de 1979, p. 12-13; citação da p. 13.

ser obtida pela observação dos dados do quadro 4. Note-se como têm sido altas, e crescentes, as taxas representadas pelos juros e as prestações sobre as exportações. Em 1979, por exemplo, os serviços da dívida teriam alcançado a taxa de 68,8% do valor das exportações. Ou seja, tem sido elevadíssimo o esforço de exportar para pagar juros e prestações. Esse processo continua em 1980.

Apela-se para a expansão da dívida externa, cuja função não é outra senão financiar o retorno à circulação internacional do capital da fração do excedente de propriedade das empresas internacionais e, apenas secundariamente, financiar a própria acumulação de capital.⁸

A expansão baseada no Departamento III sob controle forçâneo recria a tradicional crise de balanço de pagamentos na conta de transação de mercadorias, na forma de uma pressão crescente para importação de bens de capital e bens intermediários de produção, e cria um novo tipo de crise na conta de serviços, na forma de uma crescente pressão para remessa de lucros, dividendos, direitos de assistência técnica, juros de empréstimos (no mais das vezes, apenas aparentes) [...] A solução encontrada no período foi a da expansão da dívida externa, como forma de financiar crescentes remessas.⁹

⁸ Francisco de Oliveira, *A economia da dependência imperfeita*, Edições Graal, Rio de Janeiro, 1977, p. 99.

⁹ Francisco de Oliveira, *A economia da dependência imperfeita*, citado, p. 103. Quanto à divisão da economia em departamentos e às articulações desses, o mesmo autor esclarece: “Adotaremos, aqui, a seguinte divisão: Departamento I, produtor de bens de capital ou, em sentido lato, de bens de produção, pois inclui os chamados bens intermediários, que são *também* capital constante; Departamento II, produtor de bens de consumo para os trabalhadores, que estamos chamando de bens de consumo não duráveis; e Departamento III, produtor de bens de consumo para os capitalistas, que estamos chamando de bens de consumo duráveis”. Conforme nota 1, p. 77.

Quadro 4 – Haja exportação para pagar tanta dívida! (em bilhões de dólares)

Anos	Prest.	Juros	Serviços da dívida (prest. +juros)	Serviços da dívida Exportações (%)	Serviços da dívida Novos empréstimos (%)
1968	0,8	0,1	0,9	51,0	150,0
1969	1,1	0,2	1,3	54,1	130,00
1970	1,2	0,2	1,4	53,9	100,00
1971	1,4	0,3	1,7	58,0	85,0
1972	1,9	0,4	2,3	58,2	53,5
1973	2,1	0,5	2,6	41,6	57,8
1974	2,0	0,6	2,6	32,6	37,7
1975	2,1	1,4	3,5	41,3	59,3
1976	2,9	1,7	4,6	45,9	58,9
1977	4,1	2,1	6,2	51,2	71,2
1978	5,2	2,7	7,9	62,7	56,4
1979*	6,9	3,5	10,4	68,8	90,4

Fonte: Banco Central.

* Estimativas de um estudo da Fundação Getúlio Vargas.

Obs.: Conforme Duarte Pereira, L. Strauss e P. Araújo, *op. cit.*, p. 13.

É profunda e generalizada a penetração do capital estrangeiro na economia brasileira. O imperialismo, sob a forma estadunidense, japonesa, alemã ou outra, está atuando em praticamente todos os campos da atividade econômica – inclusive na indústria cultural. Além do mais, está presente nos modos de pensar dos governantes e seus tecnocratas. A economia política que fundamenta a prática e ideologia da política econômica governamental, toda ela, é uma ampla sistemática da visão econômica e política da burguesia imperialista. Há uma *cultura* imperialista que permeia e acompanha o desenvolvimento das relações, processos e estruturas da acumulação monopolística.

A fusão de interesses de grupos industriais, financeiros e comerciais de distinta procedência que se está processando agora no Brasil, e que permite uma maior internacionalização da empresa produtiva ‘brasileira’, mediante novas formas de associação promovidas pelo capital financeiro, corresponde a um rearranjo da estrutura oligopólica interna para adaptar-se melhor às novas regras do jogo econômico internacional [...]. Os principais grupos estrangeiros instalados no país têm aproveitado as possibilidades de exploração barata de recursos naturais e mão de obra, bem como os enormes subsídios e isenções fiscais às exportações, e a proteção de um mercado interno que lhes permite utilizar tecnologia de segunda ordem. Do mesmo modo, tem adquirido relevância nesse esquema a crescente divisão regional do trabalho entre as principais filiais estrangeiras que operam na América Latina.¹⁰

A totalidade econômica e política formada pelos setores estatal, nacional e imperialista adquiriu, por sua vez, uma configuração muito especial. O modo pelo qual se deu o desenvolvimento dessa totalidade, principalmente desde a instalação da ditadura, transformou o Estado em poderoso núcleo do capital financeiro. Passou a ser tão grande o poder decisório e de atuação do Estado, que muitos tiveram a impressão de que o Estado se havia “deslocado” da sociedade, ou se colocado “contra a nação”.¹¹ Provavelmente, jamais tenha

¹⁰ Maria da Conceição Tavares, *Da substituição de importações ao capitalismo financeiro (ensaios de economia brasileira)*, Zahar Editores, Rio de Janeiro, 1972, p. 255 e 256. Consultar também Paul Singer, *A crise do “milagre”*, Editora Paz e Terra, Rio de Janeiro, 1976, esp. p. 112-119.

¹¹ Francisco de Oliveira, “Planejamento e poder: o enigma transparente”, mimeo., *Cebrap*, São Paulo, 1978; Armando Boito Jr. e Décio Saes, “Três teses equivocadas (a respeito de quem domina o Estado brasileiro)”, *Movimento*, n. 198, São Paulo, 16 de abril de 1979, p. 6. Francisco de Oliveira, *A economia da dependência imperfeita*, Edições Graal, Rio de Janeiro, 1977; Luciano G. Coutinho e Luiz Gonzaga de Mello Belluzzo, “O desenvolvimento do capitalismo avançado e a reorganização da economia mundial no pós-guerra”, *Estudos Cebrap*, n. 23, São Paulo, 1978, p. 5-31.

sido tão grande a capacidade e o poder do Estado de tomar decisões, atuar ou influenciar as condições de acumulação monopolística no Brasil. De fato, o Estado passou a ser um poderoso núcleo do capital financeiro. Tanto assim que ele parece ser a fisionomia e a expressão da totalidade econômica e política formada pelo setor estatal, nacional e imperialista. Constitui-se como figuração e metáfora do capital em geral.

Mas talvez seja ilusório imaginar que a configuração de Estado como núcleo do capital financeiro esgota essa história, ou apanha a essência do problema. Primeiro, é indispensável observar que esse Estado é ditatorial. Está constituído de tal forma que não responde, a não ser muito precariamente, às reivindicações das classes subalternas. Mais do que isso, orienta-se de maneira a propiciar a superexploração do operário e do camponês. A repressão é uma das manifestações da economia política da ditadura, no sentido de criar a estabilidade política e favorecer a produção de mais-valia, convenientes à burguesia detentora do capital monopolista. Nisso está um dos componentes fascistas do poder estatal. Segundo, em todas as suas atuações mais importantes, o poder estatal é levado a favorecer, sob todas as formas, a acumulação monopolística. Toda a vasta parafernália tecnocrática, civil e militar do poder estatal foi posta a serviço da “livre empresa” ou das “forças do mercado”. A *essência* da política de desenvolvimento industrial do Brasil passou a ser “o barateamento do custo do capital para o empresário”.¹² Os incentivos de tipo fiscal e creditício passaram a ser “a via utilizada preferencialmente para que

¹² Wilson Suzigan e outros, *Crescimento industrial no Brasil: incentivos e desempenho recente*, Ipea/Inpes, Rio de Janeiro, 1974, p. 11.

o governo exerça influência sobre a formação de capital”.¹³ Todas as atividades econômicas, na indústria, comércio, agricultura, agroindústria, finanças etc. passaram a beneficiar-se da poderosa capacidade de decisão, atuação e influência do poder estatal. Todo o sistema bancário, público e privado, foi orientado nessa direção, além de induzido a favorecer o “desenvolvimento regional” e as empresas de comercialização de produtos agropecuários, minerais, extrativos e manufaturados no exterior. Sob todas as formas, o Estado foi levado a induzir a transformação de “poupanças voluntárias internas e externas” em recursos de capital para a burguesia nacional e estrangeira. Mais que isso, foi induzido a “transformar poupanças forçadas governamentais em disponibilidades financeiras para o investidor privado”.¹⁴

Instituíram-se não só medidas de incentivos diretos à formação de capital na indústria, como também incentivos fiscais e creditícios à exportação de manufaturados, à implantação ou ampliação de indústrias que apresentem programas de exportação, à formação de empresas de comercialização (*trading companies*), incentivos fiscais regionais e a setores industriais específicos, e medidas de política econômica geral (mormente aquelas relacionadas com o desenvolvimento do sistema financeiro e com a política de endividamento externo) que contribuíram para estimular o crescimento industrial.¹⁵

¹³ Edmar L. Bacha e outros, *Análise governamental de projetos de investimento no Brasil: procedimentos e recomendações*, 2ª edição, Ipea/Inpes, Rio de Janeiro, 1972, p. 74.

¹⁴ Carlos Geraldo Langoni, *A economia da transformação*, Livraria José Olympio Editora, Rio de Janeiro, 1975, p. 185. Consultar também Carlos A. Afonso e Herbert de Souza, *O Estado e o desenvolvimento capitalista no Brasil*, Editora paz e Terra, Rio de Janeiro, 1977.

¹⁵ Wilson Suzigan e outros, *Crescimento industrial no Brasil: incentivos e desempenho recente*, citado, p. 205.

Tudo isso indica que a totalidade econômica e política formada pelos setores estatal, nacional e imperialista é uma totalidade determinada pelo capital monopolista comandado pelo imperialismo. É inegável que essa totalidade está permeada de antagonismos entre os componentes do tripé. Todos lutam pela apropriação de mais-valia, já que essa está na base da lógica da reprodução dos capitais individuais, setoriais e do conjunto do capital social. Inclusive, é bastante dura a luta entre as burguesias imperialista e nacional, na disputa pela apropriação da maior parcela de mais-valia. Ao mesmo tempo, devido à sua posição estratégica no âmbito das relações e estruturas de apropriação econômica e dominação política, o Estado parece ganhar elevada margem de atuação e arbítrio. Mas tudo isso fica um pouco mais consistente e compreensível quando observamos que o Estado é ditatorial; que a ditadura é exercida contra as classes assalariadas, em geral, e o proletariado e o campesinato, em especial; que a ditadura está altamente determinada pelos movimentos da acumulação monopolística, sob o comando do imperialismo.

SEGUNDA PARTE

A CLASSE OPERÁRIA E O
CAMPEPINATO

V – A POLÍTICA SALARIAL

A política salarial foi o principal instrumento da economia política da ditadura. A doutrina de “segurança e desenvolvimento”; o planejamento econômico governamental; a política anti-inflacionária; a reabertura do subsistema econômico brasileiro ao capital imperialista; a política de isenções de impostos e tarifas; as facilidades creditícias; as inversões do poder público em serviços e empreendimentos infraestruturais; a articulação do setor produtivo estatal com os setores privados nacional e estrangeiro; os incentivos ao crescimento intensivo e extensivo do capitalismo no campo; o impulso à concentração e centralização do capital; a repressão política contra as classes assalariadas, em geral, e o proletariado e o campesinato, em especial – muitas foram as atuações que exerceram influência direta e indireta na acumulação de capital, na expansão da grande empresa, no florescimento dos grandes negócios. Tudo isso, no entanto, compreendeu, em algum grau, e às vezes em grande me-

dida, a política de arrocho salarial dos governos militares. Tratava-se de refazer, aperfeiçoar e acentuar a exploração dos trabalhadores na indústria, agricultura, agroindústria, mineração, extrativismo e outras atividades econômicas; tratava-se de desenvolver a exploração dos trabalhadores produtivos, principalmente operários e camponeses.

Para as classes dominantes, tratava-se de aumentar a taxa e a massa de mais-valia absoluta e relativa. Haveria uma mais-valia “potencial”, ou “extraordinária”, se as relações de produção e as forças produtivas fossem submetidas às novas condições econômicas e políticas de “modernização”, “reversão de expectativas” ou “racionalização”, que a ditadura passou a instaurar desde 1964. Foi assim que a política econômica planificada, a política operária (entendida como salarial, sindical e previdenciária), a repressão política, a remilitarização da fábrica e várias outras atuações governamentais se tornaram práticas cotidianas, econômicas e políticas, no processo de superexploração de operários e camponeses. A violência estatal, conjugada com o capital, a tecnologia, a divisão do trabalho, o planejamento governamental e a força de trabalho, adquiriu a categoria de uma força produtiva suplementar. A força de trabalho de operários e camponeses (a força produtiva que pode criar valor, desde que conjugada com o capital, a tecnologia e a divisão do trabalho) foi submetida a condições de produção nas quais passaram a atuar também o planejamento e a violência, como instrumento da política a que a burguesia monopolista subordinou a sociedade. Na prática, o Estado estava sendo levado a desenvolver, de forma acentuada e generalizada, as forças produtivas e as relações de produção, de modo a favorecer a expansão do capital monopolista.

No começo, a ditadura teve maior facilidade para impor a política de arrocho salarial, sob a alegação de que havia que combater a inflação. Os governantes e os seus funcionários diagnosticavam na capacidade de barganha dos assalariados uma das principais causas da inflação. Mas a política desinflacionária visava a criar condições propícias à retomada do desenvolvimento econômico, de tal modo que o “livre jogo” das “forças do mercado” favorecesse a “predominância da livre empresa no sistema econômico”. Por isso, além de oferecer créditos, isenções e facilidades fiscais e tarifárias ao setor privado, o governo estabelecia a política de arrocho salarial.

Cuidar-se-á, também, de evitar qualquer descompasso entre o combate à inflação do lado da demanda e do lado dos custos, a fim de que a contenção monetária não provoque a insolvência do setor empresarial.¹

A política de salários deverá adaptar-se ao compasso da política monetária, a fim de que os custos não aumentem, proporcionalmente, mais do que a procura. O princípio a ser firmado é o de que o combate à inflação, por si só, destina-se a eliminar a instabilidade, mas não a elevar a média dos salários reais, os quais só podem ser elevados pelo aumento da produtividade e aceleração do desenvolvimento.²

Essa orientação da política salarial aperfeiçoa-se desde 1964, com novas e renovadas disposições legais dos governos. De início, a política desinflacionária era a alegação principal. Depois passou-se, também, a argumentar sobre a relação entre salário e produtividade. Mas nunca os próprios operários tiveram acesso aos órgãos de decisão sobre os seus salários. As razões de “segurança e desenvolvimento”,

¹ Ministério do Planejamento e Coordenação Econômica, *Programa de ação econômica do governo 1964-1966*, citado, p. 33.

² Ministério do Planejamento e Coordenação Econômica, *op. cit.*, p. 34.

alegadas pelos governantes e os seus funcionários, também fundamentavam a ditadura do capital sobre o trabalho, da burguesia sobre a classe operária e o campesinato.

1965: A política anti-inflacionária em que tem se empenhado efetivamente o governo, visando atingir razoável estabilização de preços durante o ano de 1966, exige para o seu sucesso uma política salarial coerente e uniforme, tanto no setor privado quanto no setor público da economia.³

1967: Visando a assegurar o bem-estar do trabalhador, sem prejuízo da luta contra a inflação, os assalariados terão garantida a sua participação justa nos resultados do desenvolvimento econômico. A política salarial nortear-se-á pelo princípio de que a remuneração global do trabalho deverá crescer, em termos reais, na medida do crescimento da renda nacional.

O governo, na medida em que for alcançando seus objetivos quanto à contenção da inflação, tenderá a retirar-se progressivamente do campo dos reajustes dos salários privados, coibidos os abusos do poder econômico e do desvirtuamento da função dos órgãos de classes.

É evidente que o governo continuará a fixar os salários-mínimos regionais e a decidir quanto aos salários pagos pelos órgãos da administração pública.⁴

1974: A atual fórmula da política salarial deverá ser mantida para os reajustes em acordos e dissídios coletivos, bem como para os aumentos salariais nas empresas controladas ou subsidiadas pelo governo federal, tendo em vista que: a) existência de um critério objetivo de reajuste pacífica automaticamente as negociações coletivas sobre salários; b) a fórmula é perfeitamente compatível com a metodologia do controle gradual à inflação; c) a fórmula procura melhorar o poder aquisitivo

³ Ministério do Planejamento e Coordenação Econômica, *O programa de ação e as reformas de base*, 2 v., Documentos Epea, n. 3, Escritório de Pesquisa Econômica Aplicada, dezembro de 1965, v. 11, p. 273.

⁴ Ministério do Planejamento e Coordenação Geral, *Diretrizes de governo: programa estratégico de desenvolvimento*, Brasília, julho de 1967, p. 112.

dos assalariados na proporção do aumento de produtividade; d) na versão em vigor desde 1968, as eventuais subestimativas quanto à taxa inflacionária na vigência do último reajustamento são automaticamente compensadas na fórmula.⁵

1979: E, além disso, o ministro Murilo Macedo afirmou que os trabalhadores não serão chamados para opinar sobre o projeto de reformulação da política salarial. Segundo Macedo, os trabalhadores não poderão participar do debate porque o Executivo dispõe de mais informações para decidir sobre o assunto [...]. Macedo justificou a não inclusão dos operários no debate dizendo que ‘este é um processo que pertence ao Executivo e este possui o maior nível de informações para decidir sobre o assunto’. Para ele, o Executivo tem alguns temas cuja discussão ‘pertence à sua própria solidão’. Além disso, o ministro do Trabalho está convencido de que o Poder Executivo fará o que é melhor para todo o país e não apenas o que interessa ao trabalhador.⁶

A política salarial reafirma e desenvolve a ilusão de que a força de trabalho da classe operária é apenas uma mercadoria entre outras. Toma a força de trabalho como “trabalho”, “mão de obra”, “fator” de produção; e o operário como “trabalhador”, “assalariado”. Pouco a pouco, na ideologia e prática dos governantes, o que passa a estar em questão é o “salário”, a remuneração do “trabalho” pelo “capital” como “fatores” de igual categoria na produção, ao lado da tecnologia, organização empresarial, direção da empresa e assim por diante. Da mesma forma que a burguesia, o governo apaga a especificidade da força de trabalho operária, tornando-a salário, ou remuneração, do trabalho de trabalhadores da

⁵ República Federativa do Brasil, *Projeto do II Plano Nacional de Desenvolvimento – PND (1975-1979)*, Brasília, setembro de 1974, p. 119.

⁶ “Governo não aceita a negociação coletiva”, *O Estado de S. Paulo*, São Paulo, 3 de agosto de 1979, p. 28.

indústria, agricultura, comércio, bancos, empresas privadas e públicas, funcionários e empregados. É assim que a política salarial implica a equalização da força de trabalho operária com toda e qualquer outra mercadoria. Primeiro, equalizam-se todos os “fatores” da produção: trabalho, capital, tecnologia, organização, direção e outros. Segundo, mas ao mesmo tempo, equaliza-se o trabalho com o salário. Terceiro, equalizam-se salário operário e salários de todas e quaisquer outras categorias de trabalhadores assalariados, tanto os que produzem mercadoria, valor ou mais-valia, como os improdutivos. Quarto, equalizam-se o salário do operário e todas e quaisquer mercadorias: transporte, serviços de saúde, educação, alimentação, habitação e outras. Nesse percurso, a política salarial tanto afirma e reafirma a ideologia e a prática da burguesia como afirma e reafirma a ideologia e a prática de que a força de trabalho operária, que é a força produtiva fundamental, é apenas uma entre outras mercadorias.

A política de arrocho salarial adotada, para servir como técnica de combate à inflação, na prática consolidou-se como uma política de crescente exploração dos assalariados, principalmente operários. Apesar das alterações introduzidas na legislação, desde 1964 o Estado retirou completamente da classe operária qualquer possibilidade de influenciar ou alterar os níveis salariais. Além da repressão política e da censura, muitos sindicatos foram postos sob intervenção governamental, precisamente porque os operários e os dirigentes sindicais queriam levar avante reivindicações destinadas a contrabalançar o rebaixamento do salário real. Em 1968, a situação dos operários era tão difícil que ocorreram duas grandes greves (ilegais, segundo o governo) em Osasco, na área da grande

São Paulo, e em Contagem, na área da grande Belo Horizonte. Nesse mesmo ano, o governo foi levado a conceder um abono de emergência da ordem de 10% a todos os trabalhadores. Mas isso era um artifício para fazer de conta que estava resolvendo uma situação de acentuada exploração dos trabalhadores. Ao mesmo tempo, no entanto, a Lei n. 5.451, de 12 de junho de 1968, consolida, torna permanente, o tipo de controle salarial que se havia inaugurado em 1964.⁷ E assim continuou essa política. Em 1974, a Lei n. 6.147, de 20 de novembro, reformula e aperfeiçoa a mesma orientação básica dos governantes. A surpreendente inovação foi a “confissão pública” de que a política salarial lograva os operários. Reconhecia que os índices que serviam de base para os cálculos de reajustamentos poderiam “subestimar” a incidência da inflação sobre os salários reais; que havia que superar “a imperfeição técnica da aplicação da sistemática anterior”. Apenas reconhecia a imperfeição técnica, sem considerar que “do ponto de vista social ela tinha se demonstrado prejudicial aos assalariados”.⁸

Essa política acentuou a exploração dos assalariados em geral. A própria burocracia pública e privada teve os seus salários reais “congelados”, a despeito dos aumentos de produtividade, ou da crescente acumulação capitalista nos setores produtivos estatal, privado nacional e imperialista.

Somente a tecnocracia pública e privada, isto é, os quadros de funcionários mais elevados na hierarquia dos órgãos públicos e das empresas públicas e privadas, somente ela manteve e melhorou a sua participação no produto

⁷ Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos (Dieese), *10 anos de política salarial*, 2ª edição, São Paulo, 1976, p. 17-19. A 1ª edição desse trabalho é de 1975.

⁸ Dieese, *10 anos de política salarial*, citado, p. 93.

do trabalho produtivo das outras categorias assalariadas. Essa tecnocracia – um amplo contingente de intelectuais orgânicos da ditadura – também representava um mercado consumidor conveniente de bens de consumo duráveis. Ao lado da própria burguesia e das pequenas burguesias urbanas e rurais, a tecnocracia pública e privada representou um bom mercado para parte da produção industrial que a ditadura passou a dinamizar. Nesse sentido, também, foi que a ditadura expressou os interesses econômicos e políticos de um bloco de poder que fundou a sua força na superexploração de operários e camponeses.

Na prática, foi a classe operária que sofreu o maior impacto da política salarial dos governos militares. Tratava-se de aumentar a taxa e a massa de mais-valia, de modo a garantir a expansão e a consolidação econômica e política do capital monopolista; garantir a expansão e a consolidação da supremacia econômica e política da grande burguesia nacional e imperialista. Foi assim que o Estado encarregou-se do conjunto da questão salarial: estudo, decisão, execução e fiscalização. Depois de estabelecer diretrizes para o arrocho salarial no setor público em geral, o Estado foi levado a estender essas e formular novas diretrizes para o controle salarial no setor privado. Para aumentar a eficácia desse controle, os governantes ameaçaram, prenderam e torturaram operários e membros de diretorias de sindicatos. Inclusive houve mortos e desaparecidos. Muitos sindicatos foram submetidos à intervenção do poder estatal. Transformaram-se em agências do assistencialismo, antes do que órgãos de defesa das reivindicações econômicas e políticas dos operários. Ao mesmo tempo que reprimia a classe operária, a ditadura assumia e ampliava a sua atuação no âmbito das relações entre

a burguesia e o proletariado. Assim, os governos favoreceram e impulsionaram a superexploração da classe operária. Em aparência, o Estado estava sendo levado a assumir as condições jurídico-políticas das relações de produção, de modo a atender os interesses de compradores e vendedores de força de trabalho. Na prática, crescia a produção de mais-valia absoluta e relativa, pela realização da mais-valia “potencial”, ou “extraordinária”, que a violência ditatorial propiciava.

Durante os anos do primeiro governo militar, a política salarial adquire todos os traços de uma política de arrocho. Os reajustes passam a ter o espaçamento de um ano. “Será obrigatoriamente compensado qualquer aumento salarial, voluntário ou compulsório, inclusive sob a forma de abono ou reclassificação.” O cálculo dos reajustes tem por base o salário médio dos últimos 24 meses. E os índices de correção, incluída a taxa de aumento da produtividade, são fornecidos por órgãos do aparelho decisório governamental, destacando-se o Conselho Monetário Nacional.⁹ A mesma legislação permitia que o governo colocasse as empresas diante das seguintes alternativas: “recusarem as vantagens dos estímulos fiscais e creditícios” que se ofereciam àquelas que buscassem a “contenção interna dos preços”, ou “terem que financiar a estabilização dos preços com redução de seus próprios lucros”.¹⁰ Em outros termos, “ao recompor apenas parcialmente os níveis de salário real, além de neutralizar pressões inflacionárias através dos custos”, a política salarial

⁹ Maria Hermínia Tavares de Almeida, “O sindicato no Brasil: novos problemas, velhas estruturas”, *Debate & Crítica*, n. 6, São Paulo, 1975, p. 49-74; citação das p. 64-65.

¹⁰ Roberto Santos, *Leis sociais e custo da mão de obra no Brasil*, Edições LTR, São Paulo, 1973, p. 239-240.

“propiciava transferências gradativas de renda para as empresas e o governo, através de aumentos reais dos lucros e da tributação direta e indireta”.¹¹

Se o objetivo próximo do controle salarial – a eliminação do fenômeno inflacionário – não foi conseguido, deve-se perguntar pelas causas da manutenção e institucionalização da política salarial.

A política salarial revelou-se um ótimo instrumento de controle do custo da mão de obra. Na medida em que elimina qualquer pressão dos assalariados por melhoria na sua participação na renda, já que a determinação dos elementos necessários para o cálculo dos reajustes é estabelecida por organismos praticamente imunes a esse tipo de pressão (Conselho Monetário Nacional e Secretaria de Planejamento da Presidência da República), obrigando o Judiciário Trabalhista a não colocar dúvidas sobre os números emanados daquelas fontes e tornando definitivas as sentenças da Justiça do Trabalho, o processo de reajustamento salarial foge das mãos dos interessados. Assim sendo, um dos fatores determinantes dos níveis de salários – a força das organizações de trabalhadores – deixa de existir no processo de formação do preço da mão de obra. O mecanismo de mercado permanece, fazendo com que ocupantes de cargos privilegiados pela escassez possam melhorar sua posição em relação aos demais assalariados e, principalmente, com que grande número de trabalhadores que, nos diversos anos, tiveram sua remuneração distanciada do salário-mínimo tenham rebaixamento de salários pelo mecanismo da dispensa, uma vez que o salário-mínimo não acompanhou a evolução dos demais salários.

À medida que o salário, como elemento constitutivo do custo de produção, sofre uma redução em termos reais, ao mesmo tempo que a produtividade do trabalhador aumenta, amplia-se o fenômeno tradicional de acumulação de capital, através do crescimento dos lucros apropriados no processo

¹¹ José Eduardo de Carvalho Pereira, *Financiamento externo e crescimento econômico no Brasil: 1966-1973*, Ipea/Inpes, Rio de Janeiro, 1974, p. 182.

produtivo, mesmo porque a redução dos custos não tem significado redução de preços de produtos finais.

A obtenção de elevadas taxas de lucros, via política salarial, tornou possível a retomada do processo de crescimento, com transferência de rendas para as empresas e, indiretamente, para os estratos médios e altos da população. Paralelamente, a continuidade do processo inflacionário, combinada com a obrigatoriedade de os reajustes salariais vigorarem por doze meses, constitui nova forma de transferência de renda dos assalariados para outros setores da economia.

Portanto, como são pequenos os efeitos anti-inflacionários da política de contenção salarial, a sua manutenção passa a se justificar por permitir o livre curso da acumulação de capital, através do crescimento dos lucros das empresas.¹²

Não houve apenas arrocho salarial. A pretexto de combater a inflação através da política salarial, os governos lançaram mão também da *manipulação* dos índices de custo de vida. Foi assim que conseguiram favorecer ainda mais a acumulação capitalista, nos setores estatal, privado nacional e imperialista. A manipulação dos índices ficou tão escandalosa, que alguns membros do governo do general Ernesto Geisel (1974-1979) tiveram que falar em “aperfeiçoamento do cálculo das taxas de reajustamentos salariais, em benefício dos trabalhadores”. Como não podiam reconhecer publicamente a *manipulação* dos índices que serviam de base para o cálculo das taxas de reajustamento salarial, passaram a dizer que “a nova sistemática de cálculo”, adotada por esse governo em 1974, tinha por fim “evitar os efeitos corrosivos de uma re-

¹² Dieese, *10 anos de política salarial*, citado, p. 4-6. Em 1979, a inflação está em franca aceleração. E os salários em esvaziamento. Diante da crescente pressão dos operários, o governo decide estabelecer o reajuste semestral dos salários. Mesmo assim, o poder aquisitivo desses continua a cair. Em julho de 1980, a taxa de inflação correspondente aos últimos 12 meses alcançava mais de 100%.

pentina e imprevista aceleração do processo inflacionário”.¹³ Tudo isso para minimizar o impacto político da revelação pública de que o governo do general Emílio Garrastazu Médici (1969-1974) havia manipulado os índices, de modo a aumentar a taxa e a massa de “poupança forçada” que a ditadura estava ajudando o capital monopolista a realizar. Assim, além da política de arrocho salarial, do planejamento governamental e da violência, o aparelho estatal lançou mão também da manipulação das estatísticas, para favorecer o grande capital, ou aumentar a exploração da classe operária. Foi principalmente a propósito da “validade dos índices oficiais da inflação brasileira para 1973” que o escândalo da *manipulação* das estatísticas veio a público.

Em sua edição de domingo, 31 de agosto de 1977, o diário *Folha de São Paulo*, publica [...] as extensas conclusões de um relatório secreto do Banco Mundial, Bird, sobre a política econômica do governo brasileiro [...]. Os editores chamaram a atenção para duas escondidas e curtas notas de explicação de tabelas numéricas, que questionavam explicitamente a validade dos índices oficiais da inflação brasileira para 1973. De acordo com o Banco Mundial, a variação nos preços internos e nos preços por atacado, naquele ano, foi igual a 22,5%, bem acima das variações divulgadas pelo governo 14,9% e 12,6%.

Tentando contestar a taxa de 22,5%, que considerou ‘arbitrária’ e ‘sem a menor importância do ponto de vista econômico’, o Instituto Brasileiro de Economia da Fundação Getúlio Vargas, Ibre-FGV, órgão oficial de fixação dos índices do governo, faz revelação ainda mais surpreendente: em virtude de ‘uma revisão das contas nacionais’, a partir do mês de julho de 1977 a inflação brasileira para o ano de 1973 passaria a ser, oficialmente, de 20,5% e não de 15,5%. Era

¹³ General Ernesto Geisel, *Mensagem ao Congresso Nacional*, Brasília, 1975, p. 123-124.

o reconhecimento público da manipulação das estatísticas. Mas a coisa não parou por aí.

Vem à tona um documento confidencial, elaborado pelo ministro Mário Henrique Simonsen, da Fazenda, no começo do governo Geisel, que contém números muito mais decisivos; na verdade o aumento global do índice de custo de vida, em 1973, subiu 26,6%, quase o dobro dos cálculos das 'idôneas' instituições Ibge-FGV e Instituto de Pesquisas Econômicas da Universidade de São Paulo, cujos resultados foram, respectivamente, 13,7% e 14,4%.¹⁴

Sob vários aspectos, a política salarial dos governos militares foi o principal instrumento da economia política da ditadura. O planejamento econômico, o combate à inflação, a reversão de expectativas, a modernização, a racionalização, essas e muitas outras palavras de ordem (quanto à empresa capitalista, ao aparelho estatal e às relações de classes), tudo isso teve por base uma ampla subordinação econômica e política da classe operária e do campesinato. O desenvolvimento das forças produtivas – e, portanto, da própria classe operária, na indústria e na agricultura – e das relações de produção teve por base o aumento da exploração da classe operária. A política previdenciária, a política sindical, a lei antigreve e a política salarial fazem parte do mesmo processo de desenvolvimento da acumulação capitalista, principalmente em forma monopolista, sob o comando do imperialismo.

Assim, ao longo da ditadura, a despeito das modificações internas dessa, o poder estatal foi levado a dinamizar a transformação da mais-valia *potencial* em *extraordinária*. Isto é, a partir das forças produtivas disponíveis e das relações de produção preexistentes, o Estado foi levado a fazer crescer

¹⁴ *Falam os operários*, Caderno n. 6, Centro de Estudos Noel Nutels, Rio de Janeiro, 1978, p. 1-2.

muito a produção de mais-valia. O planejamento econômico e a violência, sob várias formas, transformaram-se em forças produtivas complementares. Foi assim que a mais-valia *potencial* do subsistema econômico brasileiro passou a realizar-se como uma espécie de mais-valia *extraordinária*.

Esse processo adquiriu ainda maior importância devido ao óbvio desenvolvimento simultâneo das próprias forças produtivas e relações de produção preexistentes. Também a mais-valia *extraordinária*, propiciada pelo planejamento econômico e a violência governamentais, passou a ser um componente dinâmico no desenvolvimento das forças produtivas e relações de produção. Estava em curso o desenvolvimento da economia política do Estado fascista que se formou desde 1964.

Entretanto, ao mesmo tempo que se desenvolviam as forças produtivas e as relações de produção, desenvolvia-se a classe operária, na cidade e no campo. Desenvolveram-se também as contradições entre o proletariado e a burguesia, colocando em questão a ditadura militar que recobria a ditadura da burguesia.

VI – A REPRESSÃO DA CLASSE OPERÁRIA

O peso da ditadura, enquanto expressão da economia política do capital monopolista, atingiu a classe operária sob diversas formas. Houve tanto a modificação arbitrária das condições de contrato de trabalho até a alteração do significado econômico e político do sindicato; tanto a militarização da fábrica como generalização da violência policial. Ao colocar-se como instrumento e expressão do grande capital monopolista, a ditadura foi levada a reorganizar as relações de produção, na indústria e na agricultura.

Foram muitos os operários que tiveram os seus direitos políticos cassados, ou que passaram a ter grandes dificuldades para encontrar emprego, devido ao fato de os seus nomes estarem incluídos nas “listas negras” que as empresas passaram a organizar com a colaboração da polícia. Houve ameaças, prisões, sequestros, mortes e desaparecimentos. Em 1970, em São Paulo, o operário Olavo Hansen foi morto pela repressão policial. Em 1976 e 1979, ainda em São Paulo, os

operários Manoel Fiel Filho e Santo Dias da Silva são mortos. Em 1979, em Belo Horizonte, outro operário, Orocílio Martins Gonçalves, também é morto pela repressão policial.

A violência começou logo cedo, nos piquetes formados em diversas obras para impedir o trabalho. Um incidente com um motorista de táxi, seguido de uma intervenção do Corpo de Bombeiros, fez com que a violência se ampliasse. Depois houve a morte do tratorista Orocílio Martins Gonçalves, atingido por um tiro e pisoteado pelos operários que fugiam da polícia, e a violência tornou-se incontrolável. O tratorista, ao mesmo tempo que era pisoteado, recebia pancadas dos policiais, que finalmente o levaram para o hospital, onde morreu antes de ser atendido.¹

Para criar as condições políticas de aplicação da política de controle, ou melhor, arrocho salarial, o governo carregou na repressão da classe operária. Além de toda a repressão política, que atingiu os partidos políticos, as lideranças políticas de base popular, a imprensa, o rádio, a televisão, a escola e outras esferas da vida política e cultural, carregou na repressão da vida política da classe operária.

Passou a atuar de modo insistente, sistemático e brutal contra toda atividade política independente de cunho sindical. Além de intimidar, cassar os direitos políticos, prender ou mesmo dar sumiço em líderes operários e camponeses, passou a impedir qualquer tipo de greve e realizar intervenções nos sindicatos. Foi assim que a doutrina de “segurança e desenvolvimento” chegou, inúmeras vezes, ao cotidiano da classe operária, nas fábricas, casas, sindicatos, ruas, campos e construções: desde a militarização da disciplina das relações

¹ “Distúrbios causam morte em Belo Horizonte”, *O Estado de S.Paulo*, São Paulo, 31 de julho de 1979, p. 20.

de produção na fábrica até as intervenções nos sindicatos, federações e confederações.

Castello Branco: Na realidade, as entidades sindicais serão tanto mais autônomas quanto mais se afastarem de atividades estranhas aos seus precípuos objetivos [*sic*]. Infelizmente, nem sempre foi assim entendido por interessados em desvirtuar os sindicatos, transformando-os em instrumentos de corrupção e subversão. E com a única e exclusiva finalidade de repô-los dentro dos moldes legais, e mais convenientes aos trabalhadores, houve, em alguns casos, a necessidade de intervir em entidades sindicais que, no entanto, continuaram as suas atividades legítimas em defesa dos interesses profissionais dos representados [...]. Não tenho dúvida de que, esclarecidos como são os trabalhadores brasileiros, bem sabem quanto lhes era prejudicial o clima de agitação criado artificialmente para lhes dar falsa ideia de participação na vida política do país. Esta, eles a deverão ter pelo voto, nas eleições para a escolha dos dirigentes do país, nunca mediante a deturpação da vida sindical.²

Costa e Silva: Ao tratar das questões relacionadas com a vida sindical, o governo orientou-se no sentido de estruturar os sindicatos em termos de absoluta independência e responsabilidade no cumprimento dos seus fins específicos. Quando chamado a neles intervir, nos termos da lei, o fez quase sempre com vistas a proporcionar-lhes condições para atuar como autênticos órgãos de classe, eliminando fatores de perturbação de seu funcionamento. As interferências, porém, têm sido transitórias, e apenas pelo mínimo essencial, cuidando-se por devolver a autonomia à entidade o mais prontamente possível. Ressalte-se que o número de sindicatos sob intervenção, que atingiu 425 no período posterior ao movimento de março de 1964, reduzem-se a

² Marechal Castello Branco, discurso pronunciado em Ipatinga, Minas Gerais, no dia 1º de maio de 1965, publicação do Departamento de Imprensa Nacional. Conforme Argelina C. Figueiredo, “Intervenções sindicais e o novo sindicalismo”, *Dados* n. 17, Rio de Janeiro, 1978, p. 135-155; citação extraída da p. 138.

42 em 31 de dezembro de 1967, ou seja, menos de 1% das entidades sindicais existentes no país, apontando-se ainda que não chegam a 10% desse total as intervenções por motivos ideológicos. Objetivando a plena normalização desse setor, ultima-se portaria reguladora das eleições sindicais, com base inclusive em sugestões das várias categorias profissionais e econômicas através de seus órgãos de cúpula.³

Os dados relativos aos anos 1964-1970 mostram que, das 536 intervenções realizadas nesse período, a maioria, ou seja, 436, ocorreu em 1964-1965. Tratava-se de dar continuidade e generalizar o processo de repressão política e policial iniciado com o golpe. A principal alegação dos governantes ia na linha instituída pela ideologia e prática da doutrina de “segurança e desenvolvimento”. Em 308 intervenções realizadas em 1964-1965, foram 252 as que tiveram o motivo “subversão” como alegação governamental; e 45 foram justificadas como casos de “corrupção”.

No primeiro período *as intervenções são efetuadas paralelamente a medidas de cunho repressivo policial-militar*, com o objetivo de afastar as entidades sindicais de atividades políticas, ou político-partidárias [...].

Assim sendo, o governo restringe o conceito de participação política e desautoriza qualquer intenção de representatividade política e ideológica das entidades sindicais, transferindo para o trabalhador individualmente a participação através do mecanismo formal de participação política, isto é, o voto. As intervenções tomam, então, um caráter de punição, assumindo uma função “corretiva” em relação às atividades políticas desenvolvidas anteriormente pelas entidades sindicais. No entanto, se apresentam também como “efeito-demonstração”

³ Marechal Arthur da Costa e Silva, *Mensagem ao Congresso Nacional*, Brasília, 1968, p. 116-117.

e, nesse sentido, seu reflexo é mais amplo, estendendo-se a entidades não atingidas diretamente.⁴

Convém observar, ainda, que as intervenções significavam uma automática cassação dos direitos políticos dos operários que se achassem nas diretorias das entidades na ocasião. Com base no Art. 530 da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT) e no Decreto-Lei n. 925, de 10 de outubro de 1969, tornavam-se automaticamente inelegíveis, para cargos de entidades sindicais, “os que tenham sido destituídos de cargo administrativo ou de representação sindical”. Em outros termos, a repressão foi utilizada para submeter política e economicamente a classe operária.

A repressão da classe operária compreendeu desde a política salarial, definida e imposta segundo os interesses da burguesia, até a repressão policial, desde a instituição do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS) até a lei antigreve. Há toda uma sistemática da repressão da classe operária que se vai desenvolvendo e recriando, à medida que se põem em prática as mais diversas, heterogêneas e até mesmo contraditórias medidas econômicas, políticas, jurídicas, policiais ou outras. Foi assim que se colocou em prática a economia política conveniente ao capital monopolista. Nesse quadro de relações de expropriação, a lei destinada a regular o direito de greve, que se tornou conhecida como lei antigreve, ganhou um significado especial. A Lei n. 4.330, de 1º de junho de 1964; que passou a regular o direito de greve, tornou esse direito da classe operária praticamente impossível de ser exercido. Foram tantas e tais as exigências estabelecidas para que o operário

⁴ Argelina C. Figueiredo, *op. cit.*, p. 138.

pudesse entrar em greve que na prática se tornou proibida. “Burocratizando ao extremo o processo de deflagração de uma greve, tornou-a quase impossível”.⁵ A ditadura buscou burocratizar ao máximo as condições de organização e atuação do sindicato operário, em especial as exigências que precisariam ser atendidas para a deflagração de greve. Mais uma vez, burocratizar passava a ser uma técnica de dominação política. Algumas garantias conferidas aos grevistas, enquanto em greve deflagrada em condições legais, não eliminavam as complexas exigências para que uma greve pudesse ser realizada. Os governantes procuravam reduzir a atividade sindical ao *economicismo* tolerado pela ditadura, bloqueando toda e qualquer tentativa de os próprios operários aparecerem como classe política diante da burguesia. É verdade que a lei estabeleceu, por exemplo, que os membros das diretorias dos sindicatos de operários em greve “não poderiam ser presos nem detidos”, desde que a greve fosse legal.

Santos: Em compensação, porém, a legislação vigente estabeleceu duas restrições básicas, que praticamente impossibilitam a greve: a primeira é que o exercício da greve só pode ser deliberado por *entidade sindical*. No Decreto-Lei 9.070, a deliberação poderia ser tomada ‘pela totalidade ou maioria dos *trabalhadores de uma ou de várias empresas*’ (art. 2º, § 1º), sem necessidade de recorrer necessariamente à entidade sindical. É evidente que, se um grupo natural interessado na greve está com seus membros interligados pelos interesses comuns que têm dentro de determinada empresa, tal condição não atinge necessariamente a toda a categoria profissional; os membros associados de determinado sindica-

⁵ Heloísa Helena Teixeira de Souza Martins, *O Estado e a burocratização do sindicato no Brasil*, Editora Hucitec, São Paulo, 1979, p. 117.

to não têm para com problemas específicos de determinado grupo engajado em certa empresa a mesma sensibilidade que os participantes deste último alimentam. Ora, a Lei 4.330 exige que 2/3 dos associados presentes da entidade sindical, ou 1/3 em segunda convocação, aprovem a decretação de greve, para que a deliberação seja considerada legal – exigindo ainda, adicionalmente, que o *quorum* de votação ‘será 1/8 dos associados em segunda convocação, nas entidades sindicais que representem mais de 5 mil profissionais da respectiva categoria’ (§ 3º do art. 5º).

Tais requisitos cumulativos dificultam enormemente o exercício da greve pelos trabalhadores de determinada empresa ou grupo de empresas, fazendo-o depender da eficiência, prontidão e boa vontade de lideranças sindicais – por um lado – e da deliberação coletiva de trabalhadores estranhos aos problemas diretos dos interessados, por outro lado.⁶

Souza Martins: Apesar de a lei estabelecer algumas garantias aos grevistas, ela deixa bem claro que seus direitos serão assegurados enquanto se mantiverem dentro da ordem, sem a prática de ‘atos de violência’. Da mesma forma, são consideradas ilegais as greves que não obedecerem aos prazos e exigências estabelecidas, bem como tiverem por objeto reivindicações julgadas improcedentes pela Justiça do Trabalho ou tiverem ‘motivos políticos, partidários, religiosos, sociais, de apoio ou solidariedade, sem quaisquer reivindicações que interessem direta e legitimamente à categoria profissional’. Portanto, pela lei, só é permitida a greve por motivos econômicos [...].

– ‘Essa lei é um abacaxi. É do direito de não fazer greve para os que a seguirem. A lei que mais prejudica o sindicalismo é não poder fazer greve, pois isto tira muito a força do sindicato’ (Y).

– ‘Dá direito a greve, mas ninguém pode fazer greve. Dá o direito, mas ao mesmo tempo não podemos fazer a greve’ (D).⁷

⁶ Roberto Santos, *Leis sociais e custo de mão de obra no Brasil*, Edições LTR, São Paulo, 1973, p. 232-433.

⁷ Heloísa Helena Teixeira de Souza Martins, *O Estado e a burocratização do sindicato no Brasil*, Editora Hucitec, São Paulo, 1979, p. 119-120.

Assim, por meio da repressão policial e de um aparato jurídico discricionário, a ditadura procurou impedir que os trabalhadores da cidade e do campo, principalmente o proletariado, lutassem por reivindicações econômicas e políticas que correspondessem à defesa dos seus interesses.

Nem por isso, no entanto, os operários deixaram de protestar e reivindicar, mesmo durante os anos da repressão mais brutal. Fizeram, por exemplo, as greves de Osasco, na área da grande São Paulo, e Contagem, na grande Belo Horizonte, em 1968. Em seguida, fizeram numerosas *greves brancas*, realizando paradas, freagens ou amarrando a produção. Em 1978, 1979 e 1980 houve greves de amplas proporções na área do ABCD, da grande São Paulo. Nesses mesmos anos cresceram os indícios e as manifestações abertas de descontentamento e revolta contra a política operária da ditadura. A superexploração das classes assalariadas, em especial do proletariado, ao mesmo tempo que se desenvolviam as relações capitalistas de produção, provocaram uma espécie de repolitização dessas categorias de trabalhadores. Desenvolveram-se também as forças produtivas, em particular o proletariado. Tanto que as reivindicações se tornaram cada vez mais numerosas e generalizadas. Em 1978, era tão forte o movimento aberto e velado de protesto contra a ditadura do capital que o governo foi levado a baixar mais uma lei antigreve.

São de interesse da segurança nacional, dentre as atividades essenciais em que a greve é proibida pela Constituição, as relativas a serviços de água e esgoto, energia elétrica, petróleo, gás e outros combustíveis, bancos, transportes, comunicações, carga e descarga, hospitais, ambulatórios, maternidades, farmácias e drogarias, bem assim as de indústrias definidas por decreto do presidente da República.

- Compreende-se na definição deste artigo a produção, a distribuição e a comercialização.
- Consideram-se igualmente essenciais e de interesse da segurança nacional os serviços públicos federais, estaduais e municipais, de execução direta, indireta, delegada ou concedida, inclusive os do Distrito Federal.⁸

Em agosto de 1979, em Belo Horizonte, Brasília, Rio de Janeiro, Porto Alegre e outras cidades, cresciam e multiplicavam-se os movimentos reivindicatórios de operários, empregados e funcionários. Em Porto Alegre, *tropas de choque* e de *operações especiais* foram movimentadas contra operários da construção civil em greve. “Houve uma verdadeira ‘carga de cavalaria’ e as pessoas que caíam eram pisoteadas pelos animais ou chutadas pelos soldados.” Em Brasília, uma greve de 18 mil trabalhadores da construção civil “tumulou” a cidade, sendo que 80 grevistas foram presos.⁹ Em Belo Horizonte, com o recrudescimento dos movimentos grevistas de operários, empregados e funcionários, “o governador Francelino Pereira adotou um único remédio: a violência policial”.¹⁰ Apesar das leis antigreve, multiplicam-se as greves; apesar das promessas de “distensão”, ou “abertura” política, multiplicam-se os atos de repressão policial. Em abril e maio de 1980, em face da greve dos metalúrgicos, o governo fez as tropas ocuparem São Bernardo do Campo, na área da grande São Paulo.

Sob várias e muitas formas, o peso da ditadura, enquanto instrumento e expressão do capital monopolista, atingiu principalmente a classe operária. Em geral, tratava-se de

⁸ Art. 1º do Decreto-Lei n. 1.632, de 4 de agosto de 1978.

⁹ *O Estado de S. Paulo*, São Paulo, 15 de agosto de 1979, p. 29.

¹⁰ *Folha de S. Paulo*, São Paulo, 15 de agosto de 1979, p. 20.

criar todas as condições econômicas e políticas possíveis para favorecer a concentração e a centralização do capital.

Para agilizar ao máximo o ciclo reprodutivo do capital, a burguesia dominante levou os governantes e os seus funcionários a fazerem com que o Estado atuasse no sentido de desenvolver as forças produtivas e as relações de produção. Tratava-se de dinamizar a reprodução do capital. As políticas salarial e sindical, da mesma maneira que o planejamento estatal, as políticas de incentivos, favores e isenções creditícias, fiscais e aduaneiras, para a indústria, a agricultura, a pecuária, a agroindústria, o comércio exterior e outras atividades, todo esse conjunto de atuações do poder estatal dinamizou a reprodução do capital monopolista, ao mesmo tempo que provocava a dinamização das forças produtivas e das relações de produção. A doutrina de “segurança e desenvolvimento” que compreendia tanto a repressão política como a superexploração da força de trabalho, compreendia também a retórica da modernização ou racionalização. Tudo isso favorecendo ao máximo a agilização do ciclo reprodutivo do capital.

A burguesia dominante levou os governantes a adotarem medidas econômicas e políticas destinadas a agilizar ao máximo os movimentos do capital empregado em força de trabalho, o capital variável. Para elevar a lucratividade do capital aplicado em força de trabalho, precisamente a força produtiva que cria valor, gera a mais-valia, valoriza o capital, a burguesia exigiu que a ditadura acabasse com a estabilidade do operário no emprego. Até 1966, o operário tinha direito a certa estabilidade, já que o empresário era obrigado a pagar-lhe um salário de indenização para cada ano de duração do contrato de trabalho. Isso significava que, ao completar nove anos na mesma empresa, o operário receberia uma indenização equivalente a

nove vezes o seu último salário, na hipótese de ser despedido. E passaria a receber o dobro, ou seja, dois salários para cada ano, no caso de trabalhar 10 anos ou mais na mesma empresa. Isso significaria receber 30 salários de indenização, no caso de que fosse despedido ao completar 15 anos de contrato na mesma empresa. A burguesia aproveitou a ditadura para acabar com essa *estabilidade* do operário no emprego. Levou os governantes a adotarem uma política destinada a agilizar ao máximo o capital variável, deixando de lado o ponto de vista, a reivindicação ou o interesse do operário.

O governo do marechal Humberto de Alencar Castello Branco criou o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS), conforme a Lei n. 5.107, de 13 de setembro de 1966. De acordo com essa lei, e a legislação subsequente, esse “fundo unificado de reservas” foi posto sob a administração do Banco Nacional da Habitação (BNH). Naturalmente, foram preservados os direitos dos trabalhadores que se encontravam empregados na ocasião da entrada em vigência da nova legislação. Mas abria-se a possibilidade de que optassem pela nova fórmula. Em todo caso, o empregado que fosse contratado a partir da vigência da nova lei era obrigado a ajustar-se às suas determinações.

A constituição do FGTS é feita em caráter permanente e obrigatório, através de recolhimentos mensais pelos empregadores, à razão de 8% das remunerações pagas aos seus empregados junto à rede bancária credenciada pelo BNH.

Tais recolhimentos são feitos com identificação dos correspondentes empregados. Tratando-se de empregados “optantes”, os recursos são depositados em seus respectivos nomes. Tratando-se de empregados “não optantes”, os recursos são depositados em nome da firma empregadora, mantendo-se a identificação dos empregados e suas respectivas parcelas.

Na primeira categoria de empregados reúnem-se aqueles que optaram, conforme permite a nova lei, pela propriedade dos recursos acumulados em seus nomes junto ao FGTS. Nesse caso, suas eventuais “indenizações” são dadas pelos correspondentes saldos de suas contas. Na outra categoria agrupam-se aqueles que preferem proteger-se pelos tradicionais dispositivos de indenização e estabilidade. Em decorrência, os respectivos recursos acumulados junto ao Fundo passam a ser de propriedade de seus empregadores, que os utilizarão para a cobertura total ou parcial das correspondentes e eventuais indenizações.¹¹

A Lei n. 5.107 define os seguintes casos em que tais recursos (recolhimentos acrescidos dos juros e correção monetária, creditados pelo BNH) podem ser utilizados pelos empregados optantes: a) ocorrência de dispensa sem justa causa (situação em que o empregador pagará também uma multa calculada em 10% do montante acumulado junto ao FGTS durante sua permanência na empresa) ou por culpa recíproca (situação em que a multa paga pelo empregador é calculada em 5% daquele montante); b) rescisão de contrato de trabalho devido ao fechamento total ou parcial da empresa, ou de suas atividades; c) término de contrato estabelecido por prazo determinado; d) ocorrência de sua aposentadoria; e) no caso de falecimento, os recursos poderão ser sacados por seus dependentes.¹²

Em primeiro lugar, criou condições para que o capital variável (empregado na aquisição de força de trabalho) fosse invertido sempre de forma produtiva. Ao facilitar ao máximo a dispensa do operário, o FGTS estava favorecendo a máxima agilização do capital variável. Foi assim que cresceram a rotatividade da mão de obra e o desemprego. Ao mesmo tempo, devido à maior rotatividade e ao desemprego

¹¹ Wanderley J. M. de Almeida e José Chautard, *FGTS: Uma política de bem-estar social*, Ipea/Inpes, Rio de Janeiro, 1976, p. 31.

¹² Wanderley J. M. de Almeida e José Luiz Chautard, *op. cit.*, p. 34.

persistente de uma parcela dos trabalhadores, o empresário passou a desfrutar de melhores condições para economizar nos investimentos em capital variável. Um exemplo:

Caldeireiro especializado, 34 anos, casado, Antônio Pires da Silva perdeu o emprego numa poderosa indústria do ABC paulista. Ganhava Cr\$ 62,00 por hora. Obrigado a sustentar a família, partiu para a 'via sacra' de empresa em empresa à procura de trabalho. Fez um teste, foi aprovado. Mas agora ganha apenas Cr\$ 49,00 por hora.

Na mesma situação de Pires da Silva estão milhares de trabalhadores brasileiros atingidos pela política da mão de obra, uma forma de achatar os custos da folha de pagamentos.

Emprega-se outro trabalhador nas mesmas funções por um salário mais baixo.¹³

Desse modo, a burguesia passou a jogar, mais livre e abertamente, com o exército industrial de trabalhadores de reserva. O aumento da velocidade e do volume da rotatividade favoreceram as condições de barganha da burguesia na compra de força de trabalho.

Em segundo lugar, os recursos do fundo unificado de reservas, sob a administração do BNH, passaram a só ser utilizados para a realização de empreendimentos imobiliários altamente lucrativos para certos setores da burguesia.

A um regime jurídico de amplo alcance social aliou-se um mecanismo de poupança compulsória, capaz de canalizar recursos para o desenvolvimento de um programa habitacional que, por sua vez, gera grande número de novos empregos, influenciando, assim, ponderavelmente, na economia do país.¹⁴

¹³ Vicente Dianezi Filho, "Rotatividade, desemprego e redução salarial", *Folha de S. Paulo*, São Paulo, 22 de julho de 1979, p. 39.

¹⁴ Victor da Silva e Mircea Buescu, *10 anos de renovação econômica*. Aspec Editora, Rio de Janeiro, 1974, p. 79.

A soma desses recursos constituiria, assim, um fundo de investimentos que, sendo aplicado na produção de habitações, propiciaria o desenvolvimento, não só da área econômica da construção civil, bem como da indústria de materiais de construção e das diversas atividades acessórias e afins, gerando, conseqüentemente, maior número de empregos, com repercussão em toda a economia da nação.¹⁵

A brutalidade da repressão e o vulto da exploração da força de trabalho operária, conjugados com o desenvolvimento das relações capitalistas de produção e das forças produtivas, o conjunto das condições de produção sob as quais foi posta a classe operária, tudo isso provocou também a repolitização dessa classe. Tanto assim que os operários caminharam para novas formas de organização política; ou recriaram formas de organização e atuação disponíveis, guardadas pela própria classe. Desenvolveram ou reavivaram técnicas de comunicação, informação, organização, decisão e atuação. A comissão de fábrica, por exemplo, adquiriu um significado muito importante, como produto e condição do desenvolvimento político do operário. Em face do sindicato pelego, altamente desmoralizado pela ditadura, o operário buscou outras formas de organizar a sua atividade política. Simultaneamente, realizou a *greve branca*, amarrando a produção, realizando paradas, já que estava proibido de fazer greve.

Ao longo desses anos, desde 1964, cresceu muito a distância entre o Estado e a classe operária. A forma pela qual o poder estatal foi posto a serviço do capital monopolista fez com que o operário se sentisse dominado por um Estado que se lhe aparecia como totalmente estranho, estranhado,

¹⁵ Victor da Silva e Mircea Buescu, *op. cit.*, p. 82. Consultar também: Vera Lucia B. Ferrante, *FGTS: ideologia e repressão*, Editora Ática, São Paulo, 1978.

oposto, imposto, dominante, repressivo, opressivo. Um processo que é inerente à sociedade burguesa, no qual o Estado é bastante, ou muito, controlado pelos interesses da burguesia dominante, sob a ditadura adquire um caráter ainda mais acentuado, sem mediações.

Eu, no meu pensar, acho que a nação somos nós, né? Que tem os três poderes, né, primeiro tem os três poderes, depois dos três poderes tem a nação. A nação eu acho que seja nós, eu no meu pensar seja assim, entendeu? Eu acho que a nação seja a gente, agora tem o três poderes que é o Exército, a Aeronáutica e a Marinha, né, são os três poderes, né isso? Bom, então agora a nação acho que é nós, no meu pensar.... (Carlos, carpinteiro).¹⁶

¹⁶ Nair Heloisa Bicalho de Sousa, *Operários e políticos (estudo sobre os trabalhadores de construção civil em Brasília)*, mimeo, Universidade de Brasília, 1978, p. 142.

VII – MAIS-VALIA EXTRAORDINÁRIA

A ditadura militar foi levada a criar condições jurídico-políticas e econômicas sob as quais a burguesia conseguiu aumentar a taxa e a massa de mais-valia. Criou as condições sob as quais a mais-valia *potencial*, que o subsistema econômico brasileiro poderia produzir, se realizasse na mais-valia *extraordinária*, que a burguesia passou a acumular. Nesse sentido é que se pode entender melhor o significado da pauperização relativa e absoluta que ocorreu em escala acentuada desde 1964. É óbvio que antes do golpe de Estado já ocorriam tanto a pauperização relativa, em forma permanente, quanto a pauperização absoluta, em ocasiões de crise. Ao longo das décadas, a classe operária em formação e desenvolvimento sofre uma continuada pauperização relativa, no sentido de que empobrece cada vez mais, em comparação com as outras classes sociais, principalmente a burguesia. Ao lado desse processo, desenvolve-se também a pauperização absoluta, nas ocasiões de crise, ou de governos ditatoriais, quando a burguesia transforma a repressão política,

o planejamento governamental, a política salarial, a política sindical e outras atuações do poder estatal em técnicas de controle, subordinação e superexploração das classes assalariadas, em particular do proletariado e do campesinato. Depois de 1964, desenvolveram-se tanto a pauperização relativa como a absoluta, de tal forma que a burguesia monopolista, nacional e estrangeira, pôde realizar uma espécie de mais-valia extraordinária. Na medida em que a ditadura reprimiu política e economicamente a classe operária, as taxas de expropriação cresceram. Foi esse o fundamento do “milagre brasileiro”, do “milagre econômico” que a indústria cultural do imperialismo passou a decantar no Brasil e em âmbito internacional.

Vejamos alguns dados sobre o empobrecimento relativo e absoluto da classe operária. É aí que se revela o principal elemento da economia política da ditadura. Ao desenvolver as relações de produção e as forças produtivas, provocou-se tanto uma exploração mais intensa da força de trabalho como o desenvolvimento da classe operária. A superexploração do proletariado, que é o fundamento dessa economia política, também provoca uma rápida e generalizada repolitização da classe operária. Mas vamos por partes. Vejamos como se configura o empobrecimento dos operários.

Desde 1964, decresceu o salário real da maioria das categorias de assalariados, salvo dos tecnocratas de níveis médio e alto, nos setores público e privado. Eles obtiveram alguma contrapartida, em termos de salários, pela sua colaboração com o bloco de poder. Além disso, a população representada pelos tecnocratas, e alguns outros setores médios privilegiados, foi escolhida como o mercado interno privilegiado para a indústria de bens de consumo duráveis: automóveis, televisores, eletrodomésticos etc. Mas a grande maioria dos trabalhadores

assalariados, na indústria, comércio, bancos, agricultura e outros setores, teve os seus salários reais estagnados ou rebaixados. Ao observar os “dados sobre a evolução dos salários de categorias de trabalhadores em todo o Brasil”, desde os metalúrgicos e petroleiros aos bancários e comerciários, “a primeira constatação que se pode fazer é a de que houve uma perda acentuada do poder de compra dos salários, para o conjunto das categorias”.¹

Esse processo de esvaziamento do salário real dos trabalhadores continuou, com altos e baixos, ao longo dos anos. Sob a alegação de que se tratava de controlar a inflação – pretexto esse reavivado em 1973, com a recrudescência da inflação, inclusive importada dos países imperialistas –, os governantes brasileiros julgaram muito fácil voltar à retórica de que a elevação salarial provoca inflação. Nos anos 1964-1968, justificavam o arrocho salarial com base no argumento de que a inflação precisava ser combatida também com uma política salarial.

Em 1969-1973 o arrocho foi justificado sob a alegação de que se tratava de construir o “Brasil Potência”. Dizia-se que era necessário fazer “crescer o bolo” ao máximo, e só depois ver como seria conveniente “dividi-lo”. Nos anos de 1974 em diante os governantes retomaram o argumento de que era necessário combater a crescente inflação, inclusive (ou principalmente?) por intermédio da política salarial. Foi assim que cresceu sempre, apesar de algumas flutuações intermediárias, a superexploração dos trabalhadores.

Estava em curso um processo de pauperização absoluta, além da pauperização relativa continuada, persistente desde antes do golpe de Estado. Durante os anos dos governos

¹ Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos (Dieese), *10 anos de política salarial*. 2ª edição, São Paulo, 1976, p. 57-67. A 1ª edição desse trabalho data de 1975.

militares, desenvolveu-se a pauperização absoluta, isto é, o empobrecimento do operário em face dos índices dos seus ganhos em períodos anteriores. Ao mesmo tempo que cresceram a concentração e a centralização do capital monopolista, em altíssimas proporções, tanto decresceu o nível de ganhos do operário, em comparação com todas as outras classes sociais, como decresceu o salário real do operário com relação a seus ganhos anteriores.

A superexploração da classe operária surge no cotidiano da vida do trabalhador em termos de escassez, ou precariedade, de recursos para alimentação, vestuário, habitação, saúde, educação, transporte e outros elementos que entram na composição das condições sociais de existência da classe. Ao lado do excesso de trabalho, e da baixa remuneração, surgem o cansaço, o esgotamento de energias, a doença. Na base de tudo, no entanto, na base das condições de existência da classe operária, estão a jornada de trabalho muito intensa ou muito extensa. Com frequência, a jornada de trabalho é simultaneamente extensa e intensa. Os artifícios da hora extra, do contrato por tarefa ou empreita, e outras modalidades de superexploração da força de trabalho operária, fazem parte intrínseca das condições de produção sob as quais a classe operária vive cotidianamente. Desde 1964, essas condições se tornaram ainda mais duras, devido à política salarial, que foi orientada de forma a propiciar a produção de uma taxa extraordinária de mais-valia. Por isso é que os operários foram obrigados a trabalhar mais, muito mais, para obter a mesma quantidade de alimentos. Os dados do quadro 5 dão uma ideia da forma pela qual a intensidade e a extensão da jornada de trabalho foram desenvolvidas sob os governos militares. Aí também se configura o caráter fascista da ditadura.

A política salarial da ditadura – que estava na base da sua economia política –, ao mesmo tempo que propiciava à burguesia a obtenção de uma taxa *extraordinária* de mais-valia, também provocava a pauperização absoluta da classe operária, ou de setores dessa classe. Era tão elevada a taxa de expropriação do produto da força de trabalho operária que cresceu a incidência de doenças nessa classe. O seu empobrecimento acabou por ser registrado até mesmo pelas estatísticas produzidas por órgãos de pesquisa do próprio aparelho estatal. Uma indicação objetiva da pauperização absoluta de setores operários aparece nos dados sobre a elevação da mortalidade infantil desde 1961, no município de São Paulo. Em 1950, o coeficiente de mortalidade era 89,71; em 1961, chegava a 60,21, alcançando 89,46 em 1970.²

Quadro 5 – O trabalho necessário para comer – o tempo que o assalariado precisa trabalhar para comprar a ração essencial (Ração Essencial e Salário Mínimo) – Cidade de São Paulo

Período	Custo da ração		Tempo de trabalho		Custo da ração / salário mínimo %
	Cr\$	Índice	Horas necessárias	Índice	
Dez/1970	80,59	100	103,19	100	43
Dez/1971	106,79	133	113,25	110	47
Dez/1972	147,92	184	132,05	128	55
Dez/1973	206,32	256	158,42	154	66
Dez/1974	273,30	339	157,59	153	66
Dez/1975	342,53	425	154,18	149	64
Dez/1976	480,01	596	150,00	145	63
Dez/1977	649,70	806	140,56	136	59
Nov/1978	58,25	1.189	147,25	143	61

Fonte: Produtos e quantidades: ração tipo – Decreto-Lei n. 399 de 30/04/38.

Preços: Dieese. Conforme Dieese – *Informe Estatístico*, Ano IV, n. 11, São Paulo, 1978.

² Walter Leser, “Crescimento da população e nível de saúde na cidade de São Paulo”, *Problemas Brasileiros*, n. 134, São Paulo, 1974, p. 16-36.

A forma pela qual o Estado favoreceu a acumulação monopolista acarretou tanto o desenvolvimento das forças produtivas e relações de produção quanto a crescente subordinação real do trabalho ao capital. Desenvolveram-se as condições de produção em larga escala de tal maneira que o operário se tornou ainda mais subordinado ao capital. O despotismo da burguesia, que aparecia sob a forma de ditadura militar fascista, no âmbito da sociedade, aparecia sob a forma de ditadura do capital sobre o trabalho, no âmbito da fábrica. Assim, ao lado da pauperização relativa, que é inerente e persistente ao longo das décadas, desenvolveu-se a pauperização absoluta nos anos da ditadura. Sob a alegação de que se tratava de combater a inflação, retomar o desenvolvimento, lançar o Brasil no patamar de potência mundial, primeiro crescer para depois distribuir, e outras formulações dos tecnocratas civis e militares, o despotismo da burguesia sobre a classe operária acrescentou uma época de pauperização absoluta à história da pauperização relativa que atravessa a vida e as gerações da classe operária.

Para a burguesia, a contrapartida da superexploração da força de trabalho operária foi o “aumento da produtividade”, a transformação da mais-valia potencial em mais-valia extraordinária. Para a classe operária, a contrapartida da superexploração da sua força de trabalho foi a redução do salário real, a intensificação da velocidade das máquinas, a necessidade crescente de trabalhar horas extras para fazer face à queda do salário real, a militarização da fábrica, a intervenção governamental nos sindicatos, a censura, a repressão policial generalizada. Tudo isso configura o caráter fascista da ditadura burguesa subjacente à ditadura militar. Nessas condições, a classe operária foi forçada a aumentar a

produção de mais-valia absoluta e relativa, ou a transformar em mais-valia extraordinária as potencialidades das forças produtivas disponíveis. A crescente dinamização, “modernização” ou “racionalização” das relações de produção, sob ampla proteção do poder estatal, favoreceu largamente a acumulação monopolista.

1973: Respondendo por escrito a um questionário de *opinião*, a Volks reconheceu que a produtividade dos seus operários tem crescido de ano para ano – a produção de veículos por empregado pulou de 10,4 por ano em 1971 para 12 em 1972 e para cerca de 14 este ano –, atribuindo tal resultado à ‘racionalização dos processos produtivos através de remanejamento das linhas de montagem e equipamentos e à qualidade do operário brasileiro’, que, em comparação com o alemão seria, segundo a empresa, ‘melhor, mais dedicado, falta menos, cumpridor de horários e de suas obrigações’ e, acima de tudo, ‘seria mais versátil e capaz de adaptar-se com maior facilidade e rapidez às diversas tarefas no trabalho’. Negou assim que o aumento da produtividade tenha sido obtido através de trabalho extraordinário. (O Sindicato dos Metalúrgicos de São Bernardo afirma que as horas extras trabalhadas na Volks somam cerca de 300 mil por mês.)

Apesar de negado pela Volkswagen, sabe-se que o recurso do trabalho extraordinário – isto é, além das 48 horas semanais normais: oito por dia, de segunda a sábado – tem sido largamente utilizado para suprir a falta de empregados no setor metalúrgico e em quase todos os outros.

‘De maneira geral, hoje na capital de São Paulo os operários estão trabalhando 12 horas por dia’, diz Joaquim dos Santos Andrade, presidente do Sindicato dos Metalúrgicos de São Paulo. Para Joaquim, o aumento da produtividade foi alcançado através do recurso às horas extras e à alteração do ritmo de trabalho, ou seja, a produção por empregado aumenta porque cada um deles trabalha mais horas e porque durante o período em que trabalha é levado, através de programas e técnicas, a produzir, mais rapidamente, mais peças no mesmo espaço de tempo [...].

Joaquim diz que 97% das indústrias metalúrgicas de São Paulo adotam atualmente o seguinte regime de trabalho: nos dias de semana, os operários cumprem oito horas normais, mais duas horas extras (o máximo permitido por dia pela lei) e mais uma hora e 36 minutos para compensar o sábado; no sábado, porém, trabalham-se oito horas em regime extraordinário, já que a jornada normal foi cumprida durante a semana. Além disso, segundo Joaquim, os empregados não saem realmente de férias: apenas tiram suas férias legalmente, mas continuam trabalhando na empresa e recebem um salário a mais, como gratificação [...].

A alteração de ritmo referida por Joaquim vem a ser o estabelecimento de padrões mais elevados para a produção de cada operário e na esmagadora maioria dos casos a supressão de pequenos intervalos de descanso, de lanche e cafezinho, e de incursão aos sanitários. 'Aumentamos a velocidade das máquinas', respondeu um alto dirigente da indústria automobilística brasileira, quando lhe perguntaram como havia conseguido elevar a produção muito além do aumento do número de empregados e da aquisição de novas máquinas.³

1978: O organograma e o fluxograma de cada fábrica são montados para que o operário não tenha a menor chance de 'se distrair da produção', objetivo máximo. Assim, o sistema hierárquico é absolutamente vertical, com diretores, gerentes de seções, chefes, subchefes, oficiais, meio-oficiais e ajudantes gerais chefes. E embaixo de tudo: os operários. 'É que nem um exército', explica um funcionário da Caterpillar, recentemente demitido. 'As seções são subordinadas às divisões, que por sua vez são subordinadas aos departamentos. Os chefes querem também que cada operário seja o dedo-duro do outro. Chegam pra um e fofocam do outro. Tem muitos chefes e gerentes que se preocupam é com isso: ter um operário meio ignorante no meio dos outros que dede tudo: quem vai muito no banheiro, quem fala, quem mexe com sindicato, tudo.'

³ Luiz Roberto Serrano e Dirceu Brisola, "Aumentando a velocidade das máquinas", *Opinião*, n. 57, Rio de Janeiro, 10 de dezembro de 1973, p. 3.

Numa fábrica grande como a Volkswagen, onde trabalham 40 mil operários, os métodos de repressão e coação são realmente sofisticados. Cerca de 150 guardas fardados, armados, circulam constantemente, comandados por um coronel do Exército, cel. Rudge, grande amigo do cel. Erasmo Dias, a quem elogia constantemente. Um circuito interno de TV controla todas as áreas e seções da fábrica, inclusive o movimento nas ruas externas. Se surge algum problema, os operários são detidos pela segurança e conduzidos à ‘delegacia’, onde prestam depoimentos a dois ‘agentes’. A ‘segurança industrial’ ou ‘os home’, como os chamam os operários, está instalada num conjunto de 8 salas, abaixo da seção de pintura, no coração da fábrica.

Na Fiat, outra das grandes empresas automobilísticas, é hábito entregar na delegacia de polícia operários que se desentendem com chefes ou criam algum atrito com agentes de segurança. Neste ano ocorreram quatro casos, e alguns chegaram a ficar detidos mais de 24 horas, apenas por terem se desentendido com os chefes.

Na manhã do dia 11 de dezembro havia duas viaturas do Exército dentro do pátio da Telefunkken, em São Paulo, e nenhuma pessoa estranha podia entrar no pátio, muito menos jornalistas.

‘A Telefunkken’, diz um operário, ‘utiliza métodos nazistas’. Mas os grandes instantes da repressão acontecem quando há greves ou ameaças de parada de trabalho. Logo após as greves, os chefes da Caterpillar procuraram os membros da comissão de fábrica e disseram: ‘O Ministério do Trabalho já veio aqui, o Dops já se colocou à disposição, e os seus nomes já estão prontos pra serem mandados ao SNI. É bom vocês ficarem quietos e trabalharem, senão as coisas vão engrossar.’⁴

Foi assim que cresceu a “produtividade” das empresas imperialistas, privadas nacionais e estatais. Entretanto, os reajustes salariais determinados pelos governantes não trans-

⁴ Murilo Carvalho e outros, “Não, não é campo de concentração”, *Movimento*, n. 181, São Paulo, 18 a 24 de dezembro de 1978, p. 12-16; citação da p. 13.

feriam para os próprios operários sequer parte do aumento da produtividade. Em 1970-1972, por exemplo, as empresas do setor automobilístico obtiveram índices de até 75% de aumento na produtividade. “Contudo, no cálculo dos reajustes salariais para a categoria metalúrgica, nos dois anos considerados [...], o índice de produtividade nacional decretada pelo governo permaneceu constante e na casa dos 3,5%”.⁵

Ao mesmo tempo que cresciam a “produtividade da empresa” e o índice do produto real *per capita*, decrescia o índice do salário-mínimo real médio. Isto é, ao lado do empobrecimento relativo, comparando-se os ganhos do operário com os das outras categorias sociais, ocorria também o empobrecimento absoluto, no sentido de que os ganhos do operário se tornavam menores na sequência dos anos. Em 1961, conforme os dados do quadro 6, o índice de salário-mínimo chegava a 132, ao passo que em 1976 havia baixado para 92,45.

Toda essa superexploração da classe operária favoreceu amplamente o capital monopolista organizado em empresas imperialistas, empresas privadas nacionais e estatais. O próprio aparelho estatal enquanto máquina de poder, enquanto “força concentrada e organizada da sociedade” capitalista, aumentou muitíssimo a sua força, organização, instrumentos etc., a partir dos recursos obtidos por intermédio da expropriação direta e indireta do proletariado urbano e rural, além do campesinato. A ditadura desenvolveu tanto a maquinaria do poder quanto a vasta tecnocracia, civil e militar desse poder. Em geral, foi o capital monopolista,

⁵ Maria Hermínia Tavares de Almeida, “O sindicato no Brasil: novos problemas, velhas estruturas”, *Debate & Crítica*, n. 6, São Paulo, 1975, p. 49-74; citação das p. 67-68.

principalmente imperialista, que se beneficiou dessa ampla e profunda articulação do Estado com o capital.

Quadro 6 – A evolução do salário-mínimo real médio e do produto real *per capita* no Brasil: 1952 a 1976 – Base: 1952 = 100 (Índices)

Anos	Salário-mínimo real	Produto real “ <i>per capita</i> ”
1952	100,00	100,00
1953	88,17	99,56
1954	107,53	106,38
1955	116,13	110,36
1956	119,35	110,63
1957	131,18	116,03
1958	113,98	121,35
1959	130,11	124,36
1960	115,05	132,51
1961	132,00	142,07
1962	120,43	145,35
1963	109,68	143,40
1964	110,75	143,49
1965	103,32	143,22
1966	94,62	146,32
1967	91,39	149,07
1968	92,47	158,37
1969	89,25	167,76
1970	86,02	178,56
1971	87,09	193,18
1972	89,25	207,35
1973	92,47	224,52
1974	88,21	239,20
1975	92,56	241,83
1976	92,45	252,71

Fontes: Fundação Getúlio Vargas. Os dados de crescimento do PIB *per capita* estão em *Conjuntura Econômica*, v. 27, dez. 73, Suplemento “26 anos de Economia brasileira”.

Para os anos 1973, 1974, 1975 e 1976, estimou-se que o PIB cresceu respectivamente 11,4%, 9,6%, 4% e 7,5% e que a população tenha continuado a crescer 2,88% ao ano, conforme ocorrera na década de 1960. Assim, estimou-se que o PIB *per capita* cresce respectivamente 8,28%, 6,53%, 1,1% e 45% ao ano. Estimou-se um aumento no custo de vida em dezembro de 1976 de 2,5%.

Obs.: Conforme Eduardo M. Suplicy, *Política Econômica*, Editora Vozes, Petrópolis, 1977, p. 102.

Os dados relativos a 1972 mostram como as empresas *multinacionais*, isto é, imperialistas, beneficiaram-se bastante da política governamental em favor da “modernização”, “racionalização”, “reversão de expectativas” ou “produtividade”. É verdade que a empresa estrangeira paga salários um pouco mais altos que as nacionais, ou seja, 12,75 e 9,59 respectivamente. Mas os ganhos de produtividade passam de 34,76, para as nacionais, a 53,41 para as estrangeiras.⁶

Desde que se instalou, o Estado ditatorial agravou as condições de pauperização da classe operária. A forma pela qual provocou e promoveu a reorganização e o desenvolvimento das forças produtivas e relações de produção permitiu que se acentuassem a pauperização relativa do conjunto da classe operária e a pauperização absoluta de amplos setores dessa classe. A política econômica governamental, cujo principal instrumento foi o arrocho salarial, provocou o aumento da exploração da força de trabalho, sob todas as formas. Foi principalmente o trabalho produtivo do operário da indústria e da agricultura que sofreu o maior impacto dessa política econômica. Sob condições ditatoriais, as relações de produção e as forças produtivas foram reorganizadas e submetidas de modo a produzir o máximo. Cresceu a produção de mais-valia absoluta e relativa. À taxa *regular* de produção de mais-valia, que a classe operária era induzida a conseguir sob as condições político-econômicas da democracia populista, o aparelho estatal pôde agregar uma taxa *extraordinária*, já que a classe operária foi amplamente submetida ao despotismo do capital, à repressão. O planejamento e a violência estatais

⁶ Carlos von Doellinger e Leonardo C. Cavalcanti, *Empresas multinacionais na indústria brasileira*, Ipea/Inpes, Rio de Janeiro, 1975, p. 68.

fizeram com que a classe operária produzisse um volume muito maior de mais-valia do que estava produzindo sob as condições políticas e econômicas da democracia burguesa, de cunho populista, vigente antes de 1964.

Ao longo dos anos, os operários não puderam desenvolver a sua atividade política regular, dentro e fora do sindicato. Uma lei antigreve foi imposta a todos. As questões salariais passaram a ser decididas pelos governantes e os seus tecnocratas, de modo a garantir os interesses da burguesia. Os empresários e os seus auxiliares diretos “modernizaram” ou “racionalizaram” a organização do trabalho na fábrica, ao tornar a disciplina e a hierarquia mais rigorosas; ao intensificar o ritmo do trabalho, pela aceleração das máquinas; e ao forçar os operários a trabalharem horas extras. Desenvolveu-se a composição orgânica do capital.

Ao mesmo tempo, intensificou-se e generalizou-se a atuação da “indústria cultural”, privada e estatal, de maneira a bombardear o conjunto da sociedade, as classes assalariadas em geral e o proletariado em especial, com as palavras de ordem: segurança e desenvolvimento, subversão e corrupção, milagre econômico, milagre brasileiro, mar territorial de 200 milhas, Copa do Mundo de futebol, Transamazônica, Brasil Potência e outras palavras de ordem de cunho fascista. Foi assim que se desenvolveu ainda mais o despotismo do capital sobre o trabalho, da burguesia sobre a classe operária. Foi assim que essa economia política acentuou e generalizou ainda mais a exploração da classe operária, fazendo com que passasse a produzir uma taxa extraordinária de mais-valia.

A forma pela qual o Estado favoreceu a superexploração da força de trabalho operária pelo capital monopolista provocou a repolitização da classe operária. A despeito da

repressão, censura, intervenção em sindicatos, prisões e até assassinatos de operários, durante todos esses anos, desenvolveu-se a repolitização da classe operária, inclusive entre os grupos que não estavam sentindo de modo mais direto a brutalidade dos governantes. Além do caráter político do conjunto da política operária (salarial, sindical e previdenciária), as condições de vida às quais os trabalhadores foram submetidos impulsionaram a repolitização do conjunto da classe operária, numa escala surpreendente para os governantes, seus funcionários e a burguesia dominante. Ocorre que a superexploração da classe operária, nesses anos, ocorreu no âmbito do desenvolvimento das forças produtivas e relações de produção. A própria classe operária, como força produtiva principal, desenvolveu-se bastante: cresceu em número e diversificou-se qualitativamente; acentuou-se e generalizou-se ainda mais a divisão do trabalho, no âmbito da fábrica, dos setores produtivos e do conjunto da economia, principalmente indústria e agricultura, ampliou-se e diversificou-se o mercado da força de trabalho, inclusive com o desenvolvimento extensivo e intensivo do capitalismo no campo; cresceu a movimentação local, estadual, regional e nacional de trabalhadores e seus familiares. Tudo isso modificou as condições de vida. Tudo isso provocou ou favoreceu a repolitização da classe operária. Foi assim, também, além de outras condições, que a crescente repolitização da classe operária surpreendeu os governantes, seus funcionários e a burguesia dominante.

VIII – A PROLETARIZAÇÃO NO CAMPO

A política agrária governamental favoreceu o desenvolvimento das relações de produção capitalistas em praticamente todas as regiões e lugares da sociedade agrária. A agricultura, a pecuária e o extrativismo passaram a articular-se, de forma mais ampla e profunda, com a indústria, a cidade, a acumulação monopolista. Sob várias formas – e não apenas sob a forma acabada e exclusiva de vendedor de força de trabalho –, o trabalhador rural foi submetido ou rearticulado aos movimentos do capital monopolista. O caboclo, sitiante, colono, morador, arrendatário, parceiro, vaqueiro, peão, volante, corumba, clandestino, índio, mestiço, caçara, muitos, em distintas gradações, todos foram alcançados, envolvidos, submetidos e rearticulados às condições de trabalho e vida determinados pela acumulação capitalista.

O que acontece no campo, em escala particularmente ampla, é o desenvolvimento extensivo e intensivo do capitalismo. Inclusive a agroindústria adquiriu novos impulsos,

na produção de açúcar, álcool, sucos, massas, geleias, polpa de madeira para a fabricação de papel, madeiras, carnes frigorificadas, laticínios, conservas etc. Sob todas as formas, desenvolvem-se as forças produtivas e as relações de produção capitalistas no campo. Em diferentes gradações, mas numa escala ampla, em todo o mundo rural brasileiro, cresce a proletarianização do trabalhador rural.

À medida que se desenvolvia o capitalismo no campo, com a formação e a expansão de empresas, com a proletarianização de muitos trabalhadores rurais e a recamponesação de outros, cresceu muito a produção de capital nas *indústrias agrícolas*, sendo que esse capital canalizou-se principalmente para a indústria, o comércio e o setor bancário. Toda expansão econômica da agricultura tem sido sempre, e ao mesmo tempo, a reincorporação e ressubordinação das atividades agrícolas à indústria, à cidade, aos monopólios, ao capital financeiro. Sob várias formas, a agricultura passou a contribuir para a acumulação monopolística nos centros dominantes do subsistema econômico brasileiro, dentro e fora do país.

Delfim Netto: Da agricultura, portanto, se espera que ela cumpra essas quatro tarefas fundamentais: aumentar a oferta de alimentos; aumentar a oferta de produtos exportáveis; liberar recursos humanos; e fornecer capital para o setor que está precisando dele.¹

Fiesp-Ciesp: A formação de capital no Brasil teve, ao longo do tempo, uma grande contribuição da agricultura. A transferência dos recursos foi realizada basicamente através do mecanismo da taxa cambial. As divisas obtidas, principalmente,

¹ Antonio Delfim Netto, "Importância da agricultura para a inflação". O *Estado de S. Paulo*, São Paulo, 19 de agosto de 1979, p. 58.

através do café eram leiloadas ao setor industrial, visando-se a importação de maquinaria e equipamentos industriais.²

A agricultura tanto produz divisas que são postas à disposição das importações industriais, ou outros negócios do capital financeiro, quanto produz matérias-primas para a indústria. Além disso, a agricultura foi transformada em um mercado importante e crescente para a produção do setor industrial, principalmente máquinas, implementos agrícolas, fertilizantes e defensivos. Ao mesmo tempo o capital industrial ainda se beneficia da produção agrícola devido aos fornecimentos de gêneros alimentícios aos assalariados urbanos, em geral, e ao proletariado industrial, em especial. Dessa forma, principalmente o campesinato é expropriado pelo capital industrial.

Fiesp-Ciesp: Uma das principais tarefas da agricultura consiste em fornecer alimentos e matérias-primas para os setores não agrícolas da economia [...]. O processo de industrialização implica que um número cada vez maior de pessoas fica dependendo, para seu abastecimento, do trabalho daqueles que permanecem no setor agrícola.³

Martins: Órgãos oficiais responsáveis pela fixação de preços e pelo controle da comercialização dos artigos de exportação funcionam basicamente como meios reguladores da transferência de renda do setor rural para o urbano-industrial e da sua acumulação neste último [...]. [O Estado manipula as] condições de comercialização dos produtos alimentares de consumo interno, cujos preços são regulados em função da política econômica e salarial do Estado, que procura

² Fiesp-Ciesp, *Análise da interdependência entre a agricultura e a indústria*, Serviço de Publicações Fiesp-Ciesp, São Paulo, 1973, p. 45. Fiesp: Federação das Indústrias do Estado de São Paulo; Ciesp: Centro das Indústrias do Estado de São Paulo.

³ Fiesp-Ciesp, *Análise da interdependência entre a agricultura e a indústria*, citado, p. 14-16.

mantê-los de modo a conservar deprimido o dispêndio com subsistência do trabalhador urbano. Tal regulação é feita através dos chamados órgãos controladores de preços, a Cofap – Comissão Federal de Preços –, a sua sucessora, a Sunab – Superintendência Nacional do Abastecimento, a CIP – Comissão Interministerial de Preços.⁴

Também a força de trabalho oferecida no mercado urbano é proveniente, em grande parte, dos trabalhadores rurais que migram para as cidades, os centros industriais. Pouco a pouco, à medida que se estende e intensifica a expansão do capitalismo no país, desenvolvem-se novos arranjos entre os vários segmentos do exército de trabalhadores. E a agricultura, sob as suas várias modalidades de organização das atividades produtivas, transforma-se em vasto reservatório disfarçado de força de trabalho para a indústria e a cidade. Todas as atividades capitalistas localizadas na cidade beneficiam-se da força de trabalho *disponível* no campo.

Fiesp-Ciesp: Também com relação à liberação de mão de obra a agricultura brasileira cumpriu razoavelmente bem seu importante papel. Os dados evidenciam que houve uma mudança substancial na distribuição relativa da força de trabalho por setores: a participação da agricultura mudou de 64% em 1940, para 43% em 1969, refletindo, assim, que um importante fluxo de trabalhadores se deslocou das áreas rurais para as urbanas.⁵

Martins: Cerca de 80% dos 250 mil trabalhadores na indústria da construção civil paulista procedem de outros Estados e esta indústria é um portão de entrada para milhares de trabalhadores, que se dirigem às atividades profissionais urbanas.

⁴ José de Souza Martins, *Capitalismo e tradicionalismo*, Livraria Pioneira Editora, São Paulo, 1975, p. 60-61.

⁵ Fiesp-Ciesp, *Análise da interdependência entre a agricultura e a indústria*, citado, p. 45.

Sem parar, outros setores industriais se abastecem de mão de obra nesse imenso manancial, que é formado de capixabas, baianos, mineiros, cearenses, serventes de pedreiro hoje, metalúrgicos ou tecelões, amanhã. Há um drama, porém, nesse mercado de trabalho: o grande número de doentes e de analfabetos. Muitos retornam, outros por aqui ficam e não encontram muita oportunidade de profissionalização.⁶

Sob vários aspectos, a agricultura participa da acumulação monopolista na cidade, seja nos principais centros dominantes no país, seja nos centros dominantes no exterior. É inegável que houve ampla penetração da empresa estrangeira nos ramos de fumo e produtos alimentícios (carnes, trigo, oleaginosas, frutas e legumes). Em geral, essa penetração imperialista na agricultura foi altamente favorecida pelo poder estatal. A ditadura, enquanto máquina estatal do capital monopolista, favoreceu muitíssimo o capital imperialista também no campo.⁷

No caso brasileiro, a política governamental chamada 'política agrícola' esteve sempre mais preocupada em explorar a agricultura para financiar o crescimento industrial do que em fomentar a produção agrícola e o bem-estar rural. Mesmo assim, 'de alguma forma, milhões de agricultores mantiveram a produção agrícola em expansão a uma taxa superior à do crescimento da população, num contexto de preços instáveis, pouca orientação técnica, pesquisa agrícola governamental insuficiente e uma negligência vergonhosa quanto à educação e às políticas de migração e colonização'. Assim, se por um lado a agricultura contribuiu para financiar o desenvolvimento dos setores não agrícolas, por outro

⁶ Itaborá Martins, "Mão de obra, um drama cada vez maior na construção civil", *O Estado de S. Paulo*, São Paulo, 11 de setembro de 1973, p. 29.

⁷ Geraldo Müller, *Penetração das empresas transnacionais nos complexos agroindustriais de pecuária de carne, pecuária de leite, cereais, oleaginosas e fumo*, mimeo., Cebrap, São Paulo, 1979. Geraldo Muller, *Estado, estrutura agrária e população*, Vozes-Cebrap, Petrópolis, 1980. Plínio Sampaio, *Capital estrangeiro e agricultura no Brasil*, Vozes-Cebrap, Petrópolis, 1980.

descapitalizou-se e não recebeu o refluxo esperado do setor urbano-industrial. Ao mesmo tempo que melhoravam os padrões de vida e bem-estar no setor urbano, no rural eles se mantinham constantes, quando não decresciam, em alguns casos.⁸

O capitalismo tem se desenvolvido no campo de forma intensiva e extensiva. Ao mesmo tempo que crescem a maquinização e a quimificação do processo produtivo em certos lugares ou regiões, alastra-se a ocupação extensiva das terras em outros lugares e regiões. No Sul, Sudeste e Nordeste, ao lado da manutenção das estruturas fundiárias preva-lentes, tem havido certo desenvolvimento intensivo do capitalismo nas agroindústrias em geral (cana, fumo, carne, sucos, conservas etc.), nas culturas de soja, trigo, café etc. Ao crescerem a maquinização e a quimificação, desenvolve-se a composição orgânica do capital nessas atividades.

Simultaneamente, as relações capitalistas de produção alastram-se extensivamente pelas terras tribais, devolutas e ocupadas, no Centro-Oeste e no Norte. Entre 1970 e 1975, no Brasil, o pessoal ocupado na agricultura em geral cresceu 19,75%. Nessas duas regiões, no entanto, as taxas de crescimento foram 36,08% e 54,73%, respectivamente, conforme indicam os dados da “Sinopse Preliminar do Censo Agropecuário” da FIBGE.

Vale a pena observar que o conjunto do pessoal ocupado na agricultura, em geral, compreende elevada participação de menores, isto é, trabalhadores adolescentes e mesmo crian-

⁸ José de Arimatéa Rodrigues, “O papel da agricultura no processo de desenvolvimento e as políticas governamentais para o setor agrícola”, *Revista de administração pública*, v. 12, n. 3, Rio de Janeiro, 1978, p. 9-37; citação da p. 36.

ças. As condições de exploração do trabalho de assalariados de todos os tipos, e camponeses com diferentes relações com o mercado, induzem à incorporação de todos, adultos, velhos e crianças, homens e mulheres, às atividades produtivas.

Entre 1970 e 1975, de acordo com dados censitários, a mão de obra nas atividades agrícolas se expandiu cerca de 20%, sendo de 55% o aumento do número de trabalhadores menores de 14 anos. Segundo o Instituto de Economia Agrícola, da Secretaria de Agricultura do Estado de São Paulo, os trabalhadores não residentes, em especial os menores de 15 anos, vêm aumentando sua participação, absoluta e relativa, na forma de trabalho dos estabelecimentos agropecuários estaduais.⁹

Em forma breve, esse é o panorama geral das articulações entre a indústria e a agricultura. Panorama esse no qual se desenvolvem tanto a proletarização como a recamponesação do trabalhador rural.

À medida que se desenvolvem e estendem as forças produtivas e as relações de produção no campo, alarga-se e intensifica-se a subordinação real e formal do trabalho ao capital. Ao crescer a proletarização, isto é, a mercantilização da força de trabalho, de sitiantes, caboclos, moradores, colonos, posseiros, índios e outros, cresce a subordinação real, direta, do trabalho às exigências do capital. Esse processo, que já vinha desde o século passado, estendeu-se e intensificou-se nas últimas décadas, principalmente nos últimos anos, desde 1963. Aliás, o Estatuto do Trabalhador Rural, adotado em 1963, o Estatuto da Terra, de 1964, o Instituto Nacional de

⁹ Centro de Estudos Agrícolas, *Agropecuária (Preços médios e índices de: arrendamentos, vendas de terras, salários e serviços, 1966 a 1978)*, Fundação Getúlio Vargas, Rio de Janeiro, 1979, p. 93.

Colonização e Reforma Agrária (Incra), de 1970, o Programa de Assistência ao Trabalhador Rural (Pro-Rural), o Fundo de Assistência ao Trabalhador Rural (Funrural), ambos de 1971, e as novas normas reguladoras do trabalho rural, conforme a Lei n. 5.889, de 8 de junho de 1973, expressam numerosos aspectos dos processos econômicos e políticos que se desenvolvem de forma extensa e intensa no campo. À medida que se generaliza a exploração da força de trabalho assalariada e semiassalariada nas diferentes partes do mundo agrário, mais e mais se desenvolvem e aguçam os problemas econômicos e políticos nas relações entre os compradores e vendedores de força de trabalho. Surgem movimentos reivindicatórios, associações de trabalhadores rurais, sindicatos, greves e outras manifestações das relações entre operários agrícolas e burguesia.

A mesma ditadura que reprimiu de modo brutal as ligas camponesas, os sindicatos, os posseiros e outros movimentos políticos de trabalhadores rurais, tem sido obrigada a recuar diante do ascenso das lutas sociais no campo, em anos recentes. Em outubro de 1979, ocorre uma greve de grandes proporções nos canaviais e usinas de Pernambuco.

Recife – Dezoito mil trabalhadores rurais – 10 mil associados dos dois sindicatos da área e 8 mil boias-frias – paralisaram, na madrugada de ontem, suas atividades nos municípios de São Lourenço da Mata e Paudalho, na zona canaveira do Estado, numa greve legal em que reivindicam 100% de aumento salarial e outros direitos trabalhistas. Existem cerca de 20 mil trabalhadores na área [...].

Ontem, desde a madrugada, comandos de greve formados por quatro a seis trabalhadores, sob a liderança dos delegados sindicais, começaram a atuar nos 24 engenhos de São Lourenço da Mata e nos 47 de Paudalho.

A adesão dos trabalhadores foi maciça. Em São Lourenço, a paralisação alcançou praticamente a totalidade dos 10 mil assalariados do campo, segundo o sindicato. Em Paudalho, todos os aproximadamente 5 mil associados do sindicato suspenderam o serviço, sendo acompanhados por uns 3 mil boias-frias.

A greve paralisou 38 usinas nos dois municípios cujos sindicatos já receberam o apoio dos outros 22 que ainda estão em negociações antes de se decidirem pela adesão ao movimento. Dirigentes de 78 sindicatos rurais das regiões do agreste e do sertão de Pernambuco, reunidos em assembleia do Conselho de Representantes da Federação dos Trabalhadores na Agricultura de Pernambuco – Fetape, emitiram, ontem, nota de solidariedade e apoio ao movimento reivindicatório dos canavieiros, por considerá-lo ‘justo e legítimo’.¹⁰

Essa greve é bem uma expressão do desenvolvimento das relações capitalistas em muitos setores da sociedade agrária. Expressa o alcance da proletarianização havida e o grau de desenvolvimento político do proletariado rural. Inclusive mostra como se desenvolveu bastante o processo de repolitização da classe operária.

Há todo um longo e complexo processo de proletarianização rural que precisa ser tomado em conta, se queremos compreender qual é o alcance da penetração capitalista no campo. Ao mesmo tempo que a agricultura é subordinada à indústria, em moldes capitalistas; que se desenvolvem as migrações rurais-urbanas; que se deslocam trabalhadores rurais do Nordeste para a Amazônia e o Centro-Sul urbano-industrial; que os colonos minifundistas dos Estados do Sul vendem as suas terras, ou as deixam para seus familiares, e viajam em busca de mais terras na Amazônia; que se formam

¹⁰ “Greve começa a paralisar usinas de cana em Pernambuco”, *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, 3 de outubro de 1979, p. 8.

e se expandem empresas agropecuárias e latifúndios nas diversas partes e regiões do país; que ocorre o desenvolvimento intensivo e extensivo do capitalismo no campo – ao mesmo tempo que ocorreram todas essas transformações, o proletariado rural adquire um perfil cada vez mais nítido e desenvolvido. Muitos colonos, moradores, arrendatários e parceiros transformam-se em assalariados, de forma exclusiva. Uns continuam a residir nas terras do latifúndio, ou empresa, em que se empregam. Outros passam a residir fora dessas terras, em núcleos rurais, semirrurais ou urbanos. Dentre esses não residentes, muitos transformam-se em assalariados temporários, volantes, peões, boias-frias, clandestinos e outras denominações dos temporários.

Brant: A utilização de força de trabalho assalariada temporária, em substituição à dos trabalhadores residentes, constitui uma das modificações mais importantes nas empresas rurais do Brasil durante os últimos decênios [...]. O processo de expulsão dos trabalhadores residentes dos estabelecimentos agropecuários ocorreu em algumas regiões independentemente de modificações técnicas no processo produtivo, como simples modificação de relações de trabalho.¹¹

Graziano da Silva e Gasques: O importante é que, dada a sazonalidade de ocupação da mão de obra agrícola, é mais barato para o empregador pagar um salário mais elevado por um trabalhador adicional em determinadas épocas – mas pagar somente os dias de trabalho efetivo, do que mantê-lo durante todo o tempo na propriedade. Ressalte-se que a sazonalidade de ocupação de mão de obra agrícola é acentuada à medida que nessa propriedade ou região se implante uma monocultura qualquer.¹²

¹¹ Vinicius Caldeira Brant, *População e força de trabalho no desenvolvimento da agricultura brasileira*, mimeo., Cebrap, São Paulo, 1979, p. 67.

¹² José Francisco Graziano da Silva e José Gracia Gasques, *Diagnóstico inicial do volante em São Paulo*, Unesp, Botucatu, 1976, p. 11.

Na Amazônia, devido aos favores fiscais e creditícios criados pelo poder público, no sentido de impulsionar a formação e a expansão de latifúndios e empresas agropecuárias, aí também se desenvolveu a proletarianização do trabalhador rural. O desenvolvimento extensivo do capitalismo nessa região tem sido acompanhado da expropriação de índios e posseiros. Em pequena escala, os governos (federal, estaduais, territoriais e municipais) têm sido obrigados a favorecer alguma fixação de índios e posseiros, em reservas, parques e assentamentos de colonos. Mas a grande maioria dos trabalhadores rurais provenientes do Nordeste e outras regiões acaba ingressando, por algum tempo, ou para sempre, na condição de assalariados permanentes ou temporários. Os peões que trabalham no desmatamento, queima, formação de pastagens, abertura de estradas, caminhos etc. representam um segmento muito grande do proletariado rural que se tem desenvolvido na Amazônia. Em geral, os peões são contratados, administrados, aviados e pagos por um empreiteiro de mão de obra, que, por sua vez, já estabeleceu um contrato com o proprietário das terras, o empresário, ou os seus prepostos. Os peões começam a viagem para a mata com alguma dívida já feita com o empreiteiro, que lhes adianta algum dinheiro para compras e gastos na cidade, além de lhes cobrar as despesas da própria viagem.

Ingerir sal de gado, que pode deixar uma pessoa na cama durante um mês; levar chicotadas segundo o mais autêntico rito colonial; ou partir para o clássico ‘voo da morte’, que ninguém até hoje pôde descrever com pormenores, são apenas algumas das formas com que são tratados os peões em certas fazendas do sul do Pará, principalmente às margens do rio Conceição do Araguaia [...].

O padre Jentel, que realiza um intenso trabalho pastoral em Conceição do Araguaia, mostra-se um pouco pessimista. Para ele, o governo teme desestimular os empresários se implantar um sistema rigoroso de fiscalização trabalhista na região, reconhecendo com isso que, para o atual sistema, os atuais métodos têm sido bastante funcionais [...].

O peão ainda está naquele tempo de confiar na palavra e é frequentemente enganado pelo ‘gato’, o empreiteiro. Em geral, os contratos são apenas verbais e os empreiteiros não assinam as carteiras dos trabalhadores. Muitos peões inclusive não têm carteiras.¹³

São muitos os camponeses (sitiantes, colonos, posseiros, arrendatários, parceiros e outros) que também se empregam temporariamente, para realizar alguma renda monetária. Ao lado dos assalariados temporários, que são numerosos nas diversas regiões do país, são muitos os camponeses que ingressam transitória ou periodicamente nessa condição. Além disso, os próprios trabalhadores temporários empregam-se em diferentes ocupações, ao longo do ano agrícola. Por esses motivos, não é fácil avaliar quantos são os assalariados temporários existentes na agricultura brasileira em dado momento. Em todo o caso, são numerosos e recebem os “baixos salários vigentes na agricultura”.¹⁴

É grande a diferença entre os salários no campo e na cidade. E também a diferença entre os salários pagos no campo, em diferentes regiões do país. Os dados disponíveis dão uma ideia dessas disparidades, que aparentemente beneficiam a *cidade*

¹³ “Peões vivem a rotina do medo no Araguaia”, *O Estado de S. Paulo*, São Paulo, 9 de março de 1973. Conforme transcrição em *Reforma agrária*, ano IV, n. 1-2, Brasília, 1974, p. 7-10.

¹⁴ Ruy Miller Paiva, “Os baixos níveis de renda e de salários na agricultura brasileira”, conforme Claudio R. Contador (org.), *Tecnologia e desenvolvimento agrícola*, Ipea/Inpes, Rio de Janeiro, 1975, p. 195-231; citação da p. 202.

mais que o *campo*, *São Paulo* mais que *Pernambuco*. Pode-se dizer que essa é apenas uma aparência, pois o que está em questão é a exploração do trabalhador assalariado, a exploração do proletariado urbano e rural. Conforme as condições políticas e econômicas de luta dos operários da cidade e do campo (e elas são, na prática, diferentes), a burguesia tem as mãos mais ou menos livres para explorar os trabalhadores. Por exemplo, em 1970 o operário rural em Pernambuco ganha a metade do salário-mínimo pago na cidade; ao passo que o operário rural em São Paulo ganha o dobro daquele de Pernambuco, ao mesmo tempo que está bem mais próximo do salário-mínimo urbano. Conforme sugerem os dados por sob as disparidades regionais, escondem-se formas diversas e gradações diversas de exploração da classe operária pela burguesia.

Há indicações de que os salários agrícolas de mensalistas, diaristas, empreiteiros, tratoristas e outros trabalhadores do campo têm melhorado ao longo dos últimos 20 anos. Ao mesmo tempo que se estendem e intensificam as relações capitalistas de produção na agricultura, também ocorre o desenvolvimento da divisão do trabalho, da maquinização e da quimificação dos processos produtivos. Simultaneamente, verifica-se o alargamento do mercado interno, com a abertura de novos espaços para o desenvolvimento da força de trabalho. Pouco a pouco, e ainda que de maneira bastante desigual, os diversos mercados locais, regionais ou estaduais de força de trabalho adquirem novas articulações. À medida que se desenvolve o capitalismo na cidade e no campo, de forma intensiva e extensiva, tanto avança uma espécie de “homogeneização” do mercado de força de trabalho como avança a “unificação” das classes sociais em geral, inclusive o operariado urbano e rural.

Os últimos 20 anos se caracterizam por uma progressiva homogeneização do mercado de trabalho para a mão de obra não qualificada no país. A marcar este fenômeno estão a perda de substância do salário-mínimo urbano a partir do final da década de 1950, conjugada a uma redução dos diferenciais de salário-mínimo entre as regiões do país; a extensão da legislação trabalhista ao campo, iniciada em 1963 com o Estatuto do Trabalhador Rural e mais recentemente fortalecida com a criação do Funrural; e a elevação do poder de compra dos salários rurais acompanhando a ascensão dos preços relativos da agricultura a partir do final da década passada. Nesse processo, o trabalhador permanente, residindo na propriedade rural, perde importância relativa na força de trabalho agrícola, enquanto ganha peso o trabalho do diarista não residente [...].

Fatores políticos e econômicos se associam para explicar a progressiva homogeneização intersetorial dos salários da mão de obra não qualificada nos últimos 20 anos. A penetração das relações capitalistas no campo, epitomada pelo fenômeno do boia-fria, supre a base de mobilidade ocupacional que parece garantir a irreversibilidade do processo de aproximação dos salários de base, no campo e na cidade, pelo menos no Centro-Sul do país.¹⁵

A evolução dos salários rurais, nos anos de 1966 a 1978, vista de modo global, decorreu do rápido crescimento econômico brasileiro, verificado em parte desse período, quando se acentuou o impacto urbano-industrial, e faz crer que dentre as consequentes transformações na agricultura se incluía a redução da disponibilidade de mão de obra. É possível que se tenham alterado os níveis de produtividade do trabalho, fazendo com que os salários dos trabalhadores rurais crescessem. Por outro lado, registraram-se quedas, em termos reais, nos preços dos serviços de empreitada de trator, do trator, do óleo diesel (este durante parte do período) e foi reduzido o crescimento da remuneração do tratorista; houve

¹⁵ *Conjuntura econômica*, v. 33, n. 7, Fundação Getúlio Vargas, Rio de Janeiro, 1979, p. 73.

maior utilização desses fatores e dos insumos modernos e mudanças nos preços relativos entre fatores. Constatou-se, assim, a presença de fortes estímulos, capazes de induzir a substituição de trabalho por capital, no meio rural brasileiro, de modo genérico.¹⁶

Note-se, entretanto, que essa tendência, no sentido da “unificação” ou “homogeneização” do mercado de força de trabalho, não eliminou a diversidade de condições políticas e econômicas de exploração da força de trabalho assalariado no campo e na cidade, variando segundo as condições prevalentes em cada região do país. A burguesia (urbana e rural, nacional e estrangeira) continua a beneficiar-se da maior ou menor arbitrariedade com que o poder público se omite ou atua em seu favor. De fato, está em curso uma fase particularmente acelerada do processo de “unificação” do mercado de força de trabalho, no conjunto da economia brasileira. Mas ainda são bastante diversas as condições políticas e econômicas sob as quais os operários do campo estão sendo explorados. Há reivindicações dos assalariados rurais do Nordeste que podem ser as mesmas dos que se acham no Rio Grande do Sul, em São Paulo ou Pará. Mas há outras reivindicações que são próprias de cada lugar. Há lugares em que a legislação trabalhista possui alguma vigência, ao passo que em outros os latifundiários, fazendeiros e empresários simplesmente não aceitam a legislação, tomando-a como interferência *subversiva* em seus negócios e lucros. Sob essas condições, persistem e recriam-se as desigualdades e disparidades de exploração dos assalariados rurais, em benefício da burguesia.

¹⁶ Centro de Estudos Agrícolas, *Agropecuária*, citado, p. 87.

A percentagem do trabalho feito por mensalistas e diaristas varia de um mínimo de 8,8% em Santa Catarina e 23,8% no Ceará, onde quase todo o trabalho é realizado pela própria família do proprietário, a um máximo de 44,4% em Minas Gerais e 83,1% em Pernambuco. E se incluímos nessas percentagens as demais classes de trabalhadores que têm seus vencimentos (rendas) estabelecidos, ainda que indiretamente, pelos próprios níveis salariais, como são os ‘parceiros’, ‘empreiteiros’ e ‘remuneração em espécie’, constata-se que as percentagens se elevam, ficando as menores com Santa Catarina (19,37%) e Rio Grande do Sul (53,0%) e as mais elevadas com Pernambuco (88,5%) e Paraná (87,9%).

Esses dados, apesar de suas limitações, confirmam que é muito alta no Brasil a percentagem de agricultores que não são empresários e que têm de viver com base em salários que, como foi visto, são baixos e não lhes permitem mais do que uma subsistência precária.

Aliás, a situação dos trabalhadores é ainda mais difícil do que se pode julgar pelos baixos salários. Isso porque é frequente os trabalhadores não conseguirem trabalho o ano todo, o que faz com que o salário médio recebido se torne ainda menor do que os que foram mostrados.¹⁷

O maior peso da ditadura caiu sobre a classe operária, urbana e rural, e o campesinato. Em grande medida, a economia política da ditadura fundamentou-se na superexploração dos trabalhadores assalariados da indústria e agricultura, ao mesmo tempo que se estendeu e intensificou a exploração dos posseiros, sitiantes, colonos, arrendatários, parceiros e outras categorias de produtores *autônomos* na agricultura, pecuária e extrativismo. Foi grande o peso da repressão sobre essas categorias sociais. Toda questão operária ou

¹⁷ Ruy Miller Paiva, “Os baixos níveis de renda e de salários na agricultura brasileira”, in: Claudio R. Contador (org.), *Tecnologia e desenvolvimento agrícola*, Ipea/Inpes, Rio de Janeiro, 1975, p. 195-231; citação das p. 204-205.

camponesa continuou a ser tratada como questão de polícia. Houve intervenções e fechamento de sindicatos operários urbanos e rurais, as ligas camponesas foram simplesmente apagadas dos seus lugares pela brutalidade da repressão; houve prisões, processos, cassações, sumiços e mortes. “Há os que morreram. Há os que ficaram mutilados para sempre.” Muitos “mortos sem sepultura”. O aparelho repressivo “trucidou líderes camponeses paraibanos em terras de Pernambuco, jogando seus cadáveres no mato”. Em muitos, muitos casos, “nunca se soube, ao certo, a identidade dos mortos”.¹⁸ Em 1970-1975, no sul do Estado do Pará, em Xambioá-Araguatins-Marabá, a pretexto de lutar contra um núcleo guerrilheiro localizado na área, o aparelho repressivo cometeu brutalidades e assassinatos contra os muitos posseiros do lugar e os guerrilheiros. Foram muitas as mortes ocorridas nos tempos dessa guerra. Dentre os mortos, conta-se também Osvaldo Orlando da Costa, que fazia parte da direção do núcleo de guerrilha.¹⁹ Em 1975 desapareceu José Porfírio, o líder dos posseiros de Trombas do Formoso, em Goiás. “Em 1972, José Porfírio é preso e permanece num quartel em Brasília até 1975, quando então é solto. No mesmo dia desaparece”.²⁰ Foram muitos os trabalhadores rurais, camponeses e operários presos, torturados, acidentados, desaparecidos, assassinados.

¹⁸ Paulo Cavalcanti, *O caso eu conto como o caso foi: da Coluna Prestes à queda de Arraes (Memórias)*, Editora Alfa-Omega, São Paulo, 1978, p. 401 e 403.

¹⁹ Fernando Portela, *Guerra de guerrilhas no Brasil*, Global Editora, São Paulo, 1979. Palmeira Doria, Sergio Buarque, V. Carelli e J. Sautchut, *A guerrilha do Araguaia*, Editora Alfa-Omega, São Paulo, 1978; Clovis Moura (apresentação), *Diário da guerrilha do Araguaia*, Editora Alfa-Omega, São Paulo, 1979.

²⁰ Murilo Carvalho, “A guerra camponesa de Trombas de Formoso”, *Movimento*, n. 164, São Paulo, 21 de agosto 1978, p. 7-9.

IX – A EXPROPRIAÇÃO DO TRABALHADOR RURAL

Ao lado das modificações do mercado de força de trabalho (e inclusive certa melhora dos salários agrícolas), persiste a superexploração do trabalhador rural. Tanto o assalariado (permanente e temporário, residente e não residente) nas mais diversas situações de trabalho, como o camponês (colono, posseiro, sitiante, parceiro, arrendatário e outros), seja qual for o grau de comprometimento com a economia de mercado em todos os casos continua bastante acentuada a exploração do trabalhador rural. A persistente e reiterada subordinação formal e real do trabalho ao capital continua a favorecer o capital com uma espécie de sobretaxa de exploração. As condições econômicas e políticas sob as quais o capital monopolista (largamente favorecido e protegido pelo Estado ditatorial) pode atuar no campo garantem-lhe um *lucro* suplementar. Em geral, os dados disponíveis comprovam os baixos níveis salariais predominantes na agricultura. No campo,

as condições políticas de reivindicações por parte dos assalariados tendem a ser prejudicadas tanto pela repressão estatal quanto pela manipulação da violência privada, por parte de latifundiários, fazendeiros, empresários ou seus prepostos. O latifundiário, fazendeiro ou empresário muito frequentemente lançam mão de pistoleiros, jagunços, ou mesmo policiais, para fazer valer os seus interesses sobre os trabalhadores rurais. Isto é, são econômicas e políticas as condições de exploração às quais o capital submete o trabalhador rural. E são tais essas condições que o capital, isto é, a grande burguesia, se garante uma sobretaxa de *lucro* com base na sobre-exploração dos assalariados rurais e camponeses. São várias as formas de exploração do camponês.

São as pequenas propriedades que: a) exploram mais intensivamente as terras, b) têm maior renda bruta e níveis de investimentos produtivos por unidade de área, ou seja, têm uma alta 'produtividade' da terra, c) utilizam mais intensivamente a mão de obra, quase, que exclusivamente de base familiar. No entanto [...] há uma impossibilidade, pelo menos parcial, de repor os meios de produção, devido à exploração intensa a que estão submetidos, obrigando tanto o pequeno produtor como os membros de sua família a venderem temporariamente sua força de trabalho nos imóveis maiores.

Para o latifundiário, a utilização desse tipo de mão de obra é muito vantajosa, pois ela tende a ser mais barata, na medida em que parte de sua subsistência já está garantida pelas atividades desenvolvidas em suas pequenas áreas [...].

A produção de gêneros de subsistência 'subsídia' a própria mão de obra empregada na cultura comercial dentro de uma mesma propriedade. Tem-se então que, além de viabilizar a manutenção de baixos salários urbanos, a produção de subsistência rebaixa também os níveis de salários rurais [...]. Em resumo, é o pobre do campo alimentando o pobre da cidade,

contribuindo para efetivar as elevadas taxas de acumulação dos setores dinâmicos da nossa economia.¹

Também se desenvolveu, portanto, uma espécie de recamponesação. Na medida em que o Estado era levado a favorecer a agricultura destinada à exportação, *sobrava* para pequenos e médios empreendimentos agrícolas a possibilidade de produzir gêneros alimentícios para as populações rurais e urbanas. O *desinteresse* do poder estatal e da grande empresa rural pela produção destinada a abastecer os mercados urbanos e urbano-industriais, locais e regionais, abria certo espaço econômico para a produção camponesa, realizada principalmente por famílias de sitiantes, caboclos, parceiros, arrendatários, posseiros, colonos, moradores e outros trabalhadores rurais. Pouco a pouco, ou de forma abrupta, conforme a região ou o lugar, os muitos trabalhadores rurais autônomos (com seus familiares e eventuais ajudantes, assalariados ou não) eram subordinados formalmente ao capital. Ingressavam na produção de mais-valia por intermédio de uma crescente e continuada rearticulação com o mercado, o comércio da sua produção, a compra de produtos manufaturados, máquinas e equipamentos agrícolas, fertilizantes, inseticidas. Assim, o desenvolvimento extensivo e intensivo do capitalismo no campo compreendeu também a recamponesação de grande parte da população de trabalhadores rurais.

Esse processo tem adquirido formas bastante diversificadas. Na Amazônia, alguns grupos de índios e mestiços, ao lado de posseiros chegados do Nordeste, Sul e outras

¹ José F. Graziano da Silva (coordenador), *Estrutura agrária e produção de subsistência na agricultura brasileira*, Editora Hucitec, São Paulo, 1978, p. 230-231.

regiões do país, têm sido induzidos a organizar-se sob a forma de núcleo de colonos. Isto é, a política de colonização dirigida (oficial e particular) orientou-se no sentido de favorecer a formação de alguns assentamentos de colonos organizados no sentido de produzir para o mercado – e também servir de reserva de força de trabalho para as empresas agropecuárias e os empreendimentos estatais.² No Rio Grande do Sul, os antigos colonos das áreas de colonização alemã e italiana, que se formaram, desde o século passado, em núcleos camponeses, ingressaram nos anos recentes em nova forma de organização camponesa de sua economia e sociabilidade. Vejamos um exemplo: a situação presente dos camponeses da localidade de São Pedro, no município de Bento Gonçalves, no Rio Grande do Sul.

Nos anos 1970, registrou-se uma alteração no setor vinícola, marcada principalmente pela entrada de novas empresas no mercado, principalmente multinacionais. A intensificação da concorrência resultou numa disputa para assegurar a matéria-prima produzida pelos camponeses. Esse é o momento em que a instituição do ‘freguês’ cede lugar ao ‘contrato de compra e venda’ ou ‘contrato de produção’ [...]. Os camponeses de São Pedro dedicam seus esforços intensivamente à produção mercantil, à uva, e para tanto desenvolvem uma divisão técnica do trabalho e um processo de cooperação, o que transforma a família camponesa em um trabalhador coletivo [...]. As famílias camponesas de São Pedro não têm um rendimento monetário suficiente para efetuar, por via

² Otávio Guilherme Velho, *Frente de expansão e estrutura agrária*, Zahar Editores, Rio de Janeiro, 1972; Octavio Ianni, *Colonização e contrarreforma agrária na Amazônia*, Editora Vozes, Petrópolis, 1979; George Martine, *Migrações internas e alternativas de fixação produtiva: experiências recentes de colonização no Brasil*, mimeo., Brasília, 1978.

da compra monetária de mercadorias, a reposição do valor da força de trabalho.³

No conjunto, o processo de recamponesação que se vem desenvolvendo na sociedade agrária brasileira envolve a rearticulação das várias formas de produção camponesa com as crescentes imposições da grande empresa capitalista, no campo e na cidade. Além de as unidades familiares de produção serem sistemática e maciçamente expropriadas dos seus excedentes pelo capital comercial, o banco, o usurário e o industrial, elas frequentemente se constituem também em reservas de força de trabalho para empresas e empreendimentos públicos e privados, nacionais e estrangeiros. Membros de famílias de sitiantes, colonos, posseiros e outros são obrigados a empregar-se por certo tempo, para que a família possa dispor de dinheiro imediato para comprar medicamentos, instrumentos de trabalho ou até mesmo alimentos. Tudo isso implica uma superexploração do trabalho na unidade produtiva. São longas as jornadas de trabalho dos membros da família em sua unidade de produção, para que ela possa fazer face às exigências da reprodução da vida. Ao mesmo tempo, as empresas, os latifúndios e os empreendimentos públicos e privados beneficiam-se de uma força de trabalho disponível e barata, “na medida em que parte de sua subsistência já está garantida pelas atividades desenvolvidas em suas pequenas áreas”.⁴ Sem esquecer que as populações

³ José Vicente Tavares dos Santos, *Colonos do vinho*, Hucitec, São Paulo, 1978, p. 95, 129 e 132. Consultar também: Lília M. Ribeiro de Lima, *Notas para o estudo da expansão do capitalismo em Santa Cruz*, mimeo., Cebrap, São Paulo, 1976.

⁴ José F. Graziano da Silva (coordenador), *Estrutura agrária e produção de subsistência na agricultura brasileira*, Editora Hucitec, São Paulo, 1978, p.230.

urbanas e a acumulação de capital na indústria também se beneficiam da exploração do campesinato.

Surpreende encontrar tão elevada participação das pequenas propriedades tanto na área colhida de produtos básicos para alimentação como nos de transformação industrial. Isso só pode resultar do fato de a produção de gêneros de subsistência ‘subsidiar’ a mão de obra familiar empregada na cultura comercial *dentro da mesma propriedade*. Teríamos então que, além de permitir manter baixos os salários urbanos, a produção de subsistência rebaixa também os níveis de salários rurais, uma vez que este passa a ser função da produtividade dentro da própria agricultura de subsistência.⁵

Os dados mostram que mais de 85% dos imóveis rurais do país, que compreendem as propriedades menores que 100 ha, são responsáveis por 45% da oferta de produtos agrícolas e quase 40% da absorção de meios de produção de origem industrial. Regra geral, esses pequenos imóveis em termos de área são também pequenas unidades em termos do valor de sua produção. Por outro lado, tem-se que os imóveis de mais de 1.000 ha – que representam apenas 15% dos imóveis do país – são responsáveis por quase 20% da oferta de produtos agrícolas e 25% da absorção daqueles meios de produção.⁶

Outra, diferente, é a situação em que se encontra o caboclo amazônico, o posseiro antigo ou recém-chegado, que ocupa terras devolutas. Nesses casos, que ocorrem com frequência cada vez maior desde a construção da Belém-Brasília, terminada em 1960, e a construção da Transamazônica e outras rodovias iniciadas em 1970, há uma crescente luta pela posse e domínio

⁵ José F. Graziano da Silva e Oriowaldo Queda, “Distribuição da renda e posse da terra na produção e consumo de alimentos”, in: Jaime Pinsky (org.) *Capital e trabalho no campo*, Editora Hucitec, São Paulo, 1977, p. 127-146; citação da p. 140.

⁶ José F. Graziano da Silva (coordenador), *Estrutura agrária e produção de subsistência na agricultura brasileira*, Editora Hucitec, São Paulo, 1978, p. 250.

da terra. O desenvolvimento extensivo do capitalismo na região, amplamente incentivado pelo poder público, principalmente desde 1966, quando foi criada a Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia (Sudam), provocou a intensificação do processo de monopolização das terras. Grandes latifúndios, fazendas e empresas têm sido criados na região, com ampla proteção econômica e política dos governos militares.

São muitos, numerosos, os posseiros chegados à Amazônia, provenientes de todas as partes do Brasil. Eles chegam dos estados do Nordeste, do Sul, das outras regiões, e também dos próprios estados do Norte. Inclusive os posseiros deslocam-se e movimentam-se bastante, dentro da própria Amazônia. Seja porque a luta pela terra se aguça, porque a terra não é boa como parecia, porque o comércio não está bom, ou existe doença, há numerosos motivos por que o posseiro se desloca e movimenta, com frequência. Mas ele sempre quer parar ali, no seu lugar. Nesse vaivém, procura sentar raiz, plantar roça e casa, criar criação.

Mas o problema maior, principal, cada vez mais, tem sido a luta para ficar na terra que já recebeu algum trato. Devido às pressões do grileiro, latifundiário, fazendeiro ou empresário, o posseiro sente que a sua terra não é mais sua; era; parecia que era. Nessa briga, entra jagunço, pistoleiro e polícia, além do juiz, advogado, delegado – muita gente. Tem vez que o governo fica do lado do grileiro, de acordo; quase sempre. É raro o governo ficar do lado do posseiro. O mais geral é o governo ficar de fora, para deixar o mais forte ganhar: grileiro, latifundiário, fazendeiro ou empresário.

O que está em questão aí, nesse caso, na briga do posseiro com o grande proprietário, é principalmente a expropriação da terra que o posseiro trabalha, na qual mora. Do ponto

de vista do posseiro, a terra é fundamental para a sua vida. É a terra trabalhada que lhe dá o de comer, vestir, morar, criar. Bem ou mal, ao trabalhar a terra o posseiro produz o necessário, o mínimo, ou mais, para viver a família mais ele, tudo junto. O caso é que a terra trabalhada, de mais ou menos, com a família e os vizinhos, tudo isso forma a base da sua vida, deles, todos. O posseiro vive meio que em comunidade. Produz principalmente para comer, viver, vestir, morar, criar. A terra para ele é natural; naturalmente. Ali o que interessa é o uso da produção. Para vender, não interessa grande coisa. Interessa vender um pouco, para comprar coisas na cidade: sal, açúcar, enxada, enxadão, foíce, espingarda, chumbo, pólvora, panela, roupa, remédio. Mas tudo isso dura bastante, porque o uso é pouco. Não tem por que gastar muito, despropósito. O que chega dá, suficiente.

É bem verdade que tem sempre comprador querendo comprar na porta, de caminhão, os mantimentos, arroz, milho, criação. Comprar e vender. Devagar, o comércio chega e vai entrando, crescendo, despropositado. Inclusive vai levando o produto do trabalho da família, do lugar, de todos. Cada vez sobra menos para cada família, no lugar. Mas a vida continua; de um jeito ou outro, continua; a vida dura do posseiro na roça, roçado.

Pelo visto, são duas as formas de expropriar o camponês.

Uma é a expropriação pelo comércio. O comerciante compra barato o produto do trabalho do posseiro. E vende caro as coisas de que esse precisa. Nisso o posseiro perde, cada vez mais; ou quase sempre, porque não está unido, companheiro. Não tem caminhão para levar a produção para a cidade, vender. Não tem armazém na cidade, seu nem do povo, de posseiro. Não tem cooperativa. Por essas e outras, ele mais

frequentemente perde, ou ganha muito pouco do que produz. Seja porque vende barato, roubado, seja porque compra caro, roubado, o posseiro vai ficando sem nada, vegetando. Trabalha para nada. Além do mais, começa a ser obrigado a comprar o do que não tinha precisão nem precisava. Cada dia chega mais gente vendendo coisas da cidade: utensílios para a casa, ferramentas para a lavoura, adubo, inseticida, armas, rádio, um despropósito de coisas que prestam e não prestam. Nesse trem, devagarzinho, o posseiro está amarrado em muita coisa, precisada e sem precisão. Vai ficando um comprador de coisas da cidade, belezas e tranqueiras, sem saber nem por que, nem como, para quê.

A outra forma de expropriação do posseiro é a sua expulsão da terra, pelos funcionários do governo, polícia, pistoleiro ou jagunço, a serviço do grileiro, latifundiário, fazendeiro ou empresário. Nesse caso é que o posseiro pode querer não querer sair, resistir, lutar, pegar na arma para defender a terra, a família, os trastes, a roça, a criação, a choça, o tapiri, o que for. Essa é a briga que pode dar guerra, morte, matança, mortandade.⁷

Os processos de proletarianização de trabalhadores rurais e recamponesação de segmentos da produção agrícola são simultâneos. É verdade que cresceram pouco, em termos absolutos, os assalariados permanentes entre 1950 e 1970. Mas ao longo dessas duas décadas, e em escala acentuada depois de 1970, continuou a ganhar importância o assalariado temporário:

⁷ Fernando Portela, *Guerra de guerrilhas no Brasil*, Global Editora, São Paulo, 1979; Murilo Carvalho, "A guerra camponesa de Trombas do Formoso", *Movimento*, n. 164, São Paulo, 21 de agosto de 1978, p. 7-9; Lúcio Flávio Pinto, *Amazônia: o anteato da destruição*, 2ª edição, Grafisa, Belém, 1977; Otávio Guilherme Velho, *Frentes de expansão e estrutura agrária*, Zahar Editores, Rio de Janeiro, 1972; José de Souza Martins, *Expropriação & violência*, Editora Hucitec, São Paulo, 1980.

boia-fria, peão, clandestino e outras categorias. A pesquisa realizada por Vinicius Brant mostra que esses trabalhadores alcançavam cerca de 69% do total dos assalariados em 1970.⁸ E cabe observar, ainda, que a importância da proletarianização não se expressa apenas nas quantidades de assalariados permanentes e temporários. Em geral, a proletarianização do trabalhador rural também compreende a maquinização e a quimificação (fertilizantes e defensivos) do processo produtivo, o que provoca a potenciação da capacidade produtiva da força de trabalho. Isto é, ao crescer a composição orgânica do capital na agricultura, a quantidade de operários é apenas um dos dados relativos ao processo de proletarianização aí envolvido. Ao mesmo tempo, desenvolve-se a recamponesação. Primeiro, porque são muitos, muitíssimos os trabalhadores rurais desempregados, subempregados, ou melhor, superexplorados, que buscam terras devolutas no Oeste e no Norte. Tanto assim que cresce, em termos absolutos e relativos, o contingente de posseiros, ao longo dos anos 1950-1970. Segundo, a forma pela qual o capital monopolista e o poder estatal se articularam provocou a formação de latifúndios, fazendas e empresas organizados no sentido de produzir principalmente para os grandes mercados e a exportação. Foi assim que o desenvolvimento extensivo e intensivo do capitalismo no campo criou espaços, poros, para a continuidade e até mesmo a ampliação da produção camponesa. Os latifúndios, as fazendas e as empresas rurais beneficiam-se tanto da produção camponesa quanto da força de trabalho barata que os sitiantes, caboclos, colonos, parceiros, arrendatários e posseiros podem oferecer nas ocasiões de grande necessidade.

⁸ Vinicius Caldeira Brant, *População e força de trabalho no desenvolvimento da agricultura brasileira*, mimeo., Cebrap, São Paulo, 1979, p. 70.

A indústria, a cidade, o capital monopolista estavam incorporando e reincorporando o campo, a agricultura, as várias formas de produção econômica do mundo rural. À medida que se ampliava e acentuava a acumulação monopolista, altamente favorecida pelo Estado posto a serviço desse capital, ocorria um desenvolvimento extensivo e intensivo do capitalismo no campo. A agricultura, sob todas as suas modalidades de organização produtiva, era incorporada à indústria. Tudo isso se expressa em desenvolvimentos e transformações da sociedade agrária, em suas especificidades e no âmbito da sociedade brasileira.

Ao mesmo tempo, desenvolveram-se as classes sociais no campo. O proletariado rural adquiriu um perfil mais nítido, tanto devido a sua crescente e reiterada subordinação real ao capital, à burguesia, como pelo seu próprio desenvolvimento político, como classe. Pouco a pouco, um amplo proletariado rural se estende pelo campo, pelos lugares e regiões, como categoria social cada vez mais importante. E o campesinato readquire importância, devido às formas pelas quais é rearticulado ao capital, à burguesia. São diferentes as modalidades de organização camponesa da produção, para autoconsumo e mercado. Mas todas as produções para o mercado – local, regional, nacional ou estrangeiro – compreendem a subordinação do trabalho ao capital. Assim, ao mesmo tempo que se desenvolve a acumulação capitalista, abarcando cada vez mais o trabalhador rural, desenvolvem-se as várias classes sociais rurais: burguesia, proletariado, campesinato, pequena burguesia rural e outras classes. Todas classes mais ou menos importantes para a compreensão dos movimentos da sociedade agrária, em algumas das suas especificidades, e da sociedade brasileira em seu conjunto, em seus fundamentos.

TERCEIRA PARTE

A QUESTÃO REGIONAL

X – A RECONQUISTA DO NORDESTE

Sob vários aspectos, a “Questão Nordeste” foi posta de uma forma direta e clara em 1964, por ocasião do golpe de Estado que derrubou o governo do presidente João Goulart. Nessa ocasião, a ditadura elegeu o Nordeste como uma região particularmente importante, perigosa, na qual desencadeou uma repressão política especial. As vítimas escolhidas foram trabalhadores rurais, membros de ligas camponesas e sindicatos rurais, dirigentes dessas organizações. Também foram atingidos pela repressão os políticos, membros de grupos e partidos políticos que lutavam em defesa dos interesses desses trabalhadores rurais. A repressão atingiu amplamente as classes assalariadas da região, no campo e na cidade. Mas o maior peso da repressão, direta e brutal, foi descarregado sobre os trabalhadores rurais. A burguesia agropecuária e agroindustrial nordestina havia conseguido que a ditadura militar pusesse todo o peso da repressão política contra o proletariado e o campesinato,

cujas organizações, atuações e lutas estavam modificando as condições de exploração às quais essa burguesia estava habituada. Além das demissões, cassações e prisões, muitos desapareceram. “Há os que morreram. Há os que ficaram mutilados para sempre.” Muitos “mortos sem sepultura”. A repressão “trucidou líderes camponeses paraibanos em terras de Pernambuco, jogando seus cadáveres no mato”. Sumiram. Muitos eram sepultados como indigentes. “Nunca se soube, ao certo, a identidade dos mortos”.¹

Ocorre que a burguesia da região, associada ou instrumentada pela burguesia dominante no país (burguesia nacional e estrangeira), havia conseguido convencer os golpistas e os seus funcionários de que era iminente uma revolução no Nordeste. Desde a vitória da revolução liderada por Fidel Castro em Cuba, em 1959-1960, tanto o imperialismo quanto as burguesias nativas, nos diferentes países latino-americanos, movimentaram-se no sentido de controlar ou suprimir todos os movimentos políticos democráticos de base popular, principalmente os movimentos de base operária e camponesa. Foi assim que o imperialismo e a burguesia, no Brasil, decidiram transformar o Nordeste numa questão política, militar e policial prioritária. Em 1961, o governador

¹ Paulo Cavalcanti, *O caso eu conto como o caso foi (da Coluna Prestes à queda de Arraes)*, Editora Alfa-Omega, São Paulo, 1978, p. 401-403. Consultar também: Inquérito Policial-Militar n. 709, *O comunismo no Brasil*, 4 v. Biblioteca do Exército Editora, Rio de Janeiro, 1967, 4º, p. 378-393; Amélia Cohn, *Crise regional e planejamento*, Editora Perspectiva, São Paulo, 1976; Francisco de Oliveira, *Elegia para uma re(li)gião*, Editora Paz e Terra, Rio de Janeiro, 1977; Antonio Callado, *Os Industriais da seca e os Galileus de Pernambuco*, Editora Civilização Brasileira, Rio de Janeiro, 1960; José Arlindo Soares, *Lutas sociais em Pernambuco na conjuntura nacional populista 1956-1964*, mimeo., Recife, 1979; Francisco Julião, *Que são as Ligas Camponesas?*, Editora Civilização Brasileira, Rio de Janeiro, 1962.

do Estado do Rio Grande do Norte, Aluísio Alves, dizia que o Nordeste estava em via de “levantar-se”, de entrar numa “convulsão talvez sangrenta”, se o governo federal e as “elites” da região não tomassem “medidas de financiamento maciço da produção”. Poderia haver o “imprevisível revolucionário”, se não se atendessem as reivindicações. “Ou se resolvem os problemas ou o Nordeste se levanta dentro de um ano”.² A própria Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste (Sudene), em um documento publicado em 1962, descreveu um quadro muito “sério”. Refere-se aos “problemas sociais e políticos de suma gravidade”, tais como “insatisfação”, “ressentimentos”, “desempregados”, “redução do prestígio do poder público” junto às camadas populares e “aparecimento de associações camponesas com vistas a resolver o problema imediato de acesso à terra”.³ Diante do ascenso político do campesinato e do proletariado rural, ao lado do proletariado urbano e outras forças políticas, as classes dominantes (em âmbito regional, nacional e internacional) movimentaram-se no sentido de acabar com toda experiência democrática no Nordeste e no conjunto da sociedade brasileira.

O que estava em causa, no Nordeste, nessa ocasião, era a questão da democracia. Era o ascenso dos trabalhadores rurais e urbanos na conquista de direitos trabalhistas semelhantes aos que já eram reconhecidos a trabalhadores da indústria, e mesmo a trabalhadores rurais, em alguns lugares de outras regiões. Desde que a Frente de Recife elegera Mi-

² Aluísio Alves, citado por Manoel Correia de Andrade, *A terra e o homem no nordeste*, Editora Brasiliense, São Paulo, 1963, p. 241-242.

³ Sudene “Projetos. apresentados ao governo da República Federal Alemã”, *Sudene – boletim econômico*, v. 1, n. 1, Recife, 1962, p. 9-135, citação das p. 11-12.

guel Arraes para prefeito da cidade, em 1960, e governador de Pernambuco, em 1962, era cada vez mais amplo e profundo o processo de democratização que as forças populares estavam efetivando. As organizações, atuações e lutas de todos os grupos e partidos de base popular, principalmente de base operária e camponesa, estavam criando novas dimensões políticas no Nordeste. Era real o ascenso dos trabalhadores rurais e urbanos, por dentro e por fora da Frente de Recife, da atuação de Miguel Arraes, Gregório Bezerra, Francisco Julião e muitos outros.

Arraes: Ao retirar da polícia a função tradicional de instrumento de garantia dos privilégios seculares de uma minoria, criando, simultaneamente, condições para o livre exercício, por parte de todos, das franquias democráticas asseguradas pela Constituição – logrou o governo atingir, nesse primeiro ano de mandato, uma de suas metas fundamentais. Fruto de uma concepção de ordem e de liberdade que foge à costumeira tendência de julgá-las conflitantes entre si, foi essa a primeira conquista alcançada e, certamente, a mais importante.

Esse conceito novo de poder de polícia do Estado, ao lado do rápido processo de organização da massa de trabalhadores do campo, permitiu uma profunda transformação social na zona canavieira pernambucana.

As condições que aí prevaleciam de há muito tinham assumido um caráter francamente incompatível com as exigências do desenvolvimento de ‘nosso país e de Pernambuco. Subsistindo artificialmente às custas de uma política protecionista e de subvenções do governo federal, o sistema canavieiro eternizava métodos de produção inteiramente ultrapassados. Na parte agrícola, principalmente, o atraso assumia aspectos alarmantes, traduzindo-se em rendimentos por hectare dos mais baixos do mundo. Não havia incentivo para novos investimentos; ao contrário, a política açucareira do governo federal, administrada por intermédio do instituto do açúcar

e do álcool, estimulava a estagnação, com evidente prejuízo para a nação e o Estado.

Ao lado do protecionismo míope do instituto do açúcar e do álcool, um outro mecanismo contribuía consideravelmente para assegurar uma precária rentabilidade à agroindústria açucareira: a manutenção de níveis salariais extremamente baixos, preço vil da labuta diária e estafante da massa de trabalhadores rurais.

É bem verdade que se tornava inevitável a eclosão de numerosos e potentes movimentos reivindicatórios, dado o estado de miséria e de opressão em que viviam os trabalhadores da zona canavieira. Graças, entretanto, à mobilização de todo o aparelho do Estado na defesa intransigente dos privilégios de uma minoria retrógrada, sufocava-se e procurava-se desarticular o processo de organização dos trabalhadores do campo, na vã tentativa de bloquear o avanço, para o cenário político, de forças sociais que já não podiam ser ignoradas.

É claro que essa situação não poderia perdurar, baseada que era na miséria de uma massa trabalhadora que aos poucos tomava consciência de si própria e de seus problemas. Esse lento processo de tomada de consciência, verdadeiramente inexorável em sua dinâmica interna e manifestando-se de maneira esporádica e desordenada, apresentava-se aos olhos da minoria beneficiada como eminentemente subversivo. A história está cheia de exemplos semelhantes. Não foi considerada menos subversiva a Abolição da Escravatura, em 1888. Em decorrência das condições favoráveis criadas pelo governo, o processo de organização e, conseqüentemente, de amadurecimento político dos trabalhadores das cidades e dos campos fez progressos rápidos e consideráveis em Pernambuco. Isso é particularmente verdadeiro na zona canavieira do Estado.⁴

Oliveira: Crescendo a ação política das massas camponesas ou semicamponesas, crescendo a presença política de massas trabalhadoras urbanas, suas reivindicações vão chocar-se contra

⁴ Miguel Arraes, *Palavra de Arraes*, Editora Civilização Brasileira, Rio de Janeiro, 1965, p. 101-102.

a essência do processo de crescimento oligopolístico a partir do Centro-Sul, no núcleo da própria estrutura do processo de concentração e centralização do capital. A penetração das mercadorias produzidas no Centro-Sul, e posteriormente a própria penetração de grupos econômicos do Centro-Sul, que precede à própria Sudene, destruía as bases da economia 'regional', tanto agrícola quanto industrial. Essa destruição propiciava uma acumulação diferencial extraordinária ou uma superacumulação, em outras palavras, cuja base residia seja no mercado nordestino capturado, seja na implantação de empresas com capitais do Centro-Sul que, repousando numa composição técnica de capital superior, passavam a realizar uma composição orgânica de capital mais favorável, devido exatamente ao diferencial de custos de reprodução da força de trabalho nordestina. Ora, as reivindicações das forças populares no Nordeste, tanto rurais quanto urbanas, centravam-se agora exatamente na aplicação rigorosa das leis de propriedade, por um lado, e das leis de regulamentação trabalhista por outro, entre estas a estrita obediência ao pagamento do salário-mínimo.⁵

Bezerra: O movimento camponês deu um pulo agigantado para a frente. No meado do ano de 1963 conseguimos a aplicação do salário-mínimo para o campo, uma das nossas principais reivindicações. Com isto veio a luta séria porque chocava com os interesses econômicos do patronato habituada a pagar um salário de fome e de miséria, embora muitos dos usineiros compreendessem bem o problema e passassem a pagar o salário-mínimo. Aí passamos a lutar pela aplicação da legislação trabalhista e previdenciária não só para os assalariados, mas para todas as categorias de camponeses pobres. Houve mais luta, principalmente quando se tratava da mulher. Havia uma discriminação odiosa contra a mulher. O patronato rural achava que o simples fato de ser mulher não dava o direito a um salário integral, ainda que produzisse a mesma quantidade de trabalho, isto é, que davam a mesma

⁵ Francisco de Oliveira, *Elegia para uma Re(li)gião*, Editora Paz e Terra, Rio de Janeiro, 1977, p. 97.

jornada de trabalho. Achavam o maior absurdo: ‘Quem já viu mulher ganhar igual a homem?’. Pra eles tinha que ganhar metade do salário do homem. Isto provocou greves parciais em vários engenhos e fazendas. Íamos lá, discutíamos com o patrão, e nas situações de discriminação contra a mulher, as greves eram vitoriosas. Os recalcitrantes e desumanos eram obrigados não só a atender às mulheres como ao repouso semanal remunerado e ao descanso nos dias santos e feriados. Era a aplicação da legislação trabalhista e previdenciária ao campo. As mulheres camponesas sentiram que o sol havia nascido também para elas através dos sindicatos e do partido.⁶

Em março de 1963, já tínhamos conseguido fazer com que o salário-mínimo de 450 cruzeiros estivesse sendo pago em 97% da zona açucareira do Estado de Pernambuco e em fins de abril essa situação pôde ser consolidada. O patronato rural capitulou diante da lei e da unidade da massa camponesa sindicalizada. Mas a luta prosseguia, a maioria dos patrões não se conformava e usava elementos ignorantes, ainda não esclarecidos, e corrompia determinados indivíduos para criarem confusões e intrigas, difundindo descrença no meio da massa e disseminando desconfiança em face das direções sindicais.⁷

É óbvio que o ascenso político dos trabalhadores rurais e urbanos do Nordeste estava sendo acompanhado de acontecimentos surpreendentes para a burguesia local. Pela primeira vez na história da região, em tal escala, o povo estava elegendo vereadores, deputados, prefeitos e governadores que estavam cumprindo os seus compromissos políticos com os eleitores. Os trabalhadores do campo começaram a ver os seus direitos trabalhistas respeitados; podiam fazer política; participar de ligas, sindicatos, comícios, greves, sem

⁶ Gregório Bezerra, entrevista ao *Pasquim*, n. 500, Rio de Janeiro, 26 de janeiro de 1979, p. 10-21; citação da p. 20.

⁷ Gregório Bezerra, *Memórias*, 2 partes, Editora Civilização Brasileira, Rio de Janeiro, 1979, 2ª parte, p. 176.

que os usineiros, ou os seus prepostos, manipulassem a polícia para reprimi-los; os casos de violência privada estavam sendo denunciados, apurados. Pouco a pouco, o trabalhador começava a sentir-se cidadão, com direito a votar, ver o seu voto respeitado, ter os seus direitos trabalhistas garantidos e assim por diante. Em Pernambuco, o governador ouvia o trabalhador e atendia o seu reclamo. O humilhado e ofendido do mundo rural começava a sentir-se pessoa, gente, cidadão.

Ninguém pode dizer que há agitação e subversão da ordem onde se pede apenas o cumprimento da lei, e em Pernambuco não vejo violação ao direito de propriedade. Lá a propriedade privada não está ameaçada por ninguém. O que há, isto sim, é a fome de milhares de famílias, que exigem o cumprimento da lei que manda pagar o salário-mínimo ao lavrador, e o governo pode manter a ordem sem usar a polícia, através da própria confiança que o povo nele deposita.⁸

É claro: o que estava acontecendo era revolucionário. Mas não no sentido que lhe queria incutir a reação da burguesia local, regional, nacional e estrangeira, associadas ou não. No âmbito do sistema jurídico-político burguês, consubstanciado na Constituição de 1946 e na experiência política dos anos 1946-1960, os trabalhadores do Nordeste estavam realizando conquistas políticas e econômicas notáveis. Em todo o Brasil, em diferentes gradações naturalmente, as classes assalariadas, em geral, mas os operários e camponeses, em especial, estavam realizando avanços políticos talvez nunca dantes alcançados tão largamente. Tanto assim que em 1961-1964 a sociedade brasileira conheceu uma riqueza política poucas vezes havida

⁸ Miguel Arraes, na declaração registrada em “Arraes: não há subversão, apenas a fome de milhares de famílias”, *Folha de S.Paulo*, São Paulo, 24 de maio de 1963, p. 5.

anteriormente. Foi nessa época que se configuraram, de forma particularmente nítida, várias opções possíveis de desdobramento do processo político brasileiro: capitalismo dependente, capitalismo nacional, socialismo por via pacífica e socialismo por via revolucionária. Sob vários aspectos, portanto, o que estava acontecendo no Nordeste dizia respeito ao que estava acontecendo e podia acontecer no Brasil. Em 1961-1964, a crise do Estado burguês estava sendo acompanhada de um notável ascenso político de operários urbanos, operários rurais e camponeses, além de alguns setores da classe média urbana.

A verdade é que a grande burguesia monopolista (com base no imperialismo e apoiada em forças reacionárias internas, inclusive a burocracia civil e militar) estava manipulando o caso do Nordeste, a “inquietação social” na região nordestina, a política de Arraes, a atuação de Julião, a mobilização de trabalhadores rurais em ligas e sindicatos etc., como um pretexto para derrubar o governo do presidente Goulart. Ao mesmo tempo que buscava reverter o processo democrático do Nordeste, essa aliança de interesses reacionários buscava reverter o processo democrático no Brasil. Foi o que ocorreu, a partir do golpe de Estado de 1964.

Em suma, com o golpe, grande parte do peso da ditadura caiu sobre o Nordeste, sob a alegação de que essa região, as classes subalternas nordestinas, o ascenso democrático dessas classes, tudo que era avanço político dos muitos e inúmeros severinos e severinas, tudo isso era perigoso. Em 1964 a ditadura passou a tratar o Nordeste como um perigo, uma ameaça para o Estado burguês. O desenvolvimento das ligas camponesas, sindicatos rurais e urbanos, grupos e partidos políticos, expressando o largo avanço democrático dos trabalhadores assalariados do campo e da cidade, tudo

isso foi definido e tratado como um perigo, uma ameaça, para a continuidade do Estado burguês, cada vez mais posto a serviço do capital monopolista, da grande burguesia estrangeira e nacional, associadas ou não.

Mas o poder estatal nem resolveu nem encaminhou a resolução de nenhum dos problemas econômicos e políticos dos trabalhadores assalariados rurais e urbanos, dos camponeses dos vários e muitos lugares da região. Ao contrário, todos os problemas sociais das classes subalternas foram agravados pelas políticas adotadas, ou retomadas, para fazer face aos *desafios* do Nordeste. As atividades da Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste (Sudene), Banco do Nordeste do Brasil (BNB), Instituto do Açúcar e do Alcool (IAA), Grupo Executivo da Racionalização da Agroindústria Açucareira do Nordeste (Geran), Programa de Desenvolvimento de Áreas Integradas do Nordeste (Polonordeste), Programa Especial de Apoio ao Desenvolvimento da Região Semiárida do Nordeste (Projeto Sertanejo), Programa de Redistribuição de Terras e de Estímulo à Agroindústria do Norte e Nordeste (Proterra), Programa Especial para o Vale do São Francisco (Provale), Departamento Nacional de Obras contra as Secas (Dnocs) e mais o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra), entre muitos outros órgãos federais, regionais, estaduais e municipais, não melhoraram as condições de vida e trabalho dos camponeses e assalariados na agricultura, pecuária, agroindústria e outras atividades. Ao contrário, as condições de vida e trabalho de todos esses trabalhadores pioraram. Os governantes recriaram as condições de exploração prevalecentes no Nordeste antes de 1960, condições essas agravadas pela repressão política, policial. A burguesia atuante na região, e não só

na agroindústria canavieira, teve as mãos livres para atuar contra os interesses de moradores, corumbas, clandestinos, peões, parceiros, arrendatários, assalariados e camponeses de vários tipos. O aparelho estatal favoreceu o retorno da superexploração dos trabalhadores rurais e urbanos, superexploração essa agravada pela aliança direta, clara e brutal do capital monopolista com o Estado. Mais uma vez, o capital reconquistava o Nordeste de forma ampla.

Desde o começo, esse Estado foi levado a favorecer, de forma maciça e ostensiva, o grande capital, a burguesia regional, nacional e estrangeira. O que já era um processo notável, antes de 1964, com a atuação do Dnocs, IAA, BNB, Sudene e outros órgãos do poder público, desde o golpe de Estado se tornou um processo escancarado.

Foi tão escandaloso o agravamento das condições de vida e trabalho das classes subalternas na região que os próprios governantes e funcionários (burocratas e tecnocratas, civis e militares) tiveram que preocupar-se com o problema. Foi a seca de 1970 que serviu de pretexto para que o “Nordeste” passasse a ser tratado (mais uma vez, como em muitas ocasiões em sua história, neste século) como uma “região castigada pela natureza”. De um momento para outro, a região “perigosa”, que “ameaçava” o Estado burguês, passava a ser considerada como uma paisagem de “inclemência do tempo”, de “desolação”. Por isso é que as “multidões famintas angustiadas”, “flageladas”, “desassistidas” estavam “comendo só feijão com farinha”.⁹ Diante da miséria a que o

⁹ General Emilio Garrastazu Médici, “Médici alerta para o drama do Nordeste”, discurso proferido em Recife, a 6 de junho de 1970. Transcrito por Alberto Tamer, *Transamazônica, solução para 2001*, Apec, Rio de Janeiro, 1970, p. 249-253.

capital submete o trabalhador rural, do pauperismo a que a burguesia submete operários rurais e camponeses, os governantes fazem *literatura*, imaginam que os muitos severinos e severinas enganam-se com palavras. Fazem discursos.

Aqui vim para ver, com os olhos da minha sensibilidade, a seca deste ano, e vi todo o drama do Nordeste. Vim ver a seca de 1970 e vi o sofrimento e a miséria de sempre [...].

Vi o Nordeste de dentro, dos sertões secos de Crateús e dos Currais Novos. Vi a paisagem árida, as plantações perdidas, os lugarejos mortos. Vi a poeira, o sol, o calor, a inclemência dos homens e do tempo, a desolação.

Vi as frentes de trabalho, feitas só para assistir o homem. Vi os postos de alistamento dessas mesmas frentes, com multidões famintas angustiadas, esperando a sua vez [...].

Falei a esse flagelado. Vi seus farrapos, apertei a sua mão, vi o que comia, perguntei pelos seus, por sua terra, seu trabalho, seu patrão; vi homens comendo só feijão e farinha, sem tempero e sem sal [...].

Vi o sofrimento de homens moços, de mais de dez filhos, nunca menos de cinco deixados lá longe, onde não cheguei a ir. Vi crianças desassistidas ao longo do caminho [...].

Vi a mão verde-oliva dos companheiros do Exército – do soldado ao general – estendida a esse homem, como estrutura atuante de assistência social.

Vi como homens se vinculam à terra, vinculados aos seus donos. Vi essa pobre lavoura de sustento, sem água, sem técnica, sem adubo, sem produtividade, desenganada de dar o esperado fruto. E, pior que isso, vi a angústia dos meses que ainda virão sem chuva.

Mas vi em toda a parte dos sertões por onde andei o espírito de religiosidade, a resignação, a bondade, o apego à família. Vi a esperança apesar de tudo, e a fortaleza moral daquela gente sofrida que a mim falou sua verdade [...].

Trouxe comigo, para todas as providências, os meus ministros da Fazenda, da Agricultura, do Planejamento, dos Transportes e do Interior. Se, dos ministérios do Trabalho

e da Saúde, vieram só representantes, é que mandei os titulares em missão ao exterior. A tudo viram, a meu lado, o superintendente da Sudene, os diretores do Dnocs e do Banco do Brasil, os generais-comandantes do IV Exército e do grupamento de engenharia, assim como os chefes dos Gabinetes Civil e Militar da Presidência, o chefe do SNI, os meus assessores imediatos e os profissionais da imprensa que eu trouxe do Sul.¹⁰

A principal providência tomada pelos governantes, a pretexto de fazer face aos problemas sociais “criados pela seca”, foi propor o Programa de Integração Nacional, PIN (Decreto-Lei n. 1.106, de 16 de junho de 1970), com o fim de construir as rodovias Transamazônica, Cuiabá-Santarém e outras, lançando mão da força de trabalho “excedente” no Nordeste. Ao combinar a atuação do PIN com o Incra (Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária, criado pelo Decreto-Lei n. 1.110, de 9 de julho de 1970), os governantes estavam, mais uma vez, lançando mão do poder discricionário da ditadura para manipular recursos financeiros federais e trabalhadores desempregados e subempregados do Nordeste a fim de favorecer os negócios da grande empresa privada nacional e estrangeira. Sob a alegação de que se tratava de construir estradas e desenvolver a colonização oficial e particular na Amazônia, estavam atuando no sentido de preservar as relações de produção, as estruturas de poder e a estrutura fundiária no Nordeste. E mais uma vez alguns contingentes nordestinos do exército industrial de reserva iam servir aos desenvolvimentos da acumulação capitalista.¹¹

¹⁰ General Médici, *op. cit.*, p. 249-250.

¹¹ Otávio Guilherme Velho, *Frentes de expansão e estrutura agrária*, Zahar Editores, Rio de Janeiro, 1972; Lúcio Flávio Pinto, *Amazônia: no rastro do saque*, Editora Hucitec, São Paulo, 1980; Dennis J. Mahar, *Desenvolvimento econô-*

Ao longo das últimas décadas, e não só em algumas ocasiões, os trabalhadores rurais e urbanos do Nordeste têm sido o principal contingente de reserva da força de trabalho, com o qual a burguesia tem contado para desenvolver e diversificar a expansão do capital.

A dialética nação-região tem, no Brasil, durante os anos da ditadura militar, um significado especial. Novamente, e talvez mais do que em outras ocasiões da história do país, desde 1964 os governantes manipularam as relações econômicas, políticas, demográficas, culturais, militares, policiais e outras de modo a reforçar o poder estatal. Foram diversas e notáveis as modificações que a ditadura introduziu nas articulações entre os interesses das burguesias estaduais e regionais (ou oligarquias) e os interesses da grande burguesia monopolista prevaletentes no âmbito do Estado. A retórica política antiga (municipalismo, regionalismo, coronelismo etc.) foi amplamente substituída pela retórica tecnocrática, do planejamento que vinha da criação da Sudene. Para obter alguma vantagem dos detentores do poder federal, os detentores dos poderes estaduais, territoriais e municipais precisaram lançar mão dos recursos da retórica oficial do planejamento. E passaram a falar, frequentemente como papagaios, em planejamentos vários: econômico, financeiro, industrial, agrário, educacional, cultural, urbano, regional, estadual, municipal, turístico, policial e muitos outros. A burocratização do poder e do discurso do poder era sucedâneo do político. Diante de um poder exercido de forma intelectual e politicamente medíocre, nada melhor do que

mico da Amazônia, Ipea/Inpes, Rio de Janeiro, 1978; José de Souza Martins, *Expropriação & violência*, Editora Hucitec, São Paulo, 1980.

empreender a linguagem da tecnocracia civil e militar instalada no aparelho estatal.

Na verdade, com a nova centralização operada na política brasileira após 1964, com o enfraquecimento do Poder Legislativo diante do Executivo, com a supressão das eleições, exceto para os cargos de nível municipal ou para o Poder Legislativo, o coronelismo e as mediações políticas tradicionais viram secar muito a seiva que os nutria. Elites como a mineira, de Estados com grande eleitorado, fator de que retiraram seu poderio no centro, caíram no ostracismo [...]. A periferia continua, pois, dependente do centro e, paradoxalmente, até certo ponto mais fraca do que antes na barganha política, pois não tem o que oferecer em troca.¹²

Crescia a exploração da força de trabalho operária e camponesa, ao mesmo tempo que prosperavam os grandes negócios, as empresas protegidas e favorecidas, econômica e politicamente, pelos governantes. Mesmo quando há algum aumento de salário real, fica muitíssimo abaixo do crescimento, às vezes notáveis, da “produtividade”. Ao comparar dados relativos aos anos 1948-1968, podemos constatar que o “aumento da produtividade agrícola da mão de obra no Nordeste superou o da agricultura do país”.¹³ E ao tomar a evolução dos salários em 1959-1968, pode-se constatar que “os salários agrícolas reais expandiram-se um pouco no Nordeste na década de 1960, mas esse aumento foi de magnitude menor do que o aumento da renda interna por

¹² Antonio Octavio Cintra, “A política tradicional brasileira: uma interpretação das relações entre o centro e a periferia”, in: Jorge Balan, *Centro e periferia no desenvolvimento brasileiro*, Difusão Europeia do Livro, São Paulo, 1974, p. 29-77; citação das p. 67 e 72.

¹³ George F. Patrick, *Desenvolvimento agrícola do Nordeste*, Ipea/Inpes, Rio de Janeiro, 1972, p. 35.

pessoa da força de trabalho agrícola”.¹⁴ Ocorre que o trabalhador rural, assalariado ou não, ficou ainda mais à mercê do empresário, fazendeiro latifundiário, empreiteiro de mão de obra, comerciante, usurário, banqueiro e outros beneficiários da mais-valia.

Sabe-se que é muito elevado no país o número de agricultores não empresariais, ou seja, de trabalhadores rurais que vivem de salários ou de retornos provenientes de parcerias e arrendamentos que, em geral, são estabelecidos em termos suficientes para dar ao trabalhador um rendimento equivalente, ou um pouco superior, ao salário rural da região. São pouco frequentes os casos em que o arrendatário age como empresário rural, a exemplo do que ocorre principalmente no Rio Grande do Sul com as lavouras de trigo e soja e o arroz irrigado.

Quanto aos baixos níveis salariais vigentes na agricultura, pode-se comprová-lo através das estatísticas levantadas regularmente pela Fundação Getúlio Vargas e pelo Instituto de Economia Agrícola de São Paulo, que indicam que apenas no Estado de São Paulo, a partir do ano de 1973, o salário do trabalhador agrícola se mostra superior ao mínimo. Nos demais Estados, esse salário é sempre inferior. Pelos números apresentados [...] nota-se que, em 1973, as diferenças maiores foram em Pernambuco, Ceará e Minas Gerais, onde os salários rurais correspondem apenas a 56, 75 e 76% do mínimo, respectivamente. No Paraná e Rio Grande do Sul chegavam a 93 e 96% dos salários-mínimos.¹⁵

Em 1980, nenhum dos problemas sociais do Nordeste estava nem resolvido nem minorado. Os trabalhadores rurais e urbanos continuavam a trabalhar e viver sob condições extremamente adversas. Comparadas com as condições

¹⁴ George F. Patrick, *op. cit.*, p. 159.

¹⁵ Ruy Miller Paiva, “Os baixos níveis de renda e de salários na agricultura brasileira”, Cláudio A. Contador (org.), *Tecnologia e desenvolvimento agrícola*, Ipea/Inpe, Rio de Janeiro, 1975, p. 202-203.

prevalecentes em alguns lugares do Sul, ou mesmo com aquelas prevalecentes no próprio Nordeste em 1960-1964, as condições vigentes em 1980 são muito precárias. Em todos os lugares, ainda que em diferentes gradações, os muitos severinos e severinas, adultos, crianças e velhos, são superexplorados pela burguesia regional, nacional e estrangeira, amplamente favorecida pelo Estado ditatorial.

Durante o primeiro semestre de 1979, uma extensa área da região nordestina teve os seus problemas sociais revelados, de forma direta, devido à seca. Muitas famílias de camponeses (meeiros, sitiantes, moradores e outros) e assalariados rurais permanentes e temporários tiveram as suas condições de vida e trabalho agravadas. As formas de organização da produção de tipo camponês, e as relações de produção com base no trabalhador assalariado, toda atividade econômica destinada, seja ao mercado, seja ao autoconsumo, todos passaram a sentir a penúria inerente às suas condições regulares de vida e trabalho. Muitos são os que “não dispõem de qualquer alternativa”, a não ser perambular pelas cidades ou se submeter ao que eles próprios chamam de “humilhação de pedir comida”. A luta pela comida ganha entonação patética. “Opera-se o milagre de dividir cuias de feijão por dez, onze, doze filhos. Comem-se sabugos de milho”.¹⁶ Acontecem tantos saques de armazéns, casas de comércio, feiras, como apelos aos milagres dos santos.

‘Quem plantou feijão, milho e arroz para colher perdeu quase tudo por causa da falta de chuva. E teve gente que nem plantou ou então deixou a plantação sem completar, porque a chuva não veio no tempo certo. Os proprietários não podem

¹⁶ Geneton Moraes Neto, “Fome, desespero. É a seca, é o Nordeste”, *O Estado de S. Paulo*, São Paulo, 29 de abril de 1979, p. 36.

pagar aos trabalhadores porque tiveram prejuízos. Então, se vier uma chuvinha agora, não vai adiantar muito. Se não tem lavoura, a gente vai comer o quê? Só se for terra. A situação não está católica não’.

De fato, longe dos gabinetes onde se traçam os itinerários do socorro governamental à legião de castigados pelo clima, desenvolve-se uma batalha diária contra a fome, a primeira consequência da seca. A luta pela sobrevivência inclui apelos a Jesus, São Paulo e ao governo – a Santíssima Trindade capaz de qualquer milagre, porque tem o poder de mandar chuva para molhar a terra e dinheiro para comprar comida –, saques a armazéns e depósitos de alimentos e até o sacrifício de fazer de um sabugo de milho uma refeição...

Desde quando os sertanejos viram que este não seria um ano normal para a agricultura, o velho drama da falta de comida e de dinheiro começou a se repetir. Não é difícil entender as razões imediatas do flagelo: o Nordeste enfrenta este ano a chamada ‘seca verde’. Há água nos açudes, folhagens cobrem as caatingas, mas as chuvas – irregulares e insuficientes – não permitiram o crescimento da lavoura. Resultado: o feijão, o milho e o arroz que os pequenos agricultores plantam para o consumo de suas famílias se perderam. E faltou o que comer. O algodão, que ainda podia render algum dinheiro, também sofreu com a estiagem. O que fazer, então, para alimentar famílias que, frequentemente, ostentam uma dezena de filhos? Esperar que apareça trabalho ou que o governo distribua alimentos. Quando nem uma coisa nem outra aparece a tempo, o recurso extremo é invadir as cidades e saquear os depósitos de alimentos da Cobal ou dos armazéns. É uma cena que se repete várias vezes, como em um filme antigo que todos já viram: os flagelados chegam às cidades em grandes grupos, erram pelas ruas, batem na porta das prefeituras, enfrentam filas e terminam cometendo saques. O estômago não pode esperar tanto.¹⁷

¹⁷ Geneton Moraes Neto, *op. cit.*, p. 36. Em 1980, certas áreas da região nordestina de novo são atingidas pela seca, e os mesmos problemas ressurgem.

Junto com as relações de produção extremamente adversas aos trabalhadores rurais, desenvolvem-se o desemprego e o subemprego, no campo e na cidade. O Nordeste tem sido e continua a ser uma região na qual o capitalismo em funcionamento no Brasil tem buscado e rebuscado reservas de força de trabalho. As condições de organização social da produção; a simbiose minifúndio-latifúndio; as articulações campesinato-empresa agroindustrial; a superexploração do trabalhador rural; as articulações do capital instalado no Nordeste com o capital localizado no Centro-Sul e no exterior; as associações entre as burguesias regional, nacional e estrangeira, as atuações do aparelho estatal, por meio de suas políticas econômicas e sociais, sempre em favor do capital monopolista – tudo isso, em conjunto, cria e recria o Nordeste como “Nordeste”, como “região problema”, sujeita às mais insólitas e contraditórias definições da ideologia das classes dominantes: região castigada pela natureza; perigosa; ou exótica? Por sob essas fantasias – reais e brutais, com muita frequência –, persiste a superexploração das classes subalternas nordestinas, no campo e na cidade. Os muitos, inúmeros, severinos e severinas, seja como membros do exército industrial de trabalhadores da ativa, seja como do exército de reserva, todos se acham submetidos ao capital, à acumulação capitalista, no próprio Nordeste, no Centro-Sul e no exterior.

Na base da Questão Nordeste, como um dos seus aspectos principais, está a questão fundiária. Praticamente toda melhor terra é monopolizada por grandes latifundiários, fazendeiros, usineiros. “O essencial das terras de boa qualidade da região está tradicionalmente dedicado às culturas

de exportação, como a da cana-de-açúcar”.¹⁸ Ao lado da grande propriedade fundiária, sejam quais forem a forma e a escala de exploração econômica, há inúmeros pequenos produtores autônomos, sejam ou não proprietários das terras que cultivam com os membros da família.

É necessário insistir nesta perspectiva: em toda sociedade de classe os problemas do subdesenvolvimento recaem com toda a intensidade sobre os estratos majoritários da sociedade. Na agricultura do Nordeste, uma das causas principais do subdesenvolvimento do estrato social mais afetado (80% das famílias rurais) está no monopólio da terra, por parte de 11% das famílias. Esta situação, como já foi dito, determina as condições de pequenos proprietários, arrendatários, parceiros, moradores e assalariados, e limita a potencialidade de seu desenvolvimento. Resumindo todo o exposto, observa-se que só 20,8% das famílias rurais do Nordeste podem expandir seus negócios sem encontrar entraves de importância no tamanho de seus estabelecimentos ou nos sistemas de posse e uso da terra.

Das famílias rurais, 35,8% enfrentam problemas de posse de terras por sua limitada superfície e/ou também pelas precárias ou abusivas condições legais que impõem os proprietários para sua utilização.

Finalmente, 43,4% das famílias rurais do Nordeste são famílias submetidas e aviltadas, em sua condição humana, pelo império da concentrada propriedade da terra.

É preciso compreender que, sobre todo este universo rural afetado em suas potencialidades de desenvolvimento pelos “problemas da terra”, projeta-se, ademais, simultaneamente, um outro conjunto de relações sociais determinadas pelo jogo de transações comerciais e financeiras a que dá origem a produção mercantil [...].

A pobreza camponesa, onde com ligeiras diferenças debatem-se 80% da população rural nordestina, tem sua fundamen-

¹⁸ Celso Furtado, “Para o Nordeste, quinze anos perdidos”, *Folha de S. Paulo*, São Paulo, 27 de maio de 1979, p. 38.

tação principal, mais que na ecologia regional, na natureza e intensidade das relações sociais que pressionam o pequeno produtor, proprietário ou arrendatário, assim como o parceiro, morador e assalariado, para extrair o máximo possível de seus excedentes monetários e de suas forças físicas, em benefício de grupos e classes sociais que monopolizam o capital e a terra.¹⁹

Ao mesmo tempo, o trabalhador rural assalariado continua a ser explorado pelo usineiro, fazendeiro, latifundiário. São escassas as suas possibilidades de reivindicação e protesto. Desde que as ligas camponesas foram simplesmente suprimidas, que os sindicatos rurais foram submetidos à intervenção pelo Ministério do Trabalho, que membros das diretorias das ligas e sindicatos foram perseguidos, presos, processados, mortos ou sumidos; desde que muita foi a repressão sofrida e padecida pelo proletariado e pelo campesinato; desde que se abateu a ditadura sobre as classes subalternas do Nordeste (talvez com maior brutalidade do que em outras áreas do país), poucas foram as condições políticas que restaram para reivindicar e protestar. Mesmo assim, os canavieiros, os operários da cana realizam uma greve de amplas proporções.

Dezoito mil trabalhadores rurais – 10 mil associados dos dois sindicatos da área e 8 mil boias-frias – paralisaram, na madrugada de ontem, suas atividades nos municípios de São Lourenço da Mata e Paudalho, na zona canavieira do Estado, numa greve legal em que reivindicam 100% de aumento salarial e outros direitos trabalhistas. Existem cerca de 20 mil trabalhadores na área [...].

¹⁹ Manuel Figueroa, *O problema agrário do Nordeste do Brasil*, Hucitec; Sudene, São Paulo-Recife, 1977, p. 68-69.

A adesão dos trabalhadores foi maciça. Em São Lourenço, a paralisação alcançou praticamente a totalidade dos 10 mil assalariados do campo, segundo o sindicato. Em Paudalho, todos os aproximadamente 5 mil associados do sindicato suspenderam o serviço, sendo acompanhados por uns 3 mil boias-frias.

A greve paralisou 38 usinas nos dois municípios cujos sindicatos já receberam o apoio dos outros 22 que ainda estão em negociações antes de se decidirem pela adesão ao movimento.²⁰

Para mostrar que estão fazendo alguma coisa, os governantes buscam criar manchetes nos jornais, rádios, televisões. A despeito de ter caído sobre o Nordeste de uma forma direta e brutal, a ditadura é obrigada a tomar e retomar iniciativas, fazer alguma coisa para que nada se modifique. Por isso, a fala ditatorial é equívoca, enganosa. Diante do agravamento das condições sociais de vida e trabalho de operários rurais, operários urbanos e camponeses, o que aparece na ocasião da seca e da greve, além do desemprego e subemprego permanentes, os governantes fazem discursos de intenções, falam de “pobreza” e “unidade nacional”.

A unidade nacional, herdada de nossos antepassados, não se expressará em ilhas de prosperidade, separadas pela grande carência que ainda persiste, apesar de todo o esforço dos últimos 15 anos. Somos um só povo. E o Brasil haverá de ser todo ele próspero e feliz.

Para isso, cumpre-nos continuar a prover o Nordeste – não como dádiva, mas porque assim é de direito – de oportunidade de produzir riquezas [...].

²⁰ “Greve começa a paralisar usinas de cana em Pernambuco”, *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, 3 de outubro de 1979, p. 8. Em 1980, voltam as greves dos canavieiros. “Polícia dispersa com violência reunião de trabalhadores em PE”, *Folha de S. Paulo*, São Paulo, 26 de setembro de 1980, p. 14.

Como primeira providência de caráter geral, determinei a meus ministros que, dentro da ação setorial da competência de cada um, fosse atribuído aos programas executar, no Nordeste, a prioridade equivalente à sua dimensão física, social, econômica, política e humana [...].

A ação do meu governo está norteadada pela ambição de assegurar a eliminação da pobreza absoluta e das diferenças terríveis entre as regiões brasileiras.²¹

Essa retórica talvez seja menos uma reação ao reinício do ascenso político dos operários e camponeses do que uma tentativa de fazer face ao reaparecimento de grandes líderes políticos de base popular no Nordeste. Ou pode ser uma tentativa de responder, de forma burocrática, medíocre, a um contexto político surpreendente para os governantes e as classes dominantes beneficiárias da ditadura. A nova “Operação Nordeste”, lançada em outubro de 1979, seria “uma ofensiva do governo na região, com a concessão de créditos, e o lançamento de programas de desenvolvimento”. Ao mesmo tempo, os governantes procuram “contrabalançar o eventual fortalecimento da oposição com a volta de exilados famosos, como Miguel Arraes, Pelópidas Silveira, Gregório Bezerra e Francisco Julião”.²² Por isso também soa burocrática a fala do general-presidente no diálogo do dito com os operários da cana.

Figueiredo: O senhor mora nessa casa e não paga aluguel. Tem seguro?

José: Não tenho nada, nada.

²¹ General João Baptista Figueiredo, discurso proferido em Recife, transcrito em “No Nordeste, miséria choca Figueiredo”, *O Estado de S. Paulo*, São Paulo, 19 de outubro de 1979, p. 26.

²² Ricardo Ribeiro de Carvalho, “As viagens do presidente”, *Jornal da República*, São Paulo, 19 de outubro de 1979, p. 5.

Figueiredo: Quer dizer que o senhor, morrendo, não deixa nada para a esposa e os filhos?

Jos.: Eu, morrendo, a usina despeja. Eu, morrendo, minha esposa é despejada com dois meses, porque a família não tem direito de morar na casa se o marido já morreu.

Figueiredo: E o INPS?

José: Eu não desconto INPS, não senhor.

Figueiredo: Cadê o Jair? (Jair Soares, ministro da Previdência Social).

Andreazza: O problema da casa nós vamos resolver.

Figueiredo: (dirigindo-se ao camponês) Quer dizer que essa vontade que o senhor me expressou de ter uma casa própria vai ser concretizada. E a senhora trabalha onde?

Maria Gomes: (esposa de José) Eu trabalho no corte de cana. Saio quatro horas da manhã, com as crianças, que não estudam porque eu ponho elas para ajudar no trabalho. Só o pai não pode sustentar sete pessoas.

Figueiredo: O seu marido disse que não tem INPS.

Maria Gomes: Ele não tem direito a nada. Ninguém aqui tem direito a nada.

Figueiredo: (indagando de Jair Soares, que acabara de chegar) Ele está dizendo que não tem INPS.

Jair Soares: A legislação dá cobertura. Eu vou determinar que o superintendente do Inamps e do INPS tomem providências.

Figueiredo: Existem muitos na situação do senhor?

José: Muitos, muitos. Quando ocorre um acidente aqui, passam quatro, cinco meses e não ganhamos nada, e sem direito. E a gente quando vai ao hospital, eles dizem que não temos direito de fazer tratamento.²³

As condições de vida e trabalho sob as quais foram submetidos os trabalhadores rurais e urbanos, assalariados e autônomos, impedem que a burguesia e os governantes possam

²³ Diálogo do general Figueiredo com José e Maria, operários da cana. Conforme Ricardo Ribeiro de Carvalho, "As viagens do presidente", *Jornal da República*, São Paulo, 19 de outubro de 1979, p. 5.

contar com algum apoio, ou mesmo crédito de confiança, por parte dessas categorias. Diante do dilema posto pelos movimentos populares, exigindo a democratização, as liberdades democráticas, a liberdade sindical, a formação de partidos livres, diante desse novo ascenso político das classes subalternas no Brasil em geral, e não só no Nordeste, os governantes não sabem o que fazer, em termos de política aberta. Eles não têm qualquer crédito político entre as classes subalternas.

O que acontece é que as condições de organização política dessas classes ainda se acham bastante controladas pelos governantes. Mesmo porque ainda é poderosa a capacidade econômica e repressiva do aparelho estatal. “A miséria quando é muita, enquanto o estouro não vem, o dinheiro compra”.²⁴

Mas Pernambuco pinga as gotas do ressentimento nordestino pelo agravamento do desequilíbrio com o Sul nos 15 anos revolucionários. Recife é a capital da pobreza que se mostra nas ruas fervilhando de uma população de 1 milhão e 300 mil habitantes, com 47% da sua faixa ativa ganhando até um salário-mínimo e 81% entre um e três salários-mínimos. Com um terço, mais de 450 mil, apodrecendo nos mocambos.

O dinheiro, na frase terrível de Cid Sampaio, compra votos da miséria que ainda resiste ao estouro. Mas até quando? ‘A situação econômica é tão terrível que aqui não há lugar para um partido do governo’, diz Osvaldo Lima Filho.²⁵

Outra vez, como em muitas ocasiões, como sempre, os desenvolvimentos históricos da sociedade brasileira, em conjunto, e de suas regiões em especial, recolocam a questão da criação e recriação das desigualdades. Além das desigual-

²⁴ Cid Sampaio, citado por Villas-Boas Corrêa, “Arraes em Pernambuco”, *Isto É*, n. 142, São Paulo, 12 de setembro de 1979, p. 16-17.

²⁵ Villas-Boas Corrêa, *op. cit.*, p. 17.

dades entre as classes sociais, entre as raças e etnias, entre os homens e as mulheres, criam e recriam-se as desigualdades regionais. Mas essas desigualdades não se reproduzem nunca em termos do que os governantes federais e as burguesias regionais imaginam ser a dinâmica peculiar, curiosa, exótica do lugar: Nordeste, Piauí, Amazônia, Rio Grande do Sul, São Paulo. O que acontece é que essa dinâmica, que parece local, está sempre governada, altamente determinada, pela dinâmica da produção predominante na sociedade, no conjunto do subsistema econômico brasileiro. Tanto assim que as atividades produtivas que se desenvolvem no Nordeste, por exemplo, sempre recebem alguma influência ou iluminação geral, que as banha e impregna de alguma luz nova, diversa, estranha. É daí, principalmente, que advém o “exotismo” que alguns intelectuais, antigos ou recentes, encontram na realidade social, cultural, política, econômica, humana do Nordeste. A burguesia dominante na região e no país, ou os seus ideólogos mais ou menos notáveis, sempre imaginam que o Nordeste é uma região castigada pela natureza; ou perigosa; ou exótica. De qualquer forma, o exotismo perpassa toda ideologia dominante sobre a região. O próprio “perigo” que o Nordeste teria representado para o Estado burguês, em 1961-1964, teria algo que ver com a “natureza” estranha, diversa, insólita do lugar, das gentes do lugar. Manter o Nordeste “Nordeste”, flagelado, exótico, ou mesmo como ameaça, é o preço que as classes dominantes julgam razoável pagar para garantir as condições de dominação e exploração das classes subalternas da região. O colorido regional garante as divisões que garantem o poder das classes dominantes, sejam quais forem os governantes da ocasião, civis, militares, ou militares em trajes civis.

Freyre: Devemos dar graças a Deus – nós, que acreditamos em Deus, é claro – por haver regiões no Brasil e por haver uma unidade que coexiste com uma pluralidade. Um Brasil que tivesse um só tipo de cultura, que fosse somente europeu ou apenas lusitano na sua sobrevivência da época da colonização, seria um Brasil terrivelmente monótono na sua cultura, nas suas formas de convivência, nas suas expressões do tipo humano.²⁶

Arraes: O Brasil é um país muito extenso e populoso [...]. Assim como já ocorreu em nossa história, vários regimes podem coabitar no país. Uma “distensão” no Rio ou em São Paulo não é incompatível com violenta repressão no Nordeste, sem que os paulistas ou cariocas se apercebam do que ocorre com os assalariados da cana-de-açúcar ou do cacau.²⁷

O que está acontecendo no Nordeste é uma nova e surpreendente (para os governantes) movimentação das classes subalternas. Os operários da agroindústria canavieira realizam novas greves, com novas lideranças. Os usineiros são obrigados a sentar-se à mesa de conversações, aceitar o diálogo com canavieiros, com os seus operários. Nos últimos anos, de novo, e talvez de forma surpreendente, a burguesia está sendo obrigada a dialogar com os seus operários, como categoria, como classe social.

Ocorre que as classes subalternas encontram-se novamente nos começos de uma nova experiência de ascenso político. Todo o peso da ditadura, desde 1964, ao mesmo tempo que acentuou a exploração da força de trabalho, provocou a repolitização dessas classes, dos trabalhadores assalariados do campo e da cidade, dos produtores autônomos. A brutalidade

²⁶ Gilberto Freyre, “Norte, Nordeste e Sul na formação brasileira”, *Problemas brasileiros*, ano XIV, n. 153, São Paulo, maio de 1976, p. 9-14; citação da p. 13.

²⁷ Miguel Arraes, em entrevista a J. B. Natali, “Arraes quer união da oposição” *Folha de S. Paulo*, São Paulo, 5 de novembro de 1978, p. 12.

governamental, na forma econômica e política sob a qual ela aparece no latifúndio, na fazenda, na usina, no campo e na cidade, essa brutalidade colocou muito mais abertamente as ligações e os compromissos entre a ditadura e a burguesia, entre o Estado e o capital. Se é verdade que todos se repolitizam de uma forma especial sob a ditadura, são os operários e camponeses que são levados a uma repolitização mais larga e mais funda. As greves dos trabalhadores da agroindústria canavieira, em 1979 e 1980, são expressões desse processo político de profunda significação para o Nordeste e o Brasil. Ao mesmo tempo, a reação dos governantes às greves, bem como à volta de Miguel Arraes, Gregório Bezerra e os outros líderes de base popular ao Nordeste, essa reação revela uma compreensão antes burocrática do que uma inteligência política da situação nordestina.

Os governantes continuam prisioneiros de uma ideologia que define o Nordeste como uma mescla de região castigada pela natureza, perigosa e exótica. Ao empenhar-se em fazer de conta que estão mudando alguma coisa, para que nada mude, as classes dominantes e os seus funcionários acabam por perder de vista os movimentos e as modificações reais da sociedade. As classes dominantes e os seus funcionários, ou se fixam na ideia de que a sociedade é amorfa, incompetente, exótica, perigosa, ou se fixam na ideia de que ela é pacífica, cordial, bondosa, preguiçosa. É bastante fecundo e diversificado o arsenal ideológico das classes dominantes no Brasil, e não apenas no Nordeste. Em geral, as classes dominantes e os seus funcionários articulam com grande desembaraço a ficção ideológica, o labirinto, o insólito, as ideias exóticas renascidas no lugar, ao mesmo tempo que a brutalidade da repressão política e econômica, pública e privada.

XI – A GEOPOLÍTICA DA AMAZÔNIA

A história da Amazônia, desde 1964, coloca e recoloca principalmente as seguintes questões: geopolítica e desenvolvimento extensivo do capitalismo; acumulação primitiva e luta pela terra; ditadura e fronteira. Toda a problemática da Amazônia, conforme aparece nas atuações de órgãos públicos e empresas privadas nacionais e estrangeiras, põe e repõe essas questões. O que está em causa aqui, nessas diversas questões, são traços talvez fundamentais do Estado brasileiro, do comprometimento do Estado com o capital financeiro e monopolista, conforme se configuram na “questão amazônica”.

Há várias interpretações importantes sobre a região. Multiplicam-se os pontos de vista. Alguns lidam com a Amazônia em termos de vazio econômico, vazio demográfico, fronteira de terras virgens e outras colocações desse tipo. Outros se referem a uma região que está sendo colonizada, integrada, desenvolvida. E há aqueles que julgam que a Amazônia está

sendo ocupada, invadida, devastada, pilhada. São diversas e contraditórias as formas pelas quais os governantes e a opinião pública (a burguesia e as classes assalariadas, o imperialismo e o povo brasileiro, os técnicos e os trabalhadores, os empresários e os peões, os grileiros e os posseiros, os *civilizados* e os índios) colocam e recolocam a problemática da região. Para alguns pesquisadores, é muito provável que os projetos agropecuários que o Estado está favorecendo desde 1966 já sejam ou “venham a converter-se em pontas-de-lança de um inconcebível, e até imprevisito, ‘imperialismo’ do centro econômico do país sobre a sua periferia”. Coloca-se, assim, o problema da “retenção de parcela dos frutos do ‘desenvolvimento’ regional, na própria região” como forma de contornar, reduzir ou anular esse imperialismo.¹ A rigor, trata-se de evitar a recriação infundável da “periferia”, da “região problema”, do “vazio” econômico que favorece a acumulação de capital no centro econômico e político do país. Trata-se de evitar, ou controlar, a “proliferação de verdadeiros enclaves”, enclaves esses os mais singulares, surpreendentes. “No caso recente da Amazônia, há fortes indícios de utilização de terra como reserva de valor e/ou para fins especulativos, dado o caráter subsidiado com que se realizam as aquisições”.² Isto é, as políticas regionais adotadas pelos governantes parecem ter

¹ Armando D. Mendes, “O anúncio de uma nova Amazônia”, publicado por José Marcelino Monteiro da Costa (org.) *Amazônia: desenvolvimento e ocupação*, Ipea/Inpes, Rio de Janeiro, 1979, p. 9-36; citação das p. 17-19: Consultar também: Armando D. Mendes, Jean Hebette, Edna M. Ramos Castro e Roberto da Costa Ferreira, *A invenção da Amazônia*, mimeo., Belém, 1974; Armando D. Mendes, *Instrumentos para invenção da Amazônia*. Cadernos Naea, n. 5, Belém, 1978.

² José Marcelino Monteiro da Costa, “Amazônia: recursos naturais, tecnologia e desenvolvimento”, publicado por José Marcelino Monteiro da Costa (org.), *Amazônia: desenvolvimento e ocupação*, citado, p. 37-88; citação das p. 55 e 57.

transformado a Amazônia numa espécie de pasto universal do capitalismo. Sob vários aspectos, pois, as diversas interpretações da problemática amazônica parecem colocar e recolocar aspectos básicos das três questões: geopolítica e desenvolvimento extensivo do capitalismo; acumulação primitiva e luta pela terra, ditadura e fronteira. Talvez esses sejam os vários arranjos da mesma articulação básica entre ditadura e capital.

Vejamos, de modo breve, alguns aspectos dessas questões. Mas partindo da preliminar de que elas se acham encadeadas, envolvidas nas políticas e práticas de órgãos governamentais e empresas privadas.

Essas questões podem ser fundamentais para a compreensão da economia política da Amazônia e do conjunto da sociedade brasileira, nesse tempo. Sob vários aspectos, a história da Amazônia, nos anos recentes, também reflete e esclarece a história da sociedade brasileira nesses anos.

Desde o começo, os governos militares foram levados a adotar várias políticas para a Amazônia. Foram diversos, e cada vez mais abrangentes, os planos, programas e projetos adotados pelo poder público federal para iniciar, dinamizar ou orientar o desenvolvimento econômico da região. Diferentes órgãos federais, tais como a Sudam, Basa, PIN, Suframa, Radam, Proterra, Polamazônia, Incra, Funai e outros passaram a iniciar, dinamizar ou orientar as atividades econômicas, públicas e privadas, na Amazônia. Assim, o extrativismo, a mineração, a pecuária, a agricultura, a indústria, a agroindústria, o comércio, os serviços, as atividades financeiras, todos os setores da economia beneficiaram-se da atuação do poder público.

É inegável que várias das políticas adotadas já vinham sendo postas em prática em anos anteriores. Inclusive

houve algumas atividades que foram pura e simplesmente retomadas, segundo diretrizes formuladas antes de 1964. Mesmo nesses casos, entretanto, houve alguma mudança, mais ou menos notável, seja pelo reforço ou reorientação da mesma política, seja pela combinação da mesma com as outras, novas ou não, adotadas e dinamizadas pelo poder público, em âmbito federal, regional, estadual, territorial e municipal. A verdade é que os governos militares foram induzidos a reelaborar e desenvolver as políticas regionais na Amazônia.

Talvez se possa dizer, em forma breve, que a ditadura instalada no Brasil adotou principalmente duas políticas na Amazônia. Uma, de inspiração geopolítica, destinada a refazer e reforçar os laços da região com o conjunto do país, em especial o Centro-Sul, econômica, política, militar e culturalmente dominante. Outra, de inspiração econômica, destinada a reabrir a Amazônia ao desenvolvimento extensivo do capitalismo. Sob vários aspectos, essas duas políticas adotadas conjugaram-se, confundiram-se, complementaram-se. Tanto assim que as grandes rodovias construídas na região, por exemplo, foram propostas e realizadas por razões de “segurança nacional” e para favorecer “o desenvolvimento econômico”. É óbvio, para os governantes, que “segurança e desenvolvimento” são as duas faces da mesma moeda. Isto é, as razões da geopolítica e as razões do capital mesclam-se, confundem-se. E esse é um traço fundamental da fisionomia e do desempenho da ditadura militar.

Essa combinação de geopolítica e capitalismo (ou expansionismo do poder militar e desenvolvimento capitalista) está presente e explícita em diversas decisões e atuações do poder estatal nesses anos.

A revolução de 31 de março de 1964 ecoou na Amazônia, no setor do Exército, em termos de grandes realizações, com reflexos imediatos na estrutura econômica, política e social dessa imensa área.³

Sobre haver sido pioneiro nas variadas manifestações da cultura brasileira, o Exército, de mãos dadas com a Marinha e a Aeronáutica, deu partida, após 1964, à arrancada para o desenvolvimento da Amazônia. A mudança do *status* geopolítico, geoeconômico e psicossocial é hoje palpável; às entidades governamentais civis já estão entregues as grandes tarefas de tornarem efetivo o milagre amazônico.⁴

Mais do que uma espécie de reconquista da Amazônia, a geopolítica da ditadura sugere a transformação de outros espaços sul-americanos em espaços amazônicos. Que pode significar vertebrar uma Amazônia sul-americana em termos geopolíticos?

No governo do presidente Médici um novo e alentado impulso foi dado à articulação da área amazônica com o Planalto Central, assim como à própria articulação da bacia do “grande rio”. Surgiram os seguintes projetos rodoviários, extremamente arrojados: Transamazônica; Porto Velho-Manaus; Manaus-Boa Vista (Roraima), na região fronteira com a República da Guiana e Venezuela. Rio Branco (Acre) – Cruzeiro do Sul, na região fronteira com o Peru; Perimetral Norte, ligando no sentido Este-Oeste as áreas

³ General-de-Brigada Lauro Alves Pinto, comandante do Grupamento de Elementos de Fronteira, *GEF, Fator de integração na Amazônia*, apresentação de Arthur César Ferreira Reis, editado pelo governo do Estado do Amazonas, Manaus, 1966, p. 9.

⁴ General Lauro Alves Pinto, comandante do colégio militar, “A participação das Forças Armadas na ocupação da Amazônia”, publicado por general Afonso Augusto de Albuquerque Lima e outros, *Problemática da Amazônia*, Editora da Casa do Estudante do Brasil, Rio de Janeiro, 1969, p. 245-259; citação da p. 259.

fronteiriças da fronteira Norte, com a Guiana Francesa, Suriname, República da Guiana, Venezuela e Colômbia [...].

Estes projetos rumo ao Norte e ao Nordeste amazônico como que despertaram nossa vocação continental. Permitiram-nos reavaliar capacidades. Na medida em que estão sendo realizados, descobrem novas riquezas adormecidas nas entranhas da terra ou esquecidas na selva jamais penetrada – o estanho de Rondônia, a bauxita do rio Trombetas, o ferro e o manganês da serra de Carajás, o urânio de Roraima, as inúmeras áreas agricultáveis e de pastagens existentes nas duas ladeiras da bacia amazônica, a do Planalto Central e a da cordilheira das Guianas.

É um novo Brasil que desperta e se incorpora ao patrimônio econômico da nação. Mas, também, imensas áreas dos países vizinhos, olvidadas como as nossas na solidão da floresta, começam a acordar ao toque de chegada da tecnologia a essas longínquas paragens fronteiriças. Também ali, as capacidades são reavaliadas, as potencialidades despertadas, os interesses revistos, e o que é mais importante, nasce a possibilidade de vertebrar-se, não apenas a Amazônia brasileira, mas uma Amazônia sul-americana, através de um sistema misto estrada-rio. A ideia de articular e acrescentar ao patrimônio econômico dos respectivos países as áreas fronteiriças interiores – do Brasil, Bolívia, Peru, Equador, Colômbia, Venezuela, Guiana, Suriname e Guiana Francesa – adquire força de viabilidade.⁵

Assim, o que parecem ser as razões da geopolítica militar são também as razões do desenvolvimento capitalista da empresa privada, nacional e estrangeira. Combinam-se e confundem-se os interesses do capital, da burguesia, com as razões da ditadura militar. De repente, o “milagre amazô-

⁵ General Carlos de Meira Mattos, *A geopolítica e as projeções do poder*, prefácio de Luis Viana Filho, Livraria José Olympio Editora, Rio de Janeiro, 1977, p. 109-110.

nico”, a “articulação da bacia do grande rio” ao “patrimônio econômico da nação”, o despertar da “vocação continental” do Brasil são, ao mesmo tempo, formulações da ideologia e prática da ditadura e do capital. Reabre-se a Amazônia para o desenvolvimento extensivo do capitalismo, em benefício da empresa privada nacional e estrangeira.

O problema amazônico é nitidamente diverso do nordestino; objetiva-se a ocupação efetiva da área estrategicamente orientada, com vistas à preservação das fronteiras internacionais e incorporação definitiva de sua economia ao todo nacional. Para a consecui  o desses objetivos que, em última análise, acabarão por criar condições para o desenvolvimento autossustentado da área, realizou-se a ‘operação Amazônia’, alterando fundamentalmente a forma de atuação federal na região. A Sudam será o agente de elaboração, controle de execução e coordenação do Plano de Valorização da Amazônia. A execução dos investimentos públicos será feita, sob coordenação da Sudam, pelos organismos especializados. O Banco da Amazônia executar , na região, a política do governo federal relativa ao crédito. Os instrumentos a serem mobilizados vão desde os investimentos diretos através da Sudam e outros órgãos federais e constituição de fundos de financiamentos, até os estímulos à iniciativa privada, através de incentivos fiscais, favores creditícios e outras vantagens.⁶

A estratégia de integração nacional considera o Nordeste, a Amazônia e o Centro-Oeste dentro de política global, que v  em conjunto essas três regiões, no fluxo dos fatores de produção entre si (para melhor combinação de mão de obra, terra e outros recursos naturais), ou no fluxo de produtos, atendendo certos segmentos da indústria do Nordeste e áreas próximas das outras regiões (para ampliação de mercado).

⁶ Ministério do Planejamento e Coordenação Geral, *Diretrizes de governo: programa estratégico de desenvolvimento*, Brasília, junho, 1967, p. 138.

Tal política, igualmente, leva em conta as relações de tais macrorregiões com o Centro-Sul, do ponto de vista principalmente do fluxo de mercadorias, num sentido e no outro, e do fluxo de capitais e tecnologia, do Centro-Sul para as outras áreas.

Está o Brasil realizando um esforço de desenvolvimento regional, colonização e ocupação produtiva que é dos maiores, se não o maior, no mundo atual.⁷

Na prática, a economia política do Estado ditatorial e da empresa privada é uma só. A ocupação, colonização e integração da Amazônia – objetivos que aparecem nas propostas geopolíticas – são, ao mesmo tempo, a reabertura da região ao desenvolvimento extensivo do capitalismo, nacional e estrangeiro.

Desde o primeiro momento, as políticas governamentais adotadas para a Amazônia provocaram a generalização da luta pela terra. A geopolítica e o desenvolvimento extensivo do capitalismo na região recolocaram o problema da ocupação, colonização e integração de terras devolutas, tribais. De fato, havia terras desocupadas. Mas já eram muitas as terras-do-sem-fim ocupadas por comunidades indígenas e núcleos de caboclos amazônicos. Desde os tempos das “drogas do sertão” e do “ciclo da borracha”, foram muitos os núcleos de caboclos, seringueiros, roceiros, criadores e coletores que se mesclaram e confundiram com os membros de comunidades indígenas. Em 1964, portanto, a Amazônia não era um mapa em branco. Mas aí, nesse então, a terra era um problema menor, bastante secundário. Tanto que poucos se preocupavam com o título de propriedade, o domínio da terra na qual moravam, tinham roça, criação, ou desenvol-

⁷ República Federativa do Brasil, *Projeto do II Plano Nacional de Desenvolvimento, PND*, (1975-1979), Brasília, 1974, p. 52.

viam outras atividades, em pequenas ou grandes proporções. “Jamais poderiam imaginar que um título de propriedade de terras, um simples papel, fosse tão decisivo para suas vidas”.⁸ Ocorre que a propriedade da terra “nada ou pouco representava por si só”, motivo por que “os conflitos agrários foram raros e jamais conhecidos em grande extensão”.⁹ Mas desde as políticas regionais adotadas pelos governos militares, de modo cada vez mais intenso e generalizado, cresceu muito a luta pela terra. Foi assim que passou a desenvolver-se o processo de acumulação primitiva. As terras devolutas, tribais e ocupadas começaram a ser apropriadas por negociantes de terras, grileiros, latifundiários e empresários, nacionais e estrangeiros. Ao mesmo tempo, à medida que as terras são monopolizadas por grandes proprietários, expropriam-se índios e caboclos, posseiros antigos e recentes, que se transformam em assalariados permanentes e temporários. Em geral, a expropriação de índios e trabalhadores rurais, que acompanha a monopolização das terras por grandes proprietários nacionais e estrangeiros, envolve também muita violência privada e estatal contra posseiros e índios.

Quase todas as iniciativas governamentais destinadas a realizar os objetivos da reconquista geopolítica e capitalista da Amazônia conjugaram-se de modo a transformar a questão fundiária em um problema econômico e político de grande relevância. A construção de estradas; a criação e a ampliação de isenções e incentivos fiscais e creditícios para empreendi-

⁸ Lúcio Flávio Pinto, *Amazônia (O anteato da destruição)*, 2ª edição, Grafisa, Belém, 1977, p. 19.

⁹ Roberto Santos, “Sistema de propriedade e relações de trabalho no meio rural paraense”, publicado por José Marcelino Monteiro da Costa (org.) *Amazônia: desenvolvimento e ocupação*, Ipea/Inpes, Rio de Janeiro, 1979, p. 103-140; citação da p. 107.

mentos capitalistas nacionais e estrangeiros; a colocação do aparelho estatal à disposição dos interesses burgueses locais, regionais, nacionais e estrangeiros; a política de segurança nacional, entendida como política de assegurar a submissão política e econômica de trabalhadores rurais de todos os tipos; a frequente transformação de questões de terras em questões de segurança nacional – foram diversas e muitas as formas sob as quais a ditadura colocou o aparelho estatal à disposição dos interesses da empresa privada, do capital, da burguesia. Foi assim que a economia política subjacente à reconquista geopolítica e capitalista da Amazônia fez intensificar e generalizar a luta pela terra em muitas partes da região. Na prática, estava em franco desenvolvimento uma forma peculiar do processo de acumulação primitiva.

Ao mesmo tempo que negociantes de terras, grileiros, latifundiários, fazendeiros e empresários começaram a afluir para a Amazônia, também trabalhadores rurais dos mais diversos lugares do país passaram a encaminhar-se para certas áreas da região. Os muitos, numerosos, trabalhadores rurais desempregados, subempregados ou superexplorados do Nordeste, Sul e outras regiões iniciaram a longa marcha em busca de terras. E foram assentando-se, bem ou mal, em terras devolutas, tribais ou já ocupadas. Localizaram-se ao longo da Rodovia Belém-Brasília, no Sul do Pará, às margens da Transamazônica, na Cuiabá-Santarém, em Rondônia, no Acre e em muitos outros lugares. As poucas iniciativas governamentais e privadas para organizar a “colonização dirigida” não conseguiram sequer influenciar o vulto do problema da terra na região; transformaram-se em iniciativas bem-sucedidas de contrarreforma agrária.

Os anos 1970 caracterizam-se por marcante atuação do governo federal. No primeiro quartel da década, os planos de

ocupação da região assentam-se sobre a perspectiva de ocupação econômico-demográfica à base do sistema de colonização dirigida, sendo os colonos recrutados entre os nordestinos, pequenos produtores sem terras, com o intuito de se resolver o problema do excedente populacional do Nordeste e o da existência de vazios demográficos na Amazônia.

Para tal, o governo abre a Transamazônica e implanta os Projetos Integrados de Colonização (PIC) em Altamira, Marabá e Itaituba. Como resultado, observa-se um forte fluxo migratório ao longo da rodovia, fluxo este várias vezes superior àquele que o planejamento governamental seria capaz de assentar de maneira efetiva, gerando, em consequência, graves problemas de disputa de terra quando estes migrantes, em busca das áreas pretensamente desocupadas, defrontam-se com virtuais ou pretensos proprietários.

O segundo quartel da década é marcado por uma profunda mudança de metas quanto à ocupação da Amazônia. Em detrimento de uma ocupação de cunho social, baseada no assentamento de produtores sem terra, privilegia-se a ocupação privada com a implantação de grandes empresas capitalistas atraídas por vantagens fiscais e creditícias. Os problemas fundiários regionais agravam-se na medida em que esses empreendimentos intensivos em capital criam reduzidas oportunidades de emprego e ocupam vastas extensões de terra, acentuando-se os conflitos em torno da posse da terra ao longo das estradas abertas.¹⁰

Nesse mesmo contexto, os governantes iniciaram ou alargaram os incentivos e as isenções fiscais e creditícias para latifundiários, fazendeiros, empresários. A Sudam passou a induzir a implantação de projetos industriais, agropecuários e outros. Em especial, os incentivos e isenções econômicos e políticos governamentais a projetos agropecuários aceleram a corrida à terra. Em todos os

¹⁰ José Alberto Magno de Carvalho e outros, “Migrações internas na Amazônia”, publicado por José Marcelino Monteiro da Costa (org.), *Amazônia: desenvolvimento e ocupação*, citado, p. 193-243; citação das p. 242-243.

lugares em que as terras eram boas e havia alguma facilidade de transporte e comunicação, em todos esses lugares os grileiros, latifundiários, fazendeiros e empresários apareceram para implantar projetos agropecuários. São várias as vantagens econômicas para os investimentos na pecuária, por exemplo. Além dos favores oferecidos pelo poder estatal, cabe considerar também a “existência de terra abundante e barata capaz de produzir rápidos ganhos de capital; requisitos mínimos de pessoal; e em um mercado em expansão”.¹¹ Assim, ao mesmo tempo que se expandem os grandes negócios de terras (ao lado de empreendimentos agrícolas, pecuários, extrativistas, mineradores, industriais ou outros), agravam-se as tensões e os conflitos em torno do uso, posse, propriedade e domínio da terra.

Tornou-se comum, por exemplo, a Sudam aprovar projetos que iriam implantar-se em terras onde muitas famílias já exploravam a terra e tinham adquirido, portanto, o direito de possuí-las. Quando esses problemas surgiram (dos quais o da fazenda Paraporã, em São Domingos do Capim, foi o mais divulgado), os proprietários dos projetos agropecuários, sempre insensíveis à dimensão humana do processo econômico, procuraram a solução mais simples: expulsar os ‘posseiros’, já então considerados como tal todos os que não dispunham de um papel para legitimar sua ocupação produtiva do solo.¹²

Seria insensato admitir que não há mais áreas desocupadas na Amazônia: um simples sobrevoo, mais do que consulta e estatística, alimentaria crença contrária. Contudo, a multiplicação de conflitos pela posse de terra e a repetição, em diferentes pontos da região, por pessoas ligadas ao setor, da notícia de que quase todas as terras das áreas pioneiras já têm dono, demonstram que a maioria das terras está

¹¹ Dennis J. Mahar, *Desenvolvimento econômico da Amazônia*, Ipea/Inpes, Rio de Janeiro, 1978, p. 41.

¹² Lúcio Flávio Pinto, *Amazônia*, citado, p. 19.

sendo ocupada para fins especulativos. E se a especulação é o fim almejado, meios ilícitos sempre são empregados. Sobreretudo a grilagem.¹³

Desde que se criaram a Sudam e o Basa, em 1966, intensificou-se cada vez mais a corrida às terras “virgens”, “devolutas”, tribais e ocupadas da Amazônia. Tanto negociantes de terras, grileiros, latifundiários, fazendeiros, empresários, quanto trabalhadores rurais, posseiros, colonos, muitos, de diferentes partes do país e também da própria Amazônia, todos buscaram terras na região. Foi assim que se criaram e desenvolveram as condições sociais, econômicas e políticas das pendências e dos conflitos relativos à terra. “Terras antes inacessíveis estavam agora à disposição para exploração econômica e seu povoamento estava sendo facilitado de maneira enérgica e inovadora”.¹⁴ Foram tantos os que viajaram em busca de terra, e já eram tantos os que ali se encontravam, que cresceu muito a quantidade de terra apossada. Em 1972, quando seriam 15,9% as terras de posse existentes em todo o país, na região Norte, que compreende a maior parte da chamada Amazônia Legal, as terras de posse alcançariam 40,9%. Entretanto, no Norte, apenas 9,5% das terras de posse eram ocupadas por pequenos posseiros.¹⁵

Em 1978, em Xinguara, sobre a estrada que liga Barreira do Campo e Marabá, ao longo do rio Araguaia, no Sul do Pará, agravam-se os problemas da terra. Da mesma forma, em vários outros lugares do município de Conceição do Araguaia, agravam-se as pendências e os conflitos.

¹³ Lúcio Flávio Pinto, *Amazônia*, citado, p. 23.

¹⁴ Dennis J. Mahar, *Desenvolvimento econômico da Amazônia*, citado, p. 38.

¹⁵ J. F. Graziano da Silva (coordenador), *Estrutura agrária e produção de subsistência na agricultura brasileira*, Editora Hucitec, São Paulo, 1978, p.47.

De um lado, empresas e fazendeiros estimulados pelos incentivos fiscais e pelas facilidades concedidas pelo governo; do outro, milhares de camponeses de todas as partes do país, atraídos por uma propaganda intensa que sugeria a existência de terras gratuitas para todos. E assim, vindos do Sul do Brasil, especialmente Paraná, ou de Estados mais próximos, como Minas Gerais, Goiás e Maranhão, os camponeses desembarcavam de caminhões com suas famílias, duplicando ou triplicando de uma hora para outra a população de pequenos povoados.

Tal como já aconteceu em muitos outros lugares, foi isso que se passou em Xinguara. Localizado a 220 quilômetros de Conceição do Araguaia (e dentro desse mesmo município), Xinguara não existia há pouco mais de três anos. Hoje tem cerca de 15 mil habitantes – posseiros, especuladores, grileiros, invasores, pistoleiros – todos girando em torno do problema da terra, da riqueza da região, que é o mogno, madeira exportada principalmente para a Holanda e a Inglaterra. A maior parte dos que chegaram ficou sem terra. Uns, desde o início. Outros, depois de terem permanecido nela por dois, três, quatro anos. Outros, ainda, que estão sendo expulsos agora. Os fazendeiros ou empresários chegam, apresentam seus títulos de propriedade do Incra, conseguem a legitimação de posse e depois recorrem às autoridades judiciárias para obter a ordem de expulsão. A polícia e os jagunços se encarregam do resto.¹⁶

A especulação chegou a tal ponto que dos 2.875 mil ha do município de Conceição do Araguaia, apenas 40 mil não estão ocupados. Isso significa que há cerca de 90 mil pessoas vivendo e trabalhando em cima de terras que não são delas. São posseiros. Quando grileiros ou especuladores tentam apoderar-se dessas terras e expulsar os posseiros é que surgem os conflitos.

E são conflitos cada vez mais sérios. Temos atualmente, na CPT (Comissão Pastoral da Terra) de Conceição do Ara-

¹⁶ Nélío Lima, “Agravam-se lutas entre posseiros e jagunços no Pará”, *Folha de S. Paulo*, São Paulo, 4 de novembro de 1979, p. 7.

guaia, cerca de 100 processos de expulsão de lavradores em andamento e desses, pelo menos 60 são conflitos expressivos, alguns mesmo envolvendo mais de 4 mil famílias.¹⁷

Pouco a pouco, devido ao intrincado e à sucessão dos acontecimentos, muitos não se lembram mais nem da geopolítica nem do capital. Os próprios governantes e latifundiários, fazendeiros e empresários, ou os seus funcionários, colocam e recolocam a problemática da Amazônia em termos de progresso, desenvolvimento, celeiro, ocupação de espaços vazios, integração nacional e outros lemas da ideologia das classes dominantes. De repente, parece que não há mais nem geopolítica nem capitalismo. A ideologia das classes dominantes, amplamente assimilada e retrabalhada pelos governantes, apaga os perfis e confunde os movimentos do capitalismo nos “espaços” da Amazônia. Fala-se em colonização, ocupação e integração, ou empresários, trabalhadores, pioneiros. Assim, apagam-se as articulações e as determinações recíprocas entre a ditadura e o capital financeiro atuando de modo livre, sob condições monopolísticas.

Eu acho que nós, a propósito, deveríamos quando discutimos a questão da chamada penetração do capitalismo na Amazônia – eu tenho muita dúvida sobre esse conceito – deveríamos ter em conta que não se trata apenas da penetração e da invasão de latifundiários, de ‘pioneiros’ (eles se chamam de pioneiros) sulistas. Esses ‘pioneiros’ têm aliados que são os tecnocratas do regime e, no fundo, os milicianos do regime, que estão aí para garantir a concepção de vida que se esconde por trás dessas ações de penetração.

¹⁷ Paulo Fontenelles, “Estamos à beira de um massacre”, depoimento a Murilo Carvalho, *Movimento*, n. 224, São Paulo, 21 de outubro de 1979, p. 12-13; citação da p. 12.

A problemática da Amazônia não é uma problemática estritamente econômica. Os militares desenvolveram uma doutrina de ocupação dessas regiões que é chamada 'doutrina de ocupação de espaços vazios' e que eu pessoalmente chamo de doutrina do esvaziamento dos espaços ocupados, porque é uma doutrina de expulsão do homem para colocação do boi, ou seja, é preciso ocupar dessa forma, e não de outra, para defender. Eu diria que essa imensa boiada poderá alimentar imensos exércitos inimigos.¹⁸

Nessas condições é que se desenvolve o processo de acumulação primitiva na Amazônia. Trata-se de um processo estrutural (e não genético), no sentido de que promove uma ampla e intensa incorporação das terras-do-sem-fim, devolutas, tribais e ocupadas às forças produtivas e relações capitalistas de produção em desenvolvimento na região, ou melhor, tanto no Norte quanto no Centro-Oeste do país. São várias as características fundamentais da acumulação primitiva que ocorre na Amazônia, em escala acentuada desde 1964. Primeiro, intensifica-se o processo de monopolização das terras por grandes negociantes ou proprietários, nacionais e estrangeiros. Segundo, e por dentro dessa monopolização, índios e posseiros antigos e recentes são expropriados de suas terras. Terceiro, simultaneamente, ocorre a proletarianização generalizada de índios e posseiros. É verdade que alguns grupos indígenas são reunidos em parques e reservas, nos quais buscam preservar os seus modos de vida. Também há casos de núcleos de posseiros que são transformados em colonos, isto é, trabalhadores

¹⁸ José de Souza Martins, "Terra e liberdade: a luta dos posseiros na Amazônia Legal", *Plural*, n. 4, São Paulo, 1979, p. 39-50; citação das p. 48-49. Consultar também, do mesmo autor: *Expropriação & violência*, Editora Hucitec, São Paulo, 1980.

rurais com título provisório ou definitivo de posse da parcela de terra que o Incra lhes atribui. Mas a tendência predominante, devido às condições de expropriação de índios e posseiros, e de formação de latifúndios, fazendas e empresas, a tendência predominante é a proletarização. Quarto, todos esses processos conjugados ocorrem em meio a muita violência privada e estatal. Os negociantes, ou os seus funcionários, lançam mão de grande número de técnicas e artifícios para expulsar índios e posseiros das suas terras. Desde a ameaça de fogo na roça até o assassinato, desde a ameaça do jagunço até à do policial; desde a acusação de falsificação de provas até à de “subversivo”, são muitas e reiteradas as técnicas de que lançam mão os negociantes de terras para expulsar posseiros e índios do lugar. Quinto, por fim, tudo isso ocorre com base em um amplo apoio, tácito e explícito, burocrático e jurídico, econômico e político, do poder estatal, em âmbito nacional, regional, estadual, territorial e municipal.

O que está em questão na Amazônia é também o caráter da ditadura vigente no Brasil. Da mesma forma que é ilusório procurar entender a Amazônia em si, como se ela tivesse a sua fisionomia e a sua autonomia, da mesma forma é ilusório imaginar que a ditadura militar está solta no ar, descolada da sociedade que domina; ou que a ditadura pode ser compreendida apenas em seus laços com o poder militar e o poder econômico da grande burguesia. É inegável que esses dois poderes estão presentes no Estado, no aparelho estatal. Da mesma forma, é inegável que as razões da geopolítica e as razões do capital estão presentes nos principais acontecimentos em curso na Amazônia. Mas o problema principal é buscar na Amazônia, na maneira pela qual se organiza e

desenvolve a sociedade na região, algum indício, ou algum traço fundamental da forma de Estado vigente no Brasil.

Desde que se instalou em 1964, e em escala crescente nos anos seguintes, a ditadura recriou a Amazônia como fronteira. Todas as formulações dos governantes, sejam as “técnicas”, sejam as “ideológicas”, todas deram alguma, ou muita, ênfase à ideia de ocupar e integrar. Tratava-se de preencher o vazio demográfico, ou o vazio econômico. Era preciso colonizar, desenvolver, articular, vertebrar. Como se fora uma ilha solta no espaço geopolítico, ou econômico, os governantes se preocuparam em despertar a Amazônia e desenvolver ali laços com o Centro-Sul. Haveria que tornar a Amazônia um espaço da economia política do capitalismo que tinha conquistado o poder estatal e precisava desenvolver-se. Tudo deveria ser feito para que a região fosse, ao mesmo tempo, produtora e consumidora de mercadorias; preferivelmente produtora de mercadorias que se realizasse no mercado externo, para produzir divisas necessárias à continuidade dos negócios dos governantes e das empresas predominantes na economia política da ditadura. Sob esse aspecto, pois, a fronteira amazônica incorpora-se às necessidades e aos interesses do capital financeiro que monopoliza o poder estatal.

Ao mesmo tempo, a fronteira amazônica é um espaço econômico e político no qual os governantes podem colocar, quase que segundo o seu arbítrio, os excedentes de força de trabalho que se criam e recriam no Nordeste, no Centro-Sul e em outras partes do país. A combinação de geopolítica com desenvolvimento extensivo do capitalismo na região, esses dois objetivos conjugados favorecem o deslocamento de populações rurais desempregadas, subempregadas, ou

excedentes, para a Amazônia. Em primeiro lugar, trata-se de criar estoques de mão de obra junto aos empreendimentos governamentais e privados na região. As rodovias, as hidrelétricas, os projetos agropecuários, são numerosas as iniciativas públicas e privadas envolvidas na expansão geopolítica e no desenvolvimento extensivo do capitalismo. Até mesmo algum campesinato, composto de núcleos de colonos, posseiros e índios, pode ser de alguma utilidade para produzir gêneros alimentícios para os realizadores dessas iniciativas; constituir-se como reserva de força de trabalho para os mesmos ou outros empreendimentos; constituir-se como afirmação da presença geopolítica do poder estatal nos mais diversos e distantes lugares da região. Em segundo lugar, trata-se de fazer com que se desloquem para a Amazônia os excedentes de trabalhadores que estão carregando, ou tornando agudas, as contradições sociais no Nordeste e no Sul, principalmente em áreas em que as estruturas de poder (econômicas, fundiárias, oligárquicas etc.) se sentem ameaçadas pelas classes subalternas. As estruturas de apropriação econômica e dominação política vigentes nas partes agrárias do Nordeste e no Sul beneficiaram-se bastante, e continuam a beneficiar-se, da capacidade que a ditadura tem revelado para criar e recriar a fronteira amazônica. Nesse sentido, as burguesias e oligarquias estaduais e regionais, no Nordeste e no Sul, tiveram e continuam a ter razões econômicas e políticas para participar do bloco de poder que compõe a ditadura. Em terceiro lugar, por fim, a criação e recriação da fronteira amazônica, nos termos em que ocorreu desde 1964, tem permitido reduzir o impacto social e político da migração oriunda do Nordeste, e outros lugares do país, para a área de grande concentração urbano-industrial no

triângulo São Paulo-Rio de Janeiro-Belo Horizonte. Ao abrir e reabrir a fronteira amazônica, no âmbito das articulações entre regiões e nação, a ditadura estava, e continua a estar, manipulando amplos segmentos das classes subalternas rurais, segundo as razões da geopolítica e do capital financeiro, que definem a sua principal fisionomia.

QUARTA PARTE

A SOCIEDADE E O CIDADÃO

XII – O APARELHO DE PODER

A economia política governamental desdobrou-se além dos planos, programas, diretrizes, metas, projetos e outras iniciativas. Mais do que isso, para concretizar-se, essas iniciativas precisaram de um vasto aparelhamento estatal. Toda a parafernália burocrática e tecnocrática do poder público, em termos de órgãos, pessoal e recursos materiais, tudo adquiriu importância na execução da política econômica. Ministérios, autarquias, empresas públicas, sociedades de economia mista, superintendências, institutos, conselhos, serviços – foram diversos e muitos os órgãos estatais e paraestatais que efetivaram a política econômica esboçada, ou bastante sistematizada, conforme o caso, em planos, programas etc. É verdade que a ditadura herdara vasta parafernália burocrática e tecnocrática dos governos anteriores. Inclusive, é inegável que já havia crescido bastante a máquina do Poder Executivo, durante o governo do presidente Juscelino Kubitschek de Oliveira (1956-1960), no seu empenho de

pôr em execução o Programa de Metas, por meio do qual se criou a indústria automobilística. Mas também é inegável que toda a maquinaria estatal, isto é, do Poder Executivo, herdada dos governos anteriores, foi rearticulada, modificada, diversificada e dinamizada, em função das exigências da sistemática da política econômica adotada. Ainda quando não houve modificações qualitativas notáveis, como no caso, por exemplo, do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico (BNDE), criado em 1952, ou da Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste (Sudene), criada em 1959, mesmo nesses casos o BNDE e a Sudene adquiriram outras conotações. Esses, outros e muitos órgãos do poder estatal adquiriram outras figurações, no âmbito da política econômica da ditadura. Em última instância, toda a parafernália burocrática e tecnocrática do poder público foi hipertrofiada, quantitativa e qualitativamente, com a transformação do Poder Executivo no poder todo-poderoso do Estado.¹

É claro que a expansão e o fortalecimento da maquinaria do poder estatal – na qual o Poder Executivo absorveu ou subordinou os Poderes Legislativo e Judiciário – começou com o próprio golpe de Estado de 31 de março de 1964. O golpe começou por ser um ato político de destituição de um

¹ Consultar: Fernando A. Rezende da Silva, *Avaliação do setor público na economia brasileira (estrutura funcional da despesa)* Ipea/Inpes, Rio de Janeiro, 1972; Fernando Rezende, Jorge V. Monteiro, Wilson Suzigan, Dionísio Carneiro e Flavio P. Castelo Branco, *Aspectos da participação do governo na economia*, Ipea/Inpes, Rio de Janeiro, 1976; Edmar Lisboa Bacha, Aloísio B. Araújo, Milton da Mata e Rui L. Modenesi, *Análise governamental de projetos de investimentos no Brasil (procedimentos e recomendações)*, 2ª edição, Ipea/Inpes, Rio de Janeiro, 1972; Werner Baer, *A industrialização e o desenvolvimento econômico do Brasil*, 2ª edição revista e aumentada, Fundação Getúlio Vargas, Rio de Janeiro, 1975; Francisco de Oliveira, *Planejamento e poder*, mimeo., 30ª Reunião Anual da SBPC, São Paulo, julho de 1978.

presidente da república, João Goulart, eleito constitucionalmente e governando constitucionalmente. Portanto, o golpe viola a Constituição de 1946, que havia sido elaborada por uma Assembleia Nacional Constituinte.

Em seguida, os governos baixam atos institucionais, atos complementares e leis complementares, de modo a desenvolver e consolidar a sua própria ordem jurídico-política. Os Atos Institucionais números 1, de 1964, e 5, de 1968, dão uma ideia da estruturação jurídico-política do poder ditatorial instaurada a partir do golpe de Estado. Vejamos o que estabelece o preâmbulo do Ato Institucional n. 1, de 9 de abril de 1964.

É indispensável fixar o conceito do movimento civil e militar que acaba de abrir ao Brasil uma nova perspectiva sobre o seu futuro. O que houve e continuará a haver neste momento, não só no espírito e no comportamento das classes armadas, como na opinião pública nacional, é uma autêntica revolução. A revolução se distingue de outros movimentos armados pelo fato de que nela se traduz não o interesse e a vontade de um grupo, mas o interesse e a vontade da Nação.

A revolução vitoriosa se investe no exercício do Poder Constitucional. Este se manifesta pela eleição popular ou pela revolução. Esta é a forma mais expressiva e mais radical do Poder Constituinte. Assim a revolução vitoriosa, como o Poder Constituinte, se legitima por si mesma. Ela destitui o governo anterior e tem a capacidade de constituir o novo governo. Nela se contém a força normativa, inerente ao Poder Constituinte. Ela edita normas jurídicas, sem que nisto seja limitada pela normatividade anterior à sua vitória. Os Chefes da revolução vitoriosa, graças à ação das Forças Armadas e ao apoio inequívoco da Nação, representam o Povo e em seu nome exercem o Poder Constituinte, de que o Povo é o único titular. O Ato Institucional que é hoje editado pelos Comandantes-em-Chefe do Exército, da Marinha e da Aeronáutica, em nome da revolução que se tornou vitoriosa

com o apoio da Nação, na sua quase totalidade, destina-se a assegurar ao Novo governo a ser instituído os meios indispensáveis à obra de reconstrução econômica, financeira, política e moral do Brasil, de maneira a poder enfrentar, de modo direto e imediato, os graves e urgentes problemas de que depende a restauração da ordem interna e do prestígio internacional da nossa Pátria. A revolução vitoriosa necessita de se institucionalizar e se apressa, pela sua institucionalização, a limitar os plenos poderes de que efetivamente dispõe. O presente Ato Institucional só poderia ser editado pela revolução vitoriosa, representada pelos Comandos-em-Chefe das três Armas que respondem, no momento, pela realização dos objetivos revolucionários, cuja frustração estão decididas a impedir. Os processos constitucionais não funcionaram para destituir o governo, que deliberadamente se dispunha a bolchevizar o país. Destituído pela revolução, só a esta cabe ditar as normas e os processos de constituição do novo governo a atribuir-lhe os poderes ou os instrumentos jurídicos que lhe assegurem o exercício do Poder no exclusivo interesse do país. Para demonstrar que não pretendemos radicalizar o processo revolucionário, decidimos manter a Constituição de 1946, limitando-nos a modificá-la, apenas, na parte relativa aos poderes do presidente da República, a fim de que este possa cumprir a missão de restaurar no Brasil a ordem econômica e financeira e tomar as urgentes medidas destinadas a drenar o bolsão comunista, cuja purulência já se havia infiltrado não só na cúpula do governo, como nas suas dependências administrativas. Para reduzir ainda mais os plenos poderes de que se acha investida a revolução vitoriosa, resolvemos, igualmente, manter o Congresso Nacional, com as reservas relativas aos seus poderes constantes do presente Ato Institucional.

Fica, assim, bem claro que a revolução não procura legitimar-se através do Congresso. Este é que recebe deste Ato Institucional, resultante do exercício do Poder Constituinte, inerente a todas as revoluções, a sua legitimação.²

² Ato Institucional n. 1, de 9 de abril de 1964.

Alguns artigos do Ato Institucional n. 5, de 13 de dezembro de 1968, são suficientes para delinear a forma jurídico-política da ordem ditatorial que se desenvolvia desde 31 de março de 1964.

Art. 2º O presidente da República poderá decretar o recesso do Congresso Nacional, das Assembleias Legislativas e das Câmaras de Vereadores, por Ato Complementar, em estado de sítio ou fora dele, só voltando os mesmos a funcionar quando convocados pelo presidente da República.

§ 1º Decretado o recesso parlamentar, o Poder Executivo correspondente fica autorizado a legislar em todas as matérias e exercer as atribuições previstas nas Constituições ou na Lei Orgânica dos municípios [...].

Art. 3º O presidente da República, no interesse nacional, poderá decretar a intervenção nos Estados e municípios, sem as limitações previstas na Constituição [...].

Art. 4º No interesse de preservar a Revolução, o presidente da República, ouvido o Conselho de Segurança Nacional, e sem as limitações previstas na Constituição, poderá suspender os direitos políticos de quaisquer cidadãos pelo prazo de 10 anos e cassar mandatos eletivos federais, estaduais e municipais [...].

Art. 5º A suspensão dos direitos políticos, com base neste Ato, importa simultaneamente em:

I – cessação de privilégio de foro por prerrogativa de função;
II – suspensão do direito de votar e de ser votado nas eleições sindicais;

III – proibição de atividade ou manifestações sobre assunto de natureza política;

IV – aplicação, quando necessário, das seguintes medidas de segurança: a) liberdade vigiada; b) proibição de frequentar determinados lugares; c) domicílio determinado.

§ 1º O ato que decretar a suspensão dos direitos políticos poderá fixar restrições ou proibições relativamente ao exercício de quaisquer outros direitos públicos ou privados [...].

Art. 6º Ficam suspensas as garantias constitucionais ou legais de: vitaliciedade, inamovibilidade e estabilidade, bem como a de exercício em funções por prazo certo.

§ 1º O presidente da República poderá, mediante decreto, demitir, remover, aposentar ou pôr em disponibilidade quaisquer titulares das garantias referidas neste artigo, assim como empregados de autarquias, empresas públicas ou sociedades de economia mista, e demitir, transferir para a reserva ou reformar militares ou membros das polícias militares, assegurados, quando for o caso, os vencimentos e vantagens proporcionais ao tempo de serviço [...].

Esses dispositivos jurídico-políticos completaram-se com a Lei de Imprensa (Lei n. 5.250, de 9 de fevereiro de 1967), Lei de Censura (Decreto-Lei n. 1.077, de 26 de janeiro de 1970), Lei de Segurança Nacional (Decreto-Lei n. 314, de 13 de março de 1967, Decreto-Lei n. 898 de 1969 e Lei n. 6.620 de 1978), Serviço Nacional de Informações – SNI (Lei n. 4.341, de 13 de junho de 1964), Conselho de Desenvolvimento Econômico – CDE (Lei n. 6.036, de 1º de maio de 1974), Conselho de Desenvolvimento Social – CDS (Lei n. 6.118, de 9 de outubro de 1974), Conselho Nacional de Política Salarial, criado em 1963, mas reorganizado pelo governo do general Médici (Lei n. 5.617, de 15 de outubro de 1970). Todos esses órgãos do poder estatal, e outros menos notáveis, ou visíveis, conformaram a vasta parafernália burocrática e tecnocrática do Estado.

O Poder Executivo se impunha de tal modo, no âmbito das estruturas jurídico-políticas que passaram a organizar o Estado, que tanto o Poder Judiciário quanto o Legislativo foram pura e simplesmente subordinados. Formalmente, mantiveram-se os três poderes. De fato, no entanto, o Executivo absorveu os processos decisórios, os mecanismos de mando, os meios de execução e os instrumentos de “legitimação” de tudo que envolvia o exercício do poder estatal.

Desde 1968 os processos de governo correm inteiramente à revelia dos processos parlamentares. Embora desde 1964 o Executivo sempre mantivesse a preponderância na iniciativa legislativa, e eventualmente impondo-a mediante decretos autorizados pela coalizão não visível de poder, ainda assim não se haviam rompido totalmente os laços que associavam grupos político-partidários e exercício do Poder Executivo. Mesmo quando o Executivo estava profundamente empenhado na aprovação de medidas legislativas – podendo, portanto, se necessário, valer-se do recurso do veto presidencial a decisões que subvertessem os desígnios do Executivo – não foram raras as vezes em que Castello Branco e Costa e Silva buscaram a colaboração parlamentar na revisão e sugestão de propostas, deixando ao Congresso e à imprensa extensa margem de discussão dos problemas, além de relativa capacidade de intervenção, ao mesmo tempo que resguardavam o poder de decisão final e depois da crise do *AI-5* que a ruptura entre os processos de governo e os processos parlamentares se realiza completamente, dispensando daí por diante o governo qualquer participação do Congresso na formulação, discussão e decisão sobre políticas públicas.³

Ao Legislativo foi retirada a capacidade de representar os interesses e as reivindicações dos grupos e classes sociais. Tanto assim que o Executivo o impediu de atuar de forma independente em duas áreas fundamentais à sua realização, como poder independente: orçamento e comissão de inquérito. Toda comissão de inquérito criada pelo Legislativo, destinada a apurar as diretrizes, os meios e os fins, ou os desvios da atuação do Executivo, não resultou senão em relatório para ocupar espaço em arquivo. Por meio das mais diversas manobras, inclusive a intimidação pelo boato, o Executivo sempre conseguiu esvaziar, bloquear, distorcer

³ Wanderley Guilherme dos Santos, *Poder & política, crônica do autoritarismo brasileiro*, Forense-Universitária, Rio de Janeiro, 1978, p. 80-81.

ou desmoralizar a comissão de inquérito. Foi assim que a comissão de inquérito sobre a questão da terra na Amazônia, em 1977, foi induzida a pedir o arquivamento do relatório que ela mesma produziu. Eram tais e tantos os escândalos relacionados com a questão da terra que o Executivo induziu o Legislativo a calar-se, ou omitir-se. Ao mesmo tempo, o Executivo subtrai ao Legislativo a capacidade de influenciar a organização de orçamento. Entre outras medidas adotadas, foi assim que se consolidou a ditadura. Calaram-se os partidos preexistentes ao golpe, e calou-se o Legislativo, apenas tolerado pelos governantes.

Depois da revolução de 1964, duas medidas de reforma institucional foram tomadas: primeiro, a abolição dos partidos tradicionais, excessivamente personalistas e facciosos, e sua substituição por um sistema bipartidário, o que presumivelmente facilitaria a manutenção da disciplina partidária em apoio de planos e programas governamentais; segundo, a ab-rogação do poder do Congresso de aumentar o dispêndio orçamentário, que tornaria impraticável qualquer planejamento financeiro consistente.⁴

Do mesmo modo, o Poder Judiciário foi subordinado às “razões” do Executivo, como se elas absorvessem todas as razões do Estado. O que já vinha ocorrendo na prática, desde 1964 (e mesmo antes, é claro, passou a realizar-se de modo direto) aberto, sem maiores mediações. A vasta escala de exploração da classe operária e do campesinato pelo capital monopolista – o que implicou uma repressão em vasta escala – exigiu a absorção do Judiciário no quadro das

⁴ Roberto de Oliveira Campos, “A experiência brasileira de planejamento”, in: Mário Henrique Simonsen e Roberto de Oliveira Campos, *A nova economia brasileira*, Livraria José Olympio Editora, Rio de Janeiro, 1974, p. 47-78; citação das p. 51-52.

“razões” do Executivo tomadas como as razões do Estado. A última medida tomada para consolidar essa situação passou a vigorar em 1979.

A Emenda Constitucional n. 7, de 13 de abril de 1977, que reformulou o capítulo que dispõe sobre o Poder Judiciário, trouxe em sua esteira a Lei Complementar n. 35, de 14 de março de 1979 – denominada Lei Orgânica da Magistratura Nacional –, passando a vigorar, por força de seu art. 146, sessenta dias depois de sua publicação, ou seja, desde 14 de maio último.⁵

Não se garante sequer uma distribuição equitativa de recursos, de modo a permitir que o Judiciário possa atender aos interesses dos grupos e classes sociais por uma “justiça rápida e barata”. Ao contrário.

Neste passo, nem é demais ressaltar que, enquanto o Executivo se reserva o quinhão mais rico dos recursos da Nação – o que lhe permite contar com bens, equipamentos, verbas, bem como, em seus quadros, com técnicos e especialistas de toda ordem –, os demais Poderes devem desincumbir-se de seus graves misteres em precárias condições orçamentárias, o que há de refletir-se, forçosamente, no específico caso do Judiciário, na qualidade e na celeridade de seus serviços, destinados, de resto, a uma grande coletividade, por natureza ansiosa e confiante.⁶

Tanto em termos jurídico-políticos quanto na forma pela qual é exercido de fato, o poder estatal ganhou um caráter profundamente policial. Os atos institucionais e os atos e leis complementares, baixados pela ditadura, conferiram

⁵ “A Lei Orgânica da Magistratura”, *O Estado de S. Paulo*, São Paulo, 3 de julho de 1979, p. 21.

⁶ “A Lei Orgânica da Magistratura”, citado. Consultar também Hélio Bicudo, “A justiça piorada”, *Movimento*, n. 204, São Paulo, 28 de maio de 1979, p. 7.

ampla liberdade de ação à espionagem, intimidação, prisão, sequestro, tortura etc. Ao se apoiarem no princípio de que “toda pessoa natural ou jurídica é responsável pela segurança nacional”, compreendendo essa a “segurança externa e interna” (conforme a Lei de Segurança Nacional), os governantes e funcionários do poder estatal tiveram as mãos livres para instituir a prática de que toda pessoa é potencialmente suspeita. A forma pela qual as leis da ditadura definem segurança interna transforma, automaticamente, os governantes e os seus funcionários em únicos juízes do certo e do errado, do permitido e do proibido, do real do irreal.

Para melhor realizar essa prerrogativa, os governantes e seus funcionários passaram a espionar pessoas e organizações públicas e privadas. O Serviço Nacional de Informações (SNI) foi um dos órgãos incumbidos dessa atividade.

A sua estrutura implica tantas divisões e assessorias de segurança e informações (Osis e Asis) quantas sejam as autarquias federais e órgãos de administração direta e indireta, sob o comando do SNI, que mantém uma complicada e burocratizada organização, composta de uma agência central e tantas agências regionais quantas forem necessárias [...].

Para cada um dos 3.260 funcionários da comunidade de informações, existem em média, dez informantes, pois cada agente possui, sempre, a sua rede particular de informantes [...].⁷

Articulador dos expurgos que se seguiram a março de 1964, inviolável tabu nos tempos da censura, virtual trampolim para a Presidência da República, o SNI pouco tem mostrado seu rosto nestes catorze anos de existência.⁸

⁷ Olga Curado, “Informação, a comunidade fechada”, *O Estado de S. Paulo*, São Paulo, 10 de junho de 1979, p. 12.

⁸ “O SNI no contra-ataque”, *Veja*, n. 505, São Paulo, 17 de maio de 1978, p. 44-56; citação da p. 47.

Além do SNI e outros órgãos federais e estaduais, que reúnem e processam informações políticas sobre pessoas, grupos, classes, igrejas, seitas, partidos, sindicatos, associações, escolas, empresas, repartições públicas etc., o governo federal organizou e mantém os órgãos de repressão política, destinados também a garantir a continuidade da ditadura. Dentre os órgãos de repressão, destacam-se os que passaram a ser conhecidos como os DOI-Codi, “organismos de repressão encravados nas principais unidades do Exército”.⁹ Naturalmente, a população não tem condições de saber quais eram (e continuam a ser) as relações entre os DOI-Codi e o SNI.

Em janeiro [1978], circulavam em Brasília rumores de que uma nova ‘doutrina de informações’, em gestação na Escola Nacional de Informações (ESNI), permitiria uma eficiente simbiose entre interrogadores (muitos deles saíram dos bancos da ESNI) e computadores de terceira geração, operados por especialistas do SNI.¹⁰

É claro que tudo isso aumenta a força da ditadura, numa escala desconhecida da “opinião pública”, ou do “cidadão” comum. As atribuições dos órgãos do Estado cresceram tanto, e ganharam tais redefinições, que poucas pessoas têm elementos para avaliar hoje qual é o alcance da força do poder estatal.

Às vezes, os próprios membros do governo revelam algo da fisionomia do poder estatal construído desde o golpe de Estado de 1964.

O ministro do Exército, general Walter Pires, ao participar de um debate com deputados, logo após pronunciar uma conferência para a Comissão de Transportes da Câmara, garantiu ontem que os Departamentos de Operação Interna

⁹ “O SNI no contra-ataque”, citado, p. 49.

¹⁰ “O SNI no contra-ataque”, citado, p. 49.

(DOI) e os Centros de Operações de Defesa Interna (Codi) do Exército ‘São responsáveis por não estar o país ainda entregue aos comunistas’.¹¹

‘As responsabilidades das Forças Armadas, no quadro da segurança nacional, não se restringem às ações militares’.¹²

A verdade é que os governantes montaram um vasto aparelho repressivo. Aparelho esse que se tornou produto e condição da sua continuidade. É óbvio que a ditadura não se reduzia a isso. O principal, da sua criação e do seu desenvolvimento, era determinado pela sua economia política: super-exploração do proletariado e do campesinato, em benefício do capital monopolista, sob o comando do imperialismo. A repressão tinha muito a ver com essa economia política. “Pra conter um movimento político no Brasil naquele período, pra garantir o tipo de exploração que se estabeleceu sobre o povo brasileiro, era necessária a tortura”.¹³ Para manter-se ou reproduzir-se, a ditadura foi induzida a levar ao extremo a sua doutrina de “estabilidade social e política”, de controle político das reivindicações e atividades dos grupos e classes sociais. O bloco de poder representado na ditadura (formado principalmente pela burguesia estrangeira, burguesia nacional, tecnocracia estrangeira e nacional, a burocracia e tecnocracia civil e militar) transformou a violência estatal em técnica de expropriação econômica, e não apenas em técnica de dominação política. Isto é, a repressão política desdobrava-se na superacumulação monopolista. Nesse sen-

¹¹ “Pires: Exército perdeu 300 em guerrilhas”, *O Estado de S. Paulo*. São Paulo, 27 de junho de 1979, p. 6.

¹² “Intervenção, sempre que a segurança correr risco”, *O Estado de S. Paulo*, São Paulo, 27 de junho de 1979, p. 6.

¹³ Fernando Gabeira, *Carta sobre a anistia*, Codecri, Rio de Janeiro, 1979, p. 33.

tido, havia um diabólico componente fascista na forma pela qual a doutrina de “segurança e desenvolvimento” aparecia nas técnicas da violência estatal.

Não é que fosse uma guerra. A repressão tinha plena consciência de que, se divulgasse toda a extensão da nossa atividade, na situação em que estava colocada, a razão da ditadura, sob muitos aspectos, desapareceria. Ninguém melhor do que eles sabia que a gente não era uma ameaça pro sistema. Houve aproveitamento racional, lúcido, daquele período, no sentido de fortalecer seus mecanismos de repressão [...]. Existia uma relação dialética importantíssima entre a repressão e o que chamam de extrema esquerda, porque eles não só se baseiam na nossa destruição como também na nossa sobrevivência. Precisam que sejamos destruídos, para que os órgãos da repressão tenham mais verbas, dadas na base da eficácia. Mas eles precisam também que esses grupos não desapareçam. Para que não desapareça com isso a razão de sua existência. Nessa relação ambivalente, montou-se o destino de alguns anos de repressão no Brasil. A ponto de haver gente entre eles dizendo: ‘Se desaparecerem as ações armadas, temos condições de fabricá-las’. Não está fora do nosso horizonte a possibilidade futura de eles a fabricarem pra justificarem os velhos automatismos repressivos. A gente tem que estar preparado para isso, observando também que todos os atos que forem realmente ameaças para um processo democrático vão partir da direita organizada, com possíveis penetrações nos organismos de segurança. Isso inclusive é histórico. Essa ideia de fabricar o medo do comunismo já surgiu em 1937 com o Plano Cohen [...].

Seria muito maquiavélico pensar que deram o golpe de 1964 pensando que iria irromper uma guerrilha urbana em 1968 pra chegar a esse ponto. O que acontece no Brasil é que, em certos momentos históricos, certos setores das classes dominantes inflacionam racionalmente o papel histórico que o Partido Comunista possa exercer para conseguir resolver certos problemas dentro da sua luta interna. Somos um produto do período ditatorial que o Brasil viveu [...]. A nossa

presença no horizonte político brasileiro não permitiu apenas a formação do aparato repressivo, mas também estimulou um processo de reorganização da máquina burocrática. Dizer que a ditadura foi apenas um mecanismo de repressão contra nós seria reduzir a história do Brasil, nesse período, a uma luta entre dois lados, enquanto o que houve foi um processo de reformulação do próprio aparato estatal, para o qual fomos um dos pretextos.¹⁴

Em todos os campos da vida social, o aparelho estatal passou a estar presente e mostrar-se decisivo. Toda criatividade dos grupos e classes sociais que se achavam fora do bloco de poder passou a ser organizada, induzida, proibida ou reprimida pelo Estado. A censura atingiu a vida política e cultural, em todos os quadrantes. A espionagem passou a ser praticada nos ministérios, superintendências, institutos, universidades, fábricas, campos, construções. A *indústria* cultural estatal, articulada com a indústria cultural privada, ambas altamente determinadas pelos interesses econômicos e políticos do imperialismo, passou a propagandear a ideologia e a prática da ditadura. Quando ia mais brutal a repressão política e cultural, os temas da indústria cultural dos governantes e associados eram a façanha da construção da Transamazônica a possibilidade do Brasil Potência, o perigo do consumo de tóxicos pela juventude, a audácia dos trombadinhas, o mistério do esquadrão da morte, o interesse futebolístico do general Médici, o talento hípico do general Figueiredo.

Os governos acabaram por criar uma singular *indústria cultural*. Baseados nos DOI-Codi, no SNI, nos acordos

¹⁴ Fernando Gabeira, *op. cit.*, p. 39-40. Consultar também Antônio Carlos Fon, *Tortura, A História da Repressão Política no Brasil*. Comitê Brasileiro pela Anistia, São Paulo, 1979.

MEC-Usaid, na Lei de Imprensa, que “regula a liberdade de manifestação do pensamento e de informação”, na Lei de Censura e outros meios, inclusive o boato, criaram um clima *cultural* bastante peculiar no país. Conseguiram ter a ilusão de que estabeleciam os parâmetros do certo e do errado, do permitido e do proibido, do verdadeiro e do falso. Como esses governos não dispunham de ascendência política sobre grande parte dos grupos e classes da sociedade brasileira, imaginaram que poderiam criar-se a ilusão de hegemonia pela repressão, a indústria do anticomunismo, a censura e a grandiloquência. Criaram uma vasta parafernália, que tinha as características de uma *indústria cultural* fascista. A pretexto de “proteger a instituição da família, preservar-lhe os valores éticos e assegurar a formação sadia e digna da mocidade”, a lei destinada a censurar “as publicações e exteriorizações contrárias à moral e aos bons costumes” foi utilizada principalmente como censura política. As proibições que atingiram a televisão, rádio, teatro, cinema, jornal, revista, livro, sala de aula etc., eram justificadas como modos de proteger “a família” e “a mocidade” das publicações e exteriorizações que estimulam “a licença”, insinuam “o amor livre”; e ameaçam “os valores morais da sociedade brasileira”. Tudo isso a pretexto de que “o emprego desses meios de comunicação obedece a um plano subversivo, que põe em risco a segurança nacional”.¹⁵ Ao mesmo tempo que agem os órgãos de censura, informações e repressão, essa indústria cultural fascista é complementada por órgãos de propaganda governamental como, por exemplo, a Secretaria de Comunicação Social da Presidência da República (Secom-PR). Como as classes do-

¹⁵ Decreto n. 1.077, de 26 de janeiro de 1970.

minantes representadas na ditadura não detêm a hegemonia política da sociedade, órgãos como a Secom, amplamente acoplados com a indústria cultural do capital monopolista, buscam compensar essa lacuna básica da ditadura por meio da propaganda governamental. Dizem que

é dever do Estado motivar os cidadãos para sua participação ativa na vida comunitária, social, cultural e política da nação, bem assim promover o civismo e a identificação dos cidadãos com a história e a cultura nacionais.¹⁶

Para os governantes, tratava-se de controlar ou submeter todas as pessoas, grupos e classes sociais às determinações fundamentais da reprodução do capital monopolista. Daí a importância da *indústria* cultural, expressa na censura generalizada, principalmente à imprensa, ao rádio e à televisão; expressa inclusive na organização e no conteúdo do ensino, em todos os graus; e articulada, em alta medida, com a indústria cultural do imperialismo, com livre atuação no âmbito da sociedade brasileira. Isto é, havia uma acentuada determinação recíproca entre as exigências da economia política da ditadura e as exigências da violência concentrada e organizada no âmbito do poder estatal. A brutalidade da violência fascista ampliava e dinamizava a potência econômica do Estado.

¹⁶ “As diretrizes da Secom”, *Folha de S. Paulo*, São Paulo, 27 de maio de 1979, p. 14.

XIII – A CRIMINALIZAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL

A partir do princípio, e à medida que se desenvolveu, a ditadura promoveu um crescente *descolamento* do Estado, em face da sociedade civil. Largas partes da sociedade, a maioria dos cidadãos, os trabalhadores, principalmente a classe operária e o campesinato, a maior parte da sociedade civil sentiu o progressivo *distanciamento* do Estado. Pouco a pouco, para alguns, ou de modo abrupto, para outros, é inegável que a grande maioria sentiu o desenvolvimento da ditadura em um Estado estranho, estranhado, estrangeiro, inimigo. Ocorre que a ideologia e a prática dos governantes implicam submeter largas partes da sociedade civil, anular o cidadão, manter a grande maioria sob suspeita e dominação, sob controle e exploração. Esse o sentido principal da brutalidade do Estado fascistoide que a ditadura militar montou e remontou desde 1964.

Foi por dentro do aparelho ditatorial que se criou, ganhou força e generalizou um vasto processo de criminalização – ou

melhor, de criminalização – de amplos setores da sociedade. Os governantes e os beneficiários do poder, inclusive seus serviçais, passaram a pensar e agir, em âmbito público e privado, como se a sociedade estivesse infiltrada, contaminada, por ideias e práticas indesejáveis, perturbadoras, alienígenas, inimigas. O que era o pensar dos governantes e os seus beneficiários, altamente determinados pelo imperialismo, eles passaram a atribuir aos outros, às oposições, aos que lutavam por liberdades democráticas, aos que se organizavam politicamente para modificar a sociedade. Tanto os governantes quanto os beneficiários do poder, todos começaram a pensar e agir como se fosse possível cristalizar os movimentos da sociedade, salvo aqueles relacionados com a preservação e o aperfeiçoamento do *statu quo*. “Modernizar”, “reverter as expectativas”, realizar um “governo técnico”, sem política nem demagogia, desenvolver o “sistema federal de planejamento”, para aumentar a eficácia e o desempenho do aparelho estatal e da “livre empresa” – foram muitas as políticas e iniciativas adotadas pelos governantes, de modo a aperfeiçoar e cristalizar o *statu quo*. Tratava-se de garantir as condições de apropriação econômica e dominação política convenientes à continuidade e fortalecimento da grande burguesia financeira e de seus aliados menores e maiores, nativos e estrangeiros.

Todo esse processo de criminalização de amplos setores da sociedade civil começou a estruturar-se antes do golpe de Estado de 1964. As forças reacionárias, nacionais e imperialistas, engajadas na preparação do golpe, começaram a trabalhar os seus próprios adeptos e outros setores sociais na tese de que a sociedade estava infiltrada, contaminada, doente, na iminência de escapar ao controle das classes dominantes, do capital financeiro e monopolista. Daí por que

todos os que divergiam desses interesses, ou se opunham a eles, passaram a ser incriminados como subversivos, inimigos, estrangeiros, alienígenas, exóticos.

A história começa pouco depois da renúncia do presidente Jânio Quadros, em agosto de 1961. Seu sucessor, o vice-presidente Goulart, de tendências esquerdistas, mal chegado de uma visita à Rússia e à China vermelha, apenas assumiu o poder deixou transparecer claramente em que direção ia conduzir o país.

Sem ser comunista, Jango procedia como se o fosse. Sedento de poder, Goulart julgava estar tornando os camaradas instrumentos de suas ambições; em vez disso, eram eles que faziam dele seu instrumento. As portas, há anos entreabertas à infiltração vermelha, foram escancaradas. A inflação, estimulada por enches de papel-moeda emitido em administrações anteriores e agora acelerada por Jango, subia em espiral, enquanto o valor do cruzeiro caía dia a dia. O capital, vitalmente necessário para desenvolver o país, fugia para o estrangeiro; os investimentos alienígenas secavam rapidamente sob o peso das restrições e das constantes ameaças de desapropriação [...].

Alarmados com a perigosa deriva para o caos, alguns homens de negócios e profissionais liberais reuniram-se no Rio em fins de 1961, dizendo: 'Nós, homens de negócios, não mais podemos deixar a direção do país apenas aos políticos'. Convocando outras reuniões no Rio e em São Paulo, declararam: 'A hora de afastar o desastre é agora, não quando os vermelhos já tiverem o controle completo do nosso governo!'.

Dessas reuniões nasceu o Instituto de Pesquisas Econômicas e Sociais (Ipes), destinado a descobrir exatamente o que ocorria por trás do cenário político e o que se poderia fazer a respeito. Outras associações já existentes como o Conclap (Conselho Superior das Classes Produtoras), formado pelos chefes de organizações industriais, tanto grandes como pequenas; o GAP (Grupo de Ação Política); o Centro Industrial e a Associação Comercial também se empenharam em atividades de resistência democrática.

Essas organizações ramificam-se rapidamente através do país. Embora agindo independentemente, esses grupos conjugavam suas descobertas, coordenavam planos de ação. Produziam cartas circulares apreciando a situação política, faziam levantamentos da opinião pública e redigiam centenas de artigos para a imprensa respondendo às fanfarronadas comunistas.

Para descobrir como funcionava no Brasil o aparelho subterrâneo treinado por Moscou, o Ipes formou seu próprio serviço de informações, uma força-tarefa de investigadores (vários dentro do próprio governo) para reunir, classificar e correlacionar informes sobre a extensão da infiltração vermelha no Brasil.¹

A indústria do anticomunismo nasceu antes do golpe de Estado de 1964, sob inspiração do imperialismo estadunidense, no âmbito da doutrina da “guerra fria”. Falou-se inicialmente em “comunismo”, “comunismo ateu, anticristão”. Depois, em “subversão”, “inimigo da pátria”, “infiltração estrangeira”, “doutrina marxista-leninista”. Pouco a pouco, ou de repente, conforme o acaso dos interesses econômicos e políticos dominantes na ocasião, toda atividade política, educacional, religiosa, cultural, ou outra, que contrariasse os interesses dos governantes e seus associados, passaram a ser tachadas de subversivas, esquerdistas, alienígenas, exóticas, estrangeiras. Foi assim que se desenvolveu e generalizou a criminalização de amplos setores da sociedade civil. Aliás, tudo isso ganha algumas das suas principais definições nos atos institucionais, nos discursos, ordens e proclamações dos governantes. O Ato Institucional n. 1, de 9 de abril de 1964, por exemplo, foi ditado pelos golpistas com a finalidade de

¹ Clarence W. Hall, “A nação que se salvou a si mesma”, *Seleções do Reader's Digest*, Rio de Janeiro, novembro de 1964, p. 93-120, citação das p. 97-98.

permitir que a ditadura pudesse “restaurar no Brasil a ordem econômica e financeira e tomar as urgentes medidas destinadas a drenar o bolsão comunista”. A sociedade estaria não só infiltrada, mas contaminada, doente. E caberia aos governantes, segundo os interesses da grande burguesia financeira e monopolista, realizar a “obra de reconstrução econômica, financeira, política e moral do Brasil”. O Ato Institucional n. 5, de 15 de dezembro de 1968, que representa uma espécie de segundo golpe de Estado, ou um golpe dentro do golpe, retoma e desenvolve a retórica da indústria do anticomunismo.

Vejamos o seu preâmbulo.

O presidente da República Federativa do Brasil, ouvido o Conselho de Segurança Nacional, e

Considerando que a Revolução Brasileira de 31 de março de 1964 teve, conforme decorre dos Atos com os quais se institucionalizou, fundamentos e propósitos que visavam a dar ao país um regime que, atendendo às exigências de um sistema jurídico e político, assegurasse autêntica ordem democrática, baseada na liberdade, no respeito à dignidade da pessoa humana, no combate à subversão e às ideologias contrárias às tradições de nosso Povo, na luta contra a corrupção, buscando, deste modo, ‘os meios indispensáveis à obra de reconstrução econômica, financeira, política e moral do Brasil, de maneira a poder enfrentar, de modo direto e imediato, os graves e urgentes problemas de que depende a restauração da ordem interna e do prestígio internacional de nossa Pátria’ (Preâmbulo do Ato Institucional n. 1, de 9 de abril de 1964); Considerando que o governo da República, responsável pela execução daqueles objetivos e pela ordem e segurança internas, não só não pode permitir que pessoas ou grupos antirrevolucionários contra ela trabalhem, tramem ou ajam, sob pena de estar faltando a compromissos que assumiu com o povo brasileiro, bem como porque o Poder Revolucionário, ao editar o Ato Institucional n. 2, afirmou

categoricamente que ‘não se disse que a Revolução foi, mas que é e continuará’ e, portanto o processo revolucionário não pode ser detido;

Considerando que esse mesmo Poder Revolucionário exercido pelo presidente da República, ao convocar o Congresso Nacional para discutir, votar e promulgar a Nova Constituição, estabeleceu que esta, além de representar ‘a institucionalização dos ideais e princípios da Revolução’, deveria ‘assegurar a continuidade da obra revolucionária’ (Ato Institucional n. 4, de 7 de dezembro de 1966);

Considerando, no entanto, que atos nitidamente subversivos, oriundos dos mais distintos setores políticos e culturais, comprovam que os instrumentos jurídicos, que a Revolução vitoriosa outorgou à Nação para sua defesa, desenvolvimento e bem-estar do seu povo, estão servindo de meios para combatê-la e destruí-la;

Considerando que, assim, se torna imperiosa a adoção de medidas que impeçam sejam frustrados os ideais superiores da Revolução, preservando a ordem, a segurança, a tranquilidade, o desenvolvimento econômico e cultural e a harmonia política e social do país comprometidos por processos subversivos e de guerra revolucionária;

Considerando que todos esses fatos perturbadores da ordem são contrários aos ideais e à consolidação do Movimento de Março de 1964, obrigando aos que por ele se responsabilizaram e juraram defendê-lo, a adotarem as providências necessárias que evitem sua destruição.

Resolve editar o seguinte: ATO INSTITUCIONAL [...].

Essa retórica de 1968, que já vinha em ascenso desde 1964, prossegue altamente conveniente em 1980. Para autoperpetuar-se no poder, a despeito do abismo aberto entre o governo e o povo, entre o Estado e amplos setores da sociedade civil, os governantes repetem a mesma fala, desde o primeiro dia, como se fosse possível criar fatos com palavras, engendrar fantasias sem imaginação nem talento. Para autoperpetuar-se no poder, para autocriar-se

como numa fantasia diabólica, o governo trabalha sempre a indústria do anticomunismo.

Na década de 1960, infiltrados na administração pública do país, os comunistas tentaram novamente a conquista do poder, sob as vistas complacentes de um governo fraco, que se tornara instrumento dos desígnios do movimento comunista internacional. Esgotados todos os limites de tolerância, a Nação inteira levantou-se contra aquele governo incapaz, que não soube respeitar as tradições de liberdade, de cristandade e de amor à democracia do povo brasileiro.

Bastaria o término daquele estado de coisas para justificar a Revolução de março de 1964, mas esta, decidida a promover o progresso e bem-estar do povo brasileiro, prosseguiu no seu esforço realizador.

Nenhum brasileiro ignora que no Brasil, país de extensão continental, de regiões bastante diferenciadas entre si e contando com uma imensa população, existem inúmeros e complexos problemas a serem resolvidos. Mas, também, ninguém desconhece que nosso país vem sendo conduzido, desde março de 1964, de modo seguro e inexorável, ao encontro de seu grandioso e verdadeiro destino.

Nos tempos atuais, beneficiados pelo programa e espírito de conciliação da Revolução de 1964 e pelo gesto magnânimo de ‘estender a mão a todos os brasileiros’, por parte de seu atual e legítimo chefe, voltam os adeptos do marxismo-leninismo a tentar confundir valores e subverter conceitos. Numa linguagem corrompida, utilizam-se de jargões para atrair simpatia, particularmente explorando o ardor e o idealismo da juventude e o elevado espírito de religiosidade de nosso povo, infelizmente, contando para isso com a colaboração de alguns conhecidos agentes infiltrados em grande número de entidades e classes representativas de nossa comunidade.

Fazem uso, sem cerimônia, da palavra democracia como inerente ao regime comunista, como se fosse possível conciliar sentimentos de cristandade com a negação da existência de Deus e sentimentos de liberdade com os de opressão.

Procuram disfarçar os seus desígnios acenando com um socialismo capaz de proporcionar igualdade de classes, generalizada distribuição da riqueza e outras promessas utópicas, quando seu verdadeiro propósito é a implantação do regime comunista que, na prática, tem o descrédito das suas contradições e não deu solução aos problemas fundamentais do homem.²

A criminalização insistente e generalizada de amplos setores da sociedade civil é um processo político que se *institucionaliza* nas constituições e leis da ditadura. As várias versões da Constituição e da Lei de Segurança Nacional, que não por acaso se modificam sempre nos mesmos anos, em 1967, 1969 e 1978, estabelecem sempre, na mesma formulação, que “toda pessoa natural ou jurídica é responsável pela segurança nacional, nos limites definidos em lei”.

Isso significa que toda pessoa é suspeita, até prova em contrário. Toda pessoa pode trazer em si, mesmo sem o saber, o germe do que os governantes definem como “subversão”. Inclusive significa que toda pessoa precisa vigiar a outra, suspeitar do seu vizinho, colega de trabalho, companheiro de viagem, interlocutor. A ditadura instaurou a regra da suspeição geral e difusa, de modo a intimidar todos, governar pelo medo, ao modo fascista. Trata-se de paralisar a todos, subjugar-lhes qualquer traço de cidadania. É nesse contexto que se desenvolvem atividades de organizações tais como Comando de Caça aos Comunistas (CCC), Tradição, Família e Propriedade (TFP), Esquadrão da Morte e outros produtos e apoios dos governantes.

² General José Luiz Torres Marques, “Comunistas tentam confundir”, publicado em “General denuncia: a subversão voltou a agir”, *O Estado de S. Paulo*, São Paulo, 28 de novembro de 1979, p. 6.

O inimigo é indefinido, usa mimetismo, se adapta a qualquer ambiente e usa todos os meios, lícitos e ilícitos, para lograr seus objetivos. Ele se disfarça de sacerdote ou de professor, de aluno ou de camponês, de vigilante defensor da democracia ou de intelectual avançado, de piedoso ou de extremado protestante; vai ao campo e às escolas, às fábricas e às igrejas, à cátedra e à magistratura; usará, se necessário, o uniforme ou o traje de civil; enfim, desempenhará qualquer papel que considerar conveniente para enganar, mentir e conquistar a boa fé dos povos ocidentais.

O objetivo final é a desintegração física, moral e espiritual de nosso povo, especialmente da juventude; conseguido isto, teríamos famílias desunidas, dissolvidas moralmente e incapazes de constituir-se verdadeiramente na base de nossa nacionalidade.

Seduzir pela embriaguez e prender pelo medo, eis como se pode resumir a fórmula fundamental de ação comunista, que se esforça por desmoralizar a afirmação de que *a família é a medula da Pátria*.³

Essa ideia de que tudo pode estar em pecado, do ponto de vista dos interesses econômicos e políticos representados na ditadura, leva os governantes e os seus funcionários a suspeitarem de todo operário, camponês, empregado, funcionário, estudante, padre, professor, jornalista, pesquisador, artista. Assim, a imprensa alternativa, da oposição, foi colocada na categoria de atividade política *delinquente*, que os burocratas e tecnocratas, civis e militares, do governo planejaram circunscrever e suprimir. O que caracteriza essa imprensa, para muitos setores da ditadura, é a “pregação de ideias marxistas”, junto com “a anúncio de fatos negativos”. Trata-se, pois, de “coibir a atividade nefasta da imprensa nanica contesta-

³ General Breno Borges Fortes, “O Brasil e a segurança continental”, *Hora Presente*, ano VI, n. 15, São Paulo, 1974, p. 213-218; citação da p. 216.

tória”. Mas como a ditadura está impossibilitada de agir de forma exclusivamente policial, setores do governo passaram a recomendar e pôr em prática “sanções econômicas”, pois que essas teriam “efeito mais rápido, direto e positivo”. Além de que “a grande maioria dos jornais não resistiria a uma exigência dessa natureza, porquanto muitos deles, ou quase todos, encontram-se em débito com a Fazenda Nacional, que sempre reescalona tais dívidas por razões sociais”.⁴

Foi assim que muito da atividade política adversa ao governo, divergente da orientação ditatorial, passou a ser qualificada de “delinquência política”. No intuito de cristalizar o *statu quo* que convinha ao bloco de poder, os governantes e os seus escribas desenvolveram a doutrina da delinquência política. São vários “os delitos de coloração política, dentre os quais se incluem o ‘ativismo político de caráter extremista’, o ‘utopismo ultraesquerdista’, o ‘anarquismo’, os ‘distúrbios em praça pública’ e o ‘terrorismo’”.⁵

Nessa perspectiva fascista, o Estado é concebido como uma instituição autossuficiente e todo-poderosa. Mas tudo isso, toda essa grandeza, depende de sua capacidade de precaver-se contra o *cidadão*, os subordinados, os subalternos: empregados, funcionários, operários, camponeses e outras categorias sociais que se acham fora do bloco do poder. Daí a conveniência da regra jurídico-política das leis da ditadura:

⁴ Evandro Paranguá, “Um plano contra a imprensa alternativa” e “A íntegra do documento”, *O Estado de S. Paulo*, São Paulo, 18 de abril de 1979, p. 14. Consultar também Fernando Morais, *As pressões do governo brasileiro contra a imprensa independente*, mimeo., Conselho Parlamentar de Defesa dos Direitos Humanos, São Paulo, 1979.

⁵ Manoel Gonçalves Ferreira Filho, *A reconstrução da democracia*, Ed. Saraiva, São Paulo, 1979, p. 100-102. Consultar também general Augusto Frago, “Legislação de Segurança Nacional”, *Segurança e desenvolvimento*, ano XXIV, n. 162, Rio de Janeiro, 1975, p. 49-85.

“toda pessoa natural ou jurídica é responsável pela segurança nacional”. Assim, qualquer menor de idade, com idade entre 16 e 18 anos, poderá ser incriminado politicamente, desde que os funcionários do poder estatal considerem que ele “revela suficiente desenvolvimento psíquico”. Vejamos como se interpreta a questão no Código Penal Militar (CPM).

O artigo 50 do CPM é claro: ‘O menor de dezoito anos é inimputável, salvo se, já tendo completado dezesseis anos, revela suficiente desenvolvimento psíquico para entender o caráter ilícito do fato e determinar-se de acordo com este entendimento’. Hoje, os garotos já nascem de olhos abertos. Com a TV e os demais meios de comunicação, um menino de dez anos tem hoje entendimento que, há meio século, tinham os de quinze anos. É claro que as populações dos grandes centros aumentaram, e com isso os índices de delinquência e criminalidade. Mas um gráfico bem feito, calçado em estatísticas atuais, comparado com as de 1930, e considerando um número certo de habitantes – 500 mil, por exemplo – revelará o extraordinário acréscimo dos delitos praticados por menores na faixa etária entre 16 e 18 anos.

Concordo plenamente com as disposições atuais que tornam penalmente responsável o maior de 16 anos.⁶

Há momentos em que os governantes, ou os funcionários graduados e subalternos, dão a clara impressão de que toda a sociedade civil é suspeita, potencialmente perigosa para os interesses do bloco de poder. A sociedade seria, para muitos membros do aparelho estatal, uma forma disforme, incompetente, que precisa ser administrada de cima para baixo, tutelada, vigiada. Apesar de disforme, incompetente, a sociedade seria potencialmente perigosa, estaria sujeita a

⁶ Ministro do Supremo Tribunal Militar (STM), almirante Júlio de Sá Bierrenbach, “Bierrenbach isenta ex-ministro de culpa”, *Folha de S. Paulo*, São Paulo, 7 de outubro de 1979, p. 10.

baralhar as palavras, subverter os conceitos, usar a palavra democracia sem cerimônia, ceder às promessas utópicas. Há momentos em que os governantes deixam transparecer, ou revelam em suas práticas de mando, que grande parte da sociedade civil é criminalizada pelo Estado.

São países supercivilizados, superorganizados e pequenos onde a população tem a obediência no sangue. São países onde praticamente não há assaltos e crimes, onde o povo é obediente à Polícia. Então, o policial só pode ser educado, é claro. Agora, no Brasil, não. Esse país é um monstro. Com gente ignorante, gente marginal, gente miserável, gente desobediente por todos os lados. Então, há violência entre o policial e a sociedade civil, o marginal acaba existindo, tendo campo para existir [...].

O brasileiro é um despreparado em termos gerais, todos nós sabemos disso. Este é um país de miseráveis, favelados, ignorantes e analfabetos, e é evidente que todos estes elementos criam dificuldades à polícia, que não tem preparo e também porque a política assusta. Por causa disso, o ignorante e o favelado, por exemplo, têm medo de ir até uma delegacia e serem testemunhas de um fato criminal. E mais assustados ficam quando estes casos de extrema violência vêm a público.⁷

Essa é uma amostra da ideologia e prática fascista que os governantes e seus funcionários mais solícitos desenvolveram sobre as classes subordinadas, submetidas à superexploração do capital financeiro e monopolista. O povo, o trabalhador braçal da cidade e do campo, o homem simples, o humilhado e o ofendido, o operário e o camponês, esse é tutelado, suspeito, potencialmente perigoso para os governantes, para o bloco de poder; esse não tem cidadania, nem voz, nem voto.

⁷ Otávio Gonzaga Júnior, Secretário de segurança pública, desembargador, em entrevista a Carlos Alberto Luppi, “A Polícia não pode dar beijinhos”, *Folha de S. Paulo*, São Paulo, 10 de setembro de 1979, p. 10.

Da mesma maneira, os “problemas sociais” passam a ser cada vez mais enquadrados nessa ótica de criminalização. A “prostituição”, o “menor abandonado”, a “delinquência juvenil” passam a definir-se como práticas criminais ou criminosas. A despeito de algumas concessões ideológicas à opinião pública estrangeira, quanto a “direitos humanos”, ou “proteção dos desamparados”, as tendências dos governantes orientam-se no sentido de trabalhar principalmente com a hipótese de que a prostituta, o menor e o adolescente abandonados, e outros “problemas sociais”, são criminais ou criminosos. Mais do que isso, o aparelho de poder tem sido levado a dar grande ênfase a esses problemas – tais como o trombadinha, o assassinato *misterioso*, o tráfico de tóxicos etc. – como artifício para reforçar as condições de sua atuação. Carregar nas tintas, na discussão e divulgação desses problemas tem sido uma técnica dos governantes, destinada a camuflar, escamotear ou minimizar a brutalidade, a violência, com que lidam com largas partes da sociedade civil. Mesmo porque, para os governantes, é fácil generalizar, desde o menor abandonado e a prostituição à marginalidade e à periferia, desde a marginalidade e a periferia ao operário e camponês. Por dentro do alarde que o governo promove sobre os problemas sociais, tais como o trombadinha, o menor abandonado, a delinquência juvenil, a prostituição e outros, desenvolve-se mais e mais o perverso processo de criminalização de largas partes da sociedade civil, principalmente a classe operária e o campesinato.⁸

⁸ Consultar J. M. de Aguiar Barros, “A utilização político-ideológica da delinquência”, *Encontros com a Civilização Brasileira*, n. 20, Rio de Janeiro, 1979, p. 11-19; Edmundo Campos Coelho, “A criminalização da marginalidade

Uma amostra dessa ideologia e prática dos governantes, com relação ao trabalhador, é a história do lavrador Aparecido Galdino Jacinto, que foi acusado pela ditadura de ter organizado o “exército divino”. Apesar de “perseguido pela polícia, ameaçado pelos fazendeiros”, Galdino continuava a “benzer e dar apoio aos mais necessitados”. Com isso acabou provocando a ira dos governantes, principalmente porque teve a audácia de chamar o seu “povo” de exército divino. Galdino foi incurso no artigo 42 da Lei de Segurança Nacional, cujo enunciado é o seguinte: “Constituir, filiar-se ou manter organização de tipo militar, de qualquer forma ou natureza, armada ou não, com ou sem fundamento, com finalidade combativa: *Pena*: reclusão, de 3 a 8 anos”.⁹ Devido ao cunho religioso das suas atividades, mas fora dos quadros das igrejas e seitas sancionadas pela ditadura, Galdino foi internado no manicômio judiciário, desde 1972, com base em exames realizados por psiquiatras, que o declararam “esquizofrênico-paranoide”.¹⁰

Aparecido Galdino Jacinto, 55 anos, boiadeiro, depois lavrador, benzedor, foi e é mais uma vítima da repressão política que se abateu sobre o país nos últimos 15 anos. Mas seu caso tem uma agravante: a psiquiatria acabou exercendo o papel cerceador principal dos fatos que o envolveram. Galdino é um produto típico de uma sociedade dilacerada em seus valores mais caros. Preso, espancado, dado como esquizofrênico-paranoide por psiquiatras que o examinaram na época de sua última prisão, Galdino permaneceu internado no Manicômio Judiciário de Franco da Rocha, em São Paulo, de dezembro

e a marginalização da criminalidade”, *Revista de administração pública*, v. 12, n. 2, Rio de Janeiro, 1978, p. 139-161.

⁹ Lei de Segurança Nacional, Decreto-Lei n. 898, de 29 de setembro de 1969.

¹⁰ Ricardo Carvalho, “Auditoria pode decidir esta semana sobre Galdino”, *Folha de S. Paulo*, São Paulo, 8 de janeiro de 1979, p. 5.

de 1972 a junho de 1979. E Galdino só saiu, quanto a isso não há dúvidas, depois da denúncia do professor José de Souza Martins, durante a semana de direitos humanos, realizada em São Paulo, em dezembro, sob o patrocínio da Arquidiocese paulista, e também pela cerrada campanha encetada por alguns jornais paulistas, principalmente a *Folha de São Paulo* (a repórter do *O Globo* chegou a fazer entrevista com Galdino levantou todo o material e nada saiu publicado. Um caso típico de censura interna, que existe em muitos jornais da imprensa burguesa).¹¹

Os pareceres psiquiátricos que têm sustentado a decisão da Justiça Militar de São Paulo de manter Aparecido Galdino Jacinto no Manicômio Judiciário, como medida de segurança detentiva, contêm várias passagens que chamam de imediato a atenção de quem está familiarizado com o chamado mundo rústico. Concepções e expressões de Galdino, que os médicos têm apresentado como indícios de “esquizofrenia paranoide” e, portanto, como justificativas para o seu já demorado confinamento, são na verdade traços culturais comuns nas populações caipiras e sertanejas.¹²

A forma pela qual os governantes lidam com os problemas do povo, do trabalhador, operário e camponês, implica a prática da violência policial como técnica principal de administração e domínio. Todo questionamento, toda reivindicação começam por estar sujeitos à suspeição. Se uma grande quantidade, milhares de famílias, de trabalhadores faz um vasto abaixo-assinado contra a carestia, contra a manipulação dos preços das mercadorias por empresários e comerciantes, a isso o governo responde que houve falsificação de assinaturas, conforme parecer do Serviço Nacional de

¹¹ Ricardo Carvalho, “O caso Galdino”, *Cadernos de Opinião*, n. 14, Rio de Janeiro, 1979, p. 17-22; citação da p. 17.

¹² José de Souza Martins, “Linguagem sertaneja”, *Folhetim*, n. 104, São Paulo, p. 5.

Informações (SNI). Se um grupo de intelectuais apresenta um memorial ao governo, pedindo a eliminação da censura, o ministro da Justiça envia o documento à polícia para averiguar o passado político dos signatários. Se os operários fazem greve, piquetes ou passeatas, para manifestar as suas reivindicações salariais, a ditadura responde com a violência policial. Foi assim que morreram três operários em 1979: o peão Orcílio Martins Gonçalves e o metalúrgico Benedito Gonçalves, em Belo Horizonte; e o metalúrgico Santo Dias da Silva, em São Paulo. Antes, a ditadura matava nas prisões; agora, nas ruas. Foi isso que o operário e poeta anônimo registrou na quadra transcrita aqui. Note-se que a pessoa que fala é, ao mesmo tempo, o indivíduo e o coletivo. Diante da brutalidade fascista, do assassinato do operário na porta da fábrica, em um piquete de greve, o companheiro fala por si e pela classe.

A injustiça já está tão grande,
 não sei mais para onde me viro,
 além de morrer de fome,
 tem de morrer de tiro.¹³

A relação do Estado com a sociedade, sob a ditadura militar, tem sido uma relação de dominação, exploração e opressão de amplos setores da sociedade civil, trabalhadores, operários e camponeses. Em todos os níveis da vida social – econômico, político, cultural, educacional, religioso e outros – o Estado ditatorial viola cotidianamente a *cidadania* das pessoas, principalmente operários e camponeses. Na cidade e no campo, no âmbito público e privado, brutaliza o *cidadão*.

¹³ Dizeres do cartaz carregado por um operário durante o enterro de Santo Dias da Silva, no dia 31 de outubro de 1979, em São Paulo.

Tanto assim que nem se pode falar em cidadão na sociedade brasileira dos anos posteriores ao golpe de Estado de 1964. Ou então, fala-se em cidadania administrada, tolerada, outorgada, em recesso, regulada e outras denominações. Desde o seu início, a ditadura inaugurou uma estrutura fascista de cidadania. Além das diferenças e desigualdades econômicas, raciais, étnicas, culturais e outras, que atravessam a sociedade brasileira, o regime militar passou a dividir os brasileiros em diversas classes de *cidadãos*: militares e civis, ou militares e paisanos, cassados e não cassados, tolerados e indesejáveis, suspeitos e confiáveis. Desde o começo, a ditadura recuperou e desenvolveu a tese de que no Brasil não há povo, mas massa, não há cidadãos, mas ignorantes; tese de que a sociedade é despreparada, amorfa, incompetente. Daí a ideia de que a sociedade precisa ser tutelada, de que o Estado forte, abrangente e ativo deve impor-se à sociedade e ao cidadão, conferindo-lhes sentido e atividade, disciplina e hierarquia. A doutrina de “segurança e desenvolvimento” passa por essa ideia, pela ideia de que a sociedade está sempre infiltrada, ou ameaçada, pela “subversão e corrupção”. Toda a ideologia da ditadura, em suas implicações econômicas, políticas, culturais, militares, policiais e outras funda-se na preliminar de que a sociedade civil e o cidadão são incompetentes, perigosos, de fato ou potencialmente, e por isso precisam ser dominados, disciplinados e tutelados. Junto com tudo isso, desenvolve-se a superexploração da classe operária.

Podemos verificar que a direita imaginou que o pensamento autoritário estava comprovado pelos fatos. Na medida em que os tecnocratas civis e militares não experimentavam, por várias razões, uma resistência insuperável por parte de nenhum setor da sociedade civil, a conclusão mais fácil para a

imensa maioria deles foi a de que a sociedade era exatamente como Oliveira Vianna a tinha descrito. Ou seja, uma matéria amorfa que tinha que ser organizada de cima para baixo.¹⁴

A ditadura baniu qualquer representação das classes subordinadas, em especial operários urbanos e rurais, e camponeses, de todas as esferas do aparelho estatal. Enquanto os grandes banqueiros, empresários, comerciantes e latifundiários, nacionais e estrangeiros, conseguiram amplo espaço de conversações e decisões, nas esferas federais, as classes assalariadas, principalmente os operários e o campesinato, perderam os escassos vínculos que haviam começado a estabelecer nas décadas anteriores a 1964.

A violação da ordem democrática, em 1964, colocou em recesso a dimensão política da cidadania brasileira. As casações de mandatos e de direitos políticos que se seguiram, a extinção dos partidos políticos, em 1966, o fechamento de diversas associações civis e a intervenção maciça nos sindicatos evidenciam a desorganização provocada no que já havia de complexificação social do país. Voltou a sociedade brasileira a um estágio quase que pré-organizado, política e socialmente, na exata medida em que os partidos políticos que vieram a substituir os antigos nenhuma participação efetiva possuem na administração do governo, e em que os sindicatos são mantidos sob severa vigilância, bem como as entidades estudantis, entre outras.¹⁵

Caracteriza-se o [...] recesso da cidadania política [...] pelo não reconhecimento do direito ou da capacidade de a sociedade governar-se a si própria. E isto reflete-se em todos os níveis, inclusive nas instituições da política social. Foram expulsos os representantes dos empregados e dos empregadores do go-

¹⁴ Michel Debrun, “Pensar, pensamos. Mas...”, *Folhetim*, n. 142, São Paulo, 7 de outubro de 1979, p. 5-6; citação da p. 5.

¹⁵ Wanderley Guilherme dos Santos, *Cidadania e Justiça*, Editora Campus, Rio de Janeiro, 1979, p. 100-101.

verno do sistema previdenciário. Igualmente, não participam da administração dos fundos de que são beneficiários aqueles cobertos pelo FGTS e pelo PIS-Pasep. Burocraticamente administrados, sem controle público, e, particularmente, sem a participação de representantes dos beneficiários desses fundos, desenrola-se a política social brasileira, como todas as demais políticas, em um contexto da cidadania em recesso.¹⁶

Uma contrapartida dessa política de superexploração do operário foi o desenvolvimento da “organização” ou “modernização” do processo produtivo na fábrica. A pretexto de melhorar a eficácia, reduzir a capacidade ociosa, reverter as expectativas, melhorar a produtividade, os empresários reforçaram os mecanismos de disciplina e hierarquia dentro da fábrica. Houve uma dinamização das forças produtivas e relações de produção, favorecendo a economia política da ditadura, do bloco de poder.¹⁷ Foi assim que se desenvolveu a *militarização* do processo de trabalho, das relações de produção, em uma escala desconhecida na história da classe operária. Na prática, o que ocorreu foi o desenvolvimento – talvez mais acentuado do que nunca na história recente da classe operária brasileira – das exigências do capital. À medida que o grande capital financeiro e monopolista se impõe e penetra nas relações de produção, nas empresas, nas fábricas e fazendas, nas organizações privadas e públicas, no mercado e no aparelho estatal, então, meio devagar ou meio de repente, conforme o caso, verifica-se que tudo tende a *militarizar-se*. É como se as exigências do capital, pouco a pouco, ou de repente, iluminassem todos os recantos da vida social, desde a fábrica e o futebol até o aparelho estatal

¹⁶ Wanderley Guilherme dos Santos, *Cidadania e Justiça*, citado, p. 123.

¹⁷ Luís Flávio Rainho, *Os peões do grande ABC*, Editora Vozes, Petrópolis, 1980. Octavio Ianni, *O ABC da classe operária*, Editora Hucitec, São Paulo, 1980.

e a escola. Na prática, também a escola, como o futebol, o rádio, a televisão e outras esferas da vida social, foi amplamente penetrada, tomada ou simplesmente subordinada às exigências do capital. Desde 1964, com base no Relatório Meira Matos, nos acordos MEC-Usaid e nas leis e decretos relativos à reforma do sistema de ensino pela ditadura, desde essa ocasião cresceu muito a *militarização* da escola brasileira.¹⁸ Pouco a pouco, ou de forma repentina, conforme o caso, em muitos ou todos os recantos da vida social do povo brasileiro, as relações sociais, em suas implicações econômicas e políticas, passaram a ser amplamente determinadas pela lógica *militar* do capital.

As classes dominantes, o bloco de poder constituído no aparelho de Estado, desenvolveu a tese de que “o brasileiro é um despreparado em termos gerais”, de que “este é um país de miseráveis, favelados, ignorantes e analfabetos”, com “gente marginal” e “desobediente por todos os lados”, nesse ambiente, “então há violência entre o policial e a sociedade civil”.¹⁹ Ou seja, em uma sociedade em que o “cidadão” e a “sociedade civil” são incompetentes e suspeitos, cabe ao Estado, à ditadura, punir a ambos.

Essa ideologia dos governantes às vezes ganha formulações sofisticadas, *científicas*. Aliás, vários dos seus intelectuais orgânicos (tanto os ostensivos e permanentes quanto os ocasionais) têm buscado fundar histórica e teoricamente a ideologia dos governantes. Buscam os mais surpreendentes

¹⁸ Carlos Benedito de Campos Martins, *A empresa cultural no Brasil* (Um estudo de caso sobre o ensino superior privatizado), mimeo. São Paulo, 1979. Tese de mestrado apresentada na PUC, em São Paulo.

¹⁹ Secretário da Segurança Pública e Desembargador Octavio Gonzaga Júnior, em entrevista a Carlos Alberto Luppi, “A polícia não pode dar beijinhos”, *Folha de S. Paulo*, São Paulo, 10 de setembro de 1979, p. 10.

argumentos em favor da tese de que a sociedade civil e o cidadão são incompetentes, não confiáveis, e, por isso, precisam ser tutelados pelo Estado.

Uma sociedade minimamente estruturada é condição indispensável, necessária (mas não suficiente), para a instauração efetiva de um sistema político democrático e socialmente progressista. Sem esta estruturação, a população se massifica à mercê de eventuais lideranças carismáticas e manipulações de máquinas partidárias e propagandísticas de todo o tipo, enquanto que o poder político se concentra na burocracia estatal e tende a crescer indefinidamente.

A dificuldade brasileira a este respeito é grande, porque nos falta uma tradição histórica de organizações sociais mais efetivas e bem estruturadas, que possuam modelos conhecidos de controle efetivo do poder público pela sociedade; e é por isto que talvez nos falte, inclusive, um melhor entendimento a respeito de que tipo de relações deveríamos buscar estabelecer entre a sociedade estruturada e o sistema político.

Poucos discordariam desta afirmação, ainda que existam certamente divergências sobre sua verdadeira explicação e sentido. Oliveira Vianna é o autor de uma denúncia clássica e irretorquível da tradição liberal brasileira, que supunha a existência de uma sociedade estruturada e articulada, que de fato não existia, como sua base de sustentação. Ao contrário de outros, dizia Oliveira Vianna, o povo brasileiro era 'um povo-massa', que deveria ser tutelado por suas elites.²⁰

Foi assim que os governantes, o bloco de poder, instalados no aparelho estatal, desenvolveram a ideologia fascista que compõe e funda a dominação, a exploração e a brutalidade sobre grande parte da sociedade civil, principalmente operários e camponeses. Desse modo, também, a ditadura militar buscou elementos políticos, morais, sociais, histó-

²⁰ Simon Schawartzman, "A estrutura da sociedade", *O Estado de S. Paulo*, São Paulo, 15 de junho de 1979, p. 2.

ricos, para legitimar-se. Um dos dilemas dos governantes desde 1964 é que a ditadura nunca se legitimou, em termos políticos e morais, diante da maioria do povo brasileiro. Ela nasce de um golpe de Estado organizado por policiais, militares, burgueses, tecnocratas, representantes da burguesia imperialista e o embaixador estadunidense Lincoln Gordon. O que houve, a 31 de março de 1964, foi o assalto a um poder presidencial legitimamente constituído. O presidente João Goulart e o Congresso Nacional haviam sido eleitos democraticamente com base na Constituição que havia sido elaborada pela Assembleia Nacional Constituinte de 1946. Portanto, desde o começo, os governos militares são ilegítimos, em termos políticos e morais. Garantem alguma *legitimidade* por meio da violência estatal, expressa pelo poder econômico e policial. Daí a importância ideológica complementar da tese de que a sociedade civil e o cidadão são incompetentes, não são confiáveis, do ponto de vista dos governantes e seus escribas. Daí a ideia de que “o povo brasileiro ainda não está preparado sociologicamente para gozar de uma democracia plena”.²¹ Isso significa que cabe aos governantes, aos donos do poder, ao Estado, tutelar, dominar, disciplinar ou brutalizar os segmentos da sociedade civil e os cidadãos que a mesma ditadura define como infiltrados, ou sujeitos à desobediência, discussão, crítica. Tanto assim que a liberdade e os direitos humanos, para esses governantes, são outorgados pelo poder estatal.

Liberdade e direitos emanam do Estado. Este, sim, é que outorga ao homem tais privilégios, conseqüentemente, não

²¹ Coronel Toledo Camargo, porta-voz do Palácio do Planalto, conforme transcrição feita em “Camargo: O povo não está apto para a democracia plena”, *O Estado de S. Paulo*, São Paulo, 26 de novembro de 1977, p. 4.

pode, ele, o Estado, ser subalterno a semelhantes prerrogativas, sob pena de ficar caracterizada a anarquia.²²

O que está em questão, nisso tudo, principalmente, é a exploração da classe operária urbana e rural e do campesinato. Secundariamente, essa ideologia tem algo a ver com as classes médias da cidade e do campo. O que está em causa, nessa forma de compreender e submeter grande parte da sociedade civil, é a garantia da continuidade das condições de produção de altas taxas de mais-valia. Afinal de contas, uma das principais razões do golpe de Estado de 1964 foi a crise econômica acompanhada da redução do volume e do ritmo dos negócios e da queda da taxa de lucro. Ao mesmo tempo, o golpe foi provocado pela crise do próprio Estado burguês, ocorrida junto com a crise econômica. Na crise do Estado, na forma sob a qual ela ocorre em 1961-1964, o que estava em questão era também um notável ascenso político de operários e camponeses. Daí o peso maior da ditadura ter caído de modo brutal sobre operários e camponeses. Daí o bloco de poder ter feito com que os governantes adotassem uma política de aniquilamento – literalmente, aniquilamento – das conquistas econômicas e políticas que a classe operária e o campesinato haviam obtido antes de 1964.

Assim, por dentro e na base da ideologia dos governantes, de que a sociedade civil e o cidadão são amorfos, incompetentes, suspeitos etc., está a dominação brutal do capital sobre o trabalho, da burguesia sobre a classe operária. Essa brutalidade está acompanhada de um vasto desprezo dos

²² General Argus Lima, “Argus Lima: Direitos emanam do Estado”, *O Estado de S.Paulo*, São Paulo, 11 de setembro de 1976, p. 14. Consultar também Getúlio Bittencourt, “Situação é transitória”, *Folha de S.Paulo*, São Paulo, 3 de julho de 1977, p. 5.

governantes pelos operários. Conforme declara precisamente o ministro do Trabalho, “o trabalhador não tem nível cultural para apresentar sugestões no sentido de aumentar a produtividade da empresa”.²³ O trabalhador, segundo se depreende da fala do ministro, e em conformidade com os interesses da burguesia, o trabalhador está apto para ser explorado e superexplorado, mas não para discutir sequer a exploração, “O controle sindical e o controle do salário profissional foram as formas autoritárias encontradas para compatibilizar os objetivos de acumulação acelerada, modernização tecnológica da economia e baixo nível de investimento educacional”.²⁴ Sob todas as formas, o operário se viu privado de qualquer capacidade de negociação com a empresa, seja por via do sindicato, seja por intermédio do poder público. A ditadura instituiu o arrocho salarial, a intervenção no sindicato, a proibição da greve, a liquidação da liga camponesa, o princípio da suspeição sobre toda discussão, organização, movimentação e reivindicação por parte de operários e camponeses. “Não é possível ignorar que a arbitrariedade do governo incidiu sobretudo nas categorias de trabalhadores”.²⁵ Desde o começo, os governantes arrogaram-se a prerrogativa de definir os níveis salariais “sempre pelo princípio da maximização da eficiência”.²⁶ Isto é, passaram a decidir e atuar, em questões salariais, sindicais e outras, relativas aos interesses da classe operária, apenas e exclusivamente em termos da exploração

²³ Murilo Macedo, Ministro do Trabalho, “Ministro do Trabalho ou do Capital?”, *Jornal da República*, São Paulo, 29 de agosto de 1979, p. 1.

²⁴ Wanderley Guilherme dos Santos, *Cidadania e justiça*, Editora Campus, Rio de Janeiro, 1979, p. 105.

²⁵ Wanderley Guilherme dos Santos, *Em defesa do “Laissez-faire”*, mimeo., edição Cedec-Cebrap-OAB, São Paulo, 1979, p. 49.

²⁶ Wanderley Guilherme dos Santos, *Em defesa do “Laissez-faire”*, citado, p. 50.

ou superexploração da força de trabalho. Foi assim que a ditadura praticamente suprimiu a escassa cidadania que o operário havia conquistado antes de 1964.

Sob vários aspectos, portanto, os governantes aparecem, para grande parte da sociedade civil, como conquistadores. O povo, principalmente o operário e o camponês, aparece como subordinado, submetido, conquistado. A forma pela qual o Estado foi levado a relacionar-se com o povo, o trabalhador, o operário e o camponês fez com que a ditadura aparecesse como ela é: uma ditadura fascista, um poder estatal amplamente determinado pelos interesses do grande capital financeiro e monopolista.

XV – O ESTADO FASCISTA

Foi tão acentuado o desenvolvimento da força e organização do Estado brasileiro, que logo se tornou estranho para o povo, o cidadão, as classes assalariadas, os operários e camponeses. À medida que se fortalecia, ampliava, “modernizava”, penetrava todos os recantos da vida econômica, política, educacional, religiosa, cultural, artística e outros círculos de existência social, mais o Estado se revelava estranho, estrangeiro. Quanto mais forte e ativo, mais repressivo e opressivo. Era a figuração de um Estado conquistador, de conquistadores. Para as classes subordinadas, o Estado ditatorial adquiriu todos os contornos e movimentos de um Estado a serviço das classes dominantes, principalmente do imperialismo. A economia política da ditadura, como economia política da grande burguesia financeira, da alta finança, do imperialismo, fez com que as classes subordinadas não tivessem dúvida sobre a realidade brutal do Estado burguês. Tanto assim que o mesmo Estado forte, ativo, “modernizado”, na prática configurou-se como

um Estado estranho, estranhado, estrangeiro; ou repressivo, opressivo, despótico, inimigo.

Ocorre que a ideologia e a prática das classes dominantes e governantes caminharam na mesma direção, de par em par, quanto às relações entre o Estado e a sociedade civil, principalmente o poder ditatorial e as classes subordinadas. Por dentro da doutrina de “segurança e desenvolvimento” a ditadura acionou e aperfeiçoou o planejamento e a violência estatais, como técnicas econômicas e políticas, como forças produtivas complementares. Por dentro da economia política governamental, desenvolveu-se um Estado forte e abrangente, ativo e repressivo, a serviço da grande burguesia financeira, da produção da mais-valia regular e extraordinária. As condições ditatoriais sob as quais foram colocadas as classes subordinadas, principalmente operários e camponeses, tornaram possível o aumento da taxa e do ritmo na produção de mais-valia absoluta e relativa. Assim, os operários e os camponeses foram levados a compreender o caráter estrangeiro, inimigo, do Estado burguês.

É nesse sentido que a dissociação entre o “país real” e o “país formal” não é uma figura de retórica. O que é um fenômeno antigo e reiterado na história da sociedade brasileira – o caráter oligárquico, autoritário, ditatorial do poder estatal – reaparece com novo significado. A ditadura desenvolveu e aperfeiçoou o divórcio entre o Estado e largos setores da sociedade, principalmente empregados, operários e camponeses. Desde que o bloco de poder formado pela grande burguesia, militares, policiais, latifundiários, setores de classe média, setores da Igreja, a grande imprensa, a indústria cultural, sob a orientação do imperialismo, desde que esse bloco de poder assumiu o poder em 1964, cresceu e

generalizou-se a dissociação entre o Estado e amplos setores da sociedade civil. É verdade que a ditadura adotou várias políticas destinadas a recriar laços com as classes subordinadas. O rádio, a televisão, o futebol e o conjunto da indústria cultural, muitos foram os elementos acionados pelos governantes para recriar ou desenvolver laços entre as classes subordinadas, oprimidas, e o bloco de poder. Foi grande o empenho dos funcionários do bloco de poder – burocratas e tecnocratas, civis e militares, nacionais e estrangeiros – no sentido de convencer o povo, os trabalhadores, os operários e camponeses, de que o Brasil ia ser uma “pátria grande”, “potência mundial” e outras fantasias da geopolítica do capital. Tudo isso, e muito mais, inclusive a transformação publicitária do general João Baptista Figueiredo em “joão”, tudo serviu para que os próprios governantes se enganassem. Construíram ficções em cima das manipulações, imaginando que a verdade da vida operária, por exemplo, possa ser falsificada como a falsificação das estatísticas. No cotidiano, o povo em geral, principalmente os operários, camponeses, empregados, as classes subordinadas e oprimidas, no cotidiano todos se sentem dominados, oprimidos, brutalizados por um Estado forte, abrangente, agressivo, inimigo. Isso é o resultado prático, cotidiano e reiterado, da superexploração das classes assalariadas; da violência estatal e privada, como técnica da economia política do bloco de poder; da manipulação do boato como técnica de intimidação e poder; das prisões, sequestros, sumiços, assassinatos. Foi assim que cresceu muito, aprofundou-se talvez como nunca, a dissociação entre o Estado fascista, a serviço do bloco de poder comandado pelo imperialismo, e amplos setores da sociedade civil, destacando-se as classes subordinadas e oprimidas,

principalmente os operários e camponeses. Foi assim que se criou a sensação de país ocupado.

Rapidamente, dissocia-se o *país real* do *país formal*, este expresso pelas lideranças que cuidam dos problemas de uma minoria, aquele representado por quase 80% de uma população marginalizada, sacrificada e sem o menor acesso sequer aos avanços da técnica, quanto mais às benesses e facilidades da vida moderna. Tome-se o exemplo das grandes cidades, como o Rio, São Paulo, Belo Horizonte ou Recife. Nelas, um conjunto cada vez mais reduzido, em comparação com o total, consegue viver segundo padrões compatíveis com o século XX, abastados ou modestos. Morar razoavelmente, comer duas vezes por dia, dispor de um emprego fixo, ir ao cinema tornam-se privilégios de grupos cada vez menores quando cotejados com o cinturão de miséria que envolve os centros mais densos, ou os bolsões de indigência incrustados em seus próprios territórios, na forma de favelas. Até Brasília, hoje, apresenta-se com essa vulnerabilidade, pois, os 400 mil habitantes do plano piloto, estáveis em maioria, têm ao seu redor 900 mil bocas famintas e braços sem trabalho ordenado.

E tomem-se sacrifícios, apertos de cinto, aumentos, dificuldades e pressões econômicas de toda ordem, que a classe média, mesmo protestando, consegue absorver, mas que a grande massa terminará por repelir, dada a inviabilidade de seguir vivendo. Porque o agravamento das condições sociais, sem respostas imediatas, breve determinará uma espécie de cerco aos clubes fechados em que nos colocamos. Se a miséria e a indigência decidirem acampar nos jardins dos abastados, dos médios ou até dos remediados, isto é, se o Brasil real marchar sobre o Brasil formal, não haverá mais espaço para composições, quanto mais para soluções.¹

A dissociação mais ou menos profunda entre o poder estatal e amplos setores do povo, principalmente de traba-

¹ Carlos Chagas, "A rendição das massas", *O Estado de S. Paulo*, São Paulo, 29 de novembro de 1979, p. 2.

lhadores, é algo inerente ao Estado burguês. No Brasil, essa dissociação tem sido bastante acentuada, ao longo da história da sociedade brasileira. Em 1964, no entanto, foi abrupta e profunda. Cada vez mais, nos anos subsequentes, o governo, o sistema, o Estado, ou seja, o bloco de poder divorciou-se do povo, dos trabalhadores, dos operários e camponeses. Foi tão abrupto, profundo e generalizado o divórcio entre o Estado e o povo, que também a arte popular registrou logo a brutalidade da situação. Em duas ocasiões, Geraldo Vandré trabalhou com engenho e arte o que estava acontecendo.

Porque gado a gente marca tange, ferra, engorda e mata, mas
com gente é diferente.²

Há soldados armados, amados ou não
Quase todos perdidos de arma na mão
Nos quartéis lhes ensinam uma antiga lição
De morrer pela pátria e viver sem razão.³

Também outros artistas se defrontaram com essa mesma dissociação generalizada. Em todas as esferas da vida – humana, social, cultural, política, econômica e outras –, muitos compreenderam e sentiram o crescente divórcio entre o pensamento e a atividade, entre o que se sentia ou pensava e o que se dizia ou podia dizer. Como gente, foram muitos, muitíssimos, os que foram levados a sentir, cada vez mais, o absurdo criado. Crescia, intensificava-se, generalizava-se o divórcio entre o governo e o povo, entre o Estado e o *cidadão*, entre a ditadura e o súdito. Todo esse clima reaparece na literatura, teatro, poesia e outras produções artísticas do tempo.

² Geraldo Vandré, “Disparada”, 1966.

³ Geraldo Vandré, “Para não dizer que não falei de flores” (“Caminhando...”), 1968.

Lavoura Arcaica: Para que as pessoas se entendam é preciso que elas ponham ordem em suas ideias. Palavra com palavra, meu filho [...]. Você está enfermo, meu filho, uns poucos dias de trabalho ao lado dos teus irmãos hão de quebrar o orgulho da tua palavra, te devolvendo depressa a saúde de que você precisa [...]. Ninguém em nossa casa há de falar com presumida profundidade, mudando o lugar das palavras, embaralhando as ideias, desintegrando as coisas numa poeira, pois aqueles que abrem demais os olhos acabam sempre por enxergar só sua própria cegueira; ninguém em nossa casa há de padecer também de um suposto e pretensioso excesso de luz, capaz como a escuridão de nos cegar; ninguém ainda em nossa casa há de dar um curso novo ao que não pode desviar, ninguém há de confundir nunca o que não pode ser confundido, a árvore que cresce e frutifica com a árvore que não dá frutos, a semente que tomba e multiplica com o grão que não germina, a nossa simplicidade de todos os dias com um pensamento que não produz; por isso, dobre a tua língua, eu já disse, nenhuma sabedoria devassa há de contaminar os modos da família!⁴

Calabar: Calabar é um assunto encerrado. Apenas um nome. Um verbete. E, quem disser o contrário atenta contra a segurança do Estado e contra as suas razões. Por isso o Estado deve usar do seu poder para o calar. Porque o que importa não é a verdade intrínseca das coisas, mas a maneira como elas vão ser contadas ao povo.⁵

Toda brutalidade da dissociação entre o governo e o povo, o Estado e o *cidadão*, a ditadura e o súdito, tudo isso estava cotidianamente realizado e recriado na repressão generalizada. A prisão, o sequestro, o sumiço, o assassinato político, junto com o arrocho salarial, a intervenção

⁴ Raduan Nassar, *Lavoura Arcaica*, romance, Livraria José Olympio Editora, Rio de Janeiro, 1975, p. 154, 155-156 e 163.

⁵ Chico Buarque e Ruy Guerra, *Calabar*, 3ª edição, Editora Civilização Brasileira, Rio de Janeiro, 1974, p. 88.

governamental nos sindicatos urbanos e rurais, a supressão das ligas camponesas, a manipulação do boato e o medo, como técnicas de poder, tudo isso configura uma realidade política fascista que se registra nas produções artísticas. Afinal, são muitos os mortos, assassinados e desaparecidos, os mortos sem sepultura: Olavo Hansen, José Porfírio, Manuel Fiel Filho, Santo Dias da Silva, Benedito Gonçalves, Orcílio Martins Gonçalves, Antonio Carlos Nogueira Cabral, Antonio Benetazzo, Rubens Paiva, Alexandre Vanucchi Leme, Vladimir Herzog, Osvaldo Orlando da Costa, entre muitos outros. É essa a pesada brutalidade da ditadura fascistoide que impressionou profundamente a produção artística.

A população muda contempla o morto. Façam-se as apostas, senhores. Cinco por um pra o suicídio, pois já há posição oficiosa a respeito. Suicidou-se o assassinato. E todos concordam e aplaudem. Mais uma indagação será encerrada e no melhor dos mundos continuaremos trabalhando para o bem comum. Tudo sob controle, o destino foi dominado. Eia, balancem a cabeça, concordem como convém. Aplausos, senhores, e depois podem ir para seus campos e oficinas em nome do bem-estar. No domingo, haverá aguardente, jogos e medalhas para o campeão, e à noite, juntos ao fogo, a partida de dominó. Atenção! Que levantem as mãos os que passam fome! – Ninguém passa! – Que levantem os braços os infelizes! – Completa felicidade! – Quem chora à noite de aflição? – Todos dormem como justos! – Que façam coro comigo os amantes de injustiçados; os pais de corrompidos; as mulheres de assassinados; os parentes de explorados! Eia, é claro, existimos no melhor dos mundos! – Que fiquem parados e quietos os desesperados! – Ah, assim melhor! Adeus, meus semelhantes!⁶

⁶ Gianfrancesco Guarnieri, *Ponto de partida*, fábula em um ato, com música de Sérgio Ricardo, Editora Brasiliense, São Paulo, 1976, p. 64-65.

A compreensão que os governantes têm do poder não deixa margem a dúvidas quanto ao caráter todo-poderoso, impositivo e abrangente do Estado. Para os donos do poder e seus funcionários, civis e militares, é o Estado que institui a sociedade; é “o órgão que realiza as condições peculiares da fisiologia específica da comunidade nacional”. Dado o fato de que a sociedade é pensada como uma formação *fisiológica*, o Estado é concebido como *o sistema nervoso* dessa formação. A partir de “princípios, métodos, normas e ações” instituídos pelos próprios governantes, à margem e à revelia da sociedade, povo, cidadão ou súdito, “cabe-lhe dirigir a vida da comunidade”. A ideia de comunidade, ou nação, confunde-se com a noção de um todo homogêneo, harmonioso. Há população, território, comunidade, nação, soberania, Estado. Não há povo, cidadão, associação de cidadãos, sindicatos, partido, igreja e outras instituições da sociedade civil. Toda compreensão e prática dos governantes sobre as relações entre o Estado e a sociedade mostra que eles concebem o poder estatal como “uma realidade político-jurídica” que “é a nação em termos orgânicos”,⁷ que articula uma realidade amorfa, invertebrada; que se põe e impõe à sociedade civil, ao povo, ao cidadão. Todos passam a ser concebidos como subalternos, consentidos, outorgados, súditos, figuras instituídas pelo Estado todo-poderoso.

Estado é a entidade de natureza política, instituída em uma nação, sobre a qual exerce controle jurisdicional, e de cujos recursos dispõe para promover a conquista e manutenção dos objetivos nacionais.⁸

⁷ Desemb. Antonio de Arruda, prof. Tarcísio Meirelles Padilha, cel. Ferdinando de Carvalho, proc. Danton Pinheiro de Andrade Figueira, *Política nacional (conceitos fundamentais)*, Editora Franciscana, São Paulo, 1971, p. 19.

⁸ Desemb. Antonio de Arruda e outros, *Política nacional*, citado, p. 19. Também sobre essa compreensão do Estado brasileiro consultar *Revista brasileira de*

O Estado, como instrumento de organização política da comunidade nacional, deve ser encarado sob dois aspectos primordiais distintos, mas inseparáveis: é um sistema de funções de disciplina e de coordenação de meios para atingir determinados objetivos; e é um conjunto de órgãos disciplinares e coordenadores. Não se pode conceber as funções do Estado senão através da rede dos seus diversos órgãos, da mesma forma que não se pode ver seus diversos órgãos senão como o valor dos mecanismos empregados para desempenhar aquelas funções.

Todo o conjunto de órgãos estatais se destina a executar os fins do Estado. Todo o sistema de funções de disciplina e de coordenação de meios é estruturado e posto em ação para realizar determinados objetivos.

As funções básicas do Estado são:

- a) a de órgão político-institucional, destinado a criar e a manter a ordem socioeconômica e política.
- b) a de promover a consecução do bem comum como condição da sua própria existência.

Estas duas funções se completam e reciprocamente se condicionam. Há uma relação constante entre a função estrutural da comunidade que o Estado jurisdiciona e sua função dinâmica de promover os meios necessários para a consecução do bem comum.

Estas funções básicas coexistem com outras, que variam conforme a filosofia da vida, a doutrina política vigente, o regime político etc.

Na função dinâmica do Estado, devemos considerar ainda que sua capacidade de ação opera interna e externamente. Nos limites do seu território, ele atua como instrumento de disciplina social, incentivo econômico, unidade política e outros fins igualmente relevantes; externamente, é o ins-

estudos políticos, n. 21, Número Especial sobre Segurança Nacional, Belo Horizonte, julho de 1966; José Alfredo Amaral Gurgel, *Segurança e democracia*, 2ª edição, Livraria José Olympio Editora, Rio de Janeiro, 1976; ten.-cel. Enjobas José de Castro Camargo, *Estudo de problemas brasileiros*, Biblioteca do Exército-Editora, Rio de Janeiro, 1979.

trumento político da soberania nacional, visando a alcançar e a manter os objetivos nacionais, em confronto com os objetivos de outros Estados.⁹

Foi essa compreensão fascistoide do poder que se efetivou com a ditadura instalada desde 1964. Essa compreensão efetivou-se em numerosas decisões e políticas adotadas pela ditadura: atos institucionais e complementares, decretos, ordens, proclamações e cassação de direitos políticos, prisões, processos, sequestros, sumiços, assassinatos; política de arrocho salarial, intervenção em sindicatos operários urbanos e rurais, supressão das ligas camponesas; militarização do aparelho estatal, das organizações de ensino e das fábricas; infiltração de informantes e espiões nas organizações públicas e privadas, leigas e religiosas, políticas e educacionais. Foram muitas, numerosas, as decisões e políticas que efetivaram a compreensão fascistoide de Estado. A pretexto de instaurar a “estabilidade social e política”, que teria sido afetada pelo ascenso político das classes assalariadas, principalmente operários e camponeses, nos anos 1946-1964, os governantes procuraram fortalecer e ampliar o aparelho estatal. Para eles, tratava-se de “modernizar” e tornar abrangente o aparelho de poder, em termos econômicos, políticos, educacionais, culturais, policiais, militares e outros. Em termos de “segurança e desenvolvimento” contra “a subversão e a corrupção”, os governantes procuraram criar todas as condições econômicas e políticas propícias ao florescimento do capital financeiro e monopolista, principalmente do imperialismo. Foi assim que o Estado se tornou estrangeiro.

⁹ Desemb. Antonio de Arruda e outros, *Política nacional*, citado, p. 23.

No catecismo da Escola Superior de Guerra, define-se a *segurança nacional* como ‘o grau de garantia que, através de ações políticas, econômicas, psicossociais e militares, o Estado proporciona à nação, para a conquista e manutenção dos objetivos nacionais a despeito dos antagonismos ou pressões’. Deixemos de lado o jargão esguiano, para nos fixarmos nos dois polos dessa relação de garantia: Estado e nação. Trata-se de totalidades e – o que é pior – de totalidades abstratas. No conceito de Estado não há distinções nem, muito menos, contradições, segundo essa doutrina: é o imenso aparelho de poder, abrangendo em bloco todos os que, direta ou indiretamente, são dotados de mando oficial ou público. No limite, interpretado à luz dessa teoria, o artigo 86 da vigente Constituição (‘toda pessoa, natural ou jurídica, é responsável pela segurança nacional, nos limites definidos em lei’) apresenta um sentido inesperadamente totalitário: todos e cada um de nós compõem esse Estado, como aquela multidão de cabeças compunha a figura do Leviatã, no famoso desenho de capa da primeira edição do livro de Hobbes.

Por outro lado, a doutrina da segurança nacional não fala em povo, em classes, em comunidade; menos ainda em indivíduos, cidadãos ou pessoas. Fala em nação (geralmente com maiúscula). Ainda aqui, o todo é monolítico e perfeitamente abstrato, isto é, não situado, nem histórica nem sociologicamente.¹⁰

Toda atuação do governo, a partir dessa estrutura jurídico-política, apresenta-se à opinião pública, ao cidadão, à sociedade civil, como uma ação de controle, domínio, punição. Na prática, o governo aparece como capataz, agindo no sentido de garantir segurança e desenvolvimento, ordem e progresso, hierarquia e disciplina, obediência e eficiência. A imagem do “mestre-escola diante dos alunos”, estabelecendo quantas vezes esses devem copiar o hino nacional, ou exigin-

¹⁰ Fábio Konder Comparato, *Segurança e democracia*, mimeo., edição Cedec-Cebral, São Paulo, 1979, p. 28-29.

do que seja decorado, essa imagem é apenas uma metáfora amena.¹¹ O governo se relaciona com a opinião pública, o cidadão, a sociedade civil, por meio de atos institucionais, atos complementares, decretos, portarias, proclamações, ordens do dia, admoestações, determinações, exigências, punições.

Esse caráter do Estado, em face de amplos setores da sociedade civil, em especial em face da classe operária e do campesinato, esse caráter logo se configurou em um singular aparelho, conhecido como o “sistema”, que passou a governar o país. Desde que se instalou a ditadura, a sociedade brasileira passou a ser governada pelo que os próprios governantes passaram a denominar “sistema” ou “sistema revolucionário”. Trata-se de algo que é e não é governo. Não é o general que exerce o Poder Executivo, nem é ele e os seus ministros. Ou melhor, pode ser o general e alguns ministros. Mas não é claro quais os ministros, civis ou militares, burocratas ou tecnocratas, que compartilham os segredos do sistema. O que, sim, se sabe é que além do governo, por dentro ou por fora, à margem ou por sobre o governo, existe um aparelho conhecido como sistema. Trata-se de um aparelho que é fictício, mas efetivo, personificado e difuso, ubíquo e brutal, civil e militar, político e policial, presente e ausente, forte e abrangente, estranho e inimigo.

Na prática, o sistema mescla-se com o aparelho estatal e o governo; incrusta-se profunda e generalizadamente no Estado; combina e articula civis e militares, economia e política, geopolítica e capital. Seria ilusório imaginar que o

¹¹ Carlos Chagas, “A crise e a mentalidade”, *O Estado de S. Paulo*, São Paulo, 6 de dezembro de 1979, p. 2.

sistema é apenas um invisível aparelho militar-policial, que se concentra no Conselho de Segurança Nacional (CSN) ou no Serviço Nacional de Informações (SNI). São órgãos estatais e funcionários, burocratas e tecnocratas, civis e militares que o compõem de modo efetivo, ainda que sem vínculos orgânicos nem reconhecimento explícito. Foi quase que como um lapso que um dos ministros militares do governo do general João Figueiredo se referiu ao “sistema revolucionário”, ao responder a uma pergunta de um jornalista sobre “abertura” e “democratização”.¹²

Em 1968-1978, o Ato Institucional n. 5 foi a expressão mais clara, indiscutível, da ditadura. Depois, a partir da Emenda Constitucional n. 11, a sociedade civil continua submetida ao arbítrio dos governantes, ainda que em termos diversos. Tudo isso é a roupagem jurídico-política que constitui uma das bases do sistema.

Artigo 2º – O presidente da República poderá decretar o recesso do Congresso Nacional, das Assembleias Legislativas e das Câmaras de Vereadores, por Ato Complementar, em estado de sítio ou fora dele, só voltando os mesmos a funcionar quando convocados pelo presidente da República.

§ 1º – Decretado o recesso parlamentar, o Poder Executivo-correspondente fica autorizado a legislar em todas as matérias e exercer as atribuições previstas nas Constituições ou na Lei Orgânica do município [...].

Artigo 4º – No interesse de preservar a Revolução, o presidente da República, ouvido o Conselho de Segurança Nacional e sem as limitações previstas na Constituição, poderá suspender os direitos políticos de quaisquer cidadãos pelo prazo de 10 (dez) anos e cassar mandatos eletivos federais, estaduais e municipais [...].

¹² “Pires diz que ninguém vai incendiar o país”, *O Estado de S. Paulo*, São Paulo, 31 de agosto de 1979, p. 5.

Artigo 6º – Ficam suspensas as garantias constitucionais de vitaliciedade, inamovibilidade e estabilidade, bem como a de exercício em funções por prazo certo.

§ 1º – O presidente da República poderá, mediante decreto, demitir, remover, aposentar ou pôr em disponibilidade quaisquer titulares das garantias referidas neste artigo, assim como empregados de autarquias, empresas públicas ou sociedades de economia mista, e demitir, transferir para a reserva ou reformar militares ou membros das polícias militares, assegurados, quando for o caso, os vencimentos proporcionais ao tempo de serviço.¹³

Também já foi suficientemente enfatizado, em debate nacional, que a Emenda Constitucional n. 11, de 1978, ao criar as chamadas ‘medidas de emergência’ e o ‘estado de emergência’, deu ao presidente da República um superpoder sem contraste, bem mais rigoroso, sob o aspecto de segurança da sociedade civil, que o clássico estado de sítio.¹⁴

No interior do aparelho estatal, desenvolveu-se vasta burocracia civil e militar. Para operar a máquina do Estado, em suas atividades econômicas, políticas, policiais, militares, culturais, educacionais e outras, o bloco de poder desenvolveu e diversificou o pessoal burocrático. Em todos os setores da sociedade brasileira e em todas as suas regiões, áreas e lugares, em todos os recantos da vida do povo – no público e no privado – o aparelho da ditadura passou a influenciar e interferir. Para isso, o bloco de poder acionou vasta burocracia civil e militar. Razoável contingente dessa burocracia compõe-se de tecnocratas. Compõe-se de funcionários categorizados, nos diferentes ministérios, superintendências, conselhos, secretarias, empresas etc. que compõem o aparelho burocrático do Estado. São milhões

¹³ Ato Institucional n. 5, de 13 de dezembro de 1968.

¹⁴ Fábio Konder Comparato, *Segurança e democracia*, citado, p. 28.

de funcionários públicos – burocratas e tecnocratas – que operam a máquina estatal da ditadura. Dentre os mais categorizados desses burocratas e tecnocratas, muitos são militares, ou provenientes do meio militar. É claro que esse é um aspecto importante da fisionomia e dos interesses do bloco de poder que passou a dominar a sociedade brasileira. Há um quê de geopolítica nisso tudo.

Listados os titulares dos 360 mais importantes cargos da administração federal, verificou-se que 101 deles, ou 27,8% do total, são militares. Isto é, quase um terço dos altos funcionários federais são militares. A conta foi feita relacionando-se os 20 funcionários mais graduados dos 18 principais organismos governamentais [...].

Em 1964, se dá mais sólida e profunda intervenção militar no domínio político entre todas as que se produziram na história brasileira. Essa intervenção, que vai realizar duravelmente a obra da conciliação entre a corporação militar e a administração civil do Estado, tem dois momentos definidos. O primeiro momento é o da tutela militar do Estado, pura e simplesmente. Mas nessa etapa os militares não ocupam diretamente as funções públicas, salvo no primeiro escalão do Ministério. A administração passa a trabalhar sob a lógica e os compromissos tipicamente militares. Os quadros do Exército dentro da administração civil, porém, ainda são limitados. O segundo momento assinala a penetração direta. Os militares passam para a reserva e ocupam em profusão cargos tradicionalmente civis da administração pública. Curiosamente, no segundo momento, o poder é mais compartilhado do que no primeiro. Agora, são os burocratas civis que dominam a produção das informações, conceitos, noções e valores que orientam o Estado. É claro que o fazem em nome dos militares e sob inspirações de suas criações doutrinárias e ideológicas. Mas esta é uma via de mão dupla, em que a produção intelectual de origem civil e de origem militar é compartilhada. Esses níveis se influenciam reciprocamente para forjar as políticas governamentais. O

regime, então, ganha os contornos duráveis de um sistema híbrido, seguramente capaz de sobreviver aos influxos da distensão política.¹⁵

Muitos, muitíssimos funcionários da administração pública foram contratados pelos governos militares, de modo a aumentar a força e a eficácia do aparelho estatal. Se deixamos de lado o pessoal das empresas estatais, tais como Petrobras, Eletrobras e muitas outras, entre 1960 e 1976 o pessoal da administração pública aumentou de 363.669 para 1.379.302. As exigências da ditadura, enquanto poder político-econômico profundamente atrelado às exigências do grande capital financeiro e monopolista, determinaram a ampliação e a dinamização do aparelho estatal. Foi assim que cresceu e diversificou-se bastante a administração pública com burocratas e tecnocratas, civis e militares, operando em todos os lugares e recantos da sociedade civil e da vida do *cidadão*. Se tomarmos o total do pessoal empregado em empresas, empregos domésticos e administração pública (ou seja, os assalariados urbanos), observamos que os empregados públicos cresceram de 4,6% do total, em 1960, para 7,8% em 1973.¹⁶

A administração pública empregava cerca de um vigésimo dos assalariados urbanos, entre 1950 e 1970, mas entre 1973 e 1976 esta proporção cresceu para 7 a 8%. Como nestes últimos anos muitas autarquias e repartições foram transformadas em empresas (por exemplo, os correios e telégrafos, serviços de águas e esgotos, de melhoramentos urbanos, rodoviários etc.), o crescimento da proporção de

¹⁵ Walder Góes, "Militares ocupam 1/3 dos cargos federais", *O Estado de S. Paulo*, São Paulo, 25 de novembro de 1979, p. 18-19, citação da p. 18.

¹⁶ Paul Singer, *Evolução da estrutura social brasileira: 1950 a 1976*, mimeo., Cebrap. São Paulo, 1979, p. 25.

empregados públicos é algo surpreendente. Ele talvez seja devido à grande expansão de serviços de consumo coletivo (educação, saúde, previdência social), que continuam sendo prestados por órgãos da administração pública.¹⁷

Na prática, o sistema tem precisamente todas as características da ditadura, no que ela tem de ubíqua e brutal, policial e militar, econômica e política; ditadura essa que faz com que o Estado se revele como uma realidade forte e abrangente, estranha e inimiga, para as classes subordinadas, principalmente os operários e camponeses. Ocorre que nem o povo, nem o cidadão, nem os grupos e classes sociais subordinados têm qualquer acesso às esferas decisórias do governo, sistema ou ditadura. Haveria um grupo privilegiado – os ministros da casa, todos os ministros civis e militares representantes do grande capital financeiro nacional e estrangeiro, ninguém sabe – que toma decisões e manda que se ponham em prática decisões sobre questões de economia e política, educação e geopolítica, transferência de renda e desenvolvimento regional, arrocho salarial e facilidades para os interesses imperialistas. Em todo o caso, “o chefe do governo, em condições normais, é também o chefe do sistema”.¹⁸ Ou seja, com frequência, o governo, o sistema e a ditadura são uma coisa só.

Chegamos à tentativa de definição do sistema, de resto indefinível, pois intangível, ele será o avalista do governo, se admitirmos que as Forças Armadas são o estabelecimento de crédito. Acerta quem supuser que o sistema, ordinariamente, é expresso pelos altos comandos, mais até pelo alto comando do Exército, mas não estará errando quem vislumbrar parte

¹⁷ Paul Singer, *Evolução da estrutura social brasileira: 1950 a 1976*, citado, p. 26.

¹⁸ Carlos Chagas, “Governo, sistema e Forças Armadas”, *O Estado de S. Paulo*, São Paulo, 27 de outubro de 1977, p. 2.

do sistema nos chamados órgãos de informação e repressão, desde o SNI aos centros de informação do Exército, Marinha e Aeronáutica, até os esotéricos DOI-Codi de todos os Estados. O sistema não é palpável, como o governo ou como as Forças Armadas, e talvez daí redunde a sua força, pois num certo momento pode ser expresso por um consenso ou por um líder militar isolado, por um pensamento defendido por um grupo seletivo de generais ou um reclamo espalhado até geograficamente.

Importa ressaltar, porém, que o sistema não é o governo, pois normalmente não se identifica com todas as ações governamentais; e até se reserva o direito de formar novos governos, de tendências diversas das anteriores, como no caso Castello-Costa e Silva, ou Médici-Geisel.

A linha fluida, a fronteira indefinível que acopla o governo ao sistema, porém, será a mesma que divide o sistema das Forças Armadas. Porque esse é um produto destas, uma extensão ao menos teórica de seus anseios e preocupações. Ou alguém poderá apontar um juiz do Supremo Tribunal Federal ou um senador ou deputado que represente o sistema? – No máximo, alguns servirão como seus porta-vozes.

As Forças Armadas – pano de fundo do sistema e do governo – dão a eles o embasamento – o que não quer dizer que, em todas as oportunidades, estejam de pleno acordo, mais com os atos rotineiros de administração governamental, menos com as decisões fundamentais do sistema. Podem ocorrer divergências, que nem sempre a hierarquia resolve.¹⁹ De forma parcial e imprecisa, o sistema condiciona as expectativas dos mais importantes atores políticos e define as suas percepções mútuas dos arranjos institucionais e inter-relações estruturais [...]. O sistema brasileiro não é algo de cuja participação os seus membros estejam explicitamente cientes. Ele é antes um organismo que responde como um todo, quase de uma forma reflexa, quando uma das suas partes sente-se ameaçada.²⁰

¹⁹ Carlos Chagas, “Governo, sistema e Forças Armadas”, *O Estado de S. Paulo*, São Paulo, 27 de outubro de 1977, p. 2.

²⁰ Ronald M. Schrieider, *The Political System of Brazil*, Columbia University Press, Nova Iorque, 1971, p. 333-334. Consultar também Walder Góes,

O que há de reservado, secreto, clandestino na existência do sistema se revela à luz do dia, indiscutível, arbitrário ou brutal, nas decisões e atuações que o Estado é levado a adotar. Mesmo porque o sistema, que é e não é o governo, que é e não é a ditadura, que é e não é o Estado, aparece na prática, concretiza-se para todos e cada um, nas operações do Serviço Nacional de Informações, nas atuações da Secretaria de Comunicação Social (Secom), e na atividade da Secretaria Especial de Informática (SEI), nas decisões do Conselho de Segurança Nacional (CSN), Conselho de Desenvolvimento Industrial (CDI), Conselho Nacional de Política Salarial (CNPS), Conselho de Desenvolvimento Econômico (CDE), Conselho de Desenvolvimento Social (CDS) e muitos outros órgãos do Poder Executivo. No caso da Secom, por exemplo, ela está atuando inclusive por intermédio da Empresa Brasileira de Notícias (EBN) e da Empresa Brasileira de Radiodifusão (Radiobras), conferindo ao governo, ao sistema, à ditadura, uma imensa capacidade de atuar, manipular, induzir, distorcer, refazer etc. a opinião pública. A sociedade civil, o cidadão estão praticamente indefesos diante da poderosa capacidade financeira e organizatória, econômica e política, que a ditadura confere aos governantes, ao aparelho reservado, secreto, clandestino, que aparece sob a denominação de sistema.

“Militares ocupam 1/3 dos cargos federais”, *O Estado de S. Paulo*, 25 de novembro de 1979, p. 18-19; Walder Góes, *O Brasil do general Geisel*, Editora Nova Fronteira, Rio de Janeiro, 1978; Eliezer R. de Oliveira, *As Forças Armadas: política e ideologia no Brasil (1964-1969)*, Editora Vozes, Petrópolis, 1976; Philippe C. Schmitter, “The Portugalization of Brazil?”, publicado por Alfred Stepan (org.), *Authoritarian Brazil*, Vale University Press, New Haven, 1976, cap. 6.

Por dentro do sistema, do governo, da ditadura, estão os técnicos. Ao lado dos burocratas maiores ou menores, reais ou fantoches, nas distintas hierarquias do aparelho estatal, atuam técnicos civis e militares. São os técnicos que fazem operar a máquina do Estado, como um vasto aparelho econômico e político, por dentro e por sobre a sociedade. Não se trata de considerá-los como categoria social especial: tecnocracia, tecnoburocracia, burocratas ou burguesia de Estado. O que está em questão é o fato de que são os técnicos que articulam os interesses das classes dominantes com as condições gerais da sociedade. São eles que conferem a imagem de algo de interesse geral ao que é ditado pela grande burguesia financeira e monopolista. Por sob a alegação de objetividade, pragmatismo, eficiência, desempenho, modernização, desenvolvimento, progresso, pátria grande, Brasil Potência e outras, os técnicos trabalham muito na tradução dos interesses e decisões da grande burguesia financeira e monopolista em interesses e aspirações da sociedade civil, do cidadão, das classes subordinadas. É no âmbito da tecnocracia que se realiza a metamorfose do *econômico* em *político* e vice-versa. Em uma linguagem neutra, isenta, técnica, científica, o tecnocrata civil ou militar traduz, elabora ou desenvolve os interesses da grande burguesia financeira e monopolista. Apresentam-se como de interesse geral, nacional, da soberania brasileira, os interesses do bloco de poder, em especial os da grande burguesia. Pouco a pouco, as razões do Estado se tornam altamente determinadas pela lógica do capital. Nesse sentido é que na esfera de atuação da tecnocracia estatal ocorrem a articulação e a determinação recíprocas entre os interesses predominantemente econômicos em interesses principalmente políticos. O segredo da fisionomia,

dos movimentos e das modificações da linguagem e prática da tecnocracia está em que ela propicia a metamorfose do *econômico* em *político*, e vice-versa. Melhor ainda, mais eficaz e mais direta essa metamorfose quando a tecnocracia pode atuar sob as condições de uma ditadura de caráter fascista. Sob a proteção do poder estatal fascista, por dentro do sistema, enquanto aparelho indefinido, mas eficaz, invisível, mas brutal, clandestino, mas todo-poderoso, a tecnocracia civil e militar se constitui como órgão estatal dos movimentos e metamorfoses econômicos e políticos dos interesses da grande burguesia financeira e monopolista. É assim que a ditadura militar desenvolve e aperfeiçoa algumas dimensões fascistas do Estado burguês no Brasil.

Os próprios governantes têm interesse em que o governo, o regime, o Estado e outras modulações do Estado fascistoide instalado no Brasil apareçam diluídas, encobertas, ambíguas, minimizadas ou misteriosas, sob a expressão sistema. Apesar das fabulações ideológicas, no entanto, o Sistema é um aparelho de poder real, inquestionável. Ele é invisível, secreto, clandestino, mas ativo, onipresente, todo-poderoso e brutal. Baseado no poder do capital e no monopólio da violência militar-policial, o sistema divide e separa os *cidadãos* em confiáveis e suspeitos, militares e paisanos, otimistas e pessimistas, patriotas e inimigos, subversivos e corruptos, dóceis e rebeldes, fascistas e comunistas. Sob vários aspectos, os governantes, camuflados sob o sistema, pensam e agem de forma fascista: em geral boçal e brutal, contra todos os que não concordam com eles e decidem falar, questionar, opinar.

Desde que se instalou, a ditadura foi induzida a desenvolver e consolidar um poderoso, ativo e agressivo aparelho estatal. Trata-se de um Estado de cunho fascista. A forma

pela qual esse Estado se articula com a *sociedade civil* e o *cidadão*, em termos econômicos, políticos, culturais, militares, policiais e outros, confere-lhe características de cunho muito especial, fascistas. Vejamos, em forma breve, quais são essas características e que relações econômicas, políticas e outras elas envolvem e expressam.

Primeiro, a ditadura militar resultou de um movimento golpista contrarrevolucionário, no sentido de que visou bloquear e fazer regredir o ascenso político dos trabalhadores, principalmente operários urbanos e rurais e camponeses. Havia uma conjuntura pré-revolucionária no Brasil dos anos 1961-1964. Era crescente e generalizado o ascenso político de operários e camponeses, por dentro e por fora do populismo, do sindicato urbano, do sindicato rural, da liga camponesa e dos partidos e organizações de esquerda. Ao mesmo tempo, a crise econômica, com a queda na taxa de inversões e da renda *per capita*, afligia bastante a burguesia nacional e estrangeira. Também se enfraquecia o poder burguês, o Estado burguês, tanto pela crise econômica e o ascenso político dos trabalhadores como pelas crescentes controvérsias no âmbito da burguesia, dentro e fora do aparelho estatal. Nesse contexto, o movimento golpista, comandado e garantido pelo imperialismo, teve uma conotação claramente contrarrevolucionária e instalou uma ditadura a serviço do grande capital financeiro e monopolista. Isso significa que o golpe e a ditadura voltaram-se primordialmente para uma atuação destinada a bloquear, fazer regredir e suprimir as organizações políticas, as lideranças e as propostas da classe operária e do campesinato. Em geral, depois de uma época de desenvolvimento político e avanço de operários e camponeses, na proposta e conquista de direitos trabalhistas, liberdades democráticas,

organização política e desenvolvimento da consciência de classe, a burguesia sempre se empenha em fortalecer o poder estatal, o Estado burguês, de modo a garantir seu domínio de classe e a continuidade da acumulação monopolista. Nesse processo, entretanto, continuam a desenvolver-se as forças produtivas e as relações capitalistas de produção, de tal maneira que se engendram outras, novas e renovadas condições de organização política e repolitização do proletariado e do campesinato. Em poucas palavras, a ditadura militar esconde uma ditadura da burguesia, poderosa, abrangente. É a ditadura da burguesia, característica do Estado fascista que passou a desenvolver-se desde 1964, que define as fisionomias, os movimentos e os significados da ditadura militar. Os governantes desenvolveram uma ideologia baseada na doutrina de “segurança e desenvolvimento”, que funda a suspeita de que a sociedade civil é incompetente, amorfa, infiltrada, potencialmente perigosa, sujeita à “subversão e corrupção”. Essa já é uma imagem fascista da sociedade e do cidadão, com base na qual os governantes procuram justificar a necessidade do Estado forte, abrangente, ativo, repressivo, que oprime o trabalhador, o operário e o camponês, segundo os interesses do grande capital financeiro e monopolista. Ao mesmo tempo, os governantes põem em prática todas as políticas que convêm ao grande capital, à alta finança, ao imperialismo, à grande burguesia financeira e monopolista. Sob todos os aspectos fundamentais, a economia política da ditadura é precisamente a economia política da acumulação monopolista, ditada pela grande burguesia financeira, segundo os movimentos dos interesses e arranjos do imperialismo.

Segundo, a ditadura colocou-se amplamente, se não de modo exclusivo, a serviço da grande burguesia financeira e

monopolista, interessada na superexploração do proletariado e do campesinato. O “milagre econômico” do “modelo brasileiro” apoia-se na produção inclusive de uma taxa de mais-valia extraordinária, propiciada pela amplitude e brutalidade da atuação da ditadura contra operários e camponeses. Foi assim que cresceu e se diversificou bastante a penetração imperialista na economia, política, educação, indústria cultural, aparelho repressivo e outras esferas públicas e privadas da sociedade civil brasileira. Foi o próprio imperialismo que criou a ficção perversa do milagre do modelo. Ao mesmo tempo, foram muitos os técnicos e as técnicas políticas fascistas que a ditadura *importou* do imperialismo estadunidense, além dos que desenvolveu autonomamente. Os estadunidenses induziram (e colaboraram com) os governantes brasileiros à formulação e execução de programas e projetos destinados a modernizar as organizações e as técnicas policiais de controle, espionagem e repressão de movimentos populares.

Terceiro, desde 1964 intensifica-se e generaliza-se um singular processo de militarização do Estado e de instituições paraestatais e privadas. O conjunto do aparelho estatal, totalmente subordinado ao Poder Executivo, transforma-se numa máquina civil-militar-policial. Tudo passa a ser definido, controlado, espionado ou punido a partir da ampla atuação dos órgãos de informação e segurança. Os próprios beneficiários da ditadura, dentro do aparelho estatal, como simples funcionários, burocratas ou tecnocratas, passam a temer a espionagem e o policialismo que a ditadura engendrou e difundiu em todos os níveis e escalões, em todos os Estados e regiões. Essa intensa e generalizada militarização do poder estatal também se espalhou pelas diversas e muitas organizações paraestatais e privadas, tais como ensino,

televisão, rádio, escritórios, fábricas etc. Também o futebol foi submetido a esquemas ditados pelos governantes. Como técnica esportiva, como organização de atividades lúdicas e recreativas, como arranjo de interesses econômicos e como indústria cultural, sob todos os aspectos o futebol foi submetido às exigências da acumulação. Em escala ainda mais ampla, as condições de trabalho na fábrica foram submetidas às exigências da doutrina de segurança e desenvolvimento. O princípio da produtividade, ditado pela economia política do grande capital financeiro e monopolista, traduziu-se no aumento da taxa de exploração da força de trabalho operária. Foi assim que a burguesia desenvolveu, aperfeiçoou ou “modernizou” a organização da fábrica, das forças produtivas e relações de produção, em termos de eficiência, produtividade, hierarquia e disciplina, ou outros princípios da economia política ditada pela lógica da acumulação capitalista. Em outros termos, a violência concentrada e organizada da sociedade burguesa, conforme ela se articula, cresce e moderniza com o Estado ditatorial, desenvolveu-se ainda mais como força produtiva. Sob o fascismo, a violência é transformada em técnica produtiva, em força de produção complementar, devido à forma pela qual ela é mobilizada, contra a classe operária, no âmbito da fábrica, sindicato e outras esferas.

Quarto, todas as políticas governamentais tendem a ser planejadas, com objetivos e meios definidos para a curta, média e longa duração. Todos os problemas econômicos e políticos são examinados, estudados, pesquisados, definidos, postos em prática, observados, controlados, redefinidos, avaliados etc. segundo uma compreensão tecnocrática. Há mesmo uma geopolítica subjacente e perversa em toda com-

preensão que os governantes formulam e desenvolvem sobre questões econômicas, políticas, educacionais populacionais e outras. As várias partes da sociedade civil, da mesma forma que as várias regiões do território, tudo remete a uma compreensão planificada. A doutrina de que a sociedade civil é incompetente ou perigosa implica uma visão geopolítica, de algo que é ou pode ser inimigo, precisa ser dominado, pode escapar-se, precisa ser conquistado, reconquistado. Esse é o contexto prático e ideológico no qual se insere o sistema federal de planejamento, construído à revelia dos interesses de grande parte da sociedade civil. No âmbito das forças produtivas e relações de produção – na indústria e agricultura –, esse planejamento governamental favorece a dinamização da “produtividade”. Com isso beneficiam-se os empresários, os compradores de força de trabalho, a grande burguesia, o capital financeiro e monopolista. Na prática, o planejamento econômico estatal se constitui como força produtiva complementar, já que intensifica a “produtividade”, ou a “racionalização”, das atividades produtivas; isto é, das relações de produção. Juntamente com a violência estatal concentrada, organizada e grandemente acrescida, o planejamento se constitui como força produtiva complementar, ao lado do capital, tecnologia, divisão do trabalho e, principalmente, força de trabalho.

Quinto, sob vários aspectos, a *cultura* da ditadura expressa a visão fascista que os governantes, e a grande burguesia à qual eles servem, possuem da sociedade civil, cidadão, Estado, história e outras questões envolvidas na ideologia e prática da ditadura. A ditadura submeteu o ensino, o rádio, a televisão, a imprensa, o cinema, o teatro, a literatura, as artes em geral, o futebol, o carnaval; tudo ganhou alguma

definição na geopolítica da segurança e desenvolvimento que passou a fundamentar a ditadura do capital. Foi assim que se desenvolveu a ideologia e prática da “modernização” reacionária. Todo problema histórico, envolvendo o povo, a cultura das classes subordinadas, as lutas políticas populares, tudo passou a ser *folclorizado*. Ocorreu uma folclorização generalizada e reiterada da história do povo, ao mesmo tempo que as questões históricas relativas às classes dominantes passaram a ser tratadas também de modo tão artificial, equívoco ou falso que a ideologia dos vencedores, a crônica dos governantes, transformou muitas realizações culturais em pornocultura. Muitos acontecimentos históricos, presentes e passados, imediatos ou remotos, foram reinventados à luz da doutrina de segurança. Os governantes e os seus ideólogos, cronistas e escribas fizeram o povo compreender como o lema “ordem e progresso” se dissolve e recria no lema “segurança e desenvolvimento”, para glória e poder das classes dominantes; para castigo e sufrença das classes subordinadas.

Sexto, por fim, sob a ditadura militar, como ditadura da burguesia, o Estado se descola em grande parte da sociedade civil. O Estado forte, abrangente, repressivo, brutal, monolítico, passa a parecer, e ser, uma realidade *fora* da sociedade. A sensação generalizada que muitos passaram a ter, de que se criara e crescia um abismo entre o Brasil real e o Brasil *legal*, não é senão uma forma de expressar a vasta dissociação, o vasto divórcio, entre o Estado e grande parte da sociedade civil. Esse abismo é tão grande, tão real e incômodo que os próprios governantes perderam o sentido do seu governo, desgoverno. Não sabem o que estão governando. Imaginam que o monopólio da máquina do Estado, que a manipulação dos instrumentos de mando, que o acionar da repressão,

que tudo isso significa governar. Sem compreender a quem governam, sem sentir ou entender nenhuma resposta válida das classes subordinadas, oprimidas. Como o bloco de poder não detém a hegemonia política e moral sobre as classes subordinadas, porque aparece como um bloco de conquistadores, estranhos, estranhados, estrangeiros, por isso os governantes não fazem senão reiterar o seu mando e desmando. Por isso os governantes não conseguem falar à nação, ao povo, à sociedade civil, ao cidadão e a todas as categorias que eles negam, e que os negam. Por isso os governantes não sabem senão baixar determinações, reprimendas, punições, proclamações, ordens do dia. Foi tão longe a ditadura da burguesia no Brasil, que o Estado acabou por tornar-se exótico, estrangeiro; no mesmo lugar, encravado.

QUINTA PARTE

A CRISE

XV – DITADURA E CONTRARREVOLUÇÃO

A ditadura militar instalada no Brasil é apenas a expressão mais visível, aparente, da ditadura burguesa, fascista, que se realiza na prática das atividades militares, policiais, econômicas, políticas, culturais e outras do aparelho estatal. No bloco de poder que se constitui na preparação do golpe de Estado de 31 de março de 1964, e que se consolidou sob a aparência de uma ditadura militar-policial, é a grande burguesia, nacional e estrangeira, que lhe confere sentido e direção, fisionomia e movimento. É verdade que há os governantes visíveis e invisíveis, burocratas e tecnocratas, civis e militares, nacionais e estrangeiros, que ficaram com alguma parcela do poder e da ilusão do poder. Com frequência, são eles que aparecem no cotidiano da vida da sociedade civil, do cidadão, dos trabalhadores, operários, camponeses, empregados, funcionários, profissionais liberais, intelectuais, estudantes e outros. Mas essa é apenas uma dimensão, importante, porém menor, do poder estatal, do bloco de poder. Na prática, o bloco de poder é amplamente comandado, ou teleguiado,

pela grande burguesia financeira e monopolista. Ocorre que essa burguesia não exerce nem precisa exercer diretamente o poder. No arranjo dos interesses dominantes – em seu sentido e direção, fisionomia e movimento –, ela prefere exercer o seu mando por intermédio de alguns representantes de classes e grupos sociais associados no bloco de poder que se constitui e reproduz com a ditadura: burocratas e tecnocratas, civis e militares, governando sob o lema “segurança e desenvolvimento”, contra “a subversão e a corrupção”, em busca da geopolítica da “pátria grande”, de modo a impor a *pax brasiliensis* sobre as nações da América do Sul e pela transformação do Atlântico Sul em *mare nostrum*. Sob várias formas, o bloco de poder que se constitui e reproduz com a ditadura conjuga e reconjuga os interesses do imperialismo com os interesses das classes dominantes no Brasil. Aliás, em geral, é o imperialismo que garante e legitima, cria e recria, abre e fecha as condições de possibilidades de governo e desgoverno, ditadura e democracia, abertura e fechadura, no âmbito da sociedade brasileira.

Para compreender essas e outras implicações históricas desse Estado, vale a pena examinar e reexaminar principalmente os problemas formulados a seguir.

A ditadura formou-se e desenvolveu-se como contrarrevolução. O bloco de poder que organizou, planejou e deu o golpe de Estado de 31 de março de 1964, e consolidou-se no controle do aparelho estatal, na prática realizou uma ampla e brutal contrarrevolução. Foi a resposta da grande burguesia financeira e monopolista (associada com setores de classe média, da igreja, militares, policiais, latifundiários, burocratas, tecnocratas e outros grupos ou facções de classes) ao ascenso político da classe operária e do campesinato. Nos anos

1961-1964, havia ocorrido um intenso e amplo desenvolvimento político do proletariado urbano, proletariado rural e camponato, em termos de organização, conscientização, reivindicações e lutas. É claro que esse desenvolvimento político dos trabalhadores da cidade e do campo, da indústria e da agricultura, já vinha ocorrendo nas décadas anteriores. Com os desenvolvimentos do capitalismo no campo, a industrialização cada vez mais intensa, a divisão do trabalho em todos os setores da produção e administração pública e privada, a urbanização acelerada, a migração rural-urbana, a proletarianização na cidade e no campo, e outros processos mais ou menos notáveis, desenvolveram-se as classes sociais. Desenvolveram-se bastante, em termos quantitativos e qualitativos, as classes assalariadas, os empregados, funcionários e operários, na cidade e no campo, na indústria, agricultura, comércio e outras atividades produtivas e administrativas. Os operários e os camponeses ganharam cada vez mais força política, por sua organização, conscientização e atividade. Por dentro e por fora do populismo, nos sindicatos urbanos e rurais, nas ligas camponesas, junto às igrejas, nos partidos, sob várias formas, o proletariado e o camponato realizaram um grande avanço político nas décadas anteriores ao golpe de 1964, em particular nos anos 1961-1964, quando se desenvolve e agrava a crise do populismo. Sob vários aspectos, pois, o golpe de 1964 e a ditadura militar organizada desde então foram uma resposta contrarrevolucionária, da grande burguesia financeira e monopolista, ao ascenso político dos operários e camponeses.

A rigor, esse enfrentamento político entre o proletariado e o camponato, por um lado, e a burguesia nacional e estrangeira, por outro, com a participação, ao lado dessa, de

setores da classe média, da igreja, latifundiários, militares, policiais e o imperialismo, adquiriu um significado complexo, menos evidente à primeira vista, mediatizado, porque nos anos 1961-1964 se assinalaram dois processos muito importantes, combinados, que tornaram a situação ainda mais complicada. Por um lado, caíram de modo rápido a taxa de inversões e a taxa de renda *per capita*. Isso unificou bastante os vários setores da burguesia, incluindo-se aí nacionais e estrangeiros, grandes, médios e pequenos. Por outro lado, desenvolveu-se, simultaneamente, uma séria crise do poder burguês. O Estado burguês entrou em crise, junto com a crise econômica, devido às controvérsias entre setores burgueses, às pressões do imperialismo contra o populismo, o nacionalismo econômico, a politização dos trabalhadores, e, principalmente, devido ao ascenso político de operários e camponeses. Nesse contexto foi que se organizou o novo bloco de poder e o golpe de Estado, a ditadura de cunho fascista, sob o mando da grande burguesia financeira e monopolista. Em 1961-1964, quando os operários e os camponeses passaram a atuar como classes, com propostas políticas cada vez mais próprias e firmes, a grande burguesia reage com o golpe, a ditadura e a organização de um Estado fascistoide.

As forças revolucionárias vêm adquirindo no Brasil, sobretudo a partir da última grande guerra, um impulso considerável. Não somente em termos de agregação e acumulação de potencialidades, mas ainda de consciência coletiva do processo em curso e em que tão claramente se evidencia a necessidade de reformas substanciais e profundas de nossas estruturas políticas, econômicas e sociais. A consciência revolucionária tem hoje no Brasil – e isso já vem de data relativamente afastada, e ganhando terreno dia a dia – considerável projeção. Não é por acaso nem por simples exibicionismo que o golpe de 1º de abril de 1964 se enfeitou do nome de

‘revolução’. É que seus promotores sabiam, como sabem da ressonância popular dessa expressão e da penetração que tem em largas camadas da população brasileira. E a par dessa consciência revolucionária, as contradições iminentes na vida brasileira já atingem uma tal agudeza que não há mais como disfarçá-las, e muito menos com alguns retoques de superfície, como se faz patente com as medidas que vem adotando o governo saído do golpe de abril.¹

Em 1961-1964, criou-se no Brasil uma situação pré-revolucionária, no sentido de que avançou bastante a politização dos trabalhadores, principalmente operários e camponeses, ao mesmo tempo que enfraqueceu, também bastante, o poder burguês. As classes dominantes, em sentido amplo, dividiram-se: alguns setores apoiavam o presidente Goulart (portanto, o Poder Executivo); outro setor concentrava a sua força no Poder Legislativo; outro, ainda, trabalhava ampla e ostensivamente na organização do golpe de Estado. É óbvio que os vários setores das classes dominantes, que estavam formando o núcleo do novo bloco de poder, também estavam presentes nas esferas do governo e do Legislativo, além da sua ampla penetração no Poder Judiciário. A despeito disso, no entanto, enfraquecia-se bastante o poder burguês, devido à crise econômica e política e ao ascenso político das classes subalternas, principalmente o proletariado e o campesinato. Foi nesse contexto que se articularam e desenvolveram os laços de um bloco de poder criado por fora e por dentro do governo, por fora e por dentro do populismo, composto de civis, militares e policiais, sob o comando da grande burguesia. Tratava-se de recuperar e desenvolver a força do

¹ Caio Prado Jr., *A revolução brasileira*, Editora Brasiliense, São Paulo, 1966, p. 20-21.

poder burguês, pelo controle e militarização do aparelho estatal. Mas tratava-se, ao mesmo tempo e principalmente, de bloquear, ou destruir, o ascenso político da classe operária e do campesinato. Aliás, como indício inegável da conjuntura pré-revolucionária, foram numerosos os grupos de operários, camponeses, empregados, funcionários, estudantes e outras categorias sociais que se dispuseram a pegar em armas para garantir o governo constitucional contra o golpe de Estado. Muitos trabalhadores da área de Brasília, os candangos, “manifestaram concretamente sua vontade de ir à luta em defesa de Goulart”.² Conforme disse Gregório Bezerra ao governador Miguel Arraes, em Pernambuco, 1964, referindo-se aos trabalhadores rurais, “essa massa está disposta a lhe defender mas não tem armas”. Em seguida, comentou que “em 1964 tive muita gente para a luta mas não tive armas”. E fez ainda a seguinte observação: “Naquele momento meu modo de pensar era de que qualquer foco de resistência que durasse um dia ou dois deflagraria outros e talvez não se consolidasse o golpe que acabava de ser dado”.³

De fato, em 1961-1964 ocorreu uma profunda e fecunda crise de hegemonia. O bloco de poder polarizado em torno do populismo, do governo populista, entrava em crise bastante séria, provocando o enfraquecimento do Estado burguês. Ocorria o ascenso político (organização, mobilização, conscientização, luta etc.) dos operários e camponeses. As massas se transformaram em classes, no sentido de categoria social organizada, consciente e ativa. As classes subalternas

² Assis Tavares, “Causas da derrocada de 1º de abril de 1964”, *Revista Civilização Brasileira*, n. 8, Rio de Janeiro, 1966, p. 9-33; citação da p. 24.

³ Gregório Bezerra, entrevista ao *Pasquim*, n. 500, Rio de Janeiro, 26 de janeiro de 1979, p. 10-21; citação da p. 20.

transformavam-se em classes hegemônicas, no sentido de compreender os seus interesses especiais e a dinâmica dos interesses das outras classes, da sociedade. Foi nesse contexto que se desenvolveu, por dentro da crise econômica e política, uma crise de hegemonia. As classes subalternas ganhavam força política e começavam a fazer propostas e lutar no sentido da transformação das estruturas sociais. Nessa época, as opções capitalismo dependente, capitalismo nacional, socialismo por via pacífica e socialismo por via revolucionária tornaram-se bastante reais, ainda que em distintas gradações, como possibilidades do processo político. O golpe de Estado concretizou a vitória da opção capitalismo dependente, amplamente determinado pelo grande capital financeiro e monopolista.

A rigor, em perspectiva histórica ampla, a ditadura militar configura uma dupla contrarrevolução. Por um lado, é uma contrarrevolução no sentido de golpe de Estado e reação contra as classes operária e camponesa. Nesse sentido, rompe e destrói amplamente todo um vasto, lento e sistemático processo de ascenso político das classes oprimidas, operários da indústria, operários do campo, camponeses, empregados e funcionários pobres. Foi toda uma época de avanço político, organizatório, de conscientização e luta que se interrompeu com o golpe e a ditadura. Por outro lado, toda a reação burguesa e fascistoide havida desde 1964 assinala também uma contrarrevolução burguesa, contra a própria democracia burguesa. O assalto ao poder constitucional, representado pelo governo do presidente João Goulart, representou também, em termos jurídico-políticos e econômicos, em termos ideológicos e práticos, a destruição das prerrogativas da sociedade civil, da cidadania, da classe operária e outras, que

havia sido conquistadas, ainda que limitadamente, entre 1946 e 1964. Sob esses aspectos, pois, o golpe de Estado de 1964 e a ditadura desenvolvida desde então representaram os desdobramentos de uma dupla contrarrevolução.

O golpe de Estado e a ditadura assinalam todo um processo de restabelecimento do poder e da força do Estado burguês, que se havia debilitado bastante em 1961-1964. O aparelho estatal foi submetido a planos, programas e projetos de “modernização”, em termos de suas atividades econômicas, políticas, militares, policiais, culturais e outras. Em âmbito ideológico e prático, jurídico-político e econômico, público e privado, militar-policial e civil, sob vários aspectos, o Estado burguês ganhou poder e força. Na prática, o fortalecimento do Estado se deu junto com o fortalecimento do bloco de poder, ao mesmo tempo que a ditadura transformava o Estado em um órgão atrelado principalmente aos interesses da grande burguesia financeira e monopolista. Foram as atividades do aparelho estatal, no âmbito da política salarial e sindical; dos incentivos e favores à concentração e centralização do grande capital; da “modernização” do sistema de ensino; da expansão do capitalismo no campo; da contrarreforma agrária na Amazônia, Nordeste, Sul e outras partes do país; da repressão econômica, política e cultural – foram essas e muitas outras políticas governamentais que concretizaram e desenvolveram o poder e a força do Estado burguês desde 1964. Ao mesmo tempo que se fortalecia e desenvolvia o bloco de poder, o Estado burguês adquiria novas dimensões e novo alento. Também nesse sentido a ditadura é a expressão mais visível da contrarrevolução em curso na sociedade brasileira desde 1964. A máquina do Estado e o caráter fundamentalmente repressivo do poder

estatal são fortalecidos nesses anos, como produtos e condições da contrarrevolução em marcha.

O bloco de poder que se instala no controle do aparelho estatal, na prática, está atuando sob a influência dos interesses da grande burguesia financeira e monopolista. Juntamente com o capital financeiro e monopolista, estrangeiro e nacional, em geral articulados organicamente, vários são os grupos e classes sociais que se organizaram em poderoso bloco de poder; bloco de poder poderoso em termos econômicos, políticos, militares e policiais. Sob a influência da burguesia imperialista, atuando de maneira direta, por seus membros, ou indireta, por seus gerentes e técnicos, o bloco de poder adquiriu a sua fisionomia e os seus movimentos, o sentido e a direção. Tanto passou a influenciar, de forma decisiva, as diretrizes da economia política como garantiu o acesso do Estado brasileiro às fontes internacionais, públicas e privadas, de recursos. Naturalmente, a burguesia estrangeira (industrial, bancária, comercial) beneficiou-se também da cumplicidade e associação com a burguesia nativa. Desenvolveu-se uma acentuada convergência de interesses entre elas, convergência essa facilitada, ou desenvolvida, pelos gerentes, técnicos, burocratas, tanto das próprias empresas estrangeiras e nacionais como dos órgãos estatais. Um conglomerado de burguesias e tecnocracias nacionais e estrangeiras (com apoio, solidariedade, ou cumplicidade, de militares, policiais, latifundiários, setores da igreja e da classe média) articulou e dinamizou o poder estatal, o modelo econômico, o milagre brasileiro, a doutrina de segurança e desenvolvimento, ou a exploração e a opressão de operários e camponeses. As razões do Estado, do bloco de poder, do imperialismo e do grande capital financeiro e monopolista

dominaram a sociedade civil, principalmente a classe operária da cidade e do campo e o campesinato. Assim, o que está por dentro da ditadura militar é a ditadura da grande burguesia financeira e monopolista.

Primeiro ela visa, acima de tudo, preservar e fortalecer as condições econômicas, socioculturais e políticas através das quais ela pode manter-se, renovar-se e revigorar-se, de maneira a imprimir ao poder burguês, que ela contém, continuidade histórica e o máximo de eficácia. Segundo, ela visa ampliar e aprofundar a incorporação estrutural e dinâmica da economia brasileira no mercado, no sistema de produção e no sistema de financiamento das nações capitalistas hegemônicas e da ‘comunidade internacional de negócios’, com o objetivo de garantir o máximo de continuidade e de intensidade aos processos de modernização tecnológica, de acumulação capitalista e de desenvolvimento econômico, e de assegurar ao poder burguês meios externos acessíveis de suporte, de renovação e de fortalecimento. Terceiro, ela visa preservar, alargar e unificar os controles diretos e indiretos da máquina do Estado pelas classes burguesas, de maneira a elevar ao máximo a fluidez entre o poder político estatal e a própria dominação burguesa, bem como a infundir ao poder burguês a máxima eficácia política, dando-lhe uma base institucional de autoafirmação, de autodefesa e de autoirradiação de natureza coativa e de alcance nacional.⁴

Mas o bloco de poder instalado no aparelho estatal não conseguiu desenvolver e consolidar a sua hegemonia. Por algum tempo, em especial durante os anos de sucesso da política econômica, em 1968-1973 houve razoável apoio político à ditadura, por parte de toda a burguesia, militares, policiais, oligarquias regionais e setores de classe média. Ao lado do sucesso da política econômica, de alta concentração

⁴ Florestan Fernandes, *A revolução burguesa no Brasil*, Zahar Editores, Rio de Janeiro, 1975, p. 304.

e centralização do capital, apoiada na superexploração de operários e camponeses, a indústria cultural do imperialismo criou a ilusão do “milagre econômico”, da “segurança” com “desenvolvimento”. Mas já durante esses anos desenvolverem-se e agravaram-se as contradições sociais, o que solapou e destruiu algumas das bases da hegemonia do bloco ditatorial. Logo, desde 1974, ficou cada vez mais evidente a crise de hegemonia em que passou a debater-se o bloco de poder constituído sob a aparência da ditadura militar. A classe média, a igreja, a pequena burguesia, militares, burocratas e tecnocratas, vários setores sociais distanciaram-se do bloco de poder; ou passaram a manifestar as suas discordâncias com a economia política da ditadura. A classe operária e o campesinato, que jamais deram qualquer crédito à ditadura, puderam começar a contar com o apoio ou a aliança de setores de outras classes sociais. Foi assim que se formou e desenvolveu a crise de hegemonia, que está na essência da crise da ditadura desde 1974, em escala cada vez mais larga e funda.

Desde o começo, a ditadura foi, ao mesmo tempo, militar e burguesa.⁵ Esteve, simultaneamente, marcada pelas razões do poder militar e pelas razões do capital monopolista. Essa duplicidade do poder estatal aparece, de forma clara, na sequência das políticas adotadas pelos vários governos. Todos se guiam pela doutrina de “segurança e desenvolvimento”, que expressa, ideológica e praticamente, as duas conotações predominantes da ditadura. Em todos os governos militares, a política econômica é formulada por tecnocratas

⁵ A propósito dos anos iniciais da ditadura, em 1964-1968, consultar Carlos Castelo Branco, *Os militares no poder*, 2 vols., Editora Nova Fronteira, Rio de Janeiro, 1976 e 1977.

que se colocam, de modo claro, na perspectiva do capital monopolista, em nome da “livre empresa”, das “forças do mercado”, do “desenvolvimento econômico”, da “reversão de expectativas”, do “crescimento do bolo”, do “modelo brasileiro de desenvolvimento”, do “Brasil Potência” e muitos outros artifícios da ideologia dos governantes. No governo do marechal Humberto de Alencar Castello Branco (1964-1967), a política econômica foi conduzida principalmente pelo ministro do Planejamento, o economista e professor Roberto de Oliveira Campos. Os governos seguintes, do marechal Arthur da Costa e Silva (1967-1969) e do general Emilio Garrastazu Médici (1969-1974), tiveram como principal técnico da área econômica o economista e professor Antonio Delfim Netto, como ministro da Fazenda. Depois, durante os governos do general Ernesto Geisel (1974-1979) e general João Baptista Figueiredo (iniciado em março de 1979), a política econômica passou a ser conduzida principalmente pelo economista e professor Mário Henrique Simonsen, como ministro da Fazenda, inicialmente, e do Planejamento, depois. Em 1979, devido ao agravamento da crise da economia política da ditadura (em decorrência do novo ascenso político das classes assalariadas, principalmente do proletariado urbano e rural, e também por causa do agravamento da crise do capitalismo mundial), Simonsen foi levado a sair do Ministério, em cujo lugar entrou de novo Delfim Netto. A duplicidade do poder aparece na sequência das políticas econômicas, trabalhistas, salariais, agrárias, educacionais, culturais, geopolíticas e outras.

Mas não se trata, simplesmente, de uma ditadura militar a serviço do poder da burguesia; nem de uma ditadura da burguesia a serviço do poder militar. É verdade que sempre

houve esses e outros arranjos, contraditórios ou não. Inclusive os arranjos entre o poder militar e o poder econômico modificaram-se ao longo dos anos. Aliás, sempre foram complexas e contraditórias as relações entre essas duas dimensões principais da ditadura. Tanto assim que aí está uma das bases da crise que atingiu, por dentro, essa mesma ditadura. Uma das mais prováveis razões do paradoxo de uma ditadura que se propõe a “distensão”, a “abertura lenta e gradual” e outras medidas destinadas a rearranjar as relações entre o Estado e a sociedade, uma dessas razões é a contradição gerada nas relações entre o poder militar e o poder econômico. A outra, obviamente mais importante, é o crescente divórcio entre as tendências da sociedade civil e as do Estado ditatorial, já que esse foi posto a serviço do capital monopolista, sob o mando do imperialismo. Mas há ainda outra razão, fundamental para explicar o paradoxo de uma ditadura que propõe a “abertura política” ou a restauração de um “Estado de direito” burguês. Trata-se do crescente antagonismo de classes, principalmente do descontentamento e revolta do proletariado e campesinato, as maiores vítimas. Também é conveniente observar que tanto o antagonismo de classes como o divórcio entre a sociedade e o Estado não apareceram aos governantes e seus funcionários de modo claro. Os próprios desencontros entre o poder militar e o poder econômico não surgem com clareza para os governantes e seus funcionários. Nem por isso, no entanto, esses diversos antagonismos deixam de atuar, desenvolver-se. De qualquer modo, a dualidade de poder – militar e burguês, nacional e estrangeiro, armado e civil – é também o conteúdo da doutrina de “segurança e desenvolvimento”, como ideologia e prática.

É desse modo que “segurança e desenvolvimento” aparece como a última metamorfose de “ordem e progresso”, como a última configuração da contrarrevolução burguesa. Os dois lemas, cada um no seu tempo, mais ou menos armados, expressam a essência da contrarrevolução burguesa que se realiza no Brasil ao longo de muitas décadas, sempre contra o povo: os trabalhadores, os humilhados e ofendidos da cidade e do campo. Trata-se de dominar, ou suprimir, as peculiaridades, as diferenças, os debates, as controvérsias, no nível político, para garantir a realidade da dominação e exploração dos trabalhadores, dos operários e camponeses. Por isso, falar em classes e luta de classes passa a ser crime para os militares, tanto quanto para a grande burguesia, conforme estabelece a Lei de Segurança Nacional (LSN) da ditadura. Para garantir a continuidade da exploração e superexploração dos trabalhadores urbanos e rurais, principalmente operários e camponeses, os governantes pisam e repisam a doutrina de que todos são iguais: explorados e exploradores, burgueses e operários, civis e militares, brancos, negros, mulatos, índios e mestiços, e assim por diante. Em nível ideológico, ou jurídico, simplesmente suprimem-se as diferenças reais, por meio das constituições, atos institucionais, leis de segurança nacional e outros instrumentos jurídico-políticos outorgados.

Assim, as três versões da Lei de Segurança Nacional baixadas pela ditadura (1967, 1969 e 1978) incluem na categoria de crimes contra a segurança nacional as atividades políticas, as discussões ou mesmo publicações que revelem “facciosismo ou inconformismo político-social”, ou induzam à “animosidade” entre as “classes sociais”, entre essas e as “forças armadas” ou entre as classes sociais e os poderes constituídos. Note-se que a mesma ideologia fascista que

procura negar as contradições sociais é obrigada a reconhecê-las, para negá-las. Afirma a existência e a importância das classes e contradições de classes, ao mesmo tempo que procura suprimi-las nas formulações ideológicas que aparecem nas proclamações e ordens do dia.

Respondei à pregação de luta de classes com o espírito de cooperação entre os homens que leva à construção de uma sociedade próspera, harmônica e justa.⁶

Na prática, ao lado das especificidades do poder militar, por um lado, e do poder burguês, por outro, há um amplo espaço de cooperação, solidariedade e cumplicidade entre o poder militar, enquanto poder político, e o poder burguês, enquanto poder econômico. São frequentes as ocasiões em que um e outro aparecem com uma fisionomia só, e não como um deus bicéfalo, dúplice. É muito expressivo disso tudo o fato de que o general João Baptista Figueiredo, no exercício do governo desde 1979, fale como militar a uma nação cuja maioria é composta de civis, paisanos. Ao mesmo tempo que adota políticas que favorecem ao grande capital, ao imperialismo, à grande burguesia financeira e monopolista, ao bloco de poder que formou e garante a ditadura, fala como militar.

Nenhuma outra profissão exige das pessoas que a abraçam tanto desprendimento e tanta dedicação. Tanta desambição e tanto sacrifício – pessoal e da família. Nenhuma outra, ainda, forma amizades tão sólidas e duradouras.⁷

⁶ General-de-divisão Alacyr Frederico Werner, conforme transcrição feita em “General alerta para ação de comunistas”, *O Estado de S. Paulo*, São Paulo, 18 de dezembro de 1979, p. 5.

⁷ General João Baptista Figueiredo, “Quero uma democracia real”, *O Estado de S. Paulo*, São Paulo, 22 de dezembro de 1979, p. 5.

Essa integração do poder militar com o poder econômico da grande burguesia nacional e estrangeira teve razoável desenvolvimento nos anos 1961-1964, quando se preparou o golpe de Estado contra o presidente constitucional João Goulart. A essa época, o Instituto de Pesquisas e Estudos Sociais (Ipes), o Instituto Brasileiro de Ação Democrática (Ibad), a Tradição, Família e Propriedade (TFP) e outras organizações mais ou menos visíveis da grande burguesia atuavam com a participação ostensiva ou discreta do imperialismo e desenvolviam a associação e a cumplicidade entre os poderes militar e econômico.⁸ Em seguida, à medida que se consolidava a ditadura, desenvolvia-se e consolidava-se uma espécie de *complexo industrial-militar* que, por sua vez, iria alimentar e alimentar-se na ditadura. Logo em abril de 1964 criou-se o Grupo Permanente de Mobilização Industrial, para dar continuidade à colaboração, que já vinha ocorrendo anteriormente, entre “as classes produtoras e as Forças Armadas”.⁹ Desde essa ocasião, cresceu muito a integração entre o poder militar e o econômico. Na prática, a produção de armamentos reforçou e desenvolveu a associação e a cumplicidade entre o poder estatal e o poder da grande burguesia financeira e monopolista, no âmbito da economia política da ditadura. Assim, desde que essa se

⁸ Eloy Dutra, *Ibad, Sigla da corrupção*, Editora Civilização Brasileira, Rio de Janeiro, 1963; Instituto de Pesquisas e Estudos Sociais (Ipes), *O governo e a empresa privada no processo de desenvolvimento*, São Paulo, 1964; “As sombras do Ibad”, *Veja*, n. 445, São Paulo, 1977, p. 3-6; Hermano Alves, “O mapa da mina”, *Correio da Manhã*, Rio de Janeiro, 20 de novembro de 1964, p. 6.

⁹ Rafael Noschese, discurso, “Instalado na Fiesp o Grupo Permanente de Mobilização Industrial”, *O Estado de S. Paulo*, São Paulo, 1º de maio de 1964, p. 24. Consultar também “Brasil vende armas”, *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, 10 de outubro de 1979, p. 18; José Casado, “O Brasil vai à guerra”, *Coojornal*, n. 45, Porto Alegre, setembro de 1979.

instalou, o complexo industrial-militar tornou-se uma realidade, produto e condição da fisionomia e movimento do bloco de poder que passou a dominar a sociedade brasileira.

A contrarrevolução burguesa embutida no golpe de Estado de 1964 e na ditadura militar formada desde essa ocasião expressa o desenvolvimento e – talvez – o encerramento da revolução burguesa no Brasil. Vistos em perspectiva histórica ampla, o golpe e a ditadura assinalam não apenas uma ruptura drástica e brutal do processo democrático burguês na história recente da sociedade brasileira, mas assinalam também o que pode ser uma manifestação derradeira do tipo de predomínio que a burguesia nacional e imperialista tem conseguido manter sobre o povo, a sociedade civil, o cidadão e, principalmente, os operários e camponeses.

Na prática, toda a história política da sociedade brasileira é uma larga história da contrarrevolução burguesa embutida na formação e desenvolvimento da sociedade civil e do Estado nacional. Toda a história do relacionamento do Estado com a sociedade, com o cidadão, principalmente com os trabalhadores rurais e urbanos, lavradores e operários, negros, índios, mestiços e brancos, imigrantes e nacionais, no Nordeste e no Centro-Sul, na Amazônia e no Oeste, em todos os lugares, toda essa história é uma história de opressão e exploração, na qual o Estado – mais ou menos militarizado ou civil – é posto a serviço dos interesses da burguesia estrangeira e nacional. Canudos, Contestado, Lampião, Trombas do Formoso, Xambioá; ou a Abolição da Escravatura, a Proclamação da República, a grande greve operária realizada em São Paulo em 1917, os movimentos democráticos populares, operários e camponeses, ao longo das décadas do século XX, o golpe de Estado de 1937, o golpe

de Estado de 1954 (suicídio de Vargas), o golpe de Estado de 1964, o golpe de Estado de 1968 (quando foi promulgado o Ato Institucional n. 5), a farsa da anistia política em 1979, a criação de partidos políticos por via ditatorial em 1979, são muitos e numerosos os fatos que atestam o caráter autoritário ou ditatorial, militarizado ou não, do modo pelo qual a burguesia e o imperialismo têm levado o Estado a dominar, oprimir e explorar o povo, principalmente os operários urbanos, os operários rurais e os camponeses. Essa é a história do significado ideológico e prático do lema “ordem e progresso” recriado pela ditadura militar de 1964 no lema “segurança e desenvolvimento”. Essa é a história da opressão de amplos setores da sociedade civil, da maioria dos cidadãos, da totalidade dos operários e camponeses, em face de um Estado em geral atrelado ao grande capital financeiro e monopolista. Essa é a história da contrarrevolução burguesa no Brasil, no sentido de revolução de cima para baixo, revolução conservadora, “modernizante” e reacionária, sem compromissos com o povo, os trabalhadores da cidade e do campo, operários e camponeses. Trata-se de um paradoxo – revolução sem revolução – tornado possível pela importância, força e atuação do imperialismo. Ao associar-se aos setores agrários, empresariais e latifundiários, e urbanos, industriais, comerciais e bancários, o imperialismo sempre conseguiu incutir o sentido e a direção, a fisionomia e o movimento do Estado, autoritário ou ditatorial, na história da sociedade brasileira. Diante dos movimentos populares, rurais e urbanos, operários e camponeses, no messianismo, cangaço, associações de trabalhadores, ligas camponesas, sindicatos rurais, sindicatos urbanos, seitas, igrejas, partidos, em muitas organizações, próprias ou emprestadas, diante dos movimentos populares,

a burguesia nacional e estrangeira sempre reagiu de cima para baixo, de forma opressiva, repressiva, brutal. Tanto no passado mais distante, no século XIX, como no presente, sob o Estado criado com o golpe de 1964. Ao longo de toda essa história, o povo brasileiro, principalmente os operários e camponeses, esteve submetido à ideologia e prática dos lemas “ordem e progresso”, “segurança e desenvolvimento”, “ordem e desenvolvimento”, “segurança e progresso”, “ordem e segurança” ou “progresso e desenvolvimento”.

Fernandes: Desde que se propunham o ‘desenvolvimento’ e a ‘revolução dentro da ordem’ que são compatíveis com o capitalismo dependente, as classes burguesas buscam a única revolução nacional por que podem lutar em tais condições, a qual consiste em consolidar o poder burguês através do fortalecimento das estruturas e funções nacionais de sua dominação de classe. O que entra em jogo, portanto, não são as compulsões igualitárias (por mais formais e abstratas que sejam) de uma comunidade política nacional, mais ou menos complexa e heterogênea. Mas o alcance dentro do qual certos interesses especificamente de classe podem ser universalizados, impostos por mediação do Estado a toda a comunidade nacional e tratados como se fossem ‘os interesses da nação como um todo’. Literalmente, pois, revolução nacional significa, em semelhante contexto histórico-social e político: 1) integração horizontal, em sentido e em escala nacionais, dos interesses das classes burguesas; 2) probabilidade de impor tais interesses a toda a comunidade nacional de modo coercitivo e “legítimo” [...].

Configura-se, assim, um despotismo burguês e uma clara separação entre *sociedade civil* e *nação*. Daí resulta, por sua vez, que as classes burguesas tendem a identificar a dominação burguesa com um direito natural ‘revolucionário’ de mando absoluto, que deve beneficiar a parte ‘ativa’ e ‘esclarecida’ da *sociedade civil* (todos os que se classificam em e participam da ordem social competitiva); e, simetricamente, que elas tendem a reduzir a *nação* a um ente abstrato (ou a uma *ficção*

legal útil), ao qual só atribuem realidade em situações nas quais ela encarne a vontade política da referida minoria ‘ativa’ e ‘esclarecida’.¹⁰

Coutinho: O regime de exceção vigente é ‘apenas’ a expressão atual – uma expressão extrema e radicalizada – de uma tendência dominante na história brasileira. Refiro-me ao caráter elitista e autoritário que assinalou toda a evolução política, econômica e cultural do Brasil, mesmo em breves períodos ‘democráticos’.

Como já foi assinalado várias vezes, as transformações políticas e a modernização econômico-social no Brasil foram sempre efetuadas no quadro de uma ‘via prussiana’, ou seja, através da conciliação entre frações das classes dominantes, de medidas aplicadas ‘de cima para baixo’, com a conservação essencial das relações de produção atrasadas (o latifúndio) e com a reprodução (ampliada) da dependência ao capitalismo internacional; essas transformações ‘pelo alto’ tiveram como causa e efeito principais a permanente tentativa de marginalizar as massas populares não só da vida social em geral, mas sobretudo do processo de formação das grandes decisões políticas nacionais.¹¹

Debrun: Em relação à direita, eu acredito que se ela não construiu novas sínteses originais foi precisamente porque não teve que lutar pela hegemonia intelectual. E isso graças ao esmagamento da sociedade civil. Podemos verificar que a direita imaginou que o pensamento autoritário estava comprovado pelos fatos. Na medida em que os tecnocratas civis e militares não experimentavam, por várias razões, uma resistência insuperável por parte de nenhum setor da sociedade civil, a conclusão mais fácil para a imensa maioria deles foi a de que a sociedade era exatamente como Oliveira Vianna a tinha descrito. Ou seja, uma matéria amorfa que tinha que ser organizada de cima para baixo.

¹⁰ Florestan Fernandes, *A revolução burguesa no Brasil*, Zahar Editores, Rio de Janeiro, 1975, p. 301-302.

¹¹ Carlos Nelson Coutinho, “A democracia como valor universal”, *Encontros com a Civilização Brasileira*, n. 9, Rio de Janeiro, 1979, p. 33-47, citação da p. 41.

Esse pensamento era um pensamento tão natural, entre aspas, em função do resultado da própria práxis desses tecnocratas civis e militares, que ele nem tinha que ser muito formulado. Evidentemente, lendo artigos, declarações e discursos, pode-se ver este pensamento aflorar discretamente e implicitamente entre as linhas. Mas não havia necessidade de uma grande síntese intelectual, porque o pensamento para estes homens deixava de se apresentar como simples pensamento para se transformar em constatação mera e simples da realidade.

Evidentemente que eles chegavam a esta constatação esquecendo, voluntária ou involuntariamente, outros fatores que se bem analisados teriam mostrado, mesmo naquele momento, o dinamismo da sociedade. Ou pelo menos uma germinação, uma efervescência da sociedade civil.

Assim, eles não iam além daquilo que eu chamo de aparência bem fundamentada. É muito difícil para esses homens, em postos de comando, como o Delfim Netto da primeira época, conceber que a sociedade brasileira não fosse uma matéria dúctil.¹²

Sob vários aspectos, pois, a ditadura instalada em 1964 se constitui numa forma especial, particularmente repressiva, espoliativa e brutal, de desenvolvimento da contrarrevolução no Brasil. Contrarrevolução em dois sentidos. Por um lado, contra as conquistas democrático-burguesas realizadas ao longo dos anos 1946-1964. Por outro, contra o ascenso político da classe operária e do campesinato, que começavam a delinear a fisionomia da revolução socialista ao longo desses mesmos tempos e, com maior clareza, em 1961-1964.

¹² Michel Debrun, "Pensar, pensamos. Mas..." , *Folhetim*, n. 142, São Paulo, 7 de outubro de 1979, p. 5-6; citação da p. 5.

XVI – LUTAS POPULARES

Como uma das formas assumidas pela contrarrevolução burguesa no Brasil (na qual se destacam a persistência e a alternância do Estado autoritário e ditatorial, civil, militar e civil-militar), a ditadura é a contrapartida da luta das classes subordinadas e superexploradas contra o domínio burguês e imperialista. Essa é uma longa história; a história de operários e camponeses, negros, mulatos, índios, mestiços, imigrantes, brancos, escravos, semiescravos e livres, nos séculos XIX e XX; que essa é a história da luta pela democracia.

A repolitização e o desenvolvimento político do povo brasileiro, principalmente de operários e camponeses, mas também de profissionais liberais, classes médias, empregados, funcionários, são processos que vêm de longe. A própria dominação burguesa e imperialista, ao agravar a exploração dos trabalhadores da cidade e do campo e reiterar as soluções golpistas, autoritárias e ditatoriais, civis e militares, tem provocado uma conscientização política especial entre

operários e camponeses. No campo, diferentemente da cidade. Mas para todos tem sido longa, larga e árdua a luta pela democracia, pela cidadania, pelas liberdades democráticas. A própria experiência populista parece ter sido uma experiência que se esgotou. Não há dúvida de que vários elementos do bloco de poder populista reaparecem no bloco de poder que cria e desenvolve a ditadura militar. Também nesse sentido a ditadura é uma das formas históricas assumidas pela contrarrevolução burguesa no Brasil. Ao mesmo tempo, no entanto, essa continuidade da dominação burguesa – desde a democracia populista à ditadura militar –, essa mesma continuidade do Estado autoritário e ditatorial desenvolve-se também como experiência política da classe operária e do campesinato. A revolução democrática que o povo brasileiro, principalmente os operários urbanos, os operários rurais e os camponeses, está realizando, ao longo da história da sociedade brasileira, apresenta avanços e recuos que somente se esclarecem quando vistos à luz da longa, tortuosa e brutal contrarrevolução desenvolvida pela burguesia brasileira, em associação com o imperialismo.

Vejamos agora, em forma breve, alguns aspectos dos seguintes problemas: a classe operária e o populismo; e as lutas sociais no campo. Assim podemos compreender mais algumas das atuações que a classe operária e o campesinato têm realizado, ao longo dos anos, no sentido de criar uma sociedade civil democrática, na qual o Estado não seja estranho e opressor, estranhado e conquistador; inimigo do povo.

Desde 1964, o populismo acabou. Se renascer, como pode renascer, será muito mais como manobra ou farsa. Se renascer, revelará muito mais abertamente o seu caráter de proposta política burguesa, visando orientar ou manipular

a força política das classes assalariadas, em especial dos operários da cidade e do campo. Eventualmente, poderá ser manipulado tanto pela ditadura em crise como pelo grande capital monopolista com sotaque europeu. Sob vários aspectos, o renascimento do populismo poderá ser absorvido no âmbito das manobras da ditadura, destinadas a garantir o predomínio dos interesses da grande burguesia monopolista na organização e atuação do “Estado de direito”.

Em 1964, a própria burguesia nacional, que se havia beneficiado politicamente do populismo, ajudou a dar o golpe final no governo populista. O golpe de Estado contra o governo do presidente João Goulart foi o resultado da mobilização política de forças do imperialismo, burguesia agrária, latifundiários, burguesia nacional e setores de classe média; visou bloquear a crescente politização e mobilização das classes assalariadas, particularmente dos operários urbanos e rurais, além de camponeses, estudantes, intelectuais e outros grupos sociais. Diante de uma conjuntura talvez pré-revolucionária, em desenvolvimento nos anos 1961-1964, na qual estavam amadurecendo as possibilidades de um amplo avanço popular no cenário político do país, a grande burguesia organizou o golpe de Estado. Esse golpe foi posto em marcha também com a colaboração (por omissões ou mesmo ativa) da “burguesia nacionalista”, que era aliada do governo Goulart e participava da máquina populista. A deposição desse governo realizou-se sem obstáculos maiores para as forças reacionárias e fascistas que se mobilizaram para evitar o ascenso popular no Brasil.

Desde que se formaram, nos anos 1930-1945, as primeiras bases do populismo, ou trabalhismo getulista, esse sempre revelou seu caráter de resposta política – positiva,

mas habilidosa, real, mas fluida, efetiva, mas retórica – às reivindicações dos assalariados urbanos, em especial operários. Nesses anos, Vargas conduziu a política trabalhista do governo – inclusive e principalmente durante a ditadura do Estado Novo (1937-1945) – no sentido de orientar ou manipular a força política do operariado em formação. Ao mesmo tempo, visava combater, submeter, reprimir ou suprimir os movimentos políticos que já se haviam desenvolvido bastante nos meios operários: anarquista, socialista, comunista, trotskista. Quando Vargas afirmou, em 1931, que o sindicato era o verdadeiro partido dos trabalhadores, estava anunciando uma primeira proposta básica do trabalhismo populista: aceitação e legitimação do sindicato pelo governo; incorporação do sindicalismo ao aparelho estatal burguês; institucionalização do peleguismo; rejeição dos partidos, movimentos políticos e sindicatos de esquerda, tanto os que já se encontravam organizados como os que poderiam organizar-se futuramente. Tudo isto foi concretizado principalmente na Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), de 1943. Estava em marcha outro elemento básico do trabalhismo populista de Vargas: o “pacto” de classes sociais. Sob o comando da burguesia nacional, ainda débil, mas ascendente, formava-se um pacto (tácito ou explícito, conforme a ocasião) reunindo setores de classe média, intelectuais, burocratas e tecnocratas do aparelho estatal e setores do operariado nascente. Essa aliança de classes, numa época de crise de hegemonia, era principalmente nacionalista, favorável ao desenvolvimento econômico capitalista nacional.

Em 1946, os mesmos interesses burgueses e trabalhistas, reunidos em torno de Vargas, criaram o Partido Trabalhista Brasileiro (PTB). Organizava-se o trabalhismo populista nos

moldes da democracia burguesa que se estava formando. De novo, tratava-se de manter a vida política operária organizada em sindicatos controlados por uma vasta burocracia, mesclada de burocracia pública e partidária: PTB, institutos de previdência social, sindicatos e Ministério do Trabalho. Tudo isso de modo a orientar ou manipular a força política da classe operária, e rechaçar a participação de socialistas, comunistas e outras correntes de esquerda na organização e atividade política da classe operária. Foi assim que entrou em nova fase o trabalhismo populista – também chamado populismo, ou getulismo – das forças burguesas que buscavam empolgar as reivindicações econômicas e políticas da classe operária.

Nos anos 1946-1960, com muitas oscilações, esse populismo se tornou muito mais complexo do que esperavam Vargas e os seus seguidores mais diretos. Surgiram tendências populistas por dentro e por fora, à esquerda e à direita da corrente principal; borguismo, juscelinismo, janguismo e outras. Nesses anos, ocorreram novos desenvolvimentos do capitalismo no Brasil. Foi proposto o Plano Salte, como instrumento de atuação do governo do marechal Dutra. Criaram-se o Banco do Nordeste, o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e a Petrobras, durante o segundo governo Vargas. Ao mesmo tempo, cresceu a presença do imperialismo, com a Missão Abbink, de 1949, e a deposição e o suicídio de Vargas, em 1954. Em 1956-1960, o populismo entrou amplamente nos quadros do governo do presidente Juscelino Kubitschek de Oliveira, que favoreceu a criação da indústria automobilística e provocou nova e profunda penetração do capital monopolista na economia brasileira. Foi essa a ocasião em que a grande burguesia detentora desse

capital ganhou força suficiente para propor-se a mudança dos rumos da política brasileira. Foi aí que o populismo começou a revelar algumas das suas limitações mais sérias, do ponto de vista da classe operária.

De fato, nos anos 1961-1964, que foram anos de crise econômica e política, a grande burguesia estrangeira, associada à burguesia nacional, ou ajudada por essa e outras forças políticas, inclusive o ademarismo, o janismo e outras, organizou e realizou o golpe de Estado de 31 de março de 1964. Nessa ocasião, o presidente Goulart, principal figura do trabalhismo, não se havia organizado para resistir ao golpe; não sabia o que estava para ocorrer, dizia-se. E os outros elementos do populismo também não puderam oferecer resistência. Aos grupos de operários, camponeses e outras categorias sociais que pediram armas para resistir ao golpe, nada responderam; ou disseram que não; que o povo não saberia como usá-las; que poderia usá-las de forma inadequada, fora de controle, independente. A burguesia que se havia beneficiado do populismo não estava interessada em arriscar uma luta que poderia transformar-se em revolução popular. Não queria um governo de base popular, muito menos de base operária. Aceitou o golpe de Estado. Golpe providencial, para certos setores do bloco populista, que estavam aflitos com o ascenso popular e operário no processo político brasileiro.

Ao longo dos anos de sua vigência, em 1930-1964, o populismo foi principalmente um movimento político nascido em meios burgueses, criado para orientar ou manipular a força política das classes assalariadas, em geral, e dos operários da cidade e do campo, em especial. Tratava-se de criar uma alternativa política organizada, com o objetivo de afastar

os operários dos movimentos de esquerda. A sua ideologia política falava em direitos dos trabalhadores, humanização do trabalho, paz social, harmonia entre o capital e o trabalho. Também falava em nacionalismo, desenvolvimentismo, industrialização etc., como se tudo isso fosse beneficiar, de modo automático, os interesses coletivos, todos, inclusive os operários. Na prática, o populismo, sob as suas formas getulista, juscelinista e janguista, resultou principalmente numa política de organização e mobilização de operários, num sistema burocrático que articulava o sindicalismo, o PTB e o Estado, por intermédio do Ministério do Trabalho. Foi uma vasta e complexa burocratização da vida política operária.

Mas os operários não se submeteram passivamente. Aproveitaram a máquina política do populismo para organizar-se, politizar-se. Avançaram na sua conscientização do processo político nacional. Não se limitaram às propostas do trabalhismo populista. Aproveitaram-se dele. Caminharam adiante. Beneficiaram-se também das contribuições de correntes de esquerda. A classe operária amadureceu por dentro e por fora do populismo, à revelia da ideologia da paz social, da harmonia entre o trabalho e o capital e outras palavras de ordem da burguesia. Compreendeu que os seus interesses de classe eram diferentes, antagônicos aos da burguesia. Aproveitando-se das experiências políticas da ocasião, e reaproveitando-se dos ensinamentos políticos das suas tradições de lutas, a classe operária avançou além dos limites burgueses e burocráticos do trabalhismo. Tanto que em 1961-1964 ela apresentou reivindicações e propostas que as cúpulas do populismo resolveram desconhecer, ou simplesmente bloquear. Quando alguns setores operários, camponeses e outros quiseram lutar contra o golpe de Estado, descobriram que o bloco populista

estava despreparado, confuso, omissos ou contra. Populismo, sim. Mas nada de operários e camponeses com força política, o que os tornariam classes sociais com poder de barganha e decisão. Isso não.

São várias as razões pelas quais o populismo, se reaparecer, com a queda da ditadura militar, poderá revelar-se como manobra ou farsa. Muito provavelmente revelará, de modo mais aberto, o caráter burguês da sua proposta. Vejamos agora, para finalizar, mais dois aspectos dessa questão.

Primeiro, a ditadura instalada em 1964 é uma ditadura da burguesia, a serviço do capital monopolista. Essa ditadura assinala o encerramento de uma época em que nenhuma das classes sociais presentes no processo político brasileiro revelava condições de impor-se às demais e ao conjunto da sociedade. Em 1930-1964, havia uma espécie de crise de hegemonia, que propiciou um pacto de classes sociais. Desde 1964, encerrou-se a época populista (getulista, juscelinista, janguista e outras conotações), enquanto uma época de aliança, tácita ou explícita, de classes sociais relativamente débeis. O golpe de 1964 inicia a época de predomínio econômico e político da grande burguesia monopolista. Isso significa que se desenvolveram condições econômicas e políticas mais delineadas, em termos das diferenças e antagonismos de classes. Modificaram-se as condições de relacionamento entre as classes, principalmente a burguesia e o operariado.

Segundo, modificaram-se as condições de trabalho e de vida da classe operária. Naturalmente, essas condições já se vinham alterando antes, principalmente desde a criação da indústria automobilística. Mas em 1980 a classe operária encontra-se numa situação que não pode ser comparada àquela na qual se encontrava antes do golpe. Agora ela é

mais numerosa, diversificada; estende-se por amplas áreas e regiões do país; tornou-se nacional, sob vários aspectos sociais; e é mais experiente, em termos políticos. Sofreu e sofre, muito mais, as políticas da ditadura do capital monopolista. Repolitizou-se, sob a pressão e a brutalidade das políticas da ditadura. Tem sido superexplorada, por meio do arrocho salarial, do intervencionismo sindical, da lei anti-greve, da repressão política, da manipulação de estatísticas por tecnocratas do aparelho estatal.

Em perspectiva histórica mais larga, foram profundas as transformações havidas na sociedade brasileira. E foram acentuadas ou aceleradas em certas ocasiões. Em geral, conjugaram-se conjunturas imperialistas e nacionais. Nessa perspectiva, ao mesmo tempo que as modificações estruturais em curso na sociedade brasileira favorecem a política de *massas*, também criam as condições para a política de *classes*. É assim que se forma, desenvolve e amadurece a classe operária, que tanto questionará o populismo como a ditadura militar.

Houve amplas e profundas transformações na sociedade brasileira, desde 1946, quando se reuniu a última Assembleia Nacional Constituinte. Desde essa época, desenvolveram-se a economia, como um todo, e a industrialização, em especial. O capital industrial ganhou preeminência sobre o conjunto da economia e tem provocado mudanças notáveis, inclusive na agricultura. Formaram-se grandes empresas industriais e agrícolas. Em outras palavras, desenvolveu-se amplamente a acumulação capitalista, que explica tanto a concentração da *renda* como o pauperismo. Juntamente com a expansão econômica, desenvolveram-se as classes sociais, na cidade e no campo. Houve uma espécie de reunifica-

ção das burguesias urbana e rural, nacional e estrangeira. Também os proletariados urbano e rural desenvolveram-se e reunificaram-se, como contingentes do proletariado brasileiro. O boia-fria do Estado de São Paulo e o peão da Amazônia pertencem à mesma classe operária nacional, que se desenvolveu e amadureceu ao longo das últimas décadas. Simultaneamente, acentuou-se a urbanização, com a expansão dos setores secundário e terciário da economia. Em 1940, a população rural alcançava cerca de 70% do total do país; em 1970 ela estava na faixa dos 43%. Ao mesmo tempo, entre 1940 e 1970, em termos de índices, a população operária na indústria de transformação passou de 100 para 353; e os operários de construção civil passaram de 10 para 674.¹ Em suma, transformou-se bastante a estrutura da sociedade. A sociedade brasileira de 1980 não é mais a de 1946.

Nessas décadas cresceu muito o poderio econômico e político da burguesia detentora do capital monopolista. O capitalismo monopolista, que já vinha determinando as tendências da economia brasileira em décadas anteriores, ganhou grande força e expansão desde o governo do presidente Kubitschek (1956-1960). Internalizou-se bastante na economia nacional. O Programa de Metas, realizado por esse governo, e o Programa de Ação Econômica Governamental (Paeg), adotado pelo governo do marechal Castello Branco, em 1964-1967, deram grande impulso ao capital monopolista baseado na empresa privada estrangeira. É verdade que houve crescimento da empresa privada nacional e também do setor produtivo estatal. Mas foi o grande capital mono-

¹ Braz José de Araújo, "Mudanças na estrutura social brasileira", publicado por J. A. Guilhaon Albuquerque, *Classes médias e política no Brasil*, Paz e Terra, Rio, 1977, p. 83-114.

polista, baseado nas multinacionais, que mais floresceu; e mais floresceu com o apoio econômico e político do poder estatal, ao longo dos anos 1964-1980. Daí as distorções econômicas e políticas de que padece o poder estatal no país, divorciando-se o Estado da sociedade civil. Os grupos e classes sociais subalternos tornaram-se indefesos, em face do poder econômico e político do capital monopolista.

Ao se investirem de poder para governar por meio de atos institucionais, atos complementares, decretos e portarias, os governos resultantes da deposição do presidente Goulart iniciaram e desenvolveram um novo ciclo de contradições no país: a) colocaram o Estado por sobre a sociedade civil, conferindo-se um poder político praticamente absoluto sobre os *cidadãos*, os grupos e as classes sociais, na cidade e no campo; b) por implicação, ou deliberadamente, tomaram a sociedade civil como incapaz de autogovernar-se, porque sujeita à corrupção e à subversão, porque sujeita aos “populistas”, “demagogos”, “carismáticos”; c) criaram as condições políticas do progressivo divórcio entre o Estado e a sociedade civil; desde o começo, o poder estatal foi posto como se pairasse acima das gentes. A crescente hipertrofia do Poder Executivo pouco a pouco alienou vários grupos e facções das classes que haviam colaborado na deposição do presidente Goulart. E acentuou-se ainda mais a distância entre o Estado e as diversas categorias sociais que não haviam apoiado a deposição desse presidente. A partir de 1975, parece que alguns setores da burguesia – talvez da burguesia nacional – começaram a rebuscar a sua identidade, tateando outra vez entre a ficção e a realidade da sua existência econômica e política.

Tanto pelo que havia de burguês e reacionário no bloco populista, quanto pela continuidade de vários elementos

desse bloco na ditadura militar, e pelo seu próprio amadurecimento como classe, por tudo isso, para a classe operária e o campesinato, o populismo somente terá continuidade como manobra ou farsa. As lutas operárias dos últimos anos e dos dias presentes mostram como a classe operária compreendeu toda essa história e como está reagindo às condições de superexploração que o capital monopolista lhe impôs. As greves e os movimentos políticos, que se multiplicaram e continuam a multiplicar-se pelos diversos centros urbanos e industriais do país, são uma demonstração concreta de que os operários desenvolveram uma compreensão política bastante clara e ampla, tanto dos seus problemas como dos problemas da sociedade. Foi assim que se repolitizou a classe operária.

Um pouco diferente, muito diferente, é a história das lutas sociais no campo. Essas lutas também são parte fundamental da revolução democrática que o povo brasileiro está realizando há décadas. Vejamos alguns dados sobre os anos recentes.

No Brasil, a democracia nunca chegou ao campo, nem como ensaio; apenas como promessa. O pouco que se fez no campo, em favor da democracia, foi e continua a ser o resultado das lutas de camponeses, operários rurais e índios. A burguesia agrária – composta de latifundiários e empresários, nacionais e estrangeiros – sempre impôs o seu mando, de forma mais ou menos discricionária, às populações camponesas, assalariadas e indígenas. No campo, a ditadura tem sido muito mais persistente, generalizada, congênita, do que na cidade. Os latifundiários e os empresários sempre impuseram os seus interesses, de forma mais ou menos brutal.

Mas essa situação começa a mudar novamente nos últimos anos. Talvez haja algo de novo ocorrendo no campo

brasileiro. São cada vez mais numerosos os acontecimentos nos quais índios, camponeses e operários agrícolas manifestam as suas reivindicações, os seus protestos, as suas lutas econômicas e políticas. São acontecimentos que já fazem parte fundamental das lutas sociais ocorridas nas últimas décadas na sociedade brasileira. O índio sempre luta para defender a sua terra, a sua cultura, o seu modo de vida. Às vezes a luta chega a provocar a morte de invasores de sua terra: grileiros, jagunços e outros elementos das *vanguardas* das frentes de expansão do capitalismo no campo. Em geral, o índio acaba sendo expropriado da sua terra, cultura e modo de vida. O camponês, principalmente o posseiro, lutou e continua a lutar pela sua terra, no Sudoeste paranaense; no Sul do Pará, inclusive depois de vencida a guerrilha do Araguaia nos anos 1970-1975; em Trombas de Formoso, em Goiás, nas lutas de posseiros liderados por José Porfírio; em Rondônia e muitas outras partes do país. As ligas camponesas, suprimidas pela ditadura instalada em 1964, são apenas uma das muitas e notáveis manifestações das lutas dos trabalhadores rurais. E os operários do campo – assalariados sob as mais diversas formas – estão em constante luta pela sindicalização, a defesa de melhores salários, transporte seguro e apropriado para gente, melhores condições de trabalho, garantias trabalhistas. Principalmente os volantes ou temporários – boias-frias, corumbas, clandestinos, paus-de-arara, peões e outros – empenham-se cada vez mais nessas reivindicações. São numerosas as realizações dos camponeses, operários e índios em suas lutas econômicas e políticas.

Três fatos ocorridos em 1978 – envolvendo posseiros, índios e trabalhadores volantes – colocam as lutas sociais no campo no contexto da luta pela democracia no Brasil.

Primeiro, a ditadura decidiu induzir a organização de cooperativas de trabalhadores volantes nos Estados de São Paulo e Paraná. Procurou forçar esses trabalhadores rurais a submeter-se a uma organização burocrática, criada de cima para baixo, à margem do sindicato, para servir aos interesses dos fazendeiros, latifundiários e usineiros, nas épocas de maiores demandas de força de trabalho. Essa política está sendo combatida e desmoralizada pelo próprio trabalhador volante. Ele não se interessa pela cooperativa. Sabe que há nessa iniciativa a implicação econômica e política de criar mais um órgão pelego para submeter o proletariado rural.

Segundo, o incidente havido na reserva indígena de Nonoai, no Rio Grande do Sul, recolocou a questão da luta pela terra por parte do índio e do trabalhador rural. A reserva, de índios Kaingang, estava sendo pouco a pouco invadida por famílias de trabalhadores rurais sem-terra. Em 1978 os índios resolveram expulsar esses posseiros. Nesse momento, entram em ação a Funai e o Incra. A Funai procura controlar os índios, inclusive fazendo-os aceitar de volta algumas das famílias de posseiros. E o Incra, em contato com negociantes de terras do Norte do Estado de Mato Grosso, procura induzir as famílias expulsas da reserva de Nonoai a migrar para um lugar chamado Chapada dos Guimarães, em Mato Grosso. Dessa maneira, o Incra consegue transformar mais um conflito de terras em negócio de terras, favorecendo a formação de empresas ou cooperativas de colonização, nas quais os posseiros são manipulados contra os seus interesses; submete-os à colonização dirigida. Muitas famílias reconhecem que, ao aceitar a promessa de formar lavouras na Amazônia, estarão ajudando a ditadura a escamotear a questão da reforma agrária. “Saindo, eu iria resolver o

problema do governo e iria criar um problema para mim e para minha família.” Por isso, muitos decidem ficar no Rio Grande do Sul. “Eu quero conseguir terra no Rio Grande.” Mesmo porque o governo desses Estados possui terras que poderiam ser entregues aos trabalhadores rurais: Fazenda Sarandi, Fazenda Sarandi-Anoni, Fazenda Santa Rita, Coudelaria Saican e Coudelaria Rincão.² A chamada colonização dirigida – oficial e particular – tem sido uma das formas de realizar a contrarreforma agrária no Brasil.

Terceiro, as populações indígenas mais organizadas decidiram lutar contra o projeto de falsa emancipação de índios e comunidades indígenas. Essas populações já sabem o que é a expropriação de sua terra, cultura e modo de vida. Por isso, logo compreenderam que por trás da *emancipação* estava a perda da tutela estatal, garantida pelo Estatuto do Índio, que é o único instituto ao qual essas mesmas populações podem apegar-se. Ao reduzir o âmbito da tutela estatal e facilitar a emancipação do índio e da comunidade indígena, a burocracia da Funai estava criando as condições finais para a expropriação e a destruição das condições de vida dessas populações. Por isso, vários grupos indígenas manifestaram-se contrários a essa política. A ditadura teve de ceder. Se não abandonou o projeto de falsa emancipação, ao menos por enquanto teve de engavetá-lo. Nem por isso, no entanto, a Funai deixa de atuar como um órgão estatal de cunho *humanitário*, sem força para defender o índio em face das pressões dos negociantes de terras representadas em órgãos estatais como o Incra, a Sudam e alguns outros.

² Najar Tubino, “Um novo tipo: o gaúcho-retirante”, *Coojornal*, n. 30, Porto Alegre, julho de 1978, p. 7-8.

Esses são apenas três dos numerosos fatos que atestam a continuidade da luta de camponeses, operários rurais e índios em busca de melhores condições econômicas e políticas de vida. Nesse sentido, a luta contra a ditadura está jogando uma batalha muito importante também no mundo agrário. Com frequência, as forças democráticas da cidade se esquecem disso; ao contrário dos governantes.

A questão da democracia no Brasil não é uma questão que se resolve apenas na cidade. Ela implica o campo, as classes sociais rurais. Mais do que isso, ela implica as relações e as influências recíprocas entre a cidade e o campo. O peso econômico e político da agricultura, na definição da fisionomia da formação social capitalista brasileira, precisa ser avaliado se queremos compreender as condições da criação de uma democracia no Brasil. É essa realidade que cria as possibilidades de alianças de classes urbanas e rurais.

Nesse sentido, é oportuno lembrar que a ditadura tem uma das suas principais bases na agricultura. A burguesia rural – composta de latifundiários e empresários, nacionais e estrangeiros – foi elemento ativo na preparação e execução do golpe de 1964. E a luta contra a reforma agrária, a liga camponesa e o sindicato rural foi uma das suas primeiras articulações golpistas.

Depois, à medida que se instala e desenvolve, esse Estado busca e rebusca as suas bases rurais. Abre *fronteiras* para latifúndio e a empresa rural. Cria favores e incentivos fiscais e creditícios para a formação e a expansão de empreendimentos capitalistas no campo. A Amazônia – com suas populações indígenas, sitiantes, caboclas, de posseiros e outros trabalhadores rurais – abre-se ao capital monopolista como uma vasta *fronteira*; converte-se num espaço de grandes negócios

funditários, em detrimento de camponeses, índios e operários do campo. A própria ditadura combate os posseiros, levando-os à proletarização e à lumpenização; apenas uns poucos são transformados em colonos, nos núcleos de colonização dirigida, oficial e particular, criados para obstar uma verdadeira reforma agrária. Também as populações indígenas são amplamente atingidas pela política de favorecimento da expansão intensiva e agressiva do capitalismo na região. Por exemplo, não se demarcam as terras indígenas, que passam ao controle de grileiros, latifundiários ou empresários. A Funai inclusive reduz ou transfere reservas indígenas, segundo as pressões dos negociantes de terras, exercidas no âmbito de órgãos estatais como o Incra, a Sudam e outros. Ao mesmo tempo, o governo impulsiona a exportação de produtos agrícolas, pecuniários, extrativos e de mineração, para atender às exigências do *modelo* econômico imposto ao Estado brasileiro pelo capital monopolista.

Daí a importância das lutas políticas que ocorrem no campo. É o fato de que a ditadura está apoiada também na burguesia rural – nacional e estrangeira – que confere um significado especial, fundamental, às lutas que estão sendo travadas pelo campesinato, o proletariado rural e o índio. Os muitos conflitos e as muitas pendências que se multiplicam no Pará e no Rio Grande do Sul, na Bahia e em Mato Grosso, em praticamente todos os Estados e territórios do país, são uma expressão constante dessa luta por um regime político no qual também o operário rural, o campesinato e o índio tenham voz – voz e voto.

É só na aparência que o campesinato, o operário e o índio não lutam diretamente contra a ditadura. Na prática, estão lutando pela terra, pela sindicalização, pela proteção

ao trabalho assalariado, pelo patrimônio cultural indígena, pelo crédito ao pequeno lavrador, pelo acesso ao mercado e por outros objetivos econômicos e políticos. Combatem a grilagem, a jagunçagem e a superexploração do assalariado rural; as invasões das terras tribais; as prerrogativas econômicas e políticas de latifundiários e empresários, junto ao aparelho estatal; a subserviência da burocracia pública aos interesses do capital monopolista; a aliança entre jagunços e policiais. Nas lutas por seus objetivos econômicos e políticos, combatem a prática da ditadura no campo. O posseiro e o peão na Amazônia, o colono no Rio Grande do Sul e em Santa Catarina, o boia-fria em São Paulo e no Paraná, o trabalhador de eito, cassaco e corumba em Pernambuco e outros Estados do Nordeste, os índios em muitas partes do Brasil, todos estão engajados em lutas sociais que envolvem direta e indiretamente a organização democrática das relações econômicas e políticas na sociedade brasileira.

Essa é uma longa história, a história de operários e camponeses, caboclos, sitiante, camaradas, peões, clandestinos, boias-frias, corumbas e muitos outros, na cidade e no campo, na indústria e na agricultura, no século XX, nas últimas décadas, sob a ditadura militar; que essa é a história da luta pela democracia.

XVII – CONTRADIÇÕES DE CLASSES E DEMOCRACIA

É bastante provável que o golpe de 1964 e a ditadura assinalem a época de encerramento da contrarrevolução burguesa no Brasil. Há vários indícios de que isso pode estar acontecendo, exatamente por dentro do processo da contrarrevolução burguesa iniciada em 1964. Dentre os vários aspectos histórico-estruturais importantes da ditadura, enquanto forma de desenvolvimento da contrarrevolução burguesa no Brasil, cabe examinar alguns aqui, de modo breve. Note-se que todos eles se articulam em algum momento, como manifestações da revolução democrática que o povo brasileiro em geral, e os operários e camponeses em especial, está realizando.

O fenômeno provavelmente mais notável do cenário político brasileiro, no qual se insere a crise da ditadura, é a nova e ampla repolitização do povo. Operários, camponeses, setores das classes médias, empresários, intelectuais, estudantes, homens e mulheres, na cidade e no campo, começaram a dizer o que pensam, dizer que não estão de

acordo com a forma pela qual o governo está tomando decisões sobre questões básicas da vida nacional. Tanto é o desconforto que já se desenvolveu um amplo movimento democrático, de grandes proporções, surgido espontaneamente, em diferentes partes do país. O modo pelo qual o país tem sido governado provocou uma espécie de união espontânea, tácita ou ostensiva, de amplos contingentes da população brasileira. Inclusive alguns setores burgueses começaram a percorrer o caminho de volta, repensar na democracia, pensar na redemocratização.

Ocorre que há uma crise de hegemonia. Os desenvolvimentos da inflação e outros problemas econômicos foram suficientes para abrir as controvérsias entre os governantes e os grupos que os apoiavam. E o povo está perdendo ou já perdeu o medo; abandonou o fatalismo e a resignação. A concentração da *renda* e o pauperismo são lições que amplos setores dos assalariados urbanos e rurais não precisam aprender nos escritos, são lições do seu cotidiano.

Sob vários aspectos, é evidente que a ditadura é bicéfala, dúplice, ainda que articulada. A despeito da dualidade de poderes – militar e burguês –, o bloco de poder tem encontrado arranjos e rearranjos entre as razões da geopolítica, que, em última instância, caracterizam o poder militar, e as razões do capital, que, em essência, definem as razões do poder burguês. É só nesse sentido que a ditadura militar recobre a ditadura do capital. Mas este é um momento crucial da crise da ditadura. Toda a sua retórica (ou ideologia, aliás, medíocre) fica, na prática, desmascarada pelo florescimento da acumulação imperialista, pelo avanço da concentração e centralização do capital, pela superexploração a que estão submetidos operários e camponeses. Essa é a realidade da economia política da

ditadura, que desmascara as suas próprias doutrinas, inclusive porque desenvolve e aprofunda as contradições de classes. O agravamento das contradições entre a classe operária e a burguesia, entre outras contradições estruturais, logo pôs a nu a fisionomia e o movimento do aparelho estatal. Foi nesse então que a ditadura começou a cair.

Note-se, como aspecto essencial dessa crise, conforme se desenvolve desde 1974, que o que está em causa é uma crise de hegemonia. Para alguns setores da sociedade, de repente a ditadura perdeu credibilidade. Mesmo amplos setores sociais que participam, ou participaram do bloco de poder, como certos setores da Igreja Católica, classe média e militares, entre outros, mesmo esses setores não encontram mais razões para confiar na ditadura, nos governos militares, na tecnocracia civil e militar que a grande burguesia financeira e monopolista instalou no aparelho estatal. O recrudescimento da onda inflacionária, os usos da repressão para servir ao grande capital, a incapacidade de qualquer grupo ou membro do aparelho de poder de falar à nação, como estadista ou líder nacional, a corrupção, as mordomias são muitas as razões nas quais amplos setores do bloco de poder se apegam para retirar o seu apoio, propor outras direções ao país, ou mesmo aceitar uma aliança tática com o proletariado e o campesinato, as duas classes contra as quais recaíram mais brutalmente a repressão, a exploração e a boçalidade da ditadura. É assim que se concretiza a crise de hegemonia que está no centro da crise da ditadura e na base do progressivo reforçamento da luta pelas liberdades democráticas. O povo brasileiro, quase como um todo, e não mais apenas a classe operária e o campesinato, a maioria da sociedade civil está a dizer, cotidianamente, que exige a

recuperação e o fortalecimento dos direitos democráticos, da cidadania, liberdade sindical, partidos políticos livres e outras conquistas democráticas básicas e preliminares. A maioria do povo brasileiro não quer mais ser governada por decretos, regulamentos, atos institucionais, proclamações, ordens do dia ou constituições outorgadas. Não. Agora, o Estado começa a ser “rudemente educado pelo povo”, principalmente pelas lutas da classe operária e do campesinato.

Os desenvolvimentos das forças produtivas e relações de produção, conforme foram dinamizadas pela economia política do governo, estão favorecendo e impulsionando o amadurecimento das classes sociais em geral, na indústria e agricultura. Em particular, devido a essa mesma economia política, a classe operária, no campo e na cidade, e o campesinato têm sido levados a novos e renovados desenvolvimentos sociais, políticos, econômicos, culturais e outros. Ao mesmo tempo que se reforça e aprofunda a exploração econômica de operários e camponeses, que cresce quantitativa e qualitativamente a força de trabalho na cidade e no campo, também ocorre uma espécie de politização e repolitização desses mesmos trabalhadores. Sob as condições de produção impostas pelos governantes, em essência uma ditadura do capital, os operários e camponeses foram levados a desenvolver, aprimorar, concretizar uma compreensão política nova e renovada das relações capitalistas de produção, da exploração da força de trabalho, da dominação burguesa, da associação e cumplicidade entre a grande burguesia e a ditadura militar. Em outras palavras, a própria economia política governamental, ao desenvolver a acumulação monopolista do capital, sob o mando do imperialismo, desenvolve também as classes sociais em geral,

na cidade e no campo. Nesse contexto é que se desenvolve a classe operária, na indústria e na agricultura. Ao mesmo tempo, à medida que ocorre a proletarização também no campo, verifica-se inclusive uma espécie de recamponesação. Criam-se e recriam-se condições para que um campesinato pobre, cada vez mais submetido e explorado pelo grande capital, seja mantido nos poros e interstícios de uma sociedade cada vez mais impregnada pelas exigências do grande capital financeiro e monopolista. É nessa configuração histórica que amadurecem, econômica e politicamente, tanto as relações de produção quanto as classes sociais e os antagonismos de classes. Sob esse Estado, a classe operária e o campesinato estão sendo levados a compreender a fisionomia e os movimentos, tanto da economia política da ditadura quanto da dominação burguesa.

Na mesma medida em que essa economia política favoreceu a acumulação monopolista, com a simultânea concentração e centralização do capital, assim também favoreceu o desenvolvimento intensivo e extensivo do capitalismo no campo. Houve novos, largos e intensos desenvolvimentos das forças produtivas e relações de produção, em termos capitalistas, no campo. Tanto nas áreas em que as formas de produção já estavam determinadas pelo capital, quanto naquelas em que as formas de produção eram voltadas, de maneira exclusiva, ou predominante, para o autoconsumo. Assim é que as extensas áreas de terras tribais, devolutas ou ocupadas, na região Amazônica e no Centro-Oeste, passaram a ser griladas ou compradas por grandes negociantes de terras, latifundiários, fazendeiros, empresários nacionais e estrangeiros. O desenvolvimento intensivo e extensivo do capitalismo no campo está conduzindo ao *esgotamento* da

fronteira. As largas extensões de terras tribais, devolutas e ocupadas por posseiros estão sendo apropriadas – por grilagem, doação governamental, compra fictícia ou compra real – por grandes negociantes de terras, latifundiários, fazendeiros e outros. Seja para servir de base a atividades econômicas, seja para funcionarem como reserva de valor, as terras da fronteira amazônica estão sendo apropriadas pela grande burguesia nacional e estrangeira. A região volta a dissolver-se na nação, mas desta vez de forma mais avançada, em termos de mercado, relações de produção, propriedade, preço, mercantilização da terra. É nessa medida, quando a região Amazônica passa a ser mais ampla e fundamentalmente articulada com a economia do país, com o Estado nacional, é nessa medida que também se reduz, ou mesmo esgota, mais um espaço de manobra do bloco de poder. Torna-se cada vez mais problemático, para as classes dominantes, continuar a jogar com segmentos do exército de trabalhadores de reserva, deslocando-os do Nordeste para a Amazônia, ou do Nordeste para o Centro-Sul, como têm feito há décadas. Enquanto a dialética região-e-nação permitiu que as classes dominantes jogassem com setores do exército de trabalhadores de reserva, enquanto isso, foi possível que as estruturas repressivas e espoliativas pudessem ser mantidas, criadas e recriadas no Nordeste e no Centro-Sul. Nos últimos anos, devido aos próprios desenvolvimentos da economia, torna-se cada vez mais difícil continuar a *exportação* de problemas sociais ou contradições estruturais, do Nordeste: para o Centro-Sul, como por exemplo em 1956-1960, por ocasião da criação da indústria automobilística, ou 1967-1973, por ocasião da operação keynesiana conhecida como programa habitacional e urbano; para o Planalto Central e a Amazô-

nia, como durante a construção da cidade de Brasília e da Rodovia Belém-Brasília, em 1956-1960, ou durante a construção da Transamazônica e outras rodovias da geopolítica governamental. Assim, enquanto se desenvolve a dialética região-e-nação, por dentro do desenvolvimento intensivo e extensivo do capitalismo na cidade e no campo, parece cada vez mais esgotar-se uma fronteira de manobra política da burguesia nacional e estrangeira, no sentido de transferir, ou manipular, contradições estruturais que se desenvolvem, recriam e agravam no Centro-Sul, no Nordeste e, pouco a pouco, também na Amazônia. É nesse sentido que o Brasil, afinal, torna-se uma nação, uma sociedade nacional. Pouco a pouco, o desenvolvimento das forças produtivas e relações de produção impulsiona a unificação do mercado nacional, da sociedade civil, das classes sociais. Nesse então, quando podem estar se esgotando algumas margens de manobra política das classes dominantes, estão se criando novas possibilidades de organização, conscientização e atuação política das classes subalternas. Assim, também, pouco a pouco, a cidade e o campo são um só.

Por dentro do processo de recrudescimento da contrarrevolução burguesa, conforme ela ocorre desde 1964, quando o imperialismo penetra funda e extensamente na sociedade brasileira, precisamente nessa época se tornam agudas e visíveis as contradições entre as tendências mais profundas da sociedade nacional e as exigências mais agressivas do imperialismo. A grande burguesia e o grande capital impuseram-se, de forma brutal, à sociedade brasileira, por intermédio da aliança de interesses do imperialismo com as classes dominantes (e os seus associados) no interior da sociedade brasileira. Sob vários aspectos, o golpe de 1964 e a ditadura assinalam a força

ideológica e prática (econômica, política, militar, policial etc.) da doutrina da Guerra Fria posta em movimento pelos governantes dos Estados Unidos desde 1946. Sob muitos aspectos, tem sido bastante elevado o tributo que grande parte do povo brasileiro, principalmente os operários e camponeses, tem sido obrigado a pagar à Guerra Fria, à preeminência econômica, política, militar e policial dos Estados Unidos na América Latina e no Caribe; salvo Cuba, desde 1959, e a Nicarágua, desde 1979. Foram extensas e profundas a associação e a cumplicidade desenvolvidas entre o imperialismo (estadunidense, alemão, japonês) e a ditadura. Desde 1964, os interesses da grande burguesia financeira e monopolista, as exigências do grande capital imperialista, impuseram-se sob novas formas ao Estado e a largas partes da economia e da sociedade no Brasil. A indústria do anticomunismo, a hipótese do Brasil Potência, o milagre brasileiro, a promessa estadunidense de fazer do Brasil o aliado preferencial na América do Sul, a transformação do Brasil em trampolim de operações econômicas e políticas estadunidenses na África e no Oriente Médio – são diversas as formas de associação e cumplicidade da ditadura com o imperialismo. Ao mesmo tempo, no entanto, tornam-se cada vez mais agudas e visíveis as contradições entre as tendências mais profundas da sociedade nacional e as exigências do imperialismo. Repolitiza-se a relação do povo brasileiro com o capital estrangeiro, as multinacionais, a burguesia financeira estadunidense, alemã, japonesa e outras. Recoloca-se a questão da sociedade nacional, quase como se o povo brasileiro tivesse de lutar novamente por sua independência.

Na medida em que a ditadura parece ter desenvolvido o processo da contrarrevolução burguesa no Brasil, precipitando o encerramento do seu ciclo de realização, nessa medida a

sociedade brasileira pode estar ingressando em uma época de criação de forças democráticas novas e renovadas, mais vigorosas do que as que se esboçaram ou floresceram em tempos passados. Ao provocar o desenvolvimento do proletariado urbano e rural e do campesinato; impulsionar a reocupação econômica de áreas e regiões; favorecer a penetração do imperialismo; acelerar a concentração e centralização do capital financeiro e monopolista; revelar a profunda associação e cumplicidade entre o poder militar e o poder econômico; ao precipitar, enfim, o desenvolvimento do processo histórico da contrarrevolução burguesa no Brasil, por tudo isso pode-se imaginar que a sociedade brasileira está ingressando em uma época de criação e recriação de forças democráticas mais vigorosas do que as que se esboçaram ou floresceram em tempos passados.

São muitas, multiplicadas, as atuações das classes subalternas, na cidade e no campo, no sentido de questionar, combater, bloquear e destruir a ditadura. Nas fábricas e bairros, nas fazendas e latifúndios, nos sindicatos rurais e urbanos, em todos os lugares os operários urbanos, os operários rurais e os camponeses, sozinhos e associados, entre si e com setores de outras classes sociais, avançam na discussão, organização e luta pelas liberdades democráticas. Em todos os lugares, crescem a luta, a conscientização, a organização de operários e camponeses, sob todas as suas formas. Todos aprenderam que o principal amigo do povo é o povo organizado.

O povo, o trabalhador, o operário, o camponês começam por reconhecer que a ditadura lhes incutiu a paralisia da repressão, do medo. Todos começam por libertar-se do medo. É chegada a hora de “começarmos a exigir das auto-

ridades e dos empresários o direito de não termos medo”.¹ Tem sido tão boçal e brutal a opressão, principalmente contra os operários e camponeses, que esses precisaram começar por libertar-se do medo. Ao mesmo tempo, trata-se de libertar-se da mistificação da indústria cultural (rádio, televisão, futebol etc.) e burocratização da vida (inclusive o sindicato) para fazer um caminho próprio, novo, renovado. “O povo realmente participa, tem vontade de participar, precisa e quer participar. Só que se pôs um monte de coisas em cima do povo para ele não ter tempo. Pra nem conseguir pensar. Pra nem conseguir ver seus problemas”.² Sob várias formas, devagar ou de repente, o povo começou a tecer os fios da democracia construída de baixo para cima, sem tutelas, a partir da fábrica, fazenda, sindicato, partido. São precisos muitos, operários e camponeses, empregados e funcionários, intelectuais e estudantes, homens e mulheres, negros, mulatos, índios, mestiços, brancos, católicos, protestantes, umbandistas, muitos, assalariados da cidade e do campo, para tecer a manhã da democracia. Em todos os lugares caminha a luta pela democracia, pelas liberdades democráticas, pela reconquista de todos os direitos que a ditadura usurpou do povo brasileiro desde 1964; e pela conquista de direitos democráticos que nunca a burguesia permitiu que o povo, principalmente a classe operária e o campesinato, conquistasse. “Aqui vamos indo como sempre,

¹ Luiz Inácio da Silva, Lula, “Seis mil na posse de Luiz Inácio”, *Folha de S. Paulo*, São Paulo, 22 de abril de 1978, p. 1.

² Depoimento de uma representante de uma comunidade de base da periferia de São Paulo, no debate sobre “Democracia e participação popular”, realizado na Assembleia Legislativa de São Paulo, no dia 20 de junho de 1977. Conforme Nazira Abid Oliveira Vargas, *Mudança social: terá o povo seu jeito próprio de fazer as coisas...*, mimeo., São Paulo, 1977.

encaminhando diversos trabalhos, quero dizer em vários níveis: fábrica, bairro e sindicato. Os trabalhos sindicato e fábrica caminham juntos [...]. No bairro vamos levando os debates de legislação trabalhista e campanha da fraternidade, Trabalho e Justiça para Todos”.³

A partir das suas condições reais de vida e trabalho, a partir da reflexão cotidiana, que realiza sobre a superexploração a que se acha submetido, o operário desenvolve, aperfeiçoa, a sua compreensão política das relações de classes, das condições de alienação às quais se acha submetido. Reconhece o papel do sindicato livre, por exemplo. “O sindicalismo necessita de autonomia, para que realmente possa discutir as condições de trabalho”. Pois que “o governo não tem nada a ver com isso”, isto é, deve ser afastado, impedido de impor-se a essas condições. “Quem tem que discutir as condições de trabalho é empregado e empregador”. O fundamental seria “que realmente o sindicato pudesse ser representante dos trabalhadores”.⁴ Em todos os lugares, no sindicato e na fábrica, na vizinhança e no futebol, na família, amizade e trabalho, em todos os lugares os operários aproximam-se uns dos outros, trocam experiências, pensam os trabalhos e os dias. E ganham uma compreensão cada vez mais clara, política e politizada, das suas condições de vida e trabalho. Compreendem a importância da união, organização e liderança. Nas comunidades de bairro, nas

³ Santo Dias da Silva, carta a Paulo, datada de São Paulo, 6 de março de 1978. O operário Santo, metalúrgico e líder da oposição sindical, foi assassinado no dia 30 de outubro de 1979, quando participava de um piquete de greve, em frente da fábrica Sylvania, em Santo Amaro, na área da grande São Paulo.

⁴ Declarações de um dirigente sindical, registradas por Luís Flavio Rainho, *Os peões do grande ABC*, mimeo., São Paulo, 1978, p. 238-239; Editora Vozes, Petrópolis, 1980.

comissões de fábrica, nos sindicatos, nos partidos, em todos os lugares. “Normalmente, há um líder: o que fala mais e formou a equipe. É uma liderança que não é forte, porque o grupo não é coeso”.⁵ “Eu acho que líder é aquela pessoa que nasce dentro da classe e que tem condições de guiar seus liderados. A classe respeita esse líder”.⁶ É assim que a classe operária retoma, refaz e desenvolve a luta política pela revolução democrática. Trata-se de um movimento de baixo para cima, cada vez mais amplo e vigoroso, movimento esse no qual operários, camponeses e a grande maioria do povo retomam, desenvolvem e aprofundam a luta pela democracia. “Os trabalhadores se redescobriram como único setor da sociedade capaz de propor uma transformação na sociedade”.⁷ Além do mais, redescobriram politicamente o sentido e o significado, a fisionomia e o movimento, do poder da burguesia, do Estado burguês. “O governo usa as armas, é uma luta com armas, só que essas armas estão do lado errado, estão nas mãos dos que protegem os interesses do patrão, os que tentam esmagar a classe operária”.⁸

Todas as manifestações políticas de setores da classe operária – em São Paulo e Belo Horizonte, em Porto Alegre e Manaus, na cidade e no campo, em todos os lugares –, todas as manifestações políticas operárias mostram que a ditadura

⁵ Declaração de operário, registrada por Celso Frederico, *A vanguarda operária*, Edições Símbolo, São Paulo, 1979, p. 142.

⁶ Declaração de dirigente sindical, registrada por Luís Flavio Rainho, *Os peões do grande ABC*, citado, p. 246.

⁷ Luiz Inácio da Silva, líder operário metalúrgico, em “Nada mudaria sem nossa participação”, *ABCD Jornal*, n. 50 São Bernardo do Campo, dezembro de 1979, p. 7.

⁸ Ana Maria do Carmo e Silva, mulher do operário metalúrgico assassinado pela repressão ditatorial no dia 30 de outubro de 1979, em “Não vitória sem sangue”, *Movimento*, São Paulo, 11 de novembro de 1979.

está sendo combatida por uma *nova* classe operária. A superexploração, em condições ditatoriais, sob forte repressão, também acabou por ser mais uma condição econômica e política da formação, desenvolvimento e amadurecimento da classe operária. “A classe trabalhadora brasileira em nenhum momento apoiou o regime que estava contra ela, e sua resistência não foi eliminada nem mesmo com a devastação que aqueles que empalmaram o poder em 1964 promoveram em seus sindicatos e em muitas de suas entidades representativas”.⁹ Ao contrário, desde o primeiro instante a classe operária e o campesinato compreenderam que a força e a brutalidade da ditadura orientaram-se principalmente contra os trabalhadores, os produtores do *lucro* da burguesia. Desde que se instalou, e devido aos seus desenvolvimentos, a ditadura acabou por criar novas e renovadas condições para a socialização política dos trabalhadores, operários, camponeses, empregados, funcionários, intelectuais, estudantes e outros. “Foi o próprio autoritarismo de todos estes anos, aliado à modernização capitalista da economia, que criou essa nova força do movimento sindical, porque forjou o ‘novo operário’, sem ter sido capaz de criar os canais para sua manifestação e participação ‘institucionais’”.¹⁰ À margem das limitações da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), sempre “modernizadas” e reiteradas pelos governos atrelados aos interesses da grande burguesia financeira e monopolista, a classe operária desenvolve-se politicamente. Nos bairros, nas fábricas e sindicatos, as comunidades de base, as co-

⁹ Marcelo Gato, “Considerações sobre a questão sindical e democracia”, *Temas de Ciências Humanas*, n. 5, São Paulo, 1979, p. 125-148; citação da p. 129.

¹⁰ Luiz Werneck Vianna, “A democracia começa na fábrica”, *Folhetim*, n. 142, São Paulo, 7 de outubro de 1979, p. 14.

missões de fábrica, as oposições sindicais criam as novas condições de organização e atuação, de modo a favorecer o aparecimento de partidos de base operária e conduzir, ou influenciar, decisivamente, as direções da revolução democrática. Sob vários aspectos, a classe operária conquistou uma posição política fundamental, por dentro da economia política da ditadura militar – ditadura essa que pode significar a última fase do processo da contrarrevolução burguesa que se desenvolve ao longo da história da sociedade brasileira.

Ao longo da crise da ditadura, desde 1974, em escala cada vez mais intensa e geral, amplos setores da população, na cidade e no campo, juntam-se à luta da classe operária e do campesinato, pela democracia, por uma revolução de baixo para cima; nos bairros, fábricas, sindicatos, partidos; nas escolas, nas ruas, campos, construções. Em muitos lugares, operários, trabalhadores rurais, empregados, funcionários, estudantes, intelectuais, todos, cada um a seu modo, todos em conjunto, tecem a revolução que destruirá a ditadura do capital.

